

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Doutorado em Ciências Sociais

Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado

Maria Luisa Scaramella
Orientadora: Professora Dra. Maria Suely Kofes

Campinas, março de 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

Sc71n Scaramella, Maria Luisa
Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado
/ Maria Luisa Scaramella. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Maria Suely Kofes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cançado, Maura Lopes, 1929-1993. 2. Antropologia.
3. Narrativas. 4. Autobiografia. 5. Escrita. 6. Loucura. I. Kofes,
Maria Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Narratives and superpositions: notes on Maura Lopes Cançado

Palavras chaves em inglês (keywords) :
Anthropology
Narrative
Autobiography
Writing
Madness

Área de Concentração: Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Maria Suely Kofes, Amnéris A. Maroni, Ana Lúcia
Modesto, Antonádia Borges, Elizeu Clementino de Souza

Data da defesa: 15-03-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Maria Luisa Scaramella

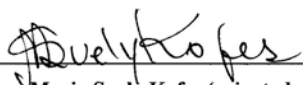
Narrativas e sobreposições: notas sobre Maura Lopes Cançado

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Professora Dra. Maria
Suely Kofes, para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

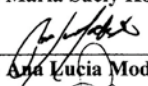
Campinas, março de 2010

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada em 15/03/2010.

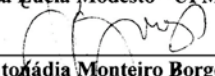
Banca examinadora:



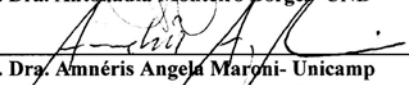
Profa. Dra. Maria Suely Kofes (orientadora)



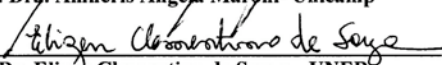
Profa. Dra. Ana Lucia Modesto - UFMG



Profa. Dra. Antonádia Monteiro Borges UNB



Profa. Dra. Amnéris Angela Maroni- Unicamp



Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza - UNEB

Suplentes:

Profa. Dra. Cristina Maria Silva Unicamp

Profa. Dra. Daniela Manica - Unicamp

Prof. Dr. André Borges de Mattos - UFVJM

*Aos meus pais Fay e João, ao meu irmão João, à minha tia
Michelina e aos meus amigos.*

Agradecimentos

Gostaria de, em primeiro lugar – e quebrando o protocolo –, agradecer à Professora Dra. Suely Kofes, minha orientadora. Ao longo dos anos de mestrado e doutorado tive o privilégio de compartilhar de sua dedicação, disponibilidade e generosidade, tanto como aluna quanto como orientanda. Quero deixar aqui minha sincera admiração pela intelectual que ela é, e minha eterna gratidão por me incentivar sempre a continuar.

Agradeço às agências Capes e CNPq pelas bolsas a mim concedidas.

Agradeço ao Departamento e a Coordenação do Doutorado em Ciências Sociais.

Agradeço a Mme. Catherine Viollet, diretora do grupo *Genèse et Autobiographie*, por quem fui gentilmente recebida durante meu estágio de doutorado no *Institut des textes et manuscrits modernes* (CNRS/ENS), na Ecole Normal Supérieure. Agradeço a M. Philippe Lejeune, fundador do grupo *Genèse et Autobiographie*, um homem generoso e profundamente conhecedor da literatura de caráter biográfico e autobiográfico. Agradeço também a M. Philippi, responsável por receber os alunos estrangeiros da ENS. Agradeço especialmente à Mme. Thomàs, que foi minha professora de francês durante minha estadia em Paris – com toda minha admiração e saudade.

Agradeço às professoras Dra. Amnérís Maroni e Dra. Heloísa Pontes pela participação em minha banca de qualificação e, principalmente, pela leitura atenta de cada uma, e pelas sugestões preciosas que me deram.

Agradeço à professora Dra. Antonadia Borges, da Universidade de Brasília, à professora Dra. Ana Lúcia Modesto, da Universidade Federal de Minas Gerais, novamente à professora Dra. Amnérís Maroni, da Unicamp e ao professor Dr. Elizeu Clementino de Souza, da Universidade do Estado da Bahia por aceitarem participar da banca de defesa desta tese.

Agradeço especialmente à Marlene Lopes Cançado, ao João Lopes Cançado, à Mirian Lage, familiares de Maura Lopes Cançado, que generosamente me receberam em Patos de Minas e no Rio de Janeiro, durante minha pesquisa de campo.

Agradeço a José Louzeiro, Assis Brasil e Heitor Cony, pela disponibilidade e generosidade em me receber durante minha pesquisa no Rio de Janeiro. Agradeço à Gislene Barral por me enviar um xerox da primeira edição de *Hospício é Deus*.

Agradeço ao pessoal do Fórum do Rio de Janeiro, da Vara de Execuções Penais (VEP) e ao Dept. de Controle e Execução/ Serviço de Apoio Administrativo (DPCE/SVAA), especialmente ao Vilson Maynard, ao André Luiz Portugal Marques, à Leiliane

Rodrigues Affonso, ao Daniel Pinheiro Ramos, por me receberem gentilmente em sua pequena sala da VEP, durante minha busca pelos autos do processo criminal. Agradeço à Excelentíssima Juíza da Vara em questão, que gentilmente me recebeu à época de minha pesquisa.

Agradeço ao pessoal do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

Agradeço a todos da secretaria de pós-graduação por tornarem nossa vida burocrática mais fácil. Agradeço especialmente, e com grande carinho, Maria Rita e Neide.

Agradeço a todos da biblioteca do IFCH, do xerox, da livraria, especialmente ao Bene, ao Benezinho (*in memoriam*), ao seu Luiz, Priscila, Maria, Zé, Sueli, enfim, a todos...

Toda minha gratidão aos meus amigos, tão importantes em minha vida, começando pelos que compartilharam dos bons momentos que vivi em Paris:

Dani, Mario, Akiko, Jaime, Cleber, Valeria Ernestânia, Ju e Pedro, Tâmara e André, Amilcar, Lia e Marcos, Mourad, Felipe, Jamal, Karime, Carol, Hanna, Iara, à Silvana e a pequena Valentina, à Livia e Wo e Luisa!, e claro, minha querida Póla.

Aos amigos que já estão em minha vida há anos e sem os quais a vida ficaria sem graça: começo pela minha eterna turma de mestrado, que virou uma turma de grandes amigos, então, com todo meu carinho agradeço ao André, Dani Monica, Chris, Dani, Gabor e Fabs. Aos meus queridos amigos Simone Mizziela e Chris, Wilson, Pati Beijo e Helder, Bianca e Dani, Sidão, Eliana, Janaína, Gabriel e Lúcia e Iara e Léo, Marta-Hari, Eriquinha e Lorena e Martin, Laura, Martinha e Luisa e Alex, Luciana e Cacá e Nelsinho, Thais, Rodolfo, Póla, Bruno e Carol, João e Giovana, enfim, a todos...

Agradeço às família Dias, Françoso, Leite Netto, Gonçalves e Gianocaró.

Agradeço a toda família Scaramella, com um obrigada especial à tia Alda e Karina; a toda família Cavinato, com um obrigada especial para minha tia Mara, meu tio Vicente e tia Nazira e meus primos, todos, muito queridos.

Agradeço especialmente à família Lampe, as queridas Rosa, Adri, Cris e Simo, as crianças e aos rapazes, pelos anos de convívio, de amizade e atenção, e pela possibilidade de algo que na cidade grande está em extinção, “a boa vizinhança”!

Meu agradecimento especial aos amigos do “Projeto Chão do Elizeu”, formado por Mariana, Elaine, Bruno, Christine e Marzio, e Marina. O meu mais sincero obrigada!! Foram dias muito especiais, não vou esquecer nunca!

Agradeço minhas queridas amigas de tantos anos, que carrego sempre no meu coração, como diz a canção...Adriana, Gabi, Mi, Eriquinha, Pati-Sharon, Luciana, Marta, Yna, e Lan.

Agradeço muito à Dra. Regina, pelos ouvidos atentos e o coração aberto.

Agradeço à minha amiga Mariana, com quem compartilhei todos os bons momentos ao longo dos anos de doutorado e, como não podia deixar de ser entre amigas, os maus momentos também. Obrigada pelo “ouvido de ouro”, nesses meses todos, pelas risadas, e por estar presente.

Agradeço à minha amiga Marta, pelas longas conversas e apoio, pelas oportunidades, pelo carinho e incentivo e por me deixar compartilhar das alegrias da Luisa, que sabe como tornar o dia mais bonito e os desenhos mais divertidos.

Agradeço à minha amiga Ynaiá, de todo meu coração, por esses anos de uma amizade doce, compreensiva e generosa. Obrigada por fazer meu dia a dia melhor, em dias tão difíceis.

Agradeço à minha amiga Elaine por estar sempre ali, pelos incentivos, fundamentais, pela cumplicidade de tantos anos e, principalmente, pela possibilidade de uma irmã.

A minha tia Michela, querida, por ter cuidado de mim quando eu era pequenina e por me ensinar agora, aos noventa anos, que fantasmas existem e precisamos ouvi-los.

Agradeço ao meu irmão, João, por me mostrar, sempre, como é bom ter um irmão, por sua bondade imensa, por me apresentar o dr. House, por me fazer querer ser uma pessoa melhor.

Aos meus pais, Fay e João, pelo amor, pelo carinho e incentivo.

Defronta agora o biografo com uma dificuldade que é melhor talvez confessar do que esconder. Até este ponto da narrativa da vida de Orlando, documentos privados e históricos tem tornado possível o cumprimento do primeiro dever de um biografo, que é encaminhar, sem olhar para a direita nem para a esquerda, sobre os rastros indeléveis da verdade; sem se deixar seduzir por flores, sem fazer caso da sombra; sempre para diante, metodicamente, até cair em cheio na sepultura, e escrever 'finis' na lápide sobre as nossas cabeças. Mas agora chegamos a um episódio que se encontra bem no meio do caminho, de modo que não é possível evitá-lo. No entanto, é sombrio, misterioso e indocumentado; de modo que não é possível também esclarecê-lo. Volumes inteiros poderiam ser escritos, para interpretá-lo; e sistemas religiosos completos poderiam ser edificadas sobre ele. Nosso simples dever é expor os fatos até onde são conhecidos e depois deixar o leitor fazer com eles o que puder.
(Virginia Woolf, Orlando)

RETRATO I
(Marly de Oliveira)

*Deixei em vagos espelhos
a face múltipla e vária,
mas a que ninguém conhece
essa é a face necessária.*

*Escuto quando me falam,
de alma longe e rosto liso,
e os lábios vão sustentando
indiferente sorriso.*

*A força heróica do sonho
me empurra a distantes mares,
e estou sempre navegando
por caminhos singulares.*

*Perscrutei o mundo, as nuvens
o que existe e não existe,
mas, por detrás das mudanças,
permaneço a mesma e triste.*

Resumo

Esta tese é um trabalho de abordagem biográfica, que parte da sobreposição de narrativas orais, biográficas, autobiográficas, jurídicas, literárias, etc., sobre e de Maura Lopes Cançado. Maura escrevia contos para o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, no final dos anos de 1950. Seu maior desejo era o de tornar-se uma escritora de sucesso. Seu livro mais conhecido, ainda que fora dos cânones literários, foi *Hospício é Deus*, um relato autobiográfico escrito durante uma das muitas internações psiquiátricas que buscou ao longo de sua vida. Em uma dessas internações, durante uma crise, matou uma paciente. Em seu julgamento foi considerada inimputável. Sua vida passa a ser guiada pelas práticas penais e pelas incongruências da justiça relacionadas a figura do louco-criminoso. Uma nova história é contada e um novo retrato de Maura aparece. Trabalhar com esse tipo de material biográfico é dialogar com tensões e versões. É disso que está tese trata, do encontro com a multiplicidade de sentidos e relações entrecruzadas que constituem a vida de um indivíduo.

Palavras-Chave: Antropologia, narrativa, autobiografia, Maura Lopes Cançado, escrita, loucura.

Abstract

This dissertation is a work of biographical approach based on the superposition of oral, autobiographical, juridical and literary narratives about Maura Lopes Cançado. Maura used to write short stories for *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, at the end of the fifties. Her major will was becoming a successful writer. Her most acknowledged book, *Hospício é Deus*, is an autobiographical piece written during one of her many self-inflicted internships, in her life, as a patient in psychiatric hospitals. In one of them, during an acute crises, Maura killed another intern. In her trial, she was considered incapable. From that moment on, her life was driven by the legal practices and by the incongruences of the judicial system in dealing with an insane criminal. In this work, a new story is told, and a new portrait of Maura comes to light. In dealing with this biographical material, an inevitable tension emerges, establishing a dialog among conflicting versions. This is what this work is about, the encounter with the multiplicity of meanings and intercrossed relationships that form the life of a single individual.

Keywords: Anthropology, narrative, autobiography, Maura Lopes Cançado, writing, madness.

Apresentação	1
---------------------	---

Capítulo I

Do processo - ou notas para uma biografia no melancólico Estado da Guanabara

Carta a um juiz	13
Do crime	25

Capítulo II

Maura, o Rio e o SDJB

O SDJB	46
Um contraponto	58
O contexto	62
Então somos dois!	72
Nem lá, nem cá	83

Capítulo III

Os convivas de boa memória, Maura Lopes Cançado e Hospício é Deus

Os convivas	97
Maura e <i>Hospício é Deus</i>	125
Evocações em um diário	132
Algumas observações	142

Capítulo IV

Do laudo ou de uma intenção biográfica: observações sobre uma curva de vida defeituosa e pequenos surtos paroxísticos

O laudo	156
“Abre parêntesis”: um contraponto	177
“Fecha parêntesis”: a intenção biográfica	182

Considerações finais	188
-----------------------------	-----

Bibliografia	201
---------------------	-----

Anexo	213
--------------	-----

Introdução

Maura Lopes Cançado é um nome que para muitos passou e passa despercebido. Meu primeiro contato com ele foi através do livro *Hospício é Deus*¹, lançado em 1965. O livro, de sua autoria, é um misto de memória autobiográfica e diário, escrito durante o período de outubro de 1959 e março de 1960, em uma internação psiquiátrica, no conhecido Hospital do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Maura esteve lá muitas vezes, entre o final dos anos 1950 e começo de 1960. Durante esse período, o mais profícuo do ponto de vista literário em sua vida, escrevia contos para o antigo suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, o *SDJB*. Queria tornar-se uma escritora.

Nascida em vinte e sete de janeiro de 1929², no atual município de São Gonçalo do Abaeté, no Alto São Francisco, noroeste de Minas Gerais, era filha de José Lopes Cançado e Affonsina Álvares da Silva, Dona Santa, como é lembrada pela família. Maura foi a nona de onze filhos³. Seu pai foi um fazendeiro cujo nome, Lopes Cançado, teve grande importância na região e destaque na política mineira e nacional⁴. Sua mãe,

¹ O livro *Hospício é Deus* teve três edições: a primeira, de 1965, saiu pela José Álvaro editor; a segunda saiu em 1979, pela editora Record e a terceira pelo Circulo do Livro, em 1991.

² A data consta em uma segunda via de sua certidão de nascimento, a qual tive acesso através de uma das sobrinhas de Maura, que me recebeu gentilmente durante minha pesquisa de campo em Patos de Minas. Ver documento anexado à p. 215.

³ Em ordem cronológica de nascimento, os filhos de Affonsina e José Lopes Cançado são os seguintes: Judite Lopes Cançado, Waldemar Lopes Cançado, José Lopes Cançado, Alice Lopes Cançado, Dagmar Lopes Cançado, Nair Lopes Cançado, Clara Lopes Cançado, Maura Lopes Cançado, Selva Lopes Cançado, Helena Lopes Cançado. Há mais um filho cujo nome era João Lopes Cançado, mas a família não soube me dizer que lugar ocuparia nessa pequena genealogia. Disseram-me apenas que morreu muito cedo, ainda adolescente. A única coisa que é possível afirmar é que era mais velho que Maura.

⁴ Os Lopes Cançado tiveram destaque na política local e nacional, principalmente, na figura de José Maria Lopes Cançado, primo do pai de Maura. José Maria foi um dos parlamentares que participou da Constituinte de 1946, na bancada mineira, pela União Democrática Nacional (UDN). Segundo Sérgio Soares Braga (1998: 403), José Maria Lopes Cançado, em sua trajetória política, foi vereador em Pitangui pelo PRM (1926-1930). Na década de 1930, militou no PRM, foi deputado estadual constituinte pelo

Affonsina, vinha de uma família igualmente importante em Minas Gerais, os Alvares da Silva, que segundo os relatos de sua neta, com quem conversei em Patos de Minas, constam na lista de descendentes de Dona Joaquina do Pompéu, matriarca que viveu entre o fim do século XVIII e começo do XIX⁵.

Maura cresceu na fazenda, em São Gonçalo do Abaeté. Ainda criança, foi morar em Patos de Minas para cursar o primário, em regime de internato. O ginásio, cursou-o em Belo Horizonte, no Colégio Sacré Coeur de Marie, como fizeram também suas irmãs. Os irmãos estudaram no Colégio Arnaldo, ambos considerados colégios de elite à época. Aos catorze anos, Maura decidiu que tiraria o brevê de aviadora. Iniciou então um curso em Bom Despacho, o qual interrompeu ao começar um namoro com um de seus colegas, com quem se casou. O jovem vinha de uma importante família da região de Bom Despacho, os Praxedes, cujo pai era um Coronel do exército. O casamento deu a ambos um filho, mas não durou muito. Pouco tempo depois do nascimento de seu filho, em três de fevereiro de 1945, o casamento chegou ao fim. Esse momento é também marcado pela morte do pai de Maura.

Nessa época, Maura volta a Belo Horizonte para terminar seu curso de aviação, deixando o filho com sua mãe, que lhe presenteou com um avião - um “Paulistinha

PRM (1935-1937). Durante o Estado Novo, foi um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, em 1943. Manteve um escritório de advocacia em Belo Horizonte (1937-1945). Em 1946 entrou para a UDN.

⁵ Joaquina Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos (viveu de 20 de agosto de 1752 a 17 de dezembro de 1824), esse era o nome completo de Dna. Joaquina do Pompeu (em alguns casos a grafia é “de Pompéu”). Ela foi um importante personagem de Minas Gerais. Diz-se que depois da paralisia que sofreu seu marido, Inácio de Oliveira Campos, Dna. Joaquina tomou conta da fazenda e, entre muitas coisas, enviava gado ao Rio de Janeiro para ajudar D. Pedro I e sua tropa a conquistar a independência do Brasil, e teria lhe enviado um cacho de bananas de ouro, como presente. Pesquisando em alguns *sites* na *internet* encontrei o relato sobre um livro onde o autor atribui à Dna. Joaquina do Pompéu a origem das famílias mais importantes de Minas Gerais. Infelizmente, não encontrei esse livro. Maura, em seu diário, fala, em tom de honraria, que a família de sua mãe tinha ligação direta com Dna. Joaquina, o que parece quase conceder à família título nobiliárquico. Esta é a lista das famílias que descenderiam diretamente de Dna. Joaquina: “Álvares da Silva, Cordeiro Valadares, Abreu e Silva, Souza Machado, Oliveira Campos, Castelo Branco, Melo Franco, Campos, entroncando-se ainda nessa descendência os Capanema, Maciel, Vasconcelos, Pinto da Fonseca, Cunha Pereira, Sigaud, Lopes Cançado, Adjuto, Pinto Ribeiro, Caetano Guimarães, Horta, Pereira da Fonseca, Campos Taitson, Mascarenhas, entre outras” (<http://br.geocities.com/novaeramg/pompeu.htm>).

CAP-4".⁶ O curso, não consegue terminá-lo. Tentou voltar a estudar. Com o apoio da família, matriculou-se no Colégio Isabela Hendrix, mas na última hora não foi aceita, pois era uma moça separada e com um filho. Continuou em Belo Horizonte, onde as dificuldades levaram-na a procurar pela primeira vez uma clínica psiquiátrica. Internou-se pela primeira vez na Casa de Saúde Santa Maria, entre vinte de abril e vinte de maio de 1949⁷.

Entre tentativas e frustrações, depois de gastar sua parte na herança do pai, resolveu viver no Rio de Janeiro e escrever. No Rio, seus escritos chegam até Assis Brasil, que coordenava a seção *O contista novo*, do *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*, o *SDJB*. Maura conviveu nesse ambiente de grande efervescência cultural, publicando contos e colaborando no jornal, entre 1958 e 1961. Nessa mesma época, sucessivas crises nervosas levaram-na novamente a procurar ajuda psiquiátrica. Os períodos de internações aumentaram consideravelmente.

Do conto de fadas aos infortúnios, sua vida pessoal vai ganhando um tom trágico. Em uma de suas internações, Maura mata uma das pacientes. Considerada inimputável, a *medida de segurança* designava que fosse internada em um hospital psiquiátrico apropriado. Como não existia um hospital de custódia para receber mulheres, passou alguns anos entre uma prisão e outra. Em 1980, é concedida a Maura liberdade vigiada. Liberdade que viveu entre uma internação e outra, planejando escrever, mas sem voltar, de fato, a fazê-lo. Faleceu em dezenove de dezembro de 1993, em consequência de "doença pulmonar obstrutiva crônica".

⁶Segundo informações da Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo - FMTSP, e do Centro Contemporâneo de Tecnologia - CCT (<http://www.museutec.org.br>), o *Paulistinha* era um avião de dois lugares, asa alta, estrutura de madeira de tubos de aço cromo-molibdênio, e foi empregado largamente no treinamento de pilotos civis pelos aeroclubes. Contava com um motor norte-americano Franklin, de 65 cavalos, e hélices de madeira fabricadas pelo IPT. Era uma aeronave plenamente adaptada às condições brasileiras: robusta, simples, barata, de manejo e manutenção fáceis. Por essas razões, o *Paulistinha* tornou-se um sucesso de vendas. Foram produzidos 777 aviões. Foram exportadas aeronaves para a Argentina, Paraguai, Chile, Uruguai e Portugal (in <http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/029.html>).

⁷ Ver documento anexado à p. 216.

Maura não entrou para os cânones literários. O livro *Hospício é Deus*, publicado em 1965, foi seu trabalho de maior repercussão. Em 1968, foi lançada uma coletânea de contos que haviam sido publicados tanto no *SDJB* quanto no *Correio da Manhã* intitulada *O sofredor do ver*. No entanto, *Hospício é Deus* é até hoje seu livro mais conhecido e que a tornou conhecida fora do Rio de Janeiro, contudo, sem grande abrangência. Um misto de autobiografia e diário de internação, foi escrito ao longo dos cinco meses que ficou no Engenho de Dentro.

Se, por um lado, Maura Lopes Cançado é um nome pouco conhecido – o que percebi ao longo de minha pesquisa de campo, tanto nos *sites*, quanto em trabalhos acadêmicos –, ele traz consigo a marca indelével da loucura⁸ e, na maioria das vezes, isso se dá pela mistura homogênea entre sua vida e seus livros, isto é, entre Maura Lopes Cançado e *Hospício é Deus*. O livro tem grande força narrativa, o que o faz parecer, muitas vezes, condensar uma vida inteira. No entanto, o que temos são suas memórias de adolescência e o diário, que relata um período bastante curto. Não é possível deixar de lado o fato de que Maura viveu, até sua morte, entrando e saindo de hospitais psiquiátricos. Sua figura está fortemente atrelada ao universo das experiências descritas em seu livro e, sendo assim, definições tais como “louca”, “marginal”, “esquizofrênica de carteirinha”, etc., estão sempre presentes.

Lembro de uma anedota que Descola (2005:69) conta em seu texto *On anthropological knowledge*. Ao explicar a Lévi-Strauss, que era seu orientador na época, sobre como faria suas investigações durante o trabalho de campo na América do Sul, teve a seguinte resposta: “*Laissez-vous porter par le terrain*”. Tentei então me deixar levar, procurei não me fixar ao que conhecia sobre Maura, conhecimento obtido principalmente através da leitura que eu havia feito de seu diário, há anos atrás. O que fiz então foi ir a campo sem prévios diagnósticos psiquiátricos e sem a intenção de fazê-los.

⁸ Seu livro *Hospício é Deus* tornou-se tema de discussão sobre gênero, loucura, esquizofrenia, literatura feminina, etc..

Minha pesquisa de campo foi realizada, principalmente, no interior de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, uma vez que Maura Lopes Cançado viveu, aproximadamente, até os vinte e dois anos em Minas, passando o resto de sua vida no Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, viveu em São Gonçalo do Abaeté, em Bom Despacho, em Patos de Minas e em Belo Horizonte, sempre em épocas diferentes de sua vida. No Rio de Janeiro, viveu na capital até sua morte. O material recolhido é formado por gravações de entrevistas com familiares, conhecidos e amigos de Maura. Em Patos de Minas, fui recebida por dois sobrinhos⁹ de Maura, filhos de seu irmão mais velho. Foram dias de longas conversas, todas gravadas, não apenas com seus sobrinhos, mas com antigos empregados da fazenda, em São Gonçalo do Abaeté, e conhecidos da família e de Maura, que me foram apresentados. Além das entrevistas, recolhi documentos pessoais, cartas e algumas poucas fotos. Através de um longo processo burocrático, consegui o desarquivamento do processo penal no qual Maura figurou como ré, quando da morte da paciente. O processo penal é um documento precioso, porque conta sobre doze anos da vida de Maura. No mesmo, constam históricos de internação, os laudos psiquiátricos, uma carta de Maura ao juiz e muitos documentos anexados, que me deram um mapa dos lugares pelos quais Maura passou ao longo desses anos. Pesquisei em *sites* de internet, encontrando blogs que falavam sobre Maura, principalmente sobre *Hospício é Deus*, reportagens e colunas de jornal a seu respeito escritas por amigos que conviveram com ela, além de alguns livros e artigos acadêmicos que tratam de seu personagem. Encontrei também livros de caráter literário, tanto que republicaram alguns de seus contos, como um romance que tem Maura como uma das personagens da trama. Dos seus livros publicados, privilegiei *Hospício é Deus*, ainda que tenha me voltado em alguns momentos da tese para seus contos, os quais tive acesso tanto nos moldes como foram publicados, através dos microfilmes que pesquisei no

⁹Não citarei o nome dos familiares com quem conversei, a pedido dos mesmos. Refiro-me a eles pela relação de parentesco que tem com Maura, através de nomes fictícios. Isso também se estende aos amigos da família que conviveram com Maura. Serão identificados apenas os nomes de pessoas públicas com quem conversei, seus amigos jornalistas, escritores, etc..

arquivo de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quanto através de seu livro *O sofredor do ver*, publicado em 1968.

Durante meu trabalho de campo, em Patos de Minas, passei muitas horas ao lado de Ana¹⁰, conversando sobre sua tia. Consegui o contato de Ana através de uma feliz coincidência. Uma amiga pessoal, que vive em Belo Horizonte, ligou-me certa noite dizendo que havia descoberto que uma conhecida sua era filha do sobrinho de Maura Lopes Cançado. Falando a essa conhecida sobre meu interesse pela vida de Maura, ela deu-lhe o contato de Ana. Ana, como já disse, é filha do irmão mais velho de Maura. É reconhecida em família como a pessoa que mais sabia sobre a vida de Maura. Ana disse-me que é muito procurada por pessoas interessadas em sua história, em sua maioria pesquisadores de diferentes áreas: psicologia, ciências sociais, cinema, etc..

Acompanhar Maura ao longo do doutorado, de certa forma, foi trabalhar com ambivalências, liminaridades, descontinuidades. Sua imagem está profundamente envolta pela aura da loucura, já que sua vida se deu em grande parte vinculada a hospitais psiquiátricos, e sua escrita também. Estas características estão presentes nas narrativas sobre Maura, personagem que associa a rebeldia de quem caminha na contramão e o indecifrável, que é uma das marcas do universo nebuloso da loucura. Nesse sentido, Maura torna-se boa para romancear, esbanja conteúdo e assim criam-se tensões e versões.

Durante minha estadia em Patos de Minas, em uma conversa com Ana, ela descreveu-me uma foto de Maura, enquanto a procurava em caixas que estavam sobre a mesa da cozinha, lotadas de recordações de família. Ana descrevia-me a foto: Maura ao lado de seu avião, de nome Cesarion, com calças amarelas, cabelos curtos, e lenço no pescoço. Uma bela aviadora arrojada me vinha à mente. Meses após essa conversa, no romance escrito por Pedro Rogério Moreira (2006) intitulado *Bela noite para voar*, onde uma das personagens, Princesa, foi inspirada em Maura, encontrei aquele mesmo

¹⁰ Ana é o nome fictício que atribuí a sobrinha de Maura ao longo de todo o texto.

retrato, com algumas poucas diferenças: Maura, ou Princesa, de *foulard* no pescoço, óculos *ray ban*, indo em direção ao seu avião, um Bonanza de cauda V.

Maura é apresentada como na foto que sua sobrinha descreveu, mas agora colada em um novo álbum: um romance. Pedro Rogério escreveu, também, a partir de suas memórias de infância, nas quais Maura tinha um lugar. O autor morava em Bom Despacho, cidade onde ela freqüentava o aeroclube. Quando criança, diz que passava as tardes olhando o céu da cidadezinha e sabia que um dos aviões era pilotado por uma jovem, o que deveria ser bastante comentado à época, já que Maura era a única garota a freqüentar o clube de aviação. As memórias de Pedro fazem romance com sua princesa de meninice. Maura Lopes Cançado e MLC (a Princesa do livro) são análogas e se trocassem de lugar a diferença não seria considerável: Maura Lopes Cançado, das calças amarelas, lenço no pescoço e cabelo quase raspado, com seu Cap 4 Paulistinha e MLC do *ray ban* e *foulard*, com seu Bonanza com cauda em V.

A foto de Ana, jamais a vi realmente. Procuramos juntas, revirando as caixas e depois de algum tempo Ana concluiu que a foto havia sumido, “infelizmente”, disse-me. No entanto, a imagem ficou em minha memória e o texto de Pedro Rogério a reavivou, refazendo-a em seus detalhes. Se, por um lado, como eu disse, é o conteúdo de sua vida que serve de inspiração, esse conteúdo vem das inflexões, dos pontos de descolamento. Esses detalhes são pinçados, desdobrados e recontados exatamente porque se destacam do restante e trazem a possibilidade do *era uma vez*.

Personagem polissêmico, Maura carrega as características do aventureiro de Simmel, pois sua vida parece, em certos momentos, descolar de um universo mundano, comum e cotidiano. O rebelde, desregrado, os sentimentos extremos, impulsivos, parecem dar o tom e, nesse sentido, ao invés de um trajeto constante, o que aparece é um mapa de picadas, desvios e trajetos incertos. Como então falar de uma trajetória? Se quando iniciei este trabalho havia a intenção de reconstruir uma *trajetória*, tendo em conta a noção de Bourdieu (2002:292), ou seja, *com efeito, a trajetória social (...), define-se como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo*

grupo de agentes em espaços sucessivos, à medida que a análise do material recolhido ganhou corpo, principalmente com o discurso jurídico acrescentado a ela, percebi que todo esse material me levava a uma série de discursos sobrepostos. Narrativas sobre a vida de Maura Lopes Cançado, construídas por ela mesma e por outros (seja nas entrevistas com amigos, familiares, em romances, em reportagens, etc.), sobre ela.

Sendo assim, a intenção tornou-se a de contar uma história. Uma história de duplos, descontínuos, ambivalências. A idéia de *sobreposição de discursos* apresentada por Serge Doubrovsky (1991), no texto *Sartre: autobiographie/autoficcion*, tomou o lugar da noção de *trajetória*, remodelando o formato analítico que, até então, eu vinha tentando dar a tese.

Doubrovsky (1991) ao analisar trechos de episódios semelhantes descritos em duas obras de Sartre, *Les Carnets de la drôle de guerre* e *Les Mots*, se interroga sobre a diferença e a divergência de sentidos que surgem da sobreposição das duas narrativas. Ambas têm um caráter autobiográfico. *Les Carnets* começou a ser escrito em 1939, mas só foi publicado depois de *Les Mots*, de 1964. Este último estaria marcado por uma escrita literária, romanceado, o que implica em um lugar não de *evidências e transparências do verdadeiro*, mas de *constantess redistribuições de sombras e de luz*, segundo Doubrovsky (1991:21). Não reproduzirei aqui os trechos¹¹ escolhidos por Doubrovsky, mas gostaria de me ater à idéia do autor. Ele se pergunta se essa dualidade de versões de um mesmo episódio representaria uma duplicidade ou, de outro modo, se aponta para inverdades. Ele mesmo responde:

Je dirai que la présentation des Carnets est sans doute la plus exacte, mais que le pseudo-épisode des Mots réinventé de toutes pièces est plus "vrai", dans la pure fiction, d'être plus riche, de nous révéler davantage de l'intimité de Sartre, de nous permettre de

¹¹Doubrovsky seleciona três trechos, de cada um dos livros, com as mesmas passagens, denominando cada um como "*biographème*" (biografemas). Em *Les Mots* os trechos são: "1)Le grand-père (...); 2)L'échec relatif de la composition française sur la Passion (...); 3)La mort de Dieu (...). Em *Carnets*: 1)Grand-père, grand-mère, mère (...); 2)Mort de Dieu(...); 3)Composition française(...). (Doubrovsky, 1991: 20-21).

voir fonctionner en lui simultanément le penseur, l'écrivain et l'enfant qu'il est demeuré, ainsi qu'il le reconnaît lui-même à la fin.(Doubrovsky, 1991: 26)¹²

Entre os motivos já citados para essa mudança de caminho está a leitura do processo, que foi o último elemento reunido às fontes. O formato do documento e seus conteúdos, a maneira como ele conduz a vida da ré através de uma temporalidade específica, produz uma narrativa sobre essa vida, apropriando-se dela como se fosse possível estabelecer-lhe um único sentido e direção. Enquanto discurso jurídico, normativo, ele carrega o poder e a intenção de enunciar uma verdade (Foucault, 1999), daí essa apropriação tentar fixar o que interessa das outras narrativas, transformando-a na história oficial.

O que se apresenta então é uma discussão sobre os limites do autobiográfico, do biográfico.

Essa sobreposição de discursos revela, segundo Doubrovsky, uma intensificação narrativa, tal como aquela que começa com o famoso “*era uma vez*”. Voltando a Maura, temos a foto narrada por Ana, ou seja, a jovem de calças amarelas, cabelos curtos, parada ao lado do avião e, sobreposta a essa imagem, temos a mesma foto, em movimento, insistente e intensificada no “*era uma vez*” de Pedro Rogério. Qual das duas me fala mais ou melhor sobre Maura? Parto do pressuposto que as duas.

Sendo assim, este trabalho, desviando de uma trajetória nos moldes de Bourdieu, parte da sobreposição de diferentes narrativas construídas *por* e *sobre* Maura Lopes Cançado, autobiográficas e biográficas, incluindo aqui a documentação. Pensando ainda na idéia de sobreposição, ao esmiuçar os procedimentos de controle dos *discursos*, Foucault aponta para o *comentário* como sendo um desses procedimentos, mas interno. A noção de *comentário* parece se encaixar com a idéia de sobreposição de discurso de Doubrovsky e da dualidade que ela nos mostra dentro dos textos, das

¹² “Eu diria que a apresentação dos *Carnets* é sem dúvida a mais exata, mas que o pseudo-episódio de *Mots* reinventado é mais ‘verdadeiro’, dentro da pura ficção, mais rico, por nos revelar antes a intimidade de Sartre, por nos permitir ver funcionar nele simultaneamente o pensador, o escritor e a criança que ele permaneceu, como ele reconhece a si mesmo ao fim” (Minha versão).

narrativas, fruto desse “contar novamente”. Foucault fala sobre o *comentário* com relação ao discurso: [O comentário] *permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado* (Foucault, 1996: 25). Diz ainda: (...) *o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro* (idem).

Nesse sentido, se por um lado trabalhar com a sobreposição de discursos seja ela de narrativas literárias, autobiográficas, jurídicas ou ficcionais traz algumas tensões e versões, é a partir dessas tensões e versões que me aproximei de Maura. Tentarei mostrar que essas narrativas atualizam, dão movimento e nos permite, como diz Doubrovsky, *ver funcionar* esses vários personagens que compõem uma vida. No texto *Biography and society*, Kathy Davis aponta para essa questão: o material biográfico mostra que não há uma única versão sobre a vida de uma pessoa, elas são muitas. Mais ainda. O material biográfico revela ambivalências e contradições. Nesse sentido, trabalhar com esse material é, fundamentalmente, ir de encontro à multiplicidade de significados e de relações entrecruzadas, constitutivas da vida de um indivíduo.

A tese está dividida em quatro capítulos. Optei por não dar um sentido cronológico aos capítulos, ainda que isso esteja implícito nos acontecimentos narrados, pois a intenção aqui não é de construir uma biografia. Atenho-me, então, principalmente ao período em que viveu no Rio de Janeiro. Maura passou a maior parte de sua vida nesta cidade, na qual faleceu em 1993.

No primeiro capítulo, atenho-me às narrativas do processo. O processo penal, de certa forma, foi a documentação mais longa a que tive acesso sobre a vida de Maura. São doze anos de documentação e, na maneira como se constitui, informa sobre um período da vida de Maura que era até então de difícil acesso. Nesse capítulo, atenho-me também ao homicídio praticado por Maura durante uma internação psiquiátrica. Pensando na noção de *turning point* utilizada por Mandelbaum, quando este autor faz a análise da história de vida de Gandhi, fala sobre um evento específico que reconfigura a vida de um indivíduo, tanto no tempo como no espaço. No caso de Maura, a morte da

paciente a insere em um novo contexto, nesse caso o jurídico, que lhe atribui novos papéis e condutas, marcando sua vida por uma situação de ambigüidade, mas mais do que isso, marcando sua vida de forma definitiva. Alguns dos pontos levantados nesse capítulo são retomados no último.

O segundo capítulo é uma tentativa de esboçar os contextos jornalístico, literário e artístico nos quais Maura estava inserida, no Rio de Janeiro no final dos anos de 1950. Compreender esse contexto foi também uma tentativa de entender a inserção de Maura. Nesse período, Maura passa a viver definitivamente no Rio de Janeiro e começa a escrever para o *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*. É um momento marcado pela dedicação a escrita, com a publicação de seus contos no *SDJB*, pelo convívio com personagens que foram fundamentais em sua vida naquele momento e mais tarde também, e que tiveram grande destaque naquele universo de efervescência cultural. Mas é também um momento marcado pelas internações psiquiátricas, que se tornaram cada vez mais freqüentes. Nesse período estabeleceu-se uma ponte entre o universo psiquiátrico que freqüentava na condição de paciente e o universo literário, como contista do *SDJB*.

No terceiro capítulo, exponho algumas das narrativas que recolhi sobre Maura: narrativas orais, que carregam um caráter biográfico, tanto das entrevistas que realizei com amigos e parentes no Rio de Janeiro (capital) e em Patos de Minas (MG); narrativas escritas, tanto dos trabalhos autobiográficos quanto de reportagens, romance, *sites*, etc.. Retomo também seu livro *Hospício é Deus*, tanto em seus relatos iniciais, quanto no diário de internação, atentando também para as características do gênero. O encontro dessas narrativas, sua sobreposição, aproximações e distanciamentos, constroem versões sobre essa vida, apontam para contradições, repetições, mas ao mesmo tempo atualizam essa história e mostram que não há uma única a ser contada. O quarto capítulo tem como foco privilegiado o primeiro laudo de sanidade mental e o processo em geral. Esse documento apresenta uma intenção biográfica. No entanto, à medida que essa narrativa é tecida pelos peritos na tentativa de recuperar a história de vida de

Maura, revela-se claramente a intenção de apresentar – nesse caso ao juiz – a biografia definitiva sobre Maura. Definitiva, pois enquanto um discurso que tem um status científico e é respaldado pela lei, guarda o poder de enunciar uma verdade. Passo então aos capítulos.

Do processo – ou notas para uma biografia no melancólico Estado da Guanabara.

Carta a um juiz

Rio, 15 de agosto de 1974.

Quero antes de qualquer coisa, agradecer a V. Excia. pelo muito que me tem feito. Sobretudo por me haverdes livrado da idéia infantil de que um Juiz não era exatamente um ser humano, mas qualquer coisa que se me escapava, algo acima de minha compreensão, do meu alcance – e principalmente do meu afeto. Ao constatar vossa humanidade, admiti também que, como ser humano eu vos podia amar. No sentido em que os seres, verdadeiramente humanos, são amáveis. E V. Excia o sois, sei-o, e sinto-me muito feliz com isso porque assim não vos temo, quero-vos bem, muito bem – ainda vossa lembrança deixa-me comovida. Creio associá-lo ao “Grande Pai”, o Adam Kadmon dos cabalistas, Aquêlê que me pode dar minha própria e exata medida. Isto é muito bonito. Sim, pois é ainda através de V. Excia. que novos caminhos se me abrem. Descubro pessoas que me amam, têm-me como gente – e começo também a amá-las, vendo-as e vendo-me, eu mesma, também assim. Isto é: gente. Ajudam-me a sair do meu silêncio e constatar o quanto estive perdida durante toda minha vida. Refiro-me especialmente aos médicos da Biopsicologia, aos quais, recomendásteis-me [sic](...) Por mais paradoxal que vos possa parecer, tudo isto – quero dizer: o crime e suas conseqüências – tornaram-me melhor. Aproximou-me de pessoas lindas (incluo quem vos leva esta carta (...)), deu-me uma segurança que eu antes desconhecia. Não imaginais V. Excia. o que significa para mim ouvir do Fernando: - Sua necessidade de dar e receber foi e é tão grande, que você matou. Já que não podia conter durante mais tempo, dentro de você, tanto amor. Ele devia irromper-se de qualquer maneira. E o seu crime foi um gesto desesperado de amor, Maura. Então eu entendi. E admitindo a dor, parece também que comecei a admitir o amor. (...) Muito obrigada também por me haverdes apresentado o rosto de um Juiz que não saiu de um livro de Kafka. Obrigada porque sois gente. Tudo isso é deveras surpreendente. Eu esperava um Juiz terrível, um semi-deus, cruel em sua frieza. E vos associava a idéia de Deus que me foi imposta na infância. V. Excia. Aparecesteis-me. Julgáveis-me. Mas principalmente buscáveis entender-me. Eu que fui julgada cruel e injustamente durante toda minha vida, não sabia então como existir. As coisas sempre me vieram por caminhos imprevisíveis. Precisava dizer-vos tudo isto. Muito mais ainda. Não o faço para não cansar-vos. Falo-ei em meu livro. Peço-vos perdão por não conseguir manter-me reverente como geralmente se entende reverência. Perdoe-me dizer-vos o que sinto e ano pensais que vos adulo antes

de fazer-vos um pedido. Não pode ser adulação porque é verdade. Sr. Juiz faça de conta que lhe escrevo outra carta. O tratamento Excelência limita-me, é-me insuportável, dispense-mo, lhe peço. Eu tentarei escrever como sei fazer porque assim sou mais eu. Há um curso de Tragédia e Comédia Gregas (envio-lhe o recorte). Eu amo a Grécia, sou apaixonada pelo teatro grego, tenho em casa as peças de Sófocles, Esquilo, Eurípedes e Aristófanes. Meus conhecimentos, adquiri-os sozinha, jamais tive alguém que me orientasse nesse sentido. Este curso me será útil em minha literatura e tudo mais. Até mesmo em minha vida cotidiana. O curso começa amanhã, sexta-feira, dia 16. É apenas uma vez por semana, às sextas-feiras, de 14 às 16 horas. Não creio que minha frequência a esse curso possa prejudicar o sistema disciplinar da casa, levando-se em conta que algumas presas saem semanalmente e passam até dois dias em casa. Uma delas tem seu carro na porta da cadeia, dirige-o, inclusive viajando para outro Estado. É uma infinidade de coisas verdadeiramente escandalosas – que prefiro não mencionar. Segundo pedido: lá fora eu estudava línguas, interrompi ao ser presa. Queria continuar a estudar inglês e alemão (que me são demasiados necessários), os professores viriam aqui, duas vezes por semana. (...) Se o senhor não concordar com meus dois primeiros pedidos, atenda-me pelo menos um deles. (...) Escrever-lhe-ei outras cartas num livro. Já comecei, seu título é Cartas a um Juiz. Trata-se de um livro de contos, cada conto é uma carta dirigida a um Juiz. A propósito, tenho lutado para arranjar um local onde possa escrever aqui. Davam-me uma sela só para mim. Agora tiraram-na. Meu filho está lutando para que ma dêem de novo. Mas isto é ainda secundário, não posso pedir-lhe mais. Não sou datilógrafa, escrevo às carreiras, a pessoa que deverá levar-lhe esta carta está esperando. Não posso passá-la a limpo, peço desculpas por estar bem escrita. Queira-me bem – é o meu pedido mais insistente. Maura Lopes Cançado (Processo penal, fls. 157, 158 e 159).¹³

Nessa época, Maura Lopes Cançado estava na carceragem feminina do Presídio São Judas Tadeu¹⁴, no Rio de Janeiro. Foi de lá que, na manhã de quinze de agosto, escreveu a carta ao juiz. Depois pediu ao médico psiquiatra, que acompanhava seu caso e com quem fazia tratamento, para entregar-lhe. Dizia estar contente por conhecer um juiz que estava longe de ser o que ela sempre imaginara: um personagem kafkiano, encerrado em seu universo burocrático e pouco razoável. Maura pedia para fazer o curso de tragédia grega, enviou-lhe junto à carta um pequeno recorte de jornal com as

¹³Ver documento anexado às pp. 217-219.

¹⁴O Presídio São Judas Tadeu ficava à Rua da Relação, no andar térreo do mesmo prédio onde funcionava a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o DOPS/RJ, denominado, a partir de 1973, de Departamento Geral de Ordem Política e Social, sendo extinto em 1975. Essas informações foram retiradas do site do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.aperj.rj.gov.br/temas/dopsgb.asp>.

indicações sobre o mesmo. Tentava retomar a rotina que tinha antes de estar no presídio, antes da morte da paciente. Não há indícios que tenha conseguido a permissão para fazer os cursos, mas apenas observações sucintas nos autos do processo, feitas pelo promotor, sobre sua carta:

(Ref.Fls. 157/160)

1- *Indispensável que qualquer súplica, por parte da acusada, venha através do curador.*

2- *Pelo prosseguimento.*

Rio, 26.8.74

Promotor (Processo penal, verso fl.160)

A observação do promotor mostra que Maura não tinha essa autonomia, sua situação era a de curatelada. Poderia escrever ao juiz se assim o desejasse, mas teria que lhe enviar os pedidos pelos seus curadores, seus advogados criminais e não pelo psiquiatra. Sua ida para o presídio São Judas Tadeu foi após um período de internação no Hospital Gustavo Riedel, no Centro Psiquiátrico Nacional, entre quinze de maio e dezesseis de junho de 1974¹⁵. Nesta data, teria saído do hospital, sem maiores explicações, segundo o diretor do mesmo:

(...)Maura Lopes Cançado, que fora internada neste hospital , através do ofº (...) da Superintendencia Judiciária, logrou evadir-se em 16.06.74. Exclareço-lhe que, na ocasião da sua internação, esta direção encaminhou a V. Exª. o ofº(...) datado de 15.05.74, informando-lhe que este nosocômio, por funcionar em regime semi aberto, não dispõe de acomodação, para manter internado, sem possibilidade de fuga, pacientes que estejam sob custódia judicial. (Processo penal, fl.146)¹⁶

Maura havia saído do hospital por conta própria, sem nenhum impedimento, e voltado um ou dois dias depois. No entanto, diante da evasão, no dia dezenove de junho foi encaminhada à Delegacia de Vigilância e então ao presídio São Judas Tadeu.

¹⁵ Aproximadamente dois anos depois de ter matado a paciente na Casa de Saúde Dr. Eiras.

¹⁶ Ver documento anexado à p. 220.

Sua situação era bastante complicada, havia matado uma paciente durante sua estada na Casa de Saúde Dr. Eiras, em 1972. A ação penal estava correndo, Maura ainda não havia sido julgada, aguardava sua sentença. Durante esses dois anos que decorreram entre a morte da paciente e a carta que enviou ao juiz, esteve entre um hospital e outro, entre uma prisão e outra e, às vezes, a justiça a perdia de vista, reafirmando o quanto sua situação era indefinida e estranha, mesmo à justiça.

Antes de ser enviada ao presídio São Judas Tadeu, Maura fez o seguinte trajeto: após o crime ocorrido na Casa de Saúde Dr. Eiras continuou internada neste mesmo local por algum tempo, não sem as observações do diretor ao juiz, explicando-lhe que a Casa Dr. Eiras não era um lugar apropriado a uma pessoa na condição de Maura. Ainda assim, lá permaneceu até o dia três de agosto de 1972¹⁷, quando foi transferida para a Clínica de Repouso Valência, em Jacarepaguá. Estas internações eram pagas pelo SEMEG (Serviços médicos Guanabara, Ltda.), uma espécie de convênio que seu filho Cesarion tinha, e que atendia a todos os funcionários da Rádio e do Jornal do Brasil. Trabalhava no Jornal do Brasil nessa época, daí sua mãe ser sua dependente. A transferência foi feita às pressas o que resultou em uma reclamação formal ao juiz da parte do convênio (SEMEG), que se recusava a continuar pagando a clínica já que não havia sido consultado para que a transferência fosse então realizada. Resolvidas as questões, Maura continuou internada nessa clínica, provavelmente às expensas do filho, até o ano seguinte, quando faria, sob determinação do juiz, o exame de sanidade mental. Enquanto estava internada, o processo corria.

O laudo de criminalística saiu e o exame de sanidade mental foi concluído e enviado ao juiz em novembro de 1973. Diante do resultado do laudo, que definia Maura como mentalmente irresponsável e perigosa, o juiz solicitou a pedido do procurador e dos curadores que fosse enviado à Clínica Valência um mandado de prisão para Maura

¹⁷ Ver documento em anexo à p. 221.

e que fosse levada a um manicômio judiciário, tendo em vista o artigo 312 do Código de Processo Penal¹⁸. Maura esperaria lá sua sentença.

É interessante observar que, ao seguir as pegadas de Maura através do processo penal, mesmo curatelada e esperando sua sentença, ou seja, subordinada as práticas legais e psiquiátricas – pra lembrar Foucault, como um sujeito jurídico –, Maura escapa em alguns momentos dessa rede. Isso fica claro pela documentação, pois após a tentativa de cumprir o mandado de prisão preventiva, o delegado enviou um ofício¹⁹ ao juiz no dia vinte e dois de janeiro de 1974, dizendo-lhe que a Clínica Valência havia informado que a paciente Maura Lopes Cançado tinha recebido alta desde seis de abril de 1973.

A justiça não sabia seu paradeiro. Além disso, após ter determinado que Maura fosse encaminhada ao manicômio judiciário, o juiz foi informado pelo escrivão que não havia uma ala feminina no mesmo. Sendo assim, não só não se sabia onde estava a acusada como, nos termos da lei, não havia um lugar para onde pudessem enviá-la, caso fosse encontrada. A esta última notícia o juiz responde da seguinte forma:

*Ao mesmo tempo, ridícula e triste a situação. Ridícula porque constata não contar o sistema penitenciário do mais importante estado da Federação com um órgão especializado para o internamento da acusada, reconhecidamente perigosa. Triste porque, para dar-se à acusada o tratamento de que ela necessita, não ficará sujeita à vigilância que a garantia da ordem pública aconselha. Diga o curador da acusada em que estabelecimento particular deseja interná-la. (Processo penal, fl.98, frente e verso)*²⁰

Este período que esteve distante dos olhos da justiça, Maura passou-o, em parte, junto de seu filho. No entanto, após essa determinação do juiz, em abril de 1974, os curadores e Cesarion escrevem-lhe duas cartas. Cesarion comunicava que Maura estava vivendo em sua casa. Falava também que não tinha mais condições de mantê-la

¹⁸Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indícios suficientes da autoria. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3.11.1967).

¹⁹ Ver documento anexado à p. 222.

²⁰ Ver documento anexado à p. 223.

em uma casa de saúde particular, como sugeria o juiz, e que sua mãe mostrava sinais de instabilidade emocional, colocando em risco sua integridade física:

Portanto, em vista do que foi exposto e considerando, uma vez mais a total impossibilidade de continuar com a responsabilidade de mantê-la em minha companhia e confiando no elevado espírito público do Ilustre Juiz, acredito que a justiça, como se impõe, solucionará o impasse, determinando às autoridades estaduais competentes que promovam o recolhimento da acusada enferma a um estabelecimento apropriado, garantindo dessa forma o tratamento indispensável a segurança sua e de terceiros. (Processo penal, fl.106)²¹

Juntamente com a carta de seu filho foi enviada ao juiz uma carta-ofício dos advogados de Maura. Nesta carta, de dois de abril de 1974, os advogados reiteram a situação legal de Maura. Ainda que a sentença não tivesse saído, no laudo de sanidade mental e os peritos sugeriam que a acusada aguardasse em regime de internação. A carta dos advogados curadores de Maura retomava exatamente esse ponto. Para onde deveria ser levada Maura Lopes Cançado? Diziam novamente que o filho não podia se responsabilizar pela mãe, pois sua situação era instável:

A acusada, na sua irresponsabilidade e doença, está proclamando ser seu propósito vir a este Juízo e se avistar com V. Exa. Também em determinada oportunidade já disse que matará outro para alcançar seu objetivo, isto é, sua internação no Manicômio Judiciário. (Processo penal, fl. 105)

À medida que a carta informa o juiz sobre a condição de instabilidade da acusada, mostra o quanto essa instabilidade poderia ser ameaçadora ao próprio juiz. O mesmo é dito na carta escrita por seu filho, quando em determinado ponto ele diz:

Verifica-se pois, Dr. Juiz, a instabilidade em que vive o signatário, constantemente ameaçado em sua integridade física pela própria mãe, que na sua total irresponsabilidade afirma que comparecerá na sede desse Juízo para avistar-se com V. Exa. (Processo penal, fl.106)

²¹ Ver documento em anexo à p. 224.

Na carta do diretor de Serviços de Normas e Assistência Técnica do Ministério da Saúde há também uma ênfase na periculosidade de Maura. Diz na carta que foi procurado por Maura e que esta se queixou sobre a relação com o filho e que pensava em matá-lo. Diz ainda o seguinte:

Informo a V. Excia. ter sido procurado pela Sra. Maura Lopes Cançado, a qual foi, há pouco tempo, periciada no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. (...) Como se trata de paciente psiquiátrica, que responde a processo criminal (homicídio) e está ao abrigo do “caput” do artigo 22 do Código Penal e, mais ainda, que se evadiu recentemente de uma Clínica particular no Grajaú, julgo importante dar ciência do fato a V. Excia. (...) a paciente em foco (...) pede insistentemente seja determinada sua internação, “até mesmo na Penitenciária de Bangú”(sic). (Processo penal, fl.108)²²

Estas três cartas estão na mesma sequência, sendo que a dos curadores e a do filho de Maura foram apresentadas ao juiz anexadas, ou seja, foram enviadas juntas. A carta do diretor do SNAT tem a mesma data que a dos curadores, dois de abril de 1974. A tentativa aqui é clara, ou seja, forçar o juiz a tomar uma providência diante da situação que se apresentava. Maura deveria ser enviada a um lugar apropriado e o mais apropriado para a justiça era um manicômio judiciário. Mas na falta de uma ala feminina no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, Maura não tinha para onde ir. Daí a pressão sobre o juiz que cuidava do caso na tentativa de que tivesse uma posição mais contundente diante da situação. Até então, ele havia se pronunciado com pesar sobre a condição da acusada, mas nada que pudesse efetivamente resolver a questão de para onde ela deveria ir até a sentença. O último trecho da carta enviada pelos curadores responde o ofício do juiz, recolocando o teor público do problema que se apresentava:

Aqui estamos para informar a V. Exa. que o filho da acusada não tem mais condições materiais para assisti-la. Assim, escapa à nossa vontade e atribuição contribuir para a solução de um problema que é público demais e que felizmente terá na pessoa de V. Exa.,

²² Ver documento em anexo à p. 225.

Juiz que não se omitirá, as reclamações, providências, exigências, junto à administração estadual, para resolver o trágico problema da internação e tratamento de Maura Lopes Cançado e dos resguardos da vida de terceiros neste melancólico Estado da Guanabara. (Processo penal, fl.105)

Sob alguns aspectos, o caso de Maura lembra o de Custódio Serrão, descrito por Sérgio Carrara (1998). Em abril de 1896, Custódio Serrão, um jovem de vinte e um anos, matou Belarmino Brasileiro Pessoa de Melo com um tiro²³. O caso Serrão ficou famoso no século XIX, pois levantava a questão, segundo Carrara, sobre o *destino institucional que deveriam ter indivíduos que, como Serrão, eram considerados loucos e criminosos* (1998:141). O crime despertou uma longa discussão sobre para onde deveria ser encaminhado Custódio: uma prisão ou um asilo psiquiátrico? Seria ele um louco ou apenas um criminoso degenerado, ou ainda um criminoso nato?

Para o diretor do Hospício Nacional à época, Teixeira Brandão, o lugar de Custódio era na cadeia. No entanto, frente a todas as opiniões e pareceres, o juiz considerou Custódio louco e definiu que deveria ser internado no Hospício Nacional de Alienados. Carrara nos apresenta, ao fazer a etnografia desse caso, a dificuldade em lidar com a relação entre crime e loucura e, principalmente, as discordâncias em torno da condição de Custódio, que apontava para questões mais amplas. Uma delas era a disputa entre o poder jurídico e o poder médico psiquiátrico e a outra era a necessidade de separar loucos perigosos dos ditos comuns. Coloca-se, em certa medida, a discussão sobre a necessidade da construção de um manicômio judiciário. Carrara aventava essa hipótese, a qual me parece plausível. A tentativa de Teixeira Brandão de impedir por todas as vias legais que Serrão fosse para o Hospício Nacional poderia ser interpretada como uma tentativa de forçar a discussão sobre a necessidade de se construir um manicômio judiciário, já que não existia um na época. Brandão afirmava que Custódio

²³Belarmino era amigo da família Serrão e tornou-se tutor dos três filhos do casal, após a morte dos mesmos. Augusto, o filho mais velho, havia sido internado em um hospício e Custódio vivia com sua irmã, Irene, na antiga casa de seus pais. Sentindo-se perseguido por Belarmino e com medo de que este o internasse em um hospício também, Custódio o mata em meio a uma discussão.

deveria ir para a cadeia, pois o Hospício Nacional não era o lugar adequado para a sua condição já que não apresentava características de uma loucura intelectual, era lúcido.

Custódio era mais louco, ou mais criminoso? Na falta de um lugar apropriado para que pudesse ser os dois, um louco-criminoso, Brandão enfatizava sua condição de criminoso, ainda que seu discurso por vezes se tornasse dúbio, como neste ofício que envia ao ministro:

Em primeiro lugar, diz o médico, devo informar-vos que o Hospício Nacional, estabelecimento destinado a alienado comum, não oferece a segurança necessária, nem tão pouco tem pessoal em número suficiente para asilar alienados perigosos, alienados criminosos e condenados alienados (OP,31/5/1896,p.2, grifo meu). (Brandão, 1986 apud Carrara, 1998:148).

Nina Rodrigues se pronunciou sobre o caso, contra Brandão, afirmando que no Brasil era a *magistratura e são os tribunais que pleiteiam contra os psiquiatras a irresponsabilidade dos alienados. Não pode ser outra a impressão que deixa o caso médico-legal Custódio Serrão* (Rodrigues, 1897 apud Carrara, 1998:180). A crítica de Nina Rodrigues era diretamente para Brandão e sua insistência em não assumir a irresponsabilidade de Custódio. Nina Rodrigues, munido dos argumentos mais atuais da época, rebatia Brandão apontando Custódio como um louco lúcido, nos moldes das monomanias.

Custódio, por fim, foi considerado irresponsável pelo juiz, e definiu-se que fosse enviado ao Hospício Nacional. O manicômio judiciário foi construído anos após o caso Serrão, quando do assassinato da mulher de um senador da Republica, d. Clarice Índio do Brasil, por um taquígrafo do Senado. O crime revoltou a sociedade carioca e novamente se colocava a questão do manicômio judiciário. A questão da construção do manicômio era levantada em toda sua dubiedade. A sociedade queria a instituição, mas não a enxergava com a finalidade que ela deveria ter, ao contrario, era compreendida como um lugar de punição aos marginais, aos degenerados, aos loucos morais, etc., mas não como um lugar de tratamento. Dubiedade que sempre acompanhou e acompanha esse tipo de instituição.

Em 1921, foi inaugurado o manicômio judiciário. Não é possível dizer que o manicômio tenha resolvido o impasse. No trabalho realizado por Carrara isso fica claro. Já na década de 1980, como mostra sua pesquisa, a dubiedade em cima desse tipo de caso, onde se juntam duas categorias legalmente antagônicas, o louco e o criminoso, se reflete. Carrara mostrou que um manicômio judiciário torna-se muito mais uma prisão do que um lugar de tratamento e, nesse sentido, a *medida de segurança* perde sua função principal já que se aproxima mais de um castigo.

No caso de Maura, quando o juiz determinou que fosse encaminhada ao manicômio judiciário, ele sequer sabia que não havia uma ala feminina. Se, por um lado, a situação masculina estava, aos olhos da justiça do Estado da Guanabara, resolvida, as mulheres erravam de um lugar a outro. Algumas vezes ficavam internadas nas enfermarias de presídios ou eram levadas aos hospitais psiquiátricos, de onde acabavam saindo sem receber o tratamento que deveriam. Como no caso Serrão, onde Brandão enfatizava que o Hospício Nacional não era adequado a Custódio – e do qual chegou a fugir – todos os hospitais para os quais Maura foi encaminhada ressaltavam ao juiz que não eram adequados ao seu caso.

Depois das cartas enviadas pelo seu filho e pelos advogados curadores, como mostrei acima, o juiz determinou que fosse enviada a Colônia Juliano Moreira ou ao Hospital Pedro II (Centro Psiquiátrico Nacional - Hospital Gustavo Riedel). Maura foi então presa na casa de seu filho e levada à Delegacia de Vigilância de onde foi encaminhada ao Hospital Gustavo Riedel. Como já foi dito, Maura saiu do hospital sem autorização, o que foi considerado evasão. Novamente presa, ela foi levada a Delegacia de Vigilância e depois ao presídio São Judas Tadeu. Nesse período, Maura responde ao seu primeiro interrogatório, realizado dia vinte e sete de junho de 1974, na sala de audiência da 26ª Vara Criminal.

No documento que faz referência ao interrogatório²⁴, estão indicadas algumas das questões que Maura teria respondido, tais como: “declarou chamar-se”;

²⁴ Ver documento anexado à p. 226.

“naturalidade”; “residência”; “meios de vida ou profissão”; “se sabe ler e escrever”, etc.. Sobre a residência, de acordo com as anotações do escrivão, Maura teria declarado “não saber o local de sua residência”; sobre os meios de vida teria dito “ser funcionária pública – Ministério da Educação”; sobre ler e escrever teria dito “não saber nem assinar o nome”. Depois do estranhamento ao afirmar não saber sequer assinar o nome, Maura teria descrito os fatos de maneira confusa e contraditória. Seguindo as palavras do escrivão, a interrogada teria declarado que:

Estava cansada de ter que fazer apenas o que os outros queriam que bastava discordar para ser internada em um manicômio, que a interrogada se achava as voltas com milhares de problemas (...) que seu filho (...) a internou na Casa de Saúde Dr. Eiras; que quando se viu naquela casa de saúde que odiava, viu que o único jeito [sic] de se vista mehl [sic], digo, melhor era cometer um crime que entendia que se assim o fizesse seria levada para uma cadeia onde viveria as custas do Estado; (...) que no dia do fato encontrou a vítima com o rosto coberto e a vítima então perdeu para ela a identidade e rasgou o lençol e estrangulou a vítima (...). (Processo penal, fl. 120)²⁵

O documento ao que me refiro é como um resumo do que foi o interrogatório; logo, é formado por apenas duas páginas. Não é possível saber quantas horas durou o interrogatório de Maura, ou mesmo detalhes do que teria dito. Algumas linhas após o que citei acima, informa o escrivão:

(...) que no dia do crime a interrogada viu duas mulheres brigando e uma delas matou a outra e pois-e [sic] a chorar; que a interrogada disse que assumiria a autoria do crime, pois desejava dali sair para a cadeia; (Processo penal, verso da fl. 120)²⁶

Maura conta duas versões diferentes sobre o que teria acontecido no dia do crime. As duas versões criam uma contradição sobre os fatos. No entanto, em nenhum momento, ao longo de toda a documentação de que é composto os autos do processo, essas diferentes versões são comentadas ou fazem levantar qualquer questão. Em julho

²⁵ Ver documento anexado à p. 226.

²⁶ Ver documento anexado à p. 227.

do mesmo ano, 1974, um dos médicos da Casa de Saúde Dr. Eiras, local onde ocorreu o crime, deu seu depoimento. Disse, segundo o escrevente:

(...) que não se encontrava presente por ocasião do crime, que só no dia seguinte tomou conhecimento dos fatos de que trata este processo; que na oportunidade conversou com a acusada que confessou após diversas alternativas a autoria do crime; que segundo ela teria cometido o crime a fim de forçar a sua transferência para o manicômio judiciário que na mesma ocasião a acusada dizia não se lembrar do que ocorrera; que em outras oportunidades lamentou o fato e que ele lhe teria estragado a vida; e segundo informações de enfermeiras, serventes e atendentes a acusada teria colocado um travesseiro no rosto da vítima e sentado em cima. (Processo penal, fl.151)²⁷

Alguns outros depoimentos foram requeridos pelos advogados de Maura, mas não constam nos autos. Maura continuava no presídio São Judas Tadeu, situação contrária às determinações legais. É interessante observar que na carta ao juiz, Maura não faz nenhuma reclamação quanto a esse fato. Ao contrário, agradece por não se deparar com um personagem kafkiano, como o imaginara. No entanto, este papel, a meu ver, cabia a ela. Sua condição era cercada de incertezas e burocracias infundáveis. O processo nos dá essa medida, há uma rotina ordenada e burocrática – no entanto, em casos como o de Maura, ineficiente. A narrativa jurídica se constrói a partir de informações acrescidas aos autos a partir de cada novo documento, ganhando um formato predeterminado. Ainda que o conteúdo dessa narrativa jurídica não seja sempre o mesmo, já que cada caso é um caso, a documentação segue, no entanto, um padrão formal: denúncia, inquérito, ação penal, etc.. Nesse sentido, quando me deparei com a carta escrita por Maura, foi como encontrar um elemento de atualização dessa narrativa jurídica e psiquiátrica que os autos constroem sobre a personagem. A carta é como um elemento vivificador, pois quebra em certa medida com a constância da formalidade, inerente a esse tipo de documentação. Maura retorna, através dessa carta, brevemente, ao primeiro plano. Não é a toa que envia a carta pelo seu médico e não pelo curador, pois este teria que, de acordo com as regras, interpor sua fala entre a de

²⁷ Ver documento anexado à p. 228.

Maura para o juiz²⁸. Como curatelada não poderia se dirigir ao juiz senão por intermédio de seus curadores, jamais por si mesma. Maura não poderia assinar a carta. Mas assinou-a. A carta remete-me à passagem descrita por Gagnebin²⁹, sobre o episódio da cicatriz de Ulisses, ou seja, esta como um elemento que possibilita o reconhecimento do personagem, a atualização da narrativa e sua distensão...

Do crime

Era 11 de abril de 1972. Maura Lopes Cançado deu entrada à Casa de Saúde Dr. Eiras, internada desta vez pelo filho, Cesárion Cançado Praxedes. Maura foi encaminhada à enfermaria coletiva, uma vez que não tinha direito a quarto individual³⁰. Lá tinha acesso a outras pacientes e podia sair do local livremente. Recolheu-se às vinte horas e trinta minutos e, segundo a atendente, mostrava-se calma. Por volta das vinte e três horas e quarenta minutos Maura foi até o consultório médico e lá encontrou a servente, que preparava o lanche para o médico de plantão. Disse-lhe, sem rodeios, que

²⁸ Nos autos do processo penal, toda a narrativa atribuída a Maura é sempre uma narrativa contada, seja pelo médico, pelo escrevente, pelos curadores, pelo seu filho, pelas testemunhas, etc.. O único momento, dentro dessa documentação, em que Maura se coloca em primeira pessoa é na carta acima citada. Mariza Corrêa fala sobre essa característica do processo em seu livro *Morte em família: Em termos formais, o réu é sempre o sujeito a quem se dirigem todos os documentos a ele referentes (sentenças, recursos, etc.), o sujeito do diálogo estabelecido com a justiça e a quem ela, por seus agentes responde. Em termos reais o acusado, desde que entra na polícia até o momento em que sai livre ou passa para outra esfera, a penitenciária, só fala através desses agentes e é sempre referido na terceira pessoa do singular e no passado. Seus depoimentos são sempre interrogatórios onde se registram apenas as respostas na linguagem de quem dita – o delegado ou o juiz – as perguntas. Todas as interferências de sua parte no processo são feitas por seu advogado, na maioria das vezes sem o seu conhecimento* (Corrêa, 1983:40).

²⁹ Para lembrar o texto de Jeanne Marie Gagnebin (2006), “O rastro e a cicatriz: metáforas da memória”, no livro *Lembrar escrever esquecer*.

³⁰ A internação de Maura Lopes Cançado na Casa Dr. Eiras foi custeada pela Semeg, uma entidade médica que prestava serviço a S.A. Jornal do Brasil, no qual trabalhava Cesarion Cançado Praxedes à época, e do qual Maura constava como dependente.

havia matado uma das pacientes. A servente, confusa, foi imediatamente à enfermaria. Lá chegando, constatou que uma das pacientes estava mesmo morta.

Era uma jovem de dezenove anos³¹, cabelos curtos, estatura baixa, tez morena, que dormia em uma das enfermarias. Segundo o laudo do Instituto de Criminalística³², a jovem foi morta por estrangulamento, tendo sido utilizado uma faixa de tecido rasgada de um lençol, mas não apresentava sinais de luta. Ao se deparar com o corpo sobre a cama, a servente avisou sua colega, que chamou o médico de plantão. Chegando à enfermaria, o médico encontrou a paciente e, logo em seguida, Maura. Segundo ele, Maura aproximou-se e, assumindo a responsabilidade pela morte da jovem, teria dito, em tom de justificativa, que: *queria mudar de casa de saúde e que havia chegado à conclusão que matando alguém seria a melhor maneira de conseguir isto uma vez que assim teria certeza de que seria transferida para um manicômio judiciário* (Processo penal, fl. 25).³³

A polícia foi então acionada e o inquérito³⁴ instaurado para que fossem apurados os fatos. Na mesma noite, o delegado de plantão da 10ª Delegacia Policial do Estado da Guanabara foi ao local do crime. Sua descrição dos acontecimentos começa assim:

*Serviço do dia 11 p/ 12 de abril de 1972 – terça p/ quarta-feira
(...) Homicídio Doloso – praticado por Débil Mental. (Processo penal, fl.4) ³⁵*

³¹ Ver documento anexado à p. 229.

³² O laudo de criminalística é composto de treze páginas (Processo penal, fls. 55 a 68), onde constam os resultados do exame que consistem em exame do local da morte, exame do cadáver, exame do ferimento, outros elementos, a conclusão e fotos do local e da vítima.

³³ Segundo relato do escrivão durante as declarações do médico inquirido. Ver documento anexado à p. 230.

³⁴ Segundo Lopes Jr., o inquérito ou instrução preliminar, seria o conjunto de atividades desenvolvidas por órgãos do Estado, a partir de uma notícia-crime, com caráter prévio e de natureza preparatória com relação ao processo penal, e que pretende averiguar a autoria e as circunstâncias de um fato aparentemente delituoso, com o fim de justificar o processo ou o não-processo. (Lopes Jr., s/d:3)

³⁵ Depois disso, continua dando detalhes de como recebeu a denúncia, o horário – às 0h50 –, quem foi o responsável pela mesma – o médico de plantão –, descreve a forma da morte, os nomes e filiação tanto da acusada quanto da vítima, apontando os motivos alegados pela acusada e por fim falando das providências que tomou, como chamar o Instituto de Criminalística e seu perito, pedir a remoção do corpo ao I.M.L. e entregar o objeto utilizado no crime – uma tira de tecido –, ao cartório. Ver documento anexado à p. 231.

Esta definição vai permear toda a ação penal que se iniciará.³⁶ O fato de Maura estar internada em um hospital psiquiátrico quando cometeu o crime a definiu de antemão como “débil mental” e esta definição é a que prevalecerá no desenrolar da história. Esse primeiro momento do inquérito define bem a situação conflitante que aparecerá ao longo do mesmo. Uma vez sugerida a noção de “débil metal”, ou mesmo “doente mental”, ao lado de “homicida”, há, necessariamente, uma ressignificação do próprio crime.

Nas páginas que compõem o inquérito, instaurado a 28 de abril de 1972, a maioria das narrativas – seja do delegado descrevendo o acontecimento, seja do filho juntando documentos sobre a mãe, seja dos advogados de Maura, dos inqueridos, etc. – estruturam-se em torno desta noção. Não seria exagero dizer que a documentação do inquérito – que informa de maneira preliminar o processo penal – tem como fio condutor principal, a noção de “doente mental”. Logo, o que antes eram internações corriqueiras, comportamentos habituais, tornam-se indícios para este momento investigatório.

No dia seguinte ao ocorrido, durante a segunda visita do delegado ao hospital, este pôde conversar com um dos diretores da Casa de Saúde Dr.Eiras, o qual esclareceu-lhe que a acusada era pessoa de “muita agressividade”, que se tratava naquele hospital desde 1962, passando por várias internações; disse-lhe ainda que era pessoa instruída, que era jornalista e que havia escrito livros, e que naquele momento encontrava-se medicada, portanto, não poderia ser ouvida.³⁷

Cesarion Praxedes Cançado, filho de Maura, já sabendo do acontecido, escreveu uma carta ao Delegado colocando-se a disposição para colaborar no “esclarecimento da verdade” e que, ciente da competência e do zelo do Delegado, sabia que este *não só*

³⁶Ainda que na Ação Penal toda a informação preliminar, que cabe ao Inquérito, não possa ser usada como prova cabal. Uma vez iniciada a ação, ou seja, o processo criminal, novas investigações são feitas, novos depoimentos colhidos, invalidando ou reafirmando os anteriores, feitos durante o Inquérito Policial.

³⁷ Segundo *Aditamento ao Registro n 1722*.

*levantará os elementos de fato como, também, determinará a mais completa investigação da personalidade*³⁸ da acusada. Na carta pede, ainda, que fossem incluídos aos autos alguns documentos que julgava serem importantes. Os documentos são formados por declarações de internações de todos os hospitais psiquiátricos pelos quais Maura havia passado até aquela data. Estas declarações foram feitas entre os dias 12 de abril e 18 de abril de 1972.

Os documentos mostram que a primeira internação de Maura foi entre 20 de abril e 20 de maio de 1949, na Casa de Saúde Santa Maria LTDA³⁹, em Belo Horizonte, aos 19 anos, quando lá residia. A segunda foi no Rio de Janeiro, em 1957, no Hospital Gustavo Riedel⁴⁰, Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro, mesmo local onde se internou em 1959 e escreveu parte do seu diário. Essa primeira internação se deu entre novembro de 1957 e fevereiro de 1958. Contudo, segundo Maura, houve outras internações antes das realizadas no Engenho de Dentro, como a da Clínica de Repouso do Alto da Boa Vista e do Sanatório da Tijuca. Seguindo seu relato do *Laudo do Exame de Sanidade Mental*, teria dito aos médicos que:

*Julgando-se doente e depois de procurar o diretor da Clínica de Repouso do Alto da Boa Vista, lá internou-se, agora pela segunda vez, às expensas do amante*⁴¹. Permaneceu hospitalizada cerca de dois meses e, nesse período, “um dos mais doentes” da sua vida, mostrou-se particularmente agressiva e violenta. Essa circunstância determinou sua transferência para o Sanatório da Tijuca, onde houve necessidade até de “quarto-forte”, só melhorando após receber tratamento insulino-terápico. (Processo penal, fl. 79)⁴²

³⁸Trecho retirado da carta de Cesarion Cançado Praxedes. Ver documento anexado à p.232.

³⁹ Ver documento anexado à p. 216.

⁴⁰ Ver documento anexado à p. 233.

⁴¹ Tanto em seu livro *O Hospício é Deus*, quanto no *Laudo do Exame de Sanidade Mental* (à folha 79), Maura fala sobre um período de sua vida no qual teria vivido às expensas de um milionário. Nessa época, diz ter vivido no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Diz ainda que foi presenteada com um apartamento montado que ocupava tudo um andar, mas que preferia morar em hotéis. Lendo o *Laudo de Exame de Sanidade Mental*, o que percebo é uma repetição das histórias contadas por Maura no *Laudo*, elas parecem um resumo de seu livro autobiográfico, *O Hospício é Deus*.

⁴² Ver documento anexado à, p. 234.

Em 1959, constam duas entradas e duas saídas no Hospital Gustavo Riedel. Em 1960, foram três entradas.⁴³ Em 1961, teve uma entrada e saída entre 17 de agosto e 24 de agosto deste ano. Em julho de 1962, internou-se na Casa de Saúde Dr. Eiras⁴⁴, voltando ao Hospital Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro, em 30 de julho e evadindo em 31 de julho de 1962, um dia apenas. Ainda em 1962, voltou à Casa de Saúde Dr. Eiras, entre setembro e novembro. Nesta mesma data, tão logo saiu da Casa Dr. Eiras, deu entrada no Sanatório Botafogo S.A.⁴⁵ e lá ficou entre 21 de novembro 1962 e 26 de janeiro de 1963. Cinco meses depois, retornou ao Hospital Gustavo Riedel – era 12 de junho de 1963. Foi então transferida para o Bloco Médico Cirúrgico⁴⁶ em de setembro de 1963.

Logo após a alta do Bloco Cirúrgico, Maura volta ao prédio do Hospital Gustavo Riedel, saindo no dia 3 de dezembro de 1963; um mês depois, em janeiro de 1964, retornou e ficou por 5 dias, recebendo alta no dia 8 de janeiro de 1964. Depois desta data, segundo a documentação anexada aos autos do processo, Maura teria ficado dois anos sem se internar, voltando a fazê-lo em 1966, na Clínica Bela Vista⁴⁷, em Jacarepaguá. Essa internação foi a mais longa registrada, ao todo um período de um ano e dois meses. Na época foi custeada pelo IPASE (Instituto de Previdência Assistência

⁴³ Ao comparar as datas das entradas e saídas de 1960 (8 de março a 4 de agosto; de 9 de junho a 23 de junho, data de mais uma “evasão”; e de 20 de julho a 7 de fevereiro de 1961), noto que há um desencontro no documento, pois se Maura já estava internada entre 8 de março e 4 de agosto de 1960, como poderia ter dado nova entrada em 9 de junho de 1960 e ter “evadido” em 23 de junho do mesmo ano? Talvez um erro do documento, ou talvez datas realmente desconhecidas pela desorganização aparente do local. Maura relata a fuga de pacientes em seu diário e ela mesma, pelas evasões, mostra que sair não era algo tão complicado, pois ainda contavam com a ajuda de alguns dos responsáveis pelos pavilhões.

⁴⁴ Ver documento anexado à p. 235.

⁴⁵ Ver documento anexado à p. 236.

⁴⁶ A sigla B.M.C. faz referência ao Bloco Médico Cirúrgico que existia no Centro Psiquiátrico Nacional (CPN), no Engenho de Dentro. De acordo com o *Regimento do Serviço Nacional de Doenças Mentais*, de 1944, seção III, consultado à página <http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaTextoIntegral.action?id=13390>, o Centro Psiquiátrico Nacional compreendia: I – Bloco Médico Cirúrgico (B.M.C.); II – Seção de Fisioterapia e Fisiodiagnóstico (S.F.F.); III – Laboratório; IV – Farmácia; V – Instituto de Psiquiatria (I.P.); VI – Hospital Pedro II (H.P.); VII – Hospital Gustavo Riedel (H.G.R.); VIII – Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil (H.N.P.I.); IX – Hospital de Neuro-Sífilis (H.N.S.); X – Administração; XI – Secretaria.

⁴⁷ Ver documento anexado à p. 237.

dos Servidores do Estado), pois, a partir de 1961, Maura foi admitida no Ministério da Educação, trabalhando como escrevente datilógrafa. Segundo Maura, o emprego foi obtido através de um amigo influente da família. Diz lembrar-se de ter ficado neste trabalho em torno de 8 anos, sempre entre uma licença e outra para internar-se. Em 1971, volta ao Sanatório Botafogo S.A., e em 11 de abril de 1972 foi internada pelo filho na Casa de Saúde dr. Eiras, dia em que aconteceu o crime.

Esses documentos mostram uma vida de idas e vindas, entre hospitais psiquiátricos, a casa de seu filho, hotéis, pensões e casas de amigos. Ao todo são mais de dezenove internações, somando mais de quatro anos de reclusão. No entanto, não é possível afirmar que estas tenham sido as únicas internações. Acredito que houve outras, mas não foram incluídas nos autos.

Maura conta tanto no diário quanto no relato aos peritos, durante o exame de sanidade mental, que buscou a maioria de suas internações por conta própria. Algumas foram realizadas pelo filho, como a de março de 1971 e outra em 1972, pouco antes da internação que resultaria na morte da paciente. Segundo os relatos do exame de sanidade, Maura teria dito que o filho a internou, pois estava “praticando atos inconseqüentes”, como o de ter internado no Hospital Pinel uma amiga surda-muda, que se encontrava em sua companhia, pessoa com a qual travara relações de amizade quando ambas estavam internadas no Engenho de Dentro.

A documentação anexada ao inquérito, a pedido dos advogados e do filho de Maura, tem a intenção de reiterar o que parecia implícito no contexto do crime (dado que Maura estava internada em hospital psiquiátrico), ou seja, trata-se de uma “doente mental”. Era preciso ressaltar isso. A documentação está imbuída dessa preocupação. Esse dado alimenta-se a cada novo documento, a cada nova prova, a cada novo depoimento, adensando-se, ganhando corpo. Contudo ele não está sozinho. Se, em alguns momentos do texto, temos mais a “doente mental”, “débil”, “louca”, em outros, isso é diferente, pois a figura da “homicida” é recuperada. Ao recuperar essa figura, o inquérito aponta para o conflito que existe quando uma paciente psiquiátrica torna-se,

também, uma criminosa. Em uma carta enviada ao Delegado pelo diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras, essas duas noções são confrontadas e a figura da homicida se sobrepõe à da doente mental. Isso acontece também no *Auto de Exame Cadavérico e no Laudo do Instituto de Criminalística*, já que nestes últimos temos um encontro direto com o crime, na figura da morta, na descrição da morte e dos sintomas que definem a *causa mortis*.

A carta recupera o estatuto de homicida opondo-o ao de doente mental, à medida que enfatiza a periculosidade de Maura e a impossibilidade da mesma continuar como paciente naquela casa, uma vez que tirou a vida de alguém. Diz a carta:

A pedido da Direção Médica desta Casa de Saúde,(...), solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências no sentido de a/ paciente Maura Lopes Cansado [sic], acusada do homicídio objeto do Inquérito no 205/72, ser transferida para outro local que seja adequado à sua periculosidade e situação jurídica, tendo em conta os riscos e a impossibilidade em que nos encontramos em mantê-la aqui internada por mais tempo(...). (Processo penal, fl. 14)⁴⁸

A carta continua e tem anexada a ela um relatório com o parecer do diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras, sobre Maura:

Como V. S. tão bem sabe na moderna concepção de assistência psiquiátrica ressalta o valor da componente socioterápica de tratamento, mediante a qual se vai juntar (...) a benéfica influência de um ambiente acolhedor e propício à formação de ajustes positivos. Como conciliar essa filosofia assistencial dominante com a presença nesta Casa de Saúde de uma paciente que pôs fim a vida de outra? Quantos receios, preocupações, insônias determina tal presença que faz desencadear nas enfermas permanentes e prejudiciais fantasias de que estejam a correr o risco de serem atacadas também?(...) A despeito de todos os esforços médicos no sentido de neutralizar a influência prejudicial que a citada cliente vem criando pouco se tem conseguido, razão porque julgo sua presença tecnicamente desaconselhável até para ela própria, suficientemente apta à compreensão da repulsa que causa e dos receios e até rancores que desperta em suas companheiras de hospitalização. (Processo penal, fl. 15)⁴⁹

⁴⁸ Ver documento anexado à p. 238.

⁴⁹ Ver documento anexado à p. 239.

Aqui, Maura é menos “paciente” e mais “homicida perigosa”; é menos “doente mental” e mais “presença maléfica”, capaz de provocar insônia e fantasias mórbidas. Maura é “presença repulsiva” e “consciente”, em oposição às “enfermas permanentes”. Tudo isso afasta a noção de doente mental e aproxima de Maura a noção de assassina, mas não só. O discurso do diretor sobre a lucidez de Maura e sua característica repulsiva traz à tona a figura do louco lúcido e moral em oposição à loucura fantasiosa e pura das outras pacientes. Como no caso Serrão, mas um século depois, o diretor da casa Dr. Eiras queria demarcar a diferença entre Maura e as outras pacientes, enfatizando que aquele hospital não era seu lugar. Além disso, a junção do crime a loucura parece desencadear um tipo de narrativa atrelada à moral, tornando-se duplamente excludente. De um lado, a loucura reconhecida e, de outro, o crime que torna o louco repugnante, pois amoral.

A condição de homicida transforma Maura, para o diretor da Casa de Saúde, em algo que não se enquadra às categorias com as quais aquela Casa tratava: não havia mais um problema de saúde, ou seja, de doença, ao contrário, naquele momento para o diretor havia uma criminosa, portanto, era um problema para a justiça. A leitura dessa carta mostra a incompatibilidade entre o louco e o criminoso, recuperando e, de certa forma, antecipando a incompatibilidade que marca essas duas noções do ponto de vista jurídico e psiquiátrico. Diz Foucault:

É necessário optar, porque a loucura apaga o crime e, inversamente, o crime não pode ser, em si, um ato que se arraiga na loucura. Princípio da porta giratória: quando o patológico entra em cena, a criminalidade, nos termos da lei, deve desaparecer. A instituição médica, em caso de loucura, deve tomar o lugar da instituição judiciária. (Foucault, 2002:39)

O inquérito é o prenúncio do que será o trajeto cumprido por Maura ao longo de todos os anos de processo. Esse antagonismo será posto de maneira enfática depois, na ação processual, quando do julgamento e da sentença, para que apenas uma das definições prevaleça: ou homicida ou doente mental. Prevaleça em tese. Contudo, a

sentença de Maura só foi dada em 1974, mais de dois anos depois do ocorrido. Enquanto isso, no inquérito o que se tem é o lugar para o encontro de improváveis, um lugar onde os opostos ainda podem coabitar, mas em constante disputa, anunciando uma separação definitiva. Nesse momento, Maura flutua entre as definições que lhe são atribuídas – homicida e doente mental – sem estar fixada a nenhuma delas, mas à sombra de ambas. Não é nenhuma e todas ao mesmo tempo. Esse espaço de encontro de antagônicos – como homicida e doente mental – é possível no inquérito, graças às suas características de autonomia e instrumentalidade. Segundo Lopes Jr., a autonomia está relacionada ao inquérito ser considerado um procedimento pré-processual e, assim sendo, autônomo com relação ao processo e diferente deste, pois no inquérito não há réu, não há pretensão acusatória, mas anunciativa de um crime.

Apesar de um texto de caráter probatório, o inquérito não pode ser tomado como prova cabal no processo, uma vez que esse deve refazer as investigações, chamando novamente as testemunhas, a acusada, analisando novamente os documentos, etc.. Sua autonomia está, também, no fato dele não resultar, necessariamente, na abertura de um processo penal. Da mesma forma, um processo penal poder ser aberto sem, necessariamente, existir um inquérito.

Sua instrumentalidade é fruto de estar a serviço do processo: não tem como objetivo estabelecer uma pena ou fazer justiça, mas instruir o processo se este se estabelecer, caso contrário o inquérito será arquivado. Sendo assim, este momento pré-processual, em sua concepção, não é um momento de julgamentos, não existe culpado, tampouco sentença. O que há é a apuração dos fatos, o que nos termos jurídicos seria buscar a autoria do crime (o criminoso), e a materialidade (as provas de que o crime aconteceu, nesse caso, através do corpo e do exame cadavérico). É o momento onde, juridicamente, essas categorias – louco e criminoso – parecem poder conviver, mas como escapar às definições?

O inquérito, com sua pretensa isenção de julgamento, parece não escapar às imposições da noção de doente mental, quando ela está em jogo. Se, por um lado, ele

segue uma série de procedimentos formais, ordenados a partir de uma lógica jurídica, constituindo por fim uma documentação que se pretende apenas informativa sobre determinado delito, a leitura dessa documentação mostra que a apuração dos fatos na fase do inquérito acaba tendo uma característica, a meu ver, de prejulgamento, pois vai guiar todas as etapas seguintes. Nas páginas que compõem o inquérito, instaurado a 28 de abril de 1972, a maioria das narrativas – seja do delegado descrevendo o acontecimento, seja do filho juntando documentos sobre a mãe, seja dos advogados de Maura, dos inqueridos, etc. – se estruturam em torno desta noção. Não seria exagero dizer que a documentação do inquérito tem como fio condutor principal, a noção de doente mental. Para Zarias, esta noção *não fornece somente a estrutura narrativa para a elaboração de relatos escritos ou falados, mas também para a observação de certos eventos de maneira que se encaixem a esta noção previamente estabelecida* (Zarias, 2003:114), e isso ficará mais claro na análise dos laudos, no capítulo final. É claro que as noções de homicida, criminosa, estão presentes e, em muitos momentos, como falei anteriormente⁵⁰, se sobrepõem à de doente mental. No entanto, vê-se uma cristalização da noção de doente mental ao longo do processo; ela é a que permanece e o inquérito sugere sua importância. Sobre o modelo do inquérito, Foucault diz o seguinte:

Esse modelo judiciário do inquérito repousa sobre todo um sistema de poder; é esse sistema que define o que deve ser constituído como saber; como, de quem, e por quem é extraído; de que maneira desloca-se e transmite-se; em que ponto acumula-se e dá lugar a um julgamento ou a uma decisão. (Foucault, 1997: 21)

⁵⁰ Ainda que em muitos momentos a categoria homicida se sobreponha à de doente mental, principalmente nas documentações já citadas, em que médicos ou diretores de hospitais psiquiátricos enviavam pareceres sobre a impossibilidade de Maura permanecer em alguns hospitais. No entanto, é essa categoria que acaba informando mais enfaticamente o inquérito, guiando a ação penal e mesmo a sentença. Lembrando o que foi citado na primeira parte deste capítulo, sobre as versões contraditórias de Maura sobre o crime, ou seja, uma na qual teria matado e a outra na qual teria assumido o crime de outra pessoa, esta última não é sequer comentada. Não seria exagero dizer que essa versão é vista – na maneira como a documentação não a leva em conta – como a versão delirante de Maura sobre o crime.

É interessante observar que ainda que seja considerado um momento onde não se constituiu um réu, o inquérito já anuncia o que deve ser colocado em cena, o que deve ser colocado em primeiro plano. No caso de Maura, a noção de doente mental. A partir daí, o saber psiquiátrico é acionado e medidas específicas são tomadas. Por exemplo, foi durante o inquérito que se realizou o exame de sanidade mental.⁵¹ O inquérito atribui uma direção à situação. O que fazer com Maura Lopes Cançado? Já que se tratava, nas palavras do delegado, de uma *portadora à evidência de doença mental* (processo penal, fl.31). O conflito entre as categorias de louco e criminoso, apontado pela documentação em questão, tem seu foco na figura de Maura. Se, por um lado, o conflito é enunciado no inquérito em tom informativo, normativo e burocrático, essas informações são também indícios do conflito que se estabeleceu sobre a vida de Maura.

Depois que o diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras enviou a carta ao delegado pedindo sua transferência, este, ciente do problema que se formara, designou um detetive para *procurar e informar se algum estabelecimento hospitalar, particular ou oficial, [teria] condições de receber e custodiar a enferma Maura Lopes Cançado* (Processo penal, fl. 22). Esse ofício foi enviado ao escrivão em de maio de 1972. A resposta dizia o seguinte:

Cumprindo o determinado (...), precedi às necessárias investigações e consegui apurar que, dos estabelecimentos oficiais, o único que recebe enfermas nas condições de Maura Lopes Cançado, é a enfermaria da Penitenciaria de Bangú. Quanto aos estabelecimentos particulares, somente a Casa de Saúde Dr. Eiras, recebe insanas mentais e tem convênio com Institutos de Previdência Social. (Processo penal, fl. 30)⁵²

Contudo, a Casa de Saúde já havia requisitado a saída de Maura do hospital. Sobrara, então, a enfermaria da penitenciaria, na falta de um manicômio judiciário feminino. Avisados do pedido de transferência de Maura da Casa Dr. Eiras, seu filho e

⁵¹De acordo com o Código de Processo Penal, capítulo VIII, intitulado *Da insanidade mental do acusado*, diz o Art. 149. *Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal. § 1o O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.*

⁵² Ver documento anexado à, p. 240.

os advogados escrevem ao delegado. A carta tem um tom de protesto e aponta a Casa de Saúde Dr. Eiras como negligente, uma vez que não havia lá uma enfermagem vigilante, capaz de impedir o crime e, uma vez este ocorrido, o hospital furtava-se a sua obrigação e finalidade, pedindo a saída de Maura. A carta é de dezessete de maio; já havia transcorrido um mês do crime, tempo previsto para que o inquérito fosse distribuído ao Ministério Público. O advogado pediu ao delegado que o fizesse. Na sequência de protestos e pedidos que marcam a carta, um deles chama mais atenção. Pede o advogado ao delegado:

(...) encareça ao ilustre Dr. Juiz e ao ilustrado representante do M.[Ministério] Público a conveniência social de ser decretada a prisão preventiva da indiciada, Maura Lopes Cançado, a qual não se acha, à evidencia, em condições de retornar ao convívio social, por sua manifesta periculosidade. (...) Também que aquele Juízo decida, na sua alta sabedoria e certamente levando em conta os elementos esclarecedores sobre a paisagem real da assistência hospitalar da Guanabara que V. S. lhe facultará (no Manicômio Judiciário não há pavilhão feminino) – decida onde deve ficar a requerente, devidamente assistida e tratada, em casa de saúde idônea e que não se confunda com aquelas que se dizem incapazes para outra operação que não seja o faturamento na previdência social. (Processo penal, fl. 28)⁵³

A tentativa era, através do delegado, acionar o juiz para que este encontrasse uma saída. Cientes da inexistência de um lugar que acolhesse uma “doente mental e criminosa”, dentro dos moldes do que previa a lei, os curadores de Maura recorrem à estratégia de pedir sua prisão preventiva. Em um ofício, o delegado responde a esse pedido, ordenando que fossem enviados os autos ao juiz da Vara Criminal:

Sejam os presentes autos remetidos ao M.M. Dr. Juiz (...) competente por distribuição a cujo magistrado solicito medidas cautelares visando a segurança não só social como a da indigitada autora do homicídio apurado nestes autos, portadora à evidência de doença mental. Tais pressupostos impedem-me requerer Prisão Preventiva. Permita-me sugerir a custódia, ou internação no Pavilhão Feminino da Penitenciária de Bangu. (Processo penal, fl. 31)

⁵³ Ver documento anexado à p. 241.

A Casa de Saúde Dr. Eiras havia pedido a transferência de Maura; contudo, lá permaneceu mais um tempo. Após o pedido do advogado pela prisão preventiva, o delegado encaminhou o caso ao juiz, e sugeriu ao mesmo sua internação, uma vez que não poderia pedir a prisão preventiva de uma pessoa que ele havia reconhecido – *à evidência* – como doente mental. Era então dezessete de maio de 1972.

De posse dessa informação, ainda durante o inquérito, como previsto no Código do Processo Penal⁵⁴, o juiz e o promotor pediram o exame de sanidade mental que, para a Justiça, esclareceria em bom termo a situação psicológica de Maura. A função do exame era mostrar se ela realmente estava nas condições descritas no artigo 22⁵⁵ no momento do homicídio, se era ou não uma doente mental. O advogado de Maura, também seu curador, encaminhou algumas questões aos peritos que fariam o exame. Enquanto não acontecia, Maura ficou em regime de internação na Casa de Saúde Dr. Eiras e, em agosto de 1972, foi transferida à Clínica de Repouso Valência. Essa clínica aceitou ter Maura como paciente nas condições de não ser responsabilizada em caso de fuga, já que trabalhava como uma comunidade terapêutica, dando grande liberdade aos seus internos.

Segundo o Código de Processo Penal em vigência na época, o exame de sanidade mental não poderia durar mais que quarenta e cinco dias. Salvo se houvesse algum tipo de dificuldade da parte dos peritos, esse prazo poderia aumentar. Além disso, os peritos poderiam ter acesso aos autos do processo, como o tiveram, uma vez

⁵⁴ O Artigo 149 do Código de Processo Penal, localizado no capítulo VIII, intitulado *Da Insanidade Mental do Acusado*, diz o seguinte: Art.149. Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal. O inciso primeiro diz ainda: § 1º O exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.

⁵⁵ Diz o Artigo 22 do Código Penal de 1940: Art. 22. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.* Redução facultativa da pena.* Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

que nesse caso não havia o comprometimento das investigações. Não há informações precisas, mas algumas datas indicam que o exame de sanidade foi feito em etapas que duraram meses, quase um ano: os exames clínicos foram feitos em novembro de 1972, e que o eletroencefalograma também; o teste psicológico foi realizado em junho de 1973. Seguindo as datas da documentação, a entrega do laudo do exame de sanidade ao juiz aconteceu dia cinco de novembro de 1973, um ano, três meses e dois dias após a transferência de Maura à Casa de Repouso Valência e um ano após o início dos exames citados. Como foi dito na primeira parte, Maura não passou esse tempo todo internada nesta clínica, pois recebeu alta à revelia da justiça, em abril de 1973. No entanto, no início do laudo consta que estava internada na clínica, mas como o exame teve, aparentemente, uma longa duração, o mais provável é que Maura tenha recebido alta da clínica Valência enquanto fazia os exames, indo então para a casa de seu filho, de onde provavelmente continuou o procedimento que era realizado no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho⁵⁶.

Algumas questões foram postas pelo advogado e curador e norteavam o exame. Em primeiro lugar, como já foi dito, era necessário saber se Maura se enquadrava ao art. 22 do Código Penal; era necessário saber ainda se, *em caso afirmativo (...), de que enfermidade sofria a paciente e qual seu prognóstico; ainda em razão da doença mental, evidencia a paciente estado de periculosidade?; (...) que tipo de estabelecimento seria mais recomendável para a paciente: a) Manicômio Judiciário; b) Estabelecimento penal ou; c) Clínica Psiquiátrica Particular* (Processo, fl. 41).⁵⁷

Os dias que se seguiram à realização do exame foram marcados pelo encontro de Maura com dois peritos, designados pelo então diretor do Manicômio Judiciário

⁵⁶ Apesar do Art. 150, do Código de Processo Penal, falar que o exame deve ser realizado em regime de internação em Manicômio Judiciário, na falta de uma ala feminina, Maura fez os exames em regime ambulatorial, ou seja, ia até o manicômio Heitor Carrilho, mas apenas para os exames, não permanecendo lá.

⁵⁷ Ver documento anexado à p. 242.

Heitor Carrilho, e resultaram no laudo⁵⁸ de sanidade mental, escrito pelos mesmos. De acordo com a descrição dos peritos, o laudo foi o resultado de várias entrevistas, realizadas com Maura durante alguns meses.⁵⁹ Nessas conversas, ao contrário do que havia acontecido no dia da morte da paciente, Maura disse não ter lembranças do crime. Segundo os peritos, teria dito não saber em que medida tudo não seria um *produto de sua fantasia ou foi deliberadamente 'inventado' por ela mesma*⁶⁰. Contudo, lembrou-se de ter rasgado um lençol e de ter visto uma pessoa com a cabeça coberta, supondo ter sido essa a pessoa a quem teria matado, pois não soube dizer se era *jovem, velha, branca ou preta, nada*.⁶¹ Disse que tudo o que sabia era o que lhe disseram as serventes, as enfermeiras e o médico do local.

Depois do parecer dos psiquiatras, Maura foi denunciada⁶² formalmente pelo representante do Ministério Público, sendo responsabilizada pela morte da paciente.

⁵⁸O *Laudo de Exame de Sanidade Mental* é um relato extenso, com vinte e uma páginas, entre as folhas 71 e 92 dos autos do processo penal. O documento é dividido em tópicos ou temas mais abrangentes. O primeiro tópico é *Identificação*, com o nome completo, idade, data de nascimento, etc.; o segundo é *História Criminal*, está dividido em tópicos como *Denúncia* (que não havia acontecido formalmente ainda); *Elementos Colhidos nos Autos* (uma vez que os médicos peritos tiveram acesso aos autos formados no inquérito); o tópico seguinte é *Versão da Indiciada aos Peritos*, onde eles descrevem a versão de Maura sobre o crime. À folha 74 há um novo tema, *Anamnese*, com tópicos como: *Antecedentes Familiares*, onde há descrição dos pais, irmãos, doenças em família, etc.; *Antecedentes Pessoais*, sobre Maura e seu histórico de saúde; *Antecedentes Psicossociais*, onde relatam de certa forma a história de vida resumida de Maura, a partir do que ela contou nas entrevistas, sua vida em Minas Gerais, depois sua vida no Rio de Janeiro, suas internações, etc.. Depois, seguem os tópicos com relatos das clínicas, algumas pelas quais Maura passou: *Cópia de Observação da Clínica Bela Vista*; *Informações Prestadas pela Casa de Saúde Dr. Eiras*; *Cópia da Observação Psiquiátrica do Hospital Gustavo Riedel*. Depois desses relatos, os tópicos são: *Exame Somático*, e *Exames Complementares*, este dividido em *Eletroencefalograma* e *Teste Psicológico*. O tópico seguinte, à folha 86, é *Exame Psíquico*, o qual parece ser uma análise, em termos psiquiátricos, de tudo o que foi dito por Maura ao longo das entrevistas; tem-se então as *Conclusões*, com o tópico *Considerações Psiquiátrico-Forenses*; segue-se o item *Quesitos*, que responde as questões colocadas pelo advogado curador.

⁵⁹À folha 85, do processo penal, página 15 do Laudo de Exame de Sanidade Mental, há uma data que indica o dia em que foi realizado o teste psicológico, 19 de junho de 1973. Isso me faz supor que o exame completo de sanidade mental pode ter ultrapassado os quarenta e cinco dias sugeridos pelo Código do Processo Penal, uma vez que entre esta data e a data de conclusão do Laudo, passaram-se mais de quatro meses.

⁶⁰Folha 73 do processo penal.

⁶¹Trecho tirado da folha 73 do processo penal. Este trecho está entre aspas o que indica que é uma reprodução literal da fala de Maura no relato dos médicos.

⁶²Nos autos, é interessante observar que a *denúncia* abre a documentação; está na folha de número dois, pois a ordenação da documentação, como já foi comentado, não obedece a ordem dos fatos, mas sim uma lógica narrativa estabelecida pela prática jurídica. Ver documento anexado à p. 243.

Era dezembro de 1973, o processo foi então instaurado. Novamente algumas testemunhas foram chamadas. Maura estava no Hospital Gustavo Riedel e alguns meses depois, dentro das circunstâncias já descritas, foi transferida à carceragem feminina São Judas Tadeu, de onde escreveu a carta ao juiz. Quase um ano depois, todas as testemunhas foram ouvidas, o interrogatório de Maura concluído e a ré sentenciada. Foi considerada inocente. Segundo o juiz, a autoria do crime estava suficientemente provada pelos indícios, mas em suas palavras:

A absolvição da ré, no entanto, é um imperativo legal, visto como se trata de personalidade psicopática epileptoíde, incapaz, por sua debilidade mental, de entender o caráter criminoso do fato que praticou. (...) Imponho à ré a medida de segurança de internação em manicômio judiciário pelo prazo mínimo de seis anos (Codigo Penal, art. 91, § 1º, I.). (Processo penal, fl.172)⁶³

Maura foi considerada inimputável, ou seja, não poderia receber uma punição, uma pena pelo crime, apenas a *medida de segurança* que, em tese, consistia em reclusão para tratamento. Se a situação já era complicada, se Maura estava há dois anos vagando de uma instituição a outra, depois da sentença isso ficou mais difícil. Em resposta ao questionamento do juiz sobre para que manicômio judiciário deveria encaminhá-la, a Susipe – Superintendência do Sistema Penal – informou que não havia, no Estado da Guanabara, um estabelecimento feminino que pudesse abrigar casos como o de Maura. Segundo a Susipe, o Manicômio Heitor Carrilho continuava sendo um órgão federal, não havia sido transferido depois da mudança da capital federal para Brasília, e de qualquer forma não tinha ala feminina. Disse ainda que, em 1972, o relatório encaminhado à Secretaria de Segurança Pública sugeria a criação de um manicômio judiciário estadual e a transferência do Heitor Carrilho para o Estado da Guanabara. Finalizando o ofício, a Susipe informou ao juiz que, tão logo uma das sugestões fosse acatada pela Secretaria de Segurança, ela se ocuparia de providenciar a dependência

⁶³ Ver documento anexado à p. 244.

feminina para o manicômio judicial. Contudo, essa ala feminina só foi aberta na década de 1980.

Ao longo dos anos que se seguiram à medida de segurança, Maura esteve em penitenciárias. Primeiramente na carceragem da São Judas Tadeu, até abril de 1975. Depois foi transferida para a carceragem feminina em Água Santa, em Bangu. Seguindo as datas que constam nos autos, em junho de 1976, Maura estava no Hospital de Psiquiatria Penitenciária Nelson Hungria e, em agosto de 1976, foi transferida para o Hospital Central Penitenciário. Nessa época, o Desipe, antigo Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, recebeu um pedido da Rede Globo⁶⁴ para que uma equipe de jornalismo pudesse fazer uma reportagem com Maura, mas o coordenador de saúde penitenciária não permitiu, alegando que Maura era mitomaníaca, o que não lhe dava condições de prestar declarações em uma reportagem.⁶⁵ Além disso, falou do perigo que Maura representava, pois era violenta. É provável que o perigo estivesse em Maura expor as condições irregulares na qual estava, tanto no que concerne à *medida de segurança* quanto à condição de vida nas penitenciárias. A sequência da documentação após o pedido da Rede Globo para entrevistar Maura, mostra que houve uma preocupação abrupta em resolver, ao menos em parte, a situação de Maura, já que na época estava com catarata completa em um dos olhos. Um mês após a tentativa da entrevista, Maura foi transferida à Clínica Nossa Senhora das Vitórias, em São Gonçalo, em agosto de 1977, onde ficou em regime de internação, recebendo tratamento psiquiátrico, psicoterapia, e foi submetida à cirurgia de catarata, às expensas do Ipase, Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, com o qual Maura tinha vínculo como pensionista do Ministério da Educação. A tentativa de mostrar a situação de Maura em uma reportagem pode, a meu ver, ter partido da defesa, dos advogados curadores e de seu filho. Não tenho dados que confirmem isso, mas após anos enviando ofícios ao juiz pedido que algo fosse feito para regularizar a situação de

⁶⁴ Ver documento anexado à p. 245.

⁶⁵ Ver documento anexado à p. 246.

Maura, e nada acontecendo, essa talvez fosse uma estratégia, tendo em vista que seu filho era jornalista reconhecido nesse meio.

Depois de alguns meses de tratamento psiquiátrico nesta clínica e da recuperação da cirurgia de catarata, Maura teve que voltar ao Hospital de Psiquiatria Penitenciária Nelson Hungria e depois foi transferida ao Hospital Penal, provavelmente, da Penitenciária Lemos de Brito. A pedido dos curadores, o juiz enviou um ofício à clínica Nossa Senhora das Vitórias para que Maura lá continuasse, às expensas do Ipase, mas foi negado. Nessa época, Maura recebeu a visita de uma jornalista, Margarida Autran, que publicou uma matéria ainda em 1978 no jornal *O Globo* sobre Maura. A reportagem, que virou o posfácio da terceira edição de seu livro *Hospício é Deus*, que saiu pelo *Círculo do Livro*, começava assim:

*‘Estou tensa como as cordas de um violino. Se relaxar eu morro.’ A tensão foi forte demais: há duas semanas, em seguida a uma insuportável dor de cabeça, a escritora Maura Lopes Cançado acordou cega do olho esquerdo, como pouco antes já havia acontecido com o direito. Cega, presa num cubículo de um metro imundo e infestado de percevejos, abandonada pelos amigos, esquecida pelos que a apontavam como a melhor escritora de 68 por seu livro ‘O sofredor do ver’, ela é um ser humano em desespero. Física e psiquicamente doente, desnutrida, olhos e dentes exigindo cuidados imediatos, sem nenhum tratamento psiquiátrico, da Maura que surgiu como revelação no ‘Suplemento dominical do Jornal do Brasil’, em 58, resta apenas a desconcertante lucidez e a surpreendente inteligência. Vítima do sistema psiquiátrico que ela própria foi das primeiras a denunciar em seu romance (...), Maura Lopes Cançado está hoje irregularmente detida no Hospital Penal da Penitenciária Lemos de Brito, junto com presos comuns (...). (Autran, posfácio de *Hospício é Deus*, 1991:185)⁶⁶*

Em agosto de 1978, Maura foi novamente transferida para um hospital psiquiátrico particular, Hospital Pedro de Alcântara, onde receberia tratamento e se recuperaria da segunda cirurgia de catarata. A reportagem saiu antes disso, e fica claro que repercutiu sobre a situação de Maura. No entanto, a repercussão foi muito mais por parte dos amigos e do que da justiça. A situação descrita na reportagem mostrava um

⁶⁶ Ver documento anexado às pp. 249-250.

quadro bastante dramático do que poderia ser a vida dentro de uma prisão.⁶⁷ O lugar onde Maura ficava foi descrito pela jornalista como um *cubículo cheio de lixo, pontas de cigarro por toda a parte, tudo está em desordem e malcheiroso, moscas sobrevoam canecas de café frio onde bóiam formigas. Sobre a cama desalinhada, fronha e lençóis imundos (...)* (Autran, posfácio de *Hospício é Deus*, 1991:188). Em dado momento do final da reportagem, há uma frase atribuída a Maura: *O juiz decreta que até 1980 sou louca. A partir daí cessa minha periculosidade. Por que esta onipotência, esta onisciência do juiz? Depois o advogado grita que eu estou ilegalmente presa. Por que então estou presa?* (idem, p.189). Depois de alguns anos pulando de prisão em prisão, Maura já não reconhecia mais o juiz como aquele que lhe podia dar sua *própria e exata medida*, como havia dito quatro anos antes, na carta que lhe enviara.

Em dezembro de 1978, foi anexado aos autos do processo a cópia de uma carta datada de onze de dezembro deste mesmo ano, que o então Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro havia enviado ao diretor da Clínica Corcovado, que ficava em Jacarepaguá. Desse sindicato faziam parte muitos dos colegas de Maura, entre eles José Louzeiro. O mais provável é que a reportagem de Autran tenha mobilizado seus colegas, que prontamente se reuniram para pagar uma clínica particular à Maura. A carta estava assinada pelo presidente do sindicato, Antônio Houaiss. Na carta, Houaiss dizia o seguinte:

⁶⁷ No livro *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*, as pesquisadoras falam das dificuldades enfrentadas para realização da pesquisa, assim como descrevem a condição de vida difícil e irregular das mulheres que cumprem pena. Um dos primeiros presídios onde realizaram suas entrevistas foi o Nelson Hungria, na época já não era mais um Hospital Penitenciário (a pesquisa começou em 1999), mas se tornara um presídio feminino. As pesquisadoras narram a difícil situação de estranhas terem acesso ao sistema. Se, por um lado, o órgão responsável, o Desipe, havia dado a elas permissão, por outro, a realidade dentro do presídio era outra. Depois de começadas as entrevistas, notaram que muitas das detentas que se disponibilizaram a falar, aos poucos, se negavam. Havia uma forte pressão da diretoria para que elas não delatassem as práticas internas. A situação de Maura repete essa realidade. Maura tinha um vínculo com a imprensa que, dentro da prisão se tornava uma ameaça a ela, ainda que esse vínculo já estivesse sob muitos aspectos afrouxado, pois a relação com os amigos do JB, ou mesmo com a literatura estava cada vez mais distantes até que esta entrevista foi publicada.

Formalizamos por meio desta, entendimentos mantidos dia 8 último com V. S., pelo sr. José Louzeiro, primeiro secretário do Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro. Nossa colega Maura Lopes Cançado, escritora, deverá ficar nessa conceituada Clínica, com despesas sob nossa responsabilidade, até que se possa dar um outro encaminhamento ao problema. Terça-feira, 12 de dezembro de 1978, será feito o depósito de Cr\$7.000,00 (sete mil cruzeiros), aí na Clínica de Repouso Corcovado, conforme o estipulado para a internação. Nada mais tendo a tratar, mas sensibilizados com a atenção de V. S., aqui firmamo-nos, cordialmente Antônio Houaiss. (Processo penal, fl.261)⁶⁸

Magnânimo gesto!, comentou o juiz no alto da carta. Quatro dias depois, Maura foi transferida para a Clínica Corcovado. Maura ficou nesta clínica até o prazo final de sua medida de segurança, abril de 1980. Nessa data, ela foi convocada para um novo exame de sanidade mental, que teria a função de identificar o que a justiça chama de cessação de periculosidade. Os peritos consideraram-na apta a sair da internação, ficando em liberdade vigiada⁶⁹, sob a responsabilidade de seu filho, pelo período de um ano. Teria que se apresentar quando requisitada e quando finalizasse o período de um ano para novo exame. Maura pode sair da Casa de Repouso Corcovado e passou a viver em Laranjeiras, em um apartamento alugado por seu filho. Findado o período de liberdade vigiada, foi feito o pedido ao juiz, por intermédio dos advogados, para que findasse a medida de segurança, já que tudo corra bem ao longo do ano em questão. Contudo, não foi aceito. Maura nunca teve a medida de segurança suspensa, passando o resto de sua vida, do ponto de vista da justiça, em liberdade vigiada.

Quando estive com Heitor Cony, no Rio de Janeiro, contou-me sobre o episódio do sindicato. Falou que José Louzeiro havia articulado a ajuda para Maura, pois na época nem ela nem o filho tinham condições de mantê-la em uma clínica particular. Conversando então com José Louzeiro, em sua casa no Rio, disse-me que formaram uma comissão de escritores, conseguiram o dinheiro e o sindicato pagava a clínica.

⁶⁸ Ver documento anexado à p. 247.

⁶⁹ Ver documento anexado à p. 248.

Entre os nomes que formaram a comissão, Louzeiro citou Nélida Piñon, Rubem Fonseca, Cícero Sandroni e Evaristo de Moraes Filho. Eram os nomes que lembrava.

Maura continuou, mesmo depois que saiu da prisão, vivendo entre uma internação e outra. Segundo Louzeiro, sua situação emocional ficou cada vez mais delicada, oscilando entre períodos de lucidez e delírio. Disse-me ainda que como em sua família a loucura era recorrente, sua amizade com Maura nunca foi prejudicada por suas oscilações. Diz que foram amigos durante muitos anos. A amizade teria começado na redação do antigo *Suplemento dominical do Jornal do Brasil*, época que Louzeiro também estreou como escritor e começou a colaborar para o *SDJB*. Nessa mesma época, o desejo de Maura de se tornar uma escritora parecia começar a ganhar direção. Era, então, 1958...

Maura, o Rio e o SDJB

O que provoca medo são as pontes interrompidas sem qualquer aviso.
Reynaldo Jardim

O SDJB

Em vinte e quatro de agosto de 1958, Maura Lopes Cançado estreou no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil⁷⁰, com um poema de canto de página. Foi o início de uma pequena série de publicações⁷¹ que aconteceram entre os anos de 1958 e 1961. O Suplemento Dominical era um caderno dedicado à literatura e às artes. Criado em 1956, ele agregava nomes importantes de uma nova geração de artistas, poetas, intelectuais, jornalistas, críticos e literatos que começavam a se destacar no cenário carioca e brasileiro.

Maura chegou ao SDJB, segundo Assis Brasil, através de um rapaz que conheceu na pensão em que morava, no Rio de Janeiro. O rapaz era o jornalista Sebastião de França, que algum tempo depois se tornou correspondente do JB, na Europa. Sebastião de França e Assis Brasil eram colegas. Nessa época, Brasil tinha a seção *O contista novo* e a coluna *Correspondência*⁷², na qual atendia todos que enviavam

⁷⁰Utilizarei a sigla “SDJB” para me referir ao *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* e “JB” para *Jornal do Brasil* no restante da tese.

⁷¹Os contos publicados no SDJB foram os seguintes: em 24 de agosto de 1958, saiu sua poesia; em 16 de novembro de 1958, saiu o conto *No quadrado de Joana* (primeira página); em 19 de abril de 1959, saiu o conto *O rosto*; em 22 de agosto de 1959, o conto *Introdução a Alda*; em 12 de dezembro de 1959, o conto *O sofredor do ver* (primeira página); em 6 de maio de 1961, o conto *Cabeleireiros de Senhoras*; em 27 de maio de 1961, o conto *Rosa recuada*; em 24 de junho de 1961, o conto *Passagem-Passaporte*; em 22 de julho de 1961, o conto *Espiral Ascendente*; em 5 de agosto de 1961, o conto *Carta a Mao Tse-Tung*. Ver originais microfilmados anexados entre as pp. 251-259.

⁷²Além da página “O contista novo” e a seção “Correspondência”, Brasil teve uma página chamada “Ficção Nacional”, a qual foi extinta em dezembro de 1957, época que o SDJB passou por algumas mudanças, entre elas a diminuição do número de páginas que o compunham – de doze passou a ter oito páginas.

colaborações ao suplemento (Brasil, 1975). Durante uma longa conversa, Assis Brasil contou-me como Sebastião de França o apresentou a Maura:

O Sebastião de França um dia me diz: Você que sempre olha muito os escritores novos, dá a mão pra eles, eu conheci uma mulher lá na pensão, ela é louca... Eu disse: Ah, então nós somos dois! Ele [França] disse: Ela tem uns poemas, ela é muito estranha, além de ser tímida, tem um lado bipolar⁷³, às vezes é agressiva. Então Sebastião levou a Maura lá no suplemento, me apresentou ela com os poemas, os poemas são mais em prosa.⁷⁴

Maura havia saído do Engenho de Dentro, precisamente do Hospital Gustavo Riedel⁷⁵, havia seis meses. Passou então a colaborar para o SDJB e freqüentar a redação do Suplemento para escrever. Naquela época, 1958, faziam parte da redação do SDJB⁷⁶

⁷³ O termo “bipolar” usado por Assis Brasil durante a entrevista é um termo que em 1958 não era comum na psiquiatria, portanto, ele o utiliza a partir de suas referências atuais. Segundo Evandro Gomes de Matos, Thania Mello Gomes de Matos, e Gustavo Gomes de Matos, este termo ou mais especificamente, *transtorno do humor bipolar*, ou ainda *transtorno afetivo bipolar* (este último de acordo com a CID-10), aparece pela primeira vez no “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais”, o DSM-III, em 1980. O DSM foi publicado pela primeira vez em 1952, pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), era o DMS- I. Segundo esses autores: *O DSM-III (de 1980) foi o mais revolucionário de todos e tornou-se um marco na história da psiquiatria moderna. Novas categorias diagnósticas foram descritas, como, por exemplo: a neurose de angústia foi subdividida em transtorno de pânico com e sem agorafobia e transtorno de ansiedade generalizada; (...) a psicose maníaco-depressiva passou a ser denominada de transtorno do humor bipolar, com ou sem sintomas psicóticos* (2005:312). Ainda segundo José Del- Porto e Kátia Del-Porto: *Em 1957, Leonhard propôs a distinção entre as formas monopolares da doença e as formas bipolares. Embora de certa forma isolado, por viver na Alemanha Oriental (após a Segunda Guerra Mundial), seus trabalhos foram replicados independentemente, em 1966, por Perris et al. (1966) e Angst (1986), na Europa, e posteriormente por Winokur (1979), nos Estados Unidos. Seu tão citado livro “A classificação das psicoses endógenas” (Leonhard, 1979) permaneceu sem tradução para o inglês até o ano de 1979, quando foi enfim publicado nos Estados Unidos, mercê da influência de Eli Robins, da Washington University.(...) Alguns dos conceitos de Leonhard foram incorporados ao DSM (DSM III, DSM III-R e DSM IV), assim como à CID-10, que aceitam a distinção entre os quadros unipolares e bipolares* (2009:12). Entre esses conceitos está o termo *bipolar*.

⁷⁴ Trecho da entrevista de Assis Brasil concedida a mim, em sua casa, no Rio de Janeiro, em março de 2008.

⁷⁵ De acordo com o *Regimento do Serviço Nacional de Doenças Mentais*, de 1944, seção iil, do C.P.N., consultado no SICON, à página <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>, o Centro Psiquiátrico Nacional, ou C.N.P., compreendia, naquela época: I – Bloco Médico Cirúrgico (B.M.C.); II – Seção de Fisioterapia e Fisiodiagnóstico (S.F.F.); III – Laboratório; IV – Farmácia; V – Instituto de Psiquiatria (I.P.); VI – Hospital Pedro II (H.P.); VII – **Hospital Gustavo Riedel** (H.G.R.); VIII – Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil (H.N.P.I.); IX – Hospital de Neuro-Sífilis (H.N.S.); X – Administração; e XI – Secretaria.

⁷⁶ A divisão do Suplemento era a seguinte: Mário Faustino era responsável pela página *Poesia e Experiência*; Benedito Nunes assinava a página *Filosofia*; Ferreira Gullar assinava a página *Artes Plásticas*; Mário Pedrosa era responsável pela *Artes Visuais*; Reynaldo Jardim criou uma seção chamada *Bibliografia*, onde

Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Assis Brasil, Mário Faustino, José Louzeiro (como colaborador), Heitor Cony trabalhava na Radio do Jornal do Brasil e colaborava para o Suplemento, entre outros. Maura iniciou uma fase importante de sua vida, quando começou seu convívio na redação do *SDJB*. O ambiente era de grande efervescência artística e literária, sem falar na crítica. Nesse sentido, o Suplemento foi, para Maura, uma porta aberta à literatura e à possibilidade de uma carreira nesse meio, como era seu desejo.

Entre os anos de 1958 e 1961, Maura publicou um total de dez contos no *SDJB*, sendo que alguns deles fizeram parte da coletânea publicada em 1968, pela José Álvaro, com o título de *O sofredor do ver*. Mas seu primeiro livro foi *Hospício é Deus*, publicado em 1965. Este livro foi escrito durante os anos passados entre as internações e a redação do *SDJB*. Um misto de memórias autobiográficas e diário, foi escrito durante sua terceira internação no Hospital do Engenho de Dentro, como já foi dito, e foi publicado pela antiga editora José Álvaro⁷⁷, assim como sua coletânea de contos, *O sofredor do ver*, de 1968.

eram reunidos artigos de crítica; Assis Brasil assinava as páginas *Ficção Nacional* e *O Contista Novo* – ele dizia que as *Artes Plásticas* e *Poesia e Experiência* davam o sentido cultural do jornal (Brasil, 1973:77).

⁷⁷Esta editora não teve um grande destaque no cenário nacional, no que concerne a seu número de títulos, mas a indústria editorial no país voltada à publicação ficcional e literária, na época, na maior parte dos casos, era composta por editoras de pequeno porte. A maior fatia do bolo era a voltada a publicação de livros didáticos, etc.. No final da década de 1950, a *Civilização Brasileira* era a exceção da vez. Dirigida por Ênio Silveira, havia se tornado uma das principais editoras do país. A partir da comparação que Laurence Hallewell faz entre a *Civilização Brasileira* e as outras editoras da mesma época, é possível observar o lugar que a José Álvaro ocupava, do ponto de vista do número de títulos que possuía para publicação em 1964: Na época que assumiu o controle total da firma [Ênio Silveira], seu catálogo era comparado ao da Nacional em número de títulos e, no ano seguinte (1964), publicou 46 títulos novos, o segundo maior número entre os editores brasileiros. A posição relativa de sua empresa pode ser observada no seguinte levantamento dos títulos em estoque, às vésperas do golpe militar de 1964, com base, em grande parte, nas 'Edições Brasileiras': Nacional, 406 títulos; Freitas Bastos, 314; Melhoramentos, 310; Forense, 173; Biblioteca do Exército, 149; Civilização Brasileira, 137; Ao livro técnico, 127; Cultrix, 124; Vecchi, 122; José Olympio, 115; Saraiva, 110; Pensamento, 88; Atlas, 81; Distribuidora Record, 79; 'O Cruzeiro', 72; Francisco Alves, 68; Difusão Européia do Livro (DIFEL), 67; Martins, 64; Vitória, 61; Agir, 60; Editora do Autor, 50; São José, 46; Herder, 45; Boa Leitura, 45; Globo, 40; Minerva, 40; Zahar, 39; Pongetti, 37; 'Revista dos Tribunais', 37; Edart, 34; Edameris, 32; Acadêmica, 30; Aguilar, 28; Biblos, 27; José Álvaro, 22; Vozes, 22; Brasil-America, 20; Mestre Jou, 17; Trabalhistas, 14; Jackson, 11; Colibris, 8; Alfa, 2; Mérito, 2. Infelizmente trata-se de uma relação incompleta, pois foram emitidas editoras importantes, como a Editora do Brasil e a Brasiliense (Hallewell, 2005: 536). É interessante observar que, ainda que sua posição fosse marginal com relação as maiores editoras, a José Álvaro havia começado em 1963, logo tinha no máximo

O final da década de cinquenta foi, para o SDJB, o início de um período de reformulações que se estenderam a todo o Jornal do Brasil. Com a morte de Pires do Rio⁷⁸, em 1950, e a morte do Conde Pereira Carneiro, proprietário do JB, em 1953, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro – a Condessa Pereira Carneiro – assumiu a direção do jornal. Filha de um jornalista e com grande apreço pela profissão, iniciou a reformulação do jornal, deixando para trás o que era a marca do JB: a venda de anúncios.⁷⁹ A Condessa foi aos Estados Unidos em busca de idéias que pudessem ser aplicadas ao periódico e seu genro, Nascimento Brito, adquiriu novos equipamentos gráficos que possibilitaram sua expansão.

O JB não foi o único a passar por mudanças. O início da segunda metade do século XX é descrito por Nelson Werneck Sodré (1966) como um dos mais importantes para a imprensa brasileira do ponto de vista das reformas relacionadas às técnicas de

um ano de existência em 1964. Se comparada a editoras como *José Alves*, *José Olympio* e a *Civilização Brasileira* – que era um selo da Editora Nacional, e que vinha crescendo independente desta desde o início dos anos de 1950 – a *José Álvaro* poderia ser considerada uma editora em ascensão naquele período, pelo seu curto tempo de existência. Contudo, esse crescimento não foi contínuo, mantendo-se uma editora pequena, que publicou até 1970 e, após essa data, parou de publicar, mas continuou, segundo Hallewell, a distribuir 47 títulos pela *Editora Paz e Terra*. No panorama da época marcada pelo início da ditadura, várias editoras destacaram-se pelas posições progressistas que mostravam na publicação de títulos polêmicos para o período, principalmente no início da década de 60. A própria *Civilização Brasileira*, com as publicações de sociologia e economia marcadas pela opinião de esquerda; a *Brasiliense*, cujo editor era Caio Prado Junior; a *Tempo Brasileiro*; a *José Álvaro* que publicou Antônio Callado, *Tempo de Arraes*, em 1964. Segundo Hallewell (2005:540), foi publicado *em louvor do governador do Pernambuco, então recém-deposto, e que estava preso e sendo processado por suas supostas ligações com o comunismo*. Publicou também Henry Miller, de Hermilo Borba Filho e Kafka, de Leandro Konder. Na relação de literatura brasileira contemporânea, a *José Álvaro* publicou muitos nomes na época: Waldir Ayala, Autran Dourado, Millôr Fernandes, Judith Grossmann, Ferreira Gullar, Orígenes Lessa, Clarice Lispector, (inclusive seu livro infantil, *O mistério do coelho pensante*), Moacir Costa Lopes, José Louzeiro, Nelida Piñón, entre outros (Hallewell, 2055).

⁷⁸Em meados da década de 30, o Jornal do Brasil passava por dificuldades financeiras, fruto da invasão do jornal e empastelamento de sua sede durante a Revolução de 1930. Nessa época, o Conde Pereira Carneiro convidou Pires do Rio a assumir o cargo de diretor-tesoureiro do JB. De acordo com o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930: A orientação 'comercial' adotada por Pires do Rio logo provocou uma série de divergências. (...) Para Pires do Rio, o Jornal do Brasil devia transformar-se num 'boletim de anúncios', deixando de lado as preocupações com os grandes temas políticos e abandonando o interesse tradicional pelas artes e pela literatura. A seu ver, os literatos do jornal deveriam ser gradativamente afastados. (...) Dessa forma, o Jornal do Brasil foi perdendo sua importância como órgão noticioso, voltando-se quase que exclusivamente para os anúncios classificados. (...) o jornal recebeu nessa época o apelido pejorativo de 'jornal das cozinheiras'* (DHBB, 2001:2869).

⁷⁹No entanto, a reestruturação do JB só foi possível porque este tinha um sólido capital econômico acumulado ao longo dos anos em que estivera voltado para a venda de anúncios.

imprensa, tanto na forma de divulgar como na apresentação da notícia. Segundo Nelson Werneck Sodré:

É possível apontar, como esforço pioneiro de reforma na técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no Diário Carioca, em 1951, quando da fase iniciada na nova sede, à Avenida Rio Branco 25 (...); a reforma foi devida a Luís Paulistano, chefe da reportagem, e o jornal chegou a vender 45.000 exemplares nos dias úteis e 70.000 aos domingos. Ao “lead” americano, Luís Paulistano acrescentou o brasileiríssimo “sub-lead”. Em 1956, o Jornal do Brasil iniciou reforma ampla, ajudada pela sólida estrutura empresarial desse diário, condição de que o Diário Carioca não dispunha. Com um grupo de excelentes profissionais, entre os quais se destacavam Reinaldo Jardim e Ferreira Gullar, Janio de Freitas revolucionou o jornal, dando apresentação inteiramente nova à matéria, em tarefa que só se completou em 1959. Não é possível esquecer, também, as inovações introduzidas por Samuel Wainer, cuja aprendizagem, em Diretrizes, durante a ditadura, permitiram-lhe fundar o vespertino Última Hora, em 1951, apresentar uma folha vibrante, graficamente modelar, revolucionaria em seus métodos de informar e até de opinar. (1966:453)

Nesse período, a direção do JB – então a Condessa e seu genro, Nascimento Brito – decide convidar o jornalista Odylo Costa Filho para coordenar a reformulação do jornal⁸⁰.

A primeira providência tomada por Odylo foi a organização de uma nova equipe composta de jornalistas jovens, egressos do Diário Carioca e da Tribuna da Imprensa, entre os quais se destacavam Janio de Freitas, Carlos Castelo Branco, Carlos Lemos, Wilson Figueiredo, Amílcar de Castro, Hermano Alves, Lúcio Neves, Luís Lobo, Ferreira Gullar, e José Carlos de Oliveira. Segundo Carlos Lemos, com a reunião desses profissionais, fundiram-se dois estilos: “a leveza, a graça e o charme do Diário Carioca e

⁸⁰De acordo com Ana de G. Mannarino : O jornal foi reformulado em todos os níveis, em um processo que atingiu tanto a publicação e seu conteúdo gráfico e editorial como a empresa, seu funcionamento, o método de trabalho e o perfil dos funcionários. Antes da reforma, o jornal era escrito à mão na redação, não havia máquinas de escrever, o que dificultava o cálculo da distribuição das matérias na página. Não havia um paginador e as matérias saíam diretamente da redação para a oficina, onde eram compostas de acordo com a ordem de chegada. Em um primeiro momento (de 1956 a 1958), período em que Odylo Costa Filho conduziu a reforma do Jornal do Brasil, as mudanças na parte gráfica não foram, de um modo geral, muito evidentes. Nesse período, houve grande resistência dos funcionários antigos, principalmente por parte dos que trabalhavam na oficina, o que dificultou a implementação de mudanças mais radicais. Durante esses anos, formou-se uma nova equipe no jornal capaz de realizar a mudança mais estrutural que ocorreria em 1959 (2006:49).

a agressividade da Tribuna da Imprensa". Dessa fusão resultaria o novo estilo do Jornal do Brasil. (DHBB, 2001: 2870)

Nesse contexto de mudança é criado, em junho de 1956, o Suplemento do JB sob o comando de Reynaldo Jardim. Tudo começou em abril deste mesmo ano, quando Jardim publicou, pela primeira vez, uma página literária, dominical, com o título de *Livros e autores contemporâneos*. Junto desta página havia uma página feminina. As páginas tiveram grande aceitação e, em consequência disso, em junho de 1956, surge o SDJB. Inicialmente tinha a página literária, a feminina, a de artes plásticas, poesia, cinema, teatro e dança (Mannarino, 2006). Nessa época, o suplemento era um caderno que misturava diferentes assuntos e só mais tarde restringiu-se à literatura e às artes plásticas.

No que concerne aos experimentos gráficos, o SDJB foi o laboratório e o termômetro para as mudanças que estavam acontecendo em todo o JB. Contudo, em 1956, o Suplemento e o restante do JB ainda tinham a aparência de um jornal do começo do século. A diagramação era horizontal, com tamanho menor, tipos mais rebuscados. Segundo Assis Brasil, sua paginação era *feia e desigual, acompanhando o espírito do jornal na época* (Brasil, 1973:73).

Em 1957, o artista plástico Amílcar de Castro foi chamado para trabalhar no JB e seria o responsável pela reforma gráfica. Durante uma entrevista à Associação Brasileira de Imprensa, contou como foi para o JB:

Eu trabalhava na Manchete. A convite do Otto [Lara Resende] eu fui paginar a Manchete porque o paginador, que era alemão, voltou pra Alemanha. E ele me chamou então para substituir esse alemão e a Manchete tinha também já um paginador antigo, então fiquei lá com ele, trabalhei com ele. Depois, saí da Manchete e o Odylo me levou pro Jornal do Brasil. Agora, ele me chamou com atribuições de reformar o Jornal do Brasil. Não era bem reforma, porque o jornal só tinha anúncio, não tinha nada. Mas a atribuição foi dada desde o início. Então o cuidado dele inicial era de fazer o jornal conservando as características do jornal antigo. Quer dizer, características de falar de seriedade; essa observação tem importância porque o 'Diário Carioca' era um jornal muito brincalhão, não levava nada a sério. Então o 'Jornal do Brasil' tinha que ser

moderno, novo, agressivo, mas severo, equilibrado, ponderado, inclusive na paginação. Então, essa foi a atribuição inicial. (Amílcar de Castro – Entrevista para ABI, 1977 – in Novos Estudos-CEBRAP, 2003: 133)

Amílcar ficou no jornal entre 1957 e abril de 1958. Saiu neste mesmo ano, voltando em março de 1959 e lá ficando até 1961. No primeiro período de seu trabalho no JB, as mudanças aconteceram de forma mais localizada e lenta⁸¹. A primeira página a experimentá-la foi a de esportes, que era organizada por Carlos Lemos e Janio de Freitas.

Essa página apresentou em primeira mão uma série de alterações, tanto na diagramação como no estilo das fotos e das matérias. Aí, por exemplo, foram pela primeira vez eliminados os fios que separavam as colunas de textos. (DHBB, 2001:2870)

Essa primeira mudança deveu-se, contudo, à iniciativa de Carlos Lemos⁸², que levou a cabo uma das idéias de Amílcar de Castro, ou seja, eliminar os fios que

⁸¹ Amílcar fala das dificuldades no início de seu trabalho no JB: *Agora, nesse início, a dificuldade não era de organização gráfica. A dificuldade era com pessoal. O mais novo tinha trinta anos de casa. Então pra botar na rua, pra despedir, ou conversar pra se adaptar à reforma e tal, é um negócio muito mais difícil que o Odylo tava pensando. E ele ficou meio perdido nisso aí, porque não é brincadeira não. O Jornal era escrito à mão, não era à máquina. Você não podia cortar as linhas, porque é muito irregular demais uma coisa escrita à mão. Então já havia essa dificuldade, era terrível* (Amílcar de Castro – Entrevista para ABI, 1977 – Publicada em 2003, Novos Estudos-CEBRAP, p. 134).

⁸² Em entrevista concedida à Associação Brasileira de Imprensa, Carlos Lemos conta como foi o episódio dos fios que separavam as colunas e mostra que a reforma gráfica do JB aconteceu, de certa forma, a duras penas, já que as idéias novas nem sempre eram bem acolhidas: *Quando veio a Copa do Mundo de 1958, fui cobrir escrevendo e fotografando. (...) Quando voltei, o Odylo virou para mim perguntou se eu não queria chefiar a editoria de Esportes. Eu nunca havia sido repórter esportivo, embora gostasse de esporte. Concordei, desde que levasse o Jânio de Freitas, que era mais experiente que eu. ABI – Houve um episódio curioso nesse tempo em que vocês trabalharam juntos Lemos – Jânio e eu diagramávamos o caderno de Esportes, mas eu também queria mostrar que tinha participação na reforma do jornal. Quando o Jânio se acidentou na redação e ganhou quatro dias de licença, eu precisava mostrar que ele não trabalhava ali sozinho. ABI – Ou seja, o senhor tinha quatro dias para promover uma revolução. Lemos – Se perguntarem quem é o pai da reforma do Jornal do Brasil, há milhares. Mas se houver um único, é o Amílcar de Castro, que era diagramador e foi um dos maiores escultores do Brasil. Ele diagramava o JB já seguindo a ordem de leitura da esquerda para a direita, de cima para baixo. Era a verticalização da informação. O Amílcar defendia tirar os fios que separavam as colunas do jornal. Foi a brecha que eu tive para imprimir a minha mudança. Fui à oficina, pedi para aumentar a medida entre as colunas e tirar os fios, responsabilizando-me por qualquer problema que acontecesse – como de fato fiz quando o Odylo me chamou para saber o que era aquilo. ABI – Qual foi sua justificativa? Lemos – Disse a ele que há tempos o Amílcar defendia a retirada dos fios do jornal e que eu*

separavam a coluna. No segundo período em que esteve no JB, entre 1959 e 1961, Amílcar de Castro retomou os projetos da primeira fase e deu continuidade. Segundo Mannarino:

O 'layout' do jornal foi totalmente reelaborado (...). O objetivo era aplicar a orientação da direção de transmitir seriedade, modernidade e eficiência também no design do jornal, que deveria estar de acordo com a nova mentalidade seguida na redação de dar prioridade à objetividade, privilegiando a informação direta e sem ruídos. Do ponto de vista gráfico, a orientação que melhor serviria a esses objetivos era a do design racionalista moderno, na qual o projeto gráfico era visto primordialmente como instrumento de comunicação, cuja ênfase é a transmissão eficiente da informação, de uma maneira que procura ser neutra e direta. (Mannarino, 2006:50)

Nesse período, Odylo Costa Filho já não estava mais coordenando a reforma do jornal; seu lugar havia sido ocupado por Janio de Freitas. Tanto Freitas como Jardim demonstravam grande preocupação com o aspecto visual da página de esportes e do Suplemento, fato que chamou a atenção de Pereira Carneiro que acabou por convidar Janio de Freitas para assumir o lugar de Odylo Costa Filho⁸³. Freitas compartilhava das idéias de Amílcar. Trabalhara na revista *Manchete* junto com Ferreira Gullar e havia participando das mudanças que ocorreram na revista, que também teve o projeto gráfico de Amílcar de Castro. Sendo assim, as mudanças foram levadas a cabo.

resolvi tirar. Ele falou que eu havia abusado da minha autoridade, passando por cima dele, e devia ser punido. Mas como eu era um profissional competente, ele mandou retirar todos os fios do jornal (risos) (Carlos Lemos - Entrevista para ABI, em 09/09/2005).

⁸³ Sobre a saída de Odylo Costa Filho do JB, comenta Wilson Figueiredo, jornalista do JB durante o período em questão: *Era inevitável. Reformas desgastam os dois lados. Odylo não era um temperamento afeito ao trabalho organizado, metódico. Além de escritor e jornalista, tinha relações políticas estreitas com a UDN. Faltava-lhe método e tinha o prazer de improvisar, mas o que o jornal precisava naquela altura era de mão firme para operar com a direção, sem injunções alheias ao trabalho profissional. A Redação nova se sentia preterida pela eterna redução de custos, e pressionada pela gerência comercial. Odylo teve o mérito de quebrar o tabu da primeira página exclusiva de anúncios classificados, com fotografias e títulos que chamavam para as páginas de dentro. Recrutou a rapaziada para animar um jornal vazio de criatividade, com uma aparência gráfica de afugentar leitor. Mas bateu de frente com a empresa, por motivos políticos e de custos. Não tinha cabeça de empresário. Desentendeu-se e saiu. Depois de um período de reavaliação do projeto, a diretoria entregou a Redação a Jânio de Freitas, que também não teve condições de promover mudanças coerentes sem a renovação de pessoal. O conflito de gerações, entre os profissionais antigos e a garotada que estava chegando, passava-se nos bastidores. Jânio saiu, mas deixou as bases da reforma cujo primeiro objetivo era exatamente estabelecer o padrão moderno de texto e o padrão gráfico que demandavam condições materiais com que não podia contar (Wilson Figueiredo - Entrevista para ABI, em 2006).*

A página de esportes e o SDJB continuavam a ser o “laboratório” gráfico, onde as diagramações possíveis eram testadas. Mas como o Suplemento era semanal e não diário, tornava-se mais fácil usá-lo para os experimentos. A diagramação⁸⁴ passou a ser vertical, eliminaram-se os fios, os espaços em branco foram valorizados e a fonte padronizada. Segundo o próprio Amílcar de Castro⁸⁵, a variedade de tipos de fontes em uma mesma página, antes da reforma, era em decorrência das limitações que a oficina tinha, pois não havia ainda padronização. Isso só aconteceu com a padronização da tipografia com a fonte Bodoni.

Segundo Norberto Gaudencio Jr., contrastes e assimetrias foram as principais características do projeto de Amílcar, que rompeu com as divisões simétricas do JB. Todo seu projeto estava apoiado sobre o desenho das páginas:

Como numa pintura de Mondrian, ele utilizou os contrastes entre os elementos verticais e horizontais para orientar o leitor por uma página mais funcional e atraente. A tipografia, padronizada na fonte Bodoni, diversifica-se em tamanhos e pesos, facilitando a hierarquização do conteúdo editorial. A fotografia, amplamente utilizada, alia-se às novas técnicas de edição jornalística, oferecendo ao leitor uma síntese visual da notícia. Inspirado pelo concretismo, Amílcar abusa do branco do papel, abrindo maior espaço entre as colunas e eliminando os fios que antes as dividiam. (Gaudêncio Jr., 2005)

A questão era não estabelecer um modelo final de *layout*, não cristalizar a diagramação, mas variar e improvisar. Amílcar desenhou inúmeros esquemas para primeira página, evitando a repetição dos mesmos. Criava um boneco a partir dos desenhos geométricos que seriam, em uma segunda etapa, preenchidos com textos, títulos, fotos, etc. Havia, como diz Mannarino, um *grid* – ou seja, linhas perpendiculares

⁸⁴ Segundo Mannarino: *A diagramação adotada anteriormente no Jornal do Brasil valia-se de fios gráficos para separar as matérias (...). A nova orientação gráfica do jornal via o uso desse recurso como uma maneira de compensar uma diagramação ineficiente, desnecessário caso a organização da página fosse submetida a um planejamento. Para separar as matérias e estabelecer a hierarquia entre elas, apenas os espaços em brancos foram utilizados. A preocupação em simplificar a leitura, mantendo-a em um sentido constante – “de cima para baixo, da esquerda para a direita”, segundo as palavras do próprio Amílcar de Castro – possibilitou essa economia de recursos (2006:52).*

⁸⁵ Depoimento prestado ao Centro de Memória e Jornalismo da ABI em 1976/1977 (Apud Mannarino, p.52).

e horizontais, com espaçamento simétrico – que percorriam o desenho das páginas, mas sem o fixar. Por fim, a configuração da página era determinada pelo olhar do artista, que combinava, a partir dos esquemas já desenhados, como seria a página do dia. Diz Mannarino:

A grande variação nos desenhos é obtida não apenas pelo uso de diferentes diagramas isolados ou combinados, mas pelo deslocamento de colunas de texto tanto na direção vertical como na horizontal, e na variação dos elementos independentemente dos módulos do 'grid' não apenas na altura, mas também na largura. A estrutura não seria, portanto, uma grade pré-existente na qual se apóiam os elementos, mas um instrumento contemporâneo ao fazer. A combinação de diferentes diagramas de colunas em uma mesma página multiplicou as possibilidades de soluções de diagramação adotadas. A tensão entre variação e conjunto, entre a indeterminação e a ordenação dos elementos gráficos, percorre o suplemento. (Mannarino, 2006:88-9)

Isso significa dizer que o que determinava uma página em sua diagramação, na disposição que tinham os elementos não era o texto, mas o desenho. Sendo assim, esse desenho de retângulos, linhas, colunas, elementos verticais e horizontais eram combinados em uma assimetria harmoniosa e, por fim, preenchidos. Os espaços em branco valorizavam o texto, destacando-o na página e, ao mesmo tempo, destacando a página. A relação com o desenho, especificamente, e a relação com a arte de maneira mais ampla, seja através de seu trabalho como escultor ou pintor, tiveram influência fundamental no seu trabalho como artista gráfico. Segundo o próprio Amílcar de Castro:

Desenhar jornal e fazer desenho pra uma pintura, por exemplo, pode ser muito parecido, conforme a figura que você vai fazer. Então, quer dizer, o fato de saber desenhar, o fato de saber organizar o espaço num desenho, ou numa pintura ou num desenho pra escultura, essa experiência de organizar o espaço aqui no papel, é a mesma coisa que fazer jornal; não tem diferença, não. Em vez de você dar uma pincelada preta, você põe um título de cinco colunas. Eu comecei aqui a estudar arquitetura em 42, passei pra pintura, desenho, escultura, até que cheguei no jornal. Eu fazia escultura no Rio de Janeiro. Foi o Otto Lara Resende quem me levou pra Manchete, o meu primeiro

emprego. Foi lá que eu aprendi a calcular, etc. (Amílcar de Castro – Entrevista para ABI, 1977 – Publicada em 2003, Novos Estudos-CEBRAP, p.143)

O trabalho desenvolvido por Amílcar de Castro no JB estava profundamente marcado por um fazer artístico que havia ganhado espaço no início da década de 50: o construtivismo, especialmente a arte concreta. O representante estrangeiro do concretismo no Brasil foi Max Bill. Ex-aluno da Bauhaus⁸⁶, vinculado a famosa escola de Ulm, Bill fez conferências no Brasil e uma exposição que teve lugar no MASP, a convite de Pietro Maria Bardi, em 1950. Segundo Amílcar, Max Bill teve um papel fundamental em sua vida. Ainda que não concordasse com a teoria artística que ele representava – a da arte concreta, que buscava substituir a imaginação humana pelo raciocínio matemático⁸⁷ –, a obra de Max Bill foi um marco na trajetória de Amílcar de Castro como escultor. Segundo Amílcar:

Vi depois uma escultura dele que me impressionou muito: uma esfera de latão com o centro vazado. Fiz uma escultura em chapa de cobre meio baseada na de Max Bill: dividida em três partes e dobrada pelas diagonais, fechada em triângulos. Ela foi selecionada para a Bienal de São Paulo de 1953. Foi quando comecei a achar o meu caminho. Comecei a achar que podia fazer alguma coisa em escultura. (Amílcar de Castro - Entrevista à Folha de SP, 2002)

A influência de Max Bill foi decisiva para a arte brasileira. No que concerne ao SDJB e ao JB, essa influencia afetou diretamente a reforma gráfica, tanto através da figura de Amílcar de Castro quanto na de Ferreira Gullar, Reynaldo Jardim e outros,

⁸⁶A Bauhaus iniciou suas atividades em 1919, em Weimar, sob a direção de Walter Gropius, que era arquiteto. Segundo George Rickey (2002), não havia distinção entre artistas e artesãos. Os nomes que compunham a escola eram os seguintes: para pintura, Gropius nomeou Kandinsky, Paul Klee e Lyonel Feininger; para a escultura, Gerhard Marcks; para o teatro, Oskar Schlemmer; para arquitetura, Marcel Breuer; para o desenho gráfico, Herbert Bayer; para o curso básico, Josef Albers e László Moholy-Nagy. A escola foi diretamente influenciada pela arte não-figurativa russa e holandesa, esta última através do Grupo *De Stijl*, criado em 1917, por Mondrian e Theo van Doesburg, que publicaram uma revista com o mesmo nome (Rickey, 2002).

⁸⁷Max Bill excluía a intuição como fonte artística, propondo e buscando na ordem matemática a fonte para o trabalho artístico. Era a arte sendo expressa através de pensamentos lógicos, geométricos, científicos (Rickey, 2002).

que se inspiravam e partilhavam das idéias concretistas. A reforma também marcou o início de um forte vínculo entre o SDJB e os movimentos de vanguarda daquela época.

Na primeira metade dos anos 50, surgiram grupos como o Ruptura (1952), em São Paulo, e o Frente (1954) no Rio de Janeiro; ambos denominavam-se concretistas e tinham influência direta da teoria de Bill. Segundo Ana M. Belluzzo (1998), o início de uma “prática concreta” está marcado pela emergência do Grupo Ruptura e suas proposições. Em 1956, o Grupo Frente se dissolveu e, segundo Gullar, os artistas se reagruparam em torno de questões mais definidas. Em 23 de junho de 1957, o SDJB publica dois manifestos de cisão do movimento concretista ligado à poesia: de um lado, os paulistas com *Da fenomenologia da composição à matemática da composição* e texto assinado por Haroldo de Campos; de outro lado, os cariocas com *Poesia Concreta – experiência intuitiva*, assinado por Ferreira Gullar, Reynaldo Jardim e Oliveira Bastos.

Nesse período, o SDJB teve um papel fundamental em toda a discussão que evolvia a arte concreta. Não só foi diretamente influenciado por ela em sua nova diagramação, como foi um espaço aberto aos debates sobre o concretismo. E seria, mais tarde, o veículo para o Manifesto Neoconcreto, do qual falarei adiante, publicado em 21 de março de 1959, em uma edição do SDJB dedicada à *Experiência Neoconcreta*. O manifesto foi assinado por Amílcar de Castro, Ferreira Gullar, Franz Weissmann, Lygia Clark, Lygia Pape, Reynaldo Jardim e Theon Spanúdis. Nas palavras de Gullar:

Não é possível determinar a gestação da arte neoconcreta sem atentar para a contribuição dos poetas cariocas que participaram da exposição de dezembro de 1956 (...). Os poetas estariam ligados ao ‘Suplemento Dominical do Jornal do Brasil’, que se tornaria porta-voz do movimento de arte concreta em 1957. (Gullar, 1998:156)

O SDJB se torna não só o porta-voz como o lugar dos debates, pois passam a colaborar poetas cariocas, que já faziam parte do jornal, e os paulistas também, como

Décio Pignatari, os irmãos Campos⁸⁸, que estavam então vinculados ao grupo concreto liderado por Waldemar Cordeiro.

É nesse contexto de mudança e de grandes debates no cenário das artes que se deu a reforma do JB e do SDJB. Nesse período, o SDJB tornou-se um lugar privilegiado. A união de jornalistas, artistas, literatos, poetas e intelectuais no processo de reformulação do JB, todos influenciados pelas novas correntes artísticas – Amílcar de Castro, Ferreira Gullar, Reynaldo Jardim, etc. –, permitiu que o Suplemento, por sua vez, se tornasse mais do que o laboratório destas mudanças: ele passa a ser um lugar de discussão sobre a arte contemporânea brasileira e seus rumos. O SDJB estava em sintonia com o contexto da época, abrigando na figura destes que o recriaram e no espaço que abria às discussões, parte da vanguarda literária e artística da época.

Um contraponto

Um contraponto possível ao SDJB, no que concerne a esse envolvimento mais direto com as manifestações artísticas de sua época, especificamente com o concretismo e o neoconcretismo, é o *Suplemento Literário do Diário de São Paulo*, que foi publicado entre novembro de 1946 e novembro de 1948⁸⁹. Este Suplemento, em sua época, foi

⁸⁸ Em 1960, no Suplemento do *Correio Paulistano* começou a ser publicada uma página chamada *Invenção*, cujos idealizadores eram os concretistas Haroldo de Campos, Cassiano Ricardo, Décio Pignatari, Augusto de Campos, José Lino Grunewald e Mário Chamie (Nunes, 2007).

⁸⁹ A data de novembro de 1946 marca o início da publicação do *Suplemento Literário do Diário de São Paulo* em uma de suas versões de maior destaque, dirigido por Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão, como bem aponta Juliana Neves Simões Gomes (2003). No entanto, antes de 1946, o Diário de São Paulo havia publicado páginas literárias e mesmo suplementos dominicais. Em janeiro de 1929, estreou um suplemento dominical no *Diário de São Paulo*, mas com assuntos mais diversos, tais como *literatura, artes, automóveis, feminina, infantil, medicina e xadrez* (Nunes, 2007:126). Ainda em março de 1929, a página sobre automóveis deu lugar a *Revista Antropofagia – 2ª Dentição*, espaço concedido aos modernistas por Rubens do Amaral, que era o diretor do jornal na época e acreditava que deveria abrir espaço à vanguarda. Segundo Mônica de Fátima Rodrigues Nunes (2007), a última edição da revista no *Diário* foi em agosto de 1929, totalizando quinze números. Em 1936, o suplemento dominical sofreu mudanças gráficas

fortemente marcado pela influência direta de uma geração de modernistas. A iniciativa para sua criação foi de Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de imprensa da época, os *Diários Associados*. Para dirigir o Suplemento, Chateaubriand convidou Geraldo Ferraz, jornalista experiente, crítico de arte e mentor de projetos gráficos importantes.

Ferraz foi o primeiro crítico modernista a atuar na imprensa, segundo Heloisa Pontes (1998). Seu interesse pelas artes plásticas começa em 1927 e é fruto tanto da amizade com o artista e arquiteto Flavio de Carvalho quanto da leitura da *Revista do Ocidente*. De acordo com Pontes, o conhecimento e experiência das obras de arte, Ferraz os teve de forma indireta, através de livros, revistas ou de consultas na biblioteca, sendo que a única exposição que vira até 1924 havia sido a de Lasar Segall. Em 1929, foi apresentado ao casal Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, em função de uma entrevista que faria com o pianista Souza Lima, hospedado na casa de Tarsila. Lá, pôde ver diversas obras de arte que ambos haviam adquirido na Europa. Surpreendeu o casal pelo seu conhecimento de arte moderna, o que lhe propiciou novos encontros com Oswald de Andrade (Pontes, 1998).

As portas para a entrada de Ferraz no universo cultural, intelectual e de sociabilidade mais ampla dos modernistas começaram a se abrir. Graças à relação que estabeleceu com o casal "Tarsi-Oswald", entrou em contato com várias personalidades, próximas ou integrantes do modernismo paulista, e viabilizou o início de sua atuação como crítico de arte. (Pontes, 1998: 48)

Em 1929, foi convidado por Oswald de Andrade a trabalhar no projeto gráfico da *Revista Antropofagia* – 2ª Dentição, que saía no recém criado Diário de São Paulo (Gomes, 2003). Em 1933, criou, com a colaboração de Mário Pedrosa, *O Homem Livre*, jornal da Frente Única Antifascista, dirigida por ele (Arantes, 2004). Em 1935, participou

significativas e passou a ser um caderno de variedades, com matérias sobre política, guerra, artistas e raras publicações literárias. Segundo a autora, a partir da década de 1940, os rodapés [artigos que eram inseridos na margem inferior da página do jornal] passaram a ser publicados sem uma periodicidade rígida, até 1946, quando começa então o Suplemento Literário.

da criação de um clube, o *Quarteirão*, que tinha na direção nomes como o de Paulo Emilio, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Mário de Andrade, Lasar Segall, Brecheret e o seu, Geraldo Ferraz. Segundo Heloisa Pontes (1998), o *Quarteirão* tinha como objetivo reunir a vanguarda artística de São Paulo, que se dispersara com o fechamento da Sociedade Pró-Arte Moderna e do Clube dos Artistas Modernos, ambos em 1934. Contudo, o clube nunca foi levado adiante.

Ferraz assumiu a direção do Suplemento Literário junto com sua companheira, na época, Patrícia Galvão – Pagu. Para compor o grupo com o qual trabalhariam, o casal reuniu nomes importantes de um passado bastante significativo para São Paulo – vinculados à Semana de Arte Moderna de 22, como o deles – e nomes que traziam a inovação (Gomes, 2003). Entre eles, estavam o poeta Guilherme de Almeida, Candido Mota Filho (na seção fixa *Notas de um constante leitor*), ambos vinculados à Semana de 22, além de Fernando Mendes de Almeida (na seção fixa *Música*), o jovem Marcello Grassmann que foi convidado a ser o ilustrador do Suplemento, etc.. Segundo Juliana Gomes:

Diante desta configuração, é importante notar que, embora, a primeira vista, o Suplemento não apresente características de um manifesto, de um panfleto ou de um veículo literário com fins de lançar publicamente idéias e protestos de um determinado grupo cultural, ele expressa, em parte, os pensamentos e as posições intelectuais de uma determinada geração. Dos sete membros que atuaram com regularidade no periódico apenas dois não haviam participado do modernismo de São Paulo. Boa parte deles, ainda que em épocas e correntes diferentes, contribuíram, uns com mais intensidade outros com menos, para o movimento. Nesse sentido é preciso lembrar que Guilherme de Almeida e Cândido Mota Filho haviam participado da Semana de 22 e situavam-se na ala conservadora do movimento, e que Pagu, Ferraz e Fernando Mendes de Almeida eram da corrente mais radical que representava a antropofagia em sua segunda fase. (2003:7)

Sendo assim, o *Suplemento Literário do Diário de São Paulo* foi fortemente marcado pela tradição do modernismo que, como bem disse Otilia Arantes (2004), havia, a partir dos anos 30, entrado na rotina mental do país. Essa “marca” também esteve presente no

SDJB. Contudo, o momento era outro e logo as influências também foram outras – o momento era da arte concreta.

Publicados em épocas diferentes⁹⁰ – o Suplemento do Diário de São Paulo entre 1946 e 1948 e o Suplemento do Jornal do Brasil entre 1956 e 1961 –, há entre os dois uma semelhança além do fato de serem “suplementos literários”, ou seja, ambos foram, também, o veículos de expressão de pensamentos e posições intelectuais de artísticas de uma geração, e carregaram essa marca. Contrapondo esses suplementos, é possível vislumbrar um pouco as mudanças no cenário artístico e cultural brasileiro e os embates

⁹⁰ É preciso ressaltar que outros importantes suplementos literários haviam sido ou estavam sendo publicados antes ou no mesmo período do SDJB. Entre eles, havia o *Suplemento Literário* do *O Estado de São Paulo*, que começou a ser publicado em outubro de 1956 e teve grande destaque na época. O projeto do Suplemento foi realizado por Antonio Candido, a pedido de Julio de Mesquita Neto, no mesmo ano. À direção, Antonio Candido sugeriu Décio de Almeida Prado. Depois de pronto o projeto, as seções fixas ficaram a cargo dos seguintes nomes: *letras estrangeiras* (francesas, por Brito Broca; italianas, por Lauro Escorel; anglo-americanas, por Willi Lewin; hebraicas e judaicas, por J. Guinsburg; libanesas, por Jamil Almansur Haddad; germânicas, por Anatol Rosenfeld, etc.); *rodapé crítico* (Wilson Martins); *resenha bibliográfica* (vários); *conto*, *poesia*, *literatura brasileira* (assinaram esta seção: José Aderaldo Castello, Antonio Soares Amora, Antonio Candido, Fausto Cunha e Eugênio Gomes); *a semana e os livros* (Edgard Cavalheiro); *crônicas dos Estados* (...); *seções de teatro* (Sábato Magaldi), *cinema* (Paulo Emilio Salles Gomes); *música* (Alberto Soares de Almeida) e *artes plásticas* (Lourival Gomes Machado); *revistas das revistas* (Lívio Xavier), além de *desenhos*, *gravuras* e *fotografias* (Nunes, 2007:78-79). Alguns dos nomes mais significativos vinculados a este suplemento literário fizeram parte, anos antes, de um mesmo grupo: o Grupo Clima. Este grupo foi formado no início de 1939 por jovens estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, unidos por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade. Deste círculo faziam parte Decio de Almeida Prado, Paulo Emilio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Gilda de Mello e Souza, entre outros. Juntos lançaram-se na cena cultural paulista por meio de uma modalidade específica de trabalho intelectual: a crítica aplicada ao teatro, cinema, literatura e artes plásticas (Pontes, 1998:13). O resultado desta amizade profícua foi a criação da revista *Clima*, que circulou entre maio de 1941 e novembro de 1944. Segundo Heloisa Pontes, a idéia da revista surgiu no final de 1940, a partir de conversas entre Lourival Gomes Machado e Antonio Candido, ambos cursavam a faculdade na época. A revista teve o apoio de Alfredo Mesquita que, procurado por Lourival Machado, concedeu-lhe de imediato o patrocínio. Segundo Pontes, o Grupo Clima *construiu seu espaço de atuação por meio da crítica, exercida em moldes ensaísticos mas pautada por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação* (1998:14). Esse espaço foi construído, inicialmente, na revista *Clima* e, posteriormente, no *Suplemento Literário*. Este último diferenciou-se de outros suplementos exatamente por essa característica que combinava o ensaístico com o acadêmico, que seus principais membros passavam ao SL através das análises da produção artística e literária que publicavam. Afinal, como diz Pontes, o que havia em São Paulo de mais substancial naquele momento era a universidade. Sobre esse Suplemento, diz a autora: *Resultado do encontro da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, do jornal dos Mesquita e dos membros de 'Clima' que se profissionalizaram nas mesmas áreas em que se lançaram no início dos anos 40, o 'Suplemento' foi um dos eixos por onde gravitou o sistema cultural paulista até meados da década de 60. A partir de então, passou a emitir os primeiros sinais de esgotamento* (Pontes, 1998:210).

entre a tradição modernista figurativa e o abstracionismo, que levaria até a vanguarda concreta.

O contexto

Ainda na década de 40, havia forte resistência às vanguardas artísticas que vinham de fora. A grande maioria de críticos e artistas, principalmente em São Paulo, eram modernistas e isso determinava fortemente a dinâmica da arte, guiando ainda o que deveria ou não ser feito e aceito nesse meio. O abstracionismo, já muito difundido no estrangeiro, tinha na figura de Mário Pedrosa um entusiasta, mas tinham também figuras contrárias, tais como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Geraldo Ferraz, entre outros. Segundo Otília Arantes:

Quase todos, artistas e críticos, eram veteranos do modernismo (...). Defendiam portanto uma tradição, a tradição do modernismo. Sem dúvida a inventiva tensão inicial baixara, mas bem ou mal, relativamente integrado, o sistema da arte moderna funcionava no Brasil. Ora, não custa lembrar que o auge do modernismo fora nacionalista, e o segundo tempo, francamente social. Além do mais, declaradamente hostil à tentativa abstrata, contra a qual Mário de Andrade prevenia Tarsila em Paris. Nisto davam seguimento a um empenho que vinha de longe: não se concebia entre nós atividade cultural que não estivesse a serviço da 'figuração' do país, que não fosse ao mesmo tempo instrumento de conhecimento e consolidação da imagem de um país ainda muito incerto de si mesmo – pintar era ajudar a descobri-lo e edificar em parcelas uma nação diminuída pelo complexo colonial. (Arantes, 2004:62)

Dentro deste cenário, a crítica de Mário Pedrosa teve grande relevância para as mudanças que ocorreriam no caminho da arte no Brasil. Depois da Segunda Guerra Mundial, a tendência predominante, ao menos no exterior, era o abstracionismo. Segundo Arantes, o crítico trazia esse exemplo para o Brasil e encorajava jovens artistas a segui-lo. Em 1947, ao seu redor se formava o primeiro núcleo de artistas abstratos,

entre eles estava Ivan Serpa, que mais tarde criaria o Grupo Frente, no Rio, Almir Mavignier, e Abraão Palatinik.

Almir Mavignier, além de iniciante na pintura, era funcionário da secretaria do Centro Psiquiátrico Nacional⁹¹. Nesse mesmo ano, no Centro Psiquiátrico, mais precisamente na seção de Terapêutica Ocupacional, Dra. Nise da Silveira começara a organizar um ateliê de pintura. Falando sobre o ateliê com Paulo Elejalde, o diretor do CPN sugeriu o nome do jovem pintor Mavignier. Pouco adaptado ao serviço burocrático, Mavignier foi transferido para a seção de Terapêutica Ocupacional onde começou a trabalhar no ateliê⁹². Nesse período, conta Dra. Nise, o ateliê do Engenho de Dentro era muito freqüentado pelos colegas de Mavignier, Serpa e Palatinik. Em fevereiro de 1947, houve a primeira exposição organizada com as obras do ateliê, no Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Em 31 de março de 1947, Mário Pedrosa faz a conferência de encerramento da exposição organizada pelo CPN, intitulada *Arte, Necessidade Vital*. Diz Mário Pedrosa, logo no início da conferência:

A dificuldade para compreender-se o problema que hoje, aqui, nos reúne, é a da conceituação da arte que má tradição de séculos implantou nos espíritos. A realidade é que o mundo de agora não sabe o que é arte. Não consegue o público discernir o fundamental do fenômeno artístico. A arte plástica é para ele a imitação da natureza; a representação da realidade através de certos cânones codificados desde a Renascença. Todas as obras ditas de arte são imediatamente sujeitas a esse critério e o público quer ver nelas essa confirmação, essa identificação com a realidade externa. Daí sua incompreensão da chamada arte moderna. E sua incompreensão ainda maior em face de uma experiência como a da exposição do Centro Psiquiátrico Nacional. (Pedrosa, 1996:41)

Pedrosa diz ainda que a atividade artística estende-se a todos os seres humanos, que não é uma ocupação exclusiva de uma “confraria especializada”, ao contrário, a

⁹¹ Usarei a sigla CPN para me referir ao Centro Psiquiátrico Nacional.

⁹² Segundo Dra. Nise da Silveira: *Mavignier tomou-se de verdadeira pelo seu novo trabalho. Nunca pretendeu influenciar os doentes que freqüentavam o atelier, respeitava e tratava de pessoa para pessoa aqueles habitantes do hospital psiquiátrico. Ele trabalhou comigo até as vésperas de sua partida para a Europa, em novembro de 1951 (Silveira, 1981:14).* Em sua ida à Europa, Mavignier torna-se aluno da famosa Escola de Ulm.

vontade de arte se manifesta em qualquer homem, seja ele *papua ou cafuzo, brasileiro ou russo, negro ou amarelo, letrado ou iletrado, equilibrado ou desequilibrado* (Pedrosa, 1996:46). Lembrando Baudelaire, associa o gênio a uma *infância reencontrada à vontade*, identificando “*inspiração*” com as *forças espontâneas, vitais e inconscientes* que existem nas crianças. Para Pedrosa, a descoberta do inconsciente confirma isso (Pedrosa, 1996). Para o crítico, a iniciativa de Nise da Silveira, assim como as escolas de arte foram dos principais acontecimentos antes das Bienais. Segundo Otilia Arantes:

É o próprio Mário Pedrosa que, no balanço da arte brasileira contemporânea em 1970, destaca como o que há de “mais peculiar ou mais importante no campo cultural e artístico”, às vésperas das bienais, estes dois acontecimentos que vinham romper com os preconceitos acadêmicos que dominavam não apenas os meios artísticos oficiais, mas até mesmo os meios modernistas mais avançados: as escolinhas de arte – cita Augusto Rodrigues e Ivan Serpa; e as iniciativas terapêuticas de Nise da Silveira, no Rio, e Osório Gomes, em São Paulo. Tais fatos, segundo ele, eram sintomáticos do movimento de idéias que começavam a agitar, no plano científico e estético, a vida cultural dos grandes centros do país. Assim, independente dos próprios artistas, “o mundo das artes ia ampliando pouco a pouco o que havia de restrito, de preconceitual, de elitismo, nas concepções circulantes sobre a matéria nos meios mais ‘avançados’ do Brasil”. (Arantes, 2004:54)

Poucos meses depois da primeira exposição do CPN, em outubro de 1947, Chateaubriand inaugura, junto com o casal Bardi⁹³, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – o MASP. Em 1948⁹⁴, foi fundado o MAM, Museu de Arte Moderna de

⁹³ Pietro Maria Bardi foi convidado por Assis Chateaubriand para fundar e dirigir o MASP, que no início ocupava quatro andares do edifício dos Diários Associados. Mais tarde, Lina Bo Bardi fez o projeto do atual prédio do MASP, o qual foi inaugurado em 1968.

⁹⁴ Em 1948, foi criado o MAM –SP, contudo sua inauguração oficial foi no ano seguinte, 1949, com a exposição “Do Figurativismo ao Abstracionismo”. Diz o texto retirado do site oficial do museu: “1948 – (...) Antes mesmo da inauguração oficial, no ano seguinte, o MAM expunha seu acervo ainda incipiente em sede provisória, na rua Caetano Pinto, endereço da Metalúrgica Matarazzo. Na coleção, havia telas de Anita Malfatti, Aldo Bonadei, Alfredo Volpi, Emiliano Di Cavalcanti, José Antonio da Silva, Juan Miró, Marc Chagall, Mário Zanini, Pablo Picasso e Raoul Dufy, entre outros” (Disponível em: <http://www.mam.org.br/2008/portugues/historia.aspx?id=1>).

São Paulo, pela iniciativa de Francisco Matarazzo⁹⁵. Nesse mesmo ano, foi fundado o MAM do Rio de Janeiro⁹⁶. Os museus atuaram como pólos modernizadores, segundo Amaral. Houve, em 1949, uma mostra inaugural do MAM- SP, *Do figurativismo ao Abstracionismo*. No mesmo ano, em outubro, aconteceu a exposição *9 Artistas de Engenho de Dentro*, no MAM – SP. Para esta exposição, Leon Degand, então diretor do Museu (MAM-SP), foi ao ateliê coordenado por Dra. Nise escolher, pessoalmente, os desenhos, pinturas e modelagens que fariam parte da exposição (Silveira, 1981). Em 1950, como já foi dito, a convite de Pietro Maria Bardi, Max Bill faz uma exposição no MASP e palestras. Em 1951, aconteceu a primeira Bienal Internacional de Arte de São Paulo, sob a “regência” de Lourival Gomes Machado. Nela, Max Bill⁹⁷ foi premiado pela escultura chamada *Unidade Tripartida*; o prêmio destinado à jovem pintura nacional foi para Ivan

⁹⁵ São Paulo foi uma cidade que teve sua vida cultural e artística fortemente impulsionada pelo que se chamou de um “novo mecenato”, principalmente a partir dos anos 40, onde se destacavam nomes vinculados a setores da imprensa e da indústria, como Chateaubriand e Matarazzo, em franca ascensão. Segundo Rita Oliveira: *Dois empresários paulistas começaram, no pós-guerra, a descobrir os caminhos de um certo mecenato moderno: de um lado, Assis Chateaubriand (1891-1968), empresário ligado às comunicações que se embrenhou pelos trâmites artísticos; do outro, Francisco Matarazzo Sobrinho (1898-1977), o Ciccilo, industrial de ascendência italiana, hoje considerado Presidente Perpétuo da Fundação Bienal. Chateaubriand e Ciccilo acrescentaram aos seus dotes empresariais uma atitude de mecenas que os fez entrar para a história deste país com esta marca. As disputas entre esses dois empresários, afeitos ao mecenato, tornaram-se quase um folclore na cidade de São Paulo. Ambos apareceram como um novo tipo de empresariado que buscava se projetar no mundo econômico através dos empreendimentos culturais de cunho internacional* (Oliveira, 2001:20). Outro nome de destaque nesta época foi o da família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de São Paulo*. Não só tiveram um papel fundamental no incentivo à cultura, à literatura e à arte – dando apoio financeiro à iniciativa de, por exemplo, jovens intelectuais como os do Grupo Clima (como bem mostra Heloisa Pontes em *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo 1940-1968*), ou investindo na criação do Suplemento Literário – como também na idealização e implantação da Universidade de São Paulo. Entre os idealizadores do projeto e fundadores da USP estavam Julio de Mesquita Filho que, juntamente com o governador Armando de Salles Oliveira interventor federal nomeado por Getúlio Vargas, assinou, em 25 de janeiro de 1934, o decreto no 6.283, criando a Universidade de São Paulo (Motoyama, 2006). O modelo de Julio de Mesquita Filho ficou conhecido, segundo Motoyama, como a “variante paulista”, e diferenciava-se dos modelos implantados no restante do Brasil no que refere ao papel que deveria cumprir. No modelo do Estatuto das Universidades Brasileiras, a universidade é integrada por uma faculdade de educação, ciências, e letras, com papel profissionalizante, enquanto que, na USP, fundou-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), voltada para ciência pura e cultura geral. Por isso a USP ficou conhecida como a “variante paulista” do modelo (Motoyama, 2006:124).

⁹⁶ A fundação do MAM do Rio de Janeiro tem como nome principal o de Raymundo Ottoni de Castro Maya, dono da Cia. Carioca Industrial, que entre outras coisas estava ligada ao fabrico de óleos. Castro Maya foi o primeiro presidente do MAM do Rio de Janeiro.

⁹⁷ Entre 1951 e 1956, Max Bill dirigiu a famosa escola de Ulm, criada nos moldes da Bauhaus, da qual havia sido aluno de arquitetura entre 1927 e 1929 (Larousse, *Dictionnaire de La Peinture*, 1996: Bill, Max).

Serpa. Em maio de 1952, foi criado o Museu de Imagens do Inconsciente. Em 1953, houve a II Bienal Internacional de São Paulo e Max Bill foi um dos jurados. A influência das Bienais marcava o início de um *alargamento das fronteiras criadoras artísticas*, como bem disse Mário Pedrosa (1986:287).

As influências do abstracionismo geométrico e da arte concreta já eram grandes e começavam a se disseminar ainda mais. Nesta II Bienal, o prêmio de escultura foi para Amilcar de Castro e o prêmio de pintura foi dividido entre dois nomes: Di Cavalcanti e Alfredo Volpi. Num momento de mudanças e afirmações, esta situação gerou certa polêmica. Di Cavalcanti vinha da tradição modernista e o segundo, Volpi, começava a experimentar formas mais geométricas, que culminariam com uma passagem pelo concretismo⁹⁸ em meados da década de 50. Décio Pignatari, em um artigo para a Folha de São Paulo, relembra a polêmica:

Na 2ª Bienal, houve um lance de registro obrigatório. O júri de premiação era um corpo mesclado de brasileiros e estrangeiros. Estes, na primeira mostra, preocuparam-se com a premiação internacional, mal tomando conhecimento da representação nacional: os brasileiros que repartissem a seu gosto a sua parte do bolo. Na 2ª Bienal, em assim sendo, o grande prêmio já estava prometido para Di Cavalcanti. Só que a banda brasileira não contava com a integridade ética de Herbert Read, grande nome da crítica artística e literária da Inglaterra (além de poeta), que teria dito: "Se há alguém aqui que deva ser premiado, este se chama Alfredo Volpi". Pasmado nacional. Read se dispunha a ir aos jornais para denunciar a tramóia. No fim, concedeu uma premiação 'ex-aequo', mas fez questão de que o nome de Alfredo Volpi viesse em primeiro lugar. Foi a partir daí que o grupo de artistas concretos de São Paulo (ao qual eu me integrou), sob a batuta do ítalo-brasileiro Waldemar Cordeiro, se tomou de apaixonada admiração por Volpi, que eu qualifiquei e qualifico, temerária e polemicamente, como "o primeiro e último grande pintor brasileiro" e que os ignorantes, à moda americana, chamam de "o pintor das bandeirinhas". (Folha de São Paulo, 2001)

⁹⁸ Segundo Lorenzo Mammi, essa "passagem" de Volpi pelas poéticas concretas nunca foi incondicional, tampouco representou uma fratura na evolução de sua linguagem. Como os poemas concretos de Manoel Bandeira, que são quase sempre acrósticos amorosos, as melhores telas concretas de Alfredo Volpi não expressam tanto a busca da objetividade quanto o pudor de uma subjetividade que, à força de depurações, se tornou forma geométrica. Não são idéias que se tornam realidades, e sim realidades que se tornam idéias. (Mammi, 1999:33)

A polêmica é reveladora. Segundo Mário Pedrosa, Volpi estava evoluindo para sua fase mais abstrata, criando, de acordo com o crítico, modelos insuperáveis da paisagem urbana abstrata (1986). Nas palavras de Pedrosa:

Essa divisão do prêmio de pintura foi produto de uma última tentativa de conciliação dos membros brasileiros do júri entre a geração dos grandes veteranos e a nova geração em ascensão, ainda que, no fundo, representada por um artista que em idade pertencia à primeira, Alfredo Volpi(...). (Pedrosa, 1986:292)

Uma tentativa de conciliação é também indício de um conflito. Não era apenas a conduta frágil do júri brasileiro posta em cheque por Read. Isso deflagra uma questão maior, a do *lugar* que ocupavam a antiga e a nova geração, ou como havia colocado o *manifesto Ruptura* um ano antes, a questão era o *lugar* do *Novo* e do *Velho*. O cenário artístico se reconfigurava e reorganizava as posições. Segundo Décio Pignatari, Volpi foi bastante festejado por seu grupo, o dos concretos paulistas⁹⁹, e isso tinha um sentido. Ainda que estivesse na outra ponta, pois Volpi ainda não tinha entrado em sua fase concreta, ele representava exatamente o *novos*, que vinha quebrar com uma tradição figurativa na pintura.

À medida que os grupos concretos começam a ganhar destaque no cenário artístico, começavam também a rever suas posições. Em dezembro de 1956 e fevereiro de 1957, aconteceu a *I Exposição de Arte Concreta*, em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, no Museu de Arte Moderna de São Paulo e no Ministério de Educação do Rio de Janeiro (MAM-RJ)¹⁰⁰, respectivamente. A exposição teve a participação de artistas

⁹⁹Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos criaram, em 1952, o Grupo *Noigraudes*, que publicou uma revista-livro com o mesmo nome. Em dado momento, levado pela afinidade, o *Noigraudes* se junta ao Grupo *Ruptura*. O primeiro voltado à literatura e poesia e o segundo às artes plásticas. Os grupos paulistas se unem, marcados por uma mesma influência, o concretismo. Logo depois da primeira I Bienal (1951), em 1952, o Grupo *Ruptura* apresenta uma exposição no MAN-SP, cujas obras seguiam uma doutrina exposta em manifesto⁹⁹. Segundo Ana Maira Belluzzo, *a atuação do grupo desloca os pólos de debate artístico predominante em São Paulo, que opõe abstração e figuração, para novos termos de contradição entre um abstracionismo expressivo, "hedonista", e outro abstracionismo construtivo* (Belluzzo, in Amaral, 1998: 96).

¹⁰⁰ A *I Exposição Nacional de Arte Concreta* no Rio de Janeiro, segundo Ferreira Gullar, foi o *Ministério de Educação e Cultura do Rio de Janeiro*. Ao pesquisar no site do MAM-RJ pude constatar que, em 1952, o

paulistas e cariocas¹⁰¹ e, pela primeira vez, confrontou duas tendências do concretismo brasileiro.

Aquela exposição revelava, de modo flagrante, as divergências entre os dois grupos: os cariocas, de modo geral, mostravam uma preocupação pictórica, de cor e matéria, que não havia nos paulistas, mais preocupados com a dinâmica visual, com a exploração dos efeitos da construção seriada. (Gullar, 1999:234)

Se, por um lado, o Grupo Ruptura era dogmático¹⁰² quanto à teoria e a prática da arte concreta, o Grupo Frente não estava fechado a outras manifestações artísticas. Nesse grupo, havia espaço para a arte *naif*, à arte dos “loucos” ou “arte virgem”, como a denominava Mário Pedrosa, se diferenciando do Grupo Ruptura exatamente por essa abertura mais fluida. Ainda que fosse formado por artistas com tendências concretas, o Grupo Frente não obedecia a códigos rígidos na prática artística. Como disse Ferreira Gullar, *para esses artistas a linguagem geométrica não era um ponto de chegada mas sim um campo aberto à experiência e à indagação* (1999:233).

É a partir dessa exposição que as diferenças ficam mais marcadas. Após algum tempo, como já foi dito, o grupo Frente se desfaz. No entanto, o momento é de reflexão

Museu estava instalado no **Palácio Gustavo Capanema**, então sede do Ministério de Educação e Saúde. Em 1954, o projeto do museu é feito pelo arquiteto Eduardo Reidy, mas o bloco de exposições, por exemplo, só será concluído em 1967. Logo, a exposição foi no MAM-RJ, mas em sua sede antiga, no Ministério de Educação.

Disponível em: http://www.mamrio.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=32.

¹⁰¹ Segundo Belluzzo: *Participaram da I Exposição Nacional de Arte Concreta: a poesia de Augusto e Haroldo de Campos, Décio Pignatari, Ferreira Gullar, Ronaldo Azeredo e Wladimir Dias Pino, as artes visuais de Cordeiro, Sacilotto, Geraldo de Barros, Lothar Charoux, Judith Lauand, Nogueira Lima, Hermelindo Fiaminghi, e Féjer, por São Paulo, e de Franz Weissmann, Amílcar de Castro, Lygia Clark, Hélio Oiticica, Aluisio Carvão, Lygia Pape, Décio Vieira e Rubem Ludoff, pelo Rio* (Belluzzo, 1998:121).

¹⁰² Segundo ainda Belluzzo, a atuação crítica de Cordeiro, que visa orientar como o artista pode conceber a arte “com valores da forma, sem nenhuma espécie de acréscimo estranho”, encontra forte oposição e assume forma combativa. Defende a posição contrária ao populismo de Portinari e a todo conteúdo tido como externo à arte. Não poupa nem mesmo seus parceiros da mostra *Do Figurativismo ao Abstracionismo*, do Museu de Arte Moderna. Reconhece nas abstrações de Cícero Dias “os mesmo verde-amarelos as mesmas formas e a mesma composição” (...). Também as abstrações de Flexor não passam, para Cordeiro, de “novas alegorias”, uma vez que fragmenta o plano geral por um sistema de raios de efeito perspectivo, que lhe é portanto externo, sem respeito à estruturação plana do quadro. Do mesmo modo, aponta em tom demolidor as imprecisões dos pontos de vista de críticos como Maura Eugénia Franco, Geraldo Ferraz e Sergio Milliet, polemizando com este (in Amaral, 1998:100)

e revisão¹⁰³ para este círculo carioca que gravitava em torno do concretismo. Esse momento resultaria, em 1959, no movimento neoconcreto. Desde o fim do Grupo Frente, segundo Ferreira Gullar, seus participantes ficaram dois anos longe da idéia de um novo grupo, no entanto, o convívio entre estes artistas e poetas foi profícuo. A exposição de Lygia Clark, em São Paulo, em 1958; a troca entre os poetas ligados ao *Jornal do Brasil*, juntamente com os paulistas; os encontros na casa de Lygia Clark, regados a longas discussões na companhia de Mario Pedrosa, todos esses fatores, Gullar os aponta como contribuições para a formulação do que viria a ser o neoconcretismo. A data oficial para o seu nascimento foi março de 1959, quando da inauguração da *I Exposição de Arte Neoconcreta*, no MAM – RJ. Simultaneamente, foi lançado o *Manifesto Neoconcreto*, que em vinte e um de março de 1959 foi publicado no SDJB. Dizia ele:

A expressão neoconcreto é uma tomada de posição em face da arte não-figurativa “geométrica” (neoplasticismo, construtivismo, suprematismo, Escola de Ulm) e particularmente em face da arte concreta levada a uma perigosa exacerbação racionalista. Trabalhando no campo da pintura, escultura, gravura e literatura, os artistas que participam desta I Exposição Neoconcreta encontraram-se, por força de suas experiências, na contingência de rever as posições teóricas adotadas até aqui em face da arte concreta, uma vez que nenhuma delas ‘compreende’ satisfatoriamente as possibilidades expressivas abertas por estas experiências. (Manifesto Neoconcreto, in Gullar, 1999:283)

O manifesto trata-se, segundo Ronaldo Brito (2002), de uma tomada de posição crítica ante o desvio mecanicista da arte concreta. Nas palavras de Gullar:

O neoconcreto, nascido de uma necessidade de exprimir a complexa realidade do homem moderno dentro da linguagem estrutural da nova plástica, nega a validade das atitudes cientificistas e positivistas em arte e repõe o problema da expressão, incorporando as novas dimensões “verbais” criadas pela arte não-figurativa construtiva. O racionalismo rouba à arte toda a autonomia e substitui qualidades intransferíveis da obra de arte por noções da objetividade científica: assim os conceitos de forma, espaço, tempo, estrutura –

¹⁰³Segundo Otilia Arantes (2004), é a partir da aproximação das idéias de Merleau-Ponty – de sua *Fenomenologia* – que os neoconcretos se afastaram da *Gestalt*, marcando sua diferença com os concretos.

que na linguagem das artes estão ligadas a uma significação existencial, emotiva, afetiva – são confundidos com a aplicação teórica que deles faz a ciência. Na verdade, em nome de preconceitos que hoje a filosofia denuncia (M. Merleau-Ponty, E. Cassirer, S. Langer) – (...) – os concretos racionalistas ainda vêem o homem como uma máquina entre máquinas e procuram limitar a arte à expressão dessa realidade teórica. (Gullar, 1999:285)

Em oposição ao concretismo, o neoconcretismo recolocava o homem como ser no mundo e pensava a arte neste contexto, ou seja, era o *retorno das intenções expressivas ao centro do trabalho da arte. Regatava-se a noção tradicional de subjetividade contra o privilégio da objetividade concreta* (Brito, 2002: 58). É a questão da subjetividade envolvida na criação e mesmo no olhar sobre a obra que retorna ao centro com o neoconcretismo. Como bem diz o *manifesto*, os participantes do movimento não formavam um “grupo”, não estavam ligados por princípios dogmáticos, mas por afinidades profundas entre as pesquisas que realizavam em vários campos artísticos. Segundo o manifesto: *o compromisso que os prende, prende-os primeiramente cada um a sua experiência, e eles estarão juntos enquanto dure a afinidade profunda que os aproximou*. Nesse sentido, o neoconcretismo tinha uma dinâmica de laboratório que, para Brito, só era possível pela ausência de confronto com o mercado. Diz o autor:

Na medida que operava fora do alcance do mercado, não sofria sua ação, digamos, alienadora – não era solicitado à reprodução mecânica dos trabalhos, não era pressionado para adaptar suas descobertas aos esquemas formais vigentes. (...) Mais ou menos livres para seguir o seu trabalho sem interrupções de ordem econômica, os agentes neoconcretos relacionavam-se entre si muito menos como profissionais do que como “homens de cultura”. A troca de informação se tornava fluente e ocorria num plano afetivo – havia, e persiste, em alguns artistas membros do neoconcretismo o orgulho da marginalidade, a idéia do artista como a “antena” (Ezra Pound) da sociedade, a vanguarda dos processos de transformação social. (Brito,2002:63)

É interessante observar que essa lógica, na qual o mercado não era um fator decisivo, predominou durante alguns anos no SDJB, que acolheu parte dessa vanguarda artística. Havia grande liberdade concedida pela Condessa Pereira Carneiro ao grupo

que compunha o Suplemento, sendo que parte desse grupo havia assinado o *manifesto neoconcreto*. O jornal tornara-se o veículo da vanguarda literária e artística da época e este papel, cumpria-o de maneira bastante peculiar, pois a condição de independência financeira, ao menos em princípio, permitia a ele algumas ousadias. No início, o Suplemento não tinha anúncios nas suas páginas, ou seja, todas elas estavam à disposição das matérias literárias, artísticas, da poesia, literatura, etc.. Além disso, o SDJB tinha sua própria redação, separada do restante do JB.

Quando em 1957 o poema concreto de Ferreira Gullar foi publicado, ocupou toda uma página. As palavras, esparsas, ganhavam no papel – ou na página do jornal – um suporte para a intenção *concreta* do poema, ou seja, a diagramação reafirmava, no seu formato, o ideal *concreto*. O que foi polêmico, pois não se tratava apenas de diagramação. Para um jornal que vive de vender espaço, o Jornal do Brasil concedia uma posição privilegiada ao SDJB, uma vez que não estava preso a determinações econômicas, ao menos no início. Segundo Assis Brasil, a Condessa Pereira Carneiro assegurava esse privilégio, referindo-se ao SDJB como uma jóia que tivesse comprado para ela (Brasil, 1973). Foi o mesmo com a publicação do *Manifesto Neoconcreto*, este ocupou duas páginas inteiras, centrais, onde havia o texto, fotos das obras que compunham a exposição, intercaladas de forma harmoniosa com os espaços em branco.

É preciso considerar que a década de 50 foi de grande efervescência artística, literária e crítica no Brasil e, durante seus anos de existência, o SDJB esteve presente nos acontecimentos que marcaram esse período e, mais do que isso, foi em certa medida fruto desse período.

Então somos dois!

Esboçando o contexto, procurei salientar a riqueza que fluía naquele momento, tanto na imprensa quanto no cenário artístico e literário, e como tudo isto estava ligado de maneira profícua. Em linhas gerais, esse era o contexto no qual o SDJB existia e era feito, e isso me permite também situar Maura Lopes Cançado.

Maura, como já foi dito, tornou-se colaboradora¹⁰⁴ do Suplemento, mas era assídua freqüentadora da redação¹⁰⁵ do SDJB, escrevendo muitas vezes suas colaborações lá mesmo. Ao ser apresentada a Assis Brasil, este não encontrou objeções diante do aviso de Sebastião de França sobre sua colega de pensão ser “louca”, respondendo-lhe prontamente: *então somos dois!*

Acredito que a resposta de Assis Brasil estava, em princípio, de acordo com a abertura do crítico literário e de sua seção no SDJB, que dava apoio aos que se aventuravam pela literatura. Uma segunda interpretação vem da tentativa de situar essa frase a partir do contexto que tentei descrever acima. A suposta *loucura* da novata não a excluía do universo da literatura, mas ao contrário, naquele momento o trânsito entre universos, em princípio, distantes, estava, aparentemente, mais livre. Esse foi o exemplo que Mario Pedrosa havia dado em sua palestra de encerramento da *I Exposição do Centro Psiquiátrico Nacional*, ao aproximar a criação artística de nomes importantes

¹⁰⁴ O *colaborador* não tinha um vínculo empregatício com o jornal. Ele escrevia matérias, contos, como no caso de Maura e os apresentava ao jornal, que poderia aceitá-los para publicação, pagando ao *colaborador* por isso. A situação de Maura é por vezes dúbia, pois nas entrevistas que realizei, Heitor Cony e Assis Brasil me disseram que Maura era apenas *colaboradora*, recebendo pelos contos que publicava. No entanto, em alguns trechos de seu diário, *Hospício é Deus*, Maura diz que trabalhava no SDJB. Louzeiro disse-me que Maura freqüentava assiduamente a redação do Suplemento, escrevendo muitas vezes suas colaborações lá mesmo, o que me leva a crer que sua idéia de trabalho estivesse relacionada exclusivamente com sua permanência freqüente na redação, mas sem um vínculo empregatício formal. Este vínculo, Maura o teve com a Secretaria da Educação, quando conseguiu um trabalho como funcionária pública nesta instituição.

¹⁰⁵ Segundo José Louzeiro, o SDJB tinha sua própria redação, dado o apreço que a Condessa Pereira Carneiro tinha pelo Suplemento. A secretaria administrativa ficava por conta de Heloísa, sobrinha da Condessa e futura Sra. Sabin. Segundo Louzeiro: *Helô, como a chamávamos, cuidava da nossa vida funcional e organizava a folha de pagamento dos colaboradores. Era, na verdade, a "fada madrinha" do SDJB, contra a fúria do Brito e até do nosso conterrâneo Odylo, que não via as "maluquices dos concretos" com bons olhos.*

como Van Gogh, Rousseau, etc, da criação dos artistas do ateliê da Dra. Nise da Silveira. O espaço das artes no Rio de Janeiro, nesse período, era fluido, permitindo encontros e influências entre o mundo da arte e o psiquiátrico¹⁰⁶.

O ateliê do Engenho de Dentro fora o local desse encontro, com Mavignier que trabalhava ao lado de Dra. Nise, com Serpa, Palatinik e Pedrosa como visitantes freqüentes. Mesmo o Grupo Frente, que não excluía a pintura considerada “virgem”, nos termos de Pedrosa, ou dos “loucos”. De modo geral, o cenário da psiquiatria no Rio

¹⁰⁶O Rio de Janeiro foi marcado, nesse sentido, pelo trabalho de dra. Nise da Silveira, que começa ser visto na década de 40. No entanto, é preciso dizer que em São Paulo, em meados da década de 20, um nome ganhou destaque no universo psiquiátrico de então. Era Osório Thaumaturgo Cesar, ou Dr. Osório Cesar, como foi conhecido. Trabalhou durante quarenta e cinco anos no Hospital do Juquery, segundo Arley Andriolo (2006). Em 1925, Osório Cesar publicou um artigo intitulado *A arte primitiva nos alienados: manifestação escultórica com caracter symbolico feiticista num caso desyndroma paranóide* (pode ser encontrado em *Memórias do Hospital de Juquery*, São Paulo, ano 2, n. 2, pp. 111-125); e, em 1929, lança sua principal obra intitulada *A expressão artística nos alienados: contribuição para o estudo dos symbolos na arte*, dedicada à produção plástica dos pacientes do hospital do Juquery, no qual Cesar iniciou esse tipo de atividade. Poucos anos antes da publicação deste livro, em 1922, H. Prinzhorn publicou um livro sobre o estudo de obras plásticas de esquizofrênicos do hospital de Heidelberg, *Bildnerei der Geisteskranken*, o qual aparece como precursor desse tipo de estudo. Em nota, Aracy Amaral fala da obra de Osório Cesar como um trabalho pioneiro no Brasil, citando um trecho do prefácio de seu livro, escrito por Motta Filho. Neste prefácio, Motta Filho fala da intenção de Osório Cesar, remarcando que desde a sua entrada como estudante e interno no hospital do Juquery, o jovem tinha o objetivo de estudar *a arte dos alienados, comparando-a com a dos primitivos e das crianças* (Amaral, 2003:342). Osório Cesar teve um convívio muito próximo aos modernistas de 1922. Nesse universo artístico foi admirador, foi crítico de arte e, durante alguns anos, foi o companheiro de Tarsila do Amaral. Diz Aracy Amaral: *Acreditamos que Osório Cesar tenha sido para Tarsila o que Pagu, de certa forma, representava para Oswald: uma personalidade dotada do ‘salto para o futuro’ que a ajudaria em sua adaptação a uma nova ordem, numa tentativa de reformular suas posições. Tendo editado o livro ‘A expressão do artista nos alienados’ no mês de agosto de 1929, o jovem médico nordestino era já conhecido nos meios artísticos de São Paulo. Tarsila visitou o Hospital do Juquery com Osório Cesar, conhecendo assim, de perto, seu trabalho, todo relacionamento com psicanálise. O envolvimento foi paulatino* (Amaral, 2003:342). Completa Amaral em nota, reproduzindo o depoimento de Tarsila sobre Osório Cesar: *‘Achei-o inteligente, gostei da forma espontânea, bem própria do nordestino, de dizer com franqueza seus pontos de vista’ declarou-nos a artista a propósito* (Amaral, 2003:342). Em 1931, o casal faz uma viagem a URSS. Em sua volta, Osório e Tarsila fazem palestras no CAM, o *Clube dos Artistas Modernos*: ela, sobre os cartazes trazidos da URSS; ele, sobre a arte dos alienados e das crianças. Nesse percurso, além de médico, Osório Cesar tornara-se um crítico de arte, situação a qual Aracy Amaral destaca como curiosa, uma vez que *todos os futuros maridos das ex-esposas de Oswald de Andrade se tornariam críticos de arte: Geraldo Ferraz, Osório Cesar, Mario Schenberg, Luís Martins*. Em sua trajetória, Dr. Osório Cesar esteve tão próximo das vanguardas artísticas modernistas quanto Dra. Nise da Silveira, anos mais tarde, dos abstracionistas e concretos. Como a própria Dra. Nise da Silveira disse: *Será forçoso reconhecer que os críticos de arte mostraram-se surpreendentemente mais atentos ao fenômeno da produção plástica dos esquizofrênicos que os psiquiatras brasileiros* (Silveira, 1981:14).

de Janeiro na década de 50 foi profundamente rico e paradigmático para todo o resto do Brasil e mesmo do exterior.

O que foi desenvolvido pela Dra. Nise da Silveira no Centro Psiquiátrico Nacional teve grande reconhecimento fora do país. Naquela época, contudo, no Brasil, esse reconhecimento vinha muito mais pela via dos artistas e críticos de arte do que da psiquiatria. Em 1956, Dra. Nise cria a Casa das Palmeiras, uma espécie de espaço aberto aos egressos do hospital psiquiátrico que tinha como principal objetivo dar suporte a essas pessoas. Sua inauguração foi prestigiada com a presença de psiquiatras como Henry Ey, de Paris, Lopez Íbor, de Madrid e Ramon Sarró, de Barcelona. Em 1957, algumas das obras do museu vão para Zurique, para o *II Congresso Internacional de Psiquiatria*, cuja exposição foi inaugurada por Carl Gustav Jung com a presença de Dra. Nise, que durante os anos de 1957 e 1958, teve uma bolsa concedida para que ficasse em Zurique, a estudos.

O mesmo havia acontecido antes, em 1950, quando as obras vão a Paris, na exposição do *I Congresso Internacional de Psiquiatria*, sem contar as exposições já citadas acima, em 1947 e 1949, além da própria criação do *Museu de Imagens do Inconsciente*, em 1952. Com isso, acredito que havia um espaço mais aberto naquele momento às pessoas que, como Maura, eram introduzidas em um suplemento como o SDJB com a ressalva, estigmatizante, de *louca*. Como já foi dito, Maura acabara de sair do Hospital Gustavo Riedel, no Centro Psiquiátrico. Internara-se no final de novembro de 1957 e saíra exatamente no dia vinte e oito de fevereiro de 1958¹⁰⁷.

Depois das devidas apresentações e ressalvas, Maura estréia no Suplemento com um poema – o mês era agosto. Foi, contudo, em novembro de 1958 que ela conseguiu um lugar de destaque com a publicação do conto *No quadrado de Joana*¹⁰⁸,

¹⁰⁷ Nos autos do processo penal, nas folhas referentes ao inquérito, há um documento fornecido pelo Hospital Gustavo Riedel onde constam todas as internações de Maura naquela instituição, com datas de entrada e saída da mesma, algumas destas caracterizadas como “evasão”. No documento é possível identificar a data da primeira internação de Maura neste hospital, assim como sua data de saída. Ver documento anexado à p.233.

¹⁰⁸ Ver original microfilmado do conto publicado no SDJB, anexado à p. 251.

ocupando a primeira página inteira do SDJB. Segundo José Louzeiro, Maura recebeu a notícia da publicação com grande euforia:

Quando foi publicado aquele conto dela na primeira página do jornal, ela não sabia de nada, ela ficou tão surpresa que no dia seguinte, nos estávamos na redação – era uma redação só pro suplemento, um espaço muito bem iluminado, o chão muito cheio de sinteco –, ela se atirou no chão pra agradecer o Reynaldo Jardim, de joelhos. Escorregou, esfolou os dois joelhos, nos deu um trabalho. Tivemos que levar a Maura na farmácia pra remendar o joelho, ficou todo esfolado. Essa era a Maura.¹⁰⁹

Elogiado pelos colegas, o conto é sobre uma personagem catatônica que passa suas horas a marchar em linha reta pelo pátio cinza da instituição psiquiátrica. Sua marcha incansável é o reflexo de um emocional devastado, pois Joana é catatônica.

Marcha completando o pátio, o fim da linha sendo justamente princípio da outra, sem descontinuidade, quebrando-se para o ângulo reto. Não cede um milímetro na posição do corpo, justo, ereto. Porque Joana julga-se absolutamente certa na nova ordem. Assim, anda de frente, ombro direito junto à parede. Teima em não flexionar as pernas, um passo, outro e mais, as solas dos pés quentes através do solado gasto. Agora o rosto sente a quentura do muro, voltado inteiramente, quase roçando até o fim da linha; onde junta ombro esquerdo e marcha de costas, na retidão da parede. (...) quantas vezes Joana marcha rigidamente de ângulo a ângulo? (...) E Joana enquadra-se no momento. Plana-lisa-justa. Um marco no novo tempo. Cumprindo um dever, fortalecida e distanciada das curvas, o pensamento quadrado no ar, quase sólido, e o olhar, reto como lâmina, sofrendo o impacto, voltando e enquadrando-se nos olhos impossíveis. Joana está certa no plano vertical. (Cançado, 1968:21)

Joana parece ser o que se poderia chamar de uma catatonia geométrica. Maura a descreve entre ângulos, quadrados, retas, planos. No entanto, se Joana marchava em traçados retos, a literatura de Maura sempre esteve distante do concretismo e mesmo do neoconcretismo. Se, em alguns momentos, seu trabalho reflete-os deve-se mais por uma

¹⁰⁹ Trecho da entrevista de José Louzeiro, concedida gentilmente a mim, em sua casa, no Rio de Janeiro, em outubro de 2007. O conto ao qual Louzeiro se refere em sua fala é *No quadrado de Joana*. Maura teve apenas dois contos publicados na primeira página do SDJB, este e *O sofredor do ver*, que saiu no Suplemento durante uma das internações de Maura, em 1959, no Engenho de Dentro.

influência momentânea do entorno do que por um caminho que tenha seguido. A única vez que Maura se refere em seus textos a esses movimentos foi em seu diário, ao falar de Aragão, um dos pintores do ateliê da terapêutica ocupacional organizado por Dra. Nise. Diz Maura:

Aragão é internado no Hospital Pedro II. Encontro-o sempre na Ocupação Terapêutica do Centro. Disse-me que leu meu conto 'O sofredor do ver' e gostou muito. Aragão pinta e esculpe. É muito atualizado em arte, passa agora por uma fase concretista, ou neoconcretista, não sei bem. É deveras talentoso. Vive num caos permanente, e só às vezes, em conversa, consigo captar um pouco da beleza do seu mundo atormentado. Sinto-o mais talentoso do que eu, mais inteligente e mais artista. Creio que seu diagnostico deve ser_____ (mas quem sou eu para falar em diagnóstico?) Ficaria louca se fosse médica diante de casos como o de Aragão, abandonaria a medicina por sabê-la tão falha, tão sem recursos. (Cançado, 1991:113)

Maura conheceu Aragão freqüentando, vez ou outra, o ateliê¹¹⁰ de Dra. Nise. Sua fala sobre Aragão remete-o aos termos concretismo ou neoconcretismo. No entanto, Maura está próxima por um lado das tendências de vanguarda e distante por outro: circula em ambientes que concentram as influências e emanam essas influências artísticas¹¹¹. Porém, sua literatura não passa por esse projeto, nunca foi considerada

¹¹⁰ O ateliê organizado por Dra. Nise é citado em algumas passagens de *Hospício é Deus*. Maura costumava freqüentá-lo, segundo seus relatos, ia ao Centro de Terapia Ocupacional para ver os quadros, para conversar com os pacientes que lá conhecia, mas não realizava lá qualquer atividade periódica. Pelas informações de seu diário, Maura não estava ligada diretamente a Nise da Silveira. Não era sua paciente. Deixa claro no diário que sabia da existência de Dra. Nise e do reconhecimento pelo seu trabalho, mas ao que parece nunca travou uma relação mais próxima com a psiquiatra. O Centro era também um ponto de encontro escolhido por Maura para algumas visitas, pois naquela época era um local bastante comentado e visitado. Em um dos trechos do diário, Maura conta: 18-11-1959 Reynaldo [Jardim] veio ver-me. Encontrou-me na ocupação Terapêutica do Centro. Fiquei muito feliz quando virei-me para a janela e me deparei com seu rosto simpático, sorrindo-me do outro lado. Mostrei-lhe o museu, onde estão os quadros notáveis de Rafael, Isaac, Emídio, Adelina e outros. (Decio Vitorio é seu amigo. Acompanhou-nos.) Houve um incidente desagradável: convidaram-no para almoçar na Ocupação. Impediram-me almoçar com ele no refeitório dos funcionários, porque "sou doente", e a burocracia não permite entrada de doidos no refeitório dos funcionários. Almocei embaixo com alguns doentes numa mesa imunda. Não posso perdoar a Reynaldo. Se ele quisesse mostrar-se mais meu amigo, teria se recusado a almoçar com os funcionários, fazendo-o comigo embaixo. Doutora Nise tomaria conhecimento de mim e do que represento. (Ou estou muito otimista a meu respeito. Mas não perdorei jamais a Reynaldo) (Cançado, 1991:57).

¹¹¹ Durante a entrevista com Assis Brasil perguntei a ele sobre o SDJB parecer sempre muito vinculado ao concretismo e ao movimento neoconcreto. Brasil respondeu-me prontamente: não! Para Brasil, o jornal

concretista ou neoconcretista. Para Assis Brasil, Maura tornava suas experiências conteúdo para os contos. Os personagens, mentais, em conflito e enigmáticos, reproduzem muito de sua vivência pessoal. Em seu livro *A nova literatura*, Assis Brasil fala sobre os contos. Diz ele:

Certa vez falamos – em relação à sua linguagem – em primitivismo. Certo que sua linguagem literária é primitiva. E o que queremos dizer com isso? Sua linguagem é primitiva, embora, talvez paradoxalmente, de alto nível literário, o que é de estranhar à primeira vista. Talvez possamos falar em relação a Maura, em linguagem ‘pura’, ou purificada dos cacoetes e lugares comuns que tanto enfeitam a literatura brasileira mais jovem. Mas ao mesmo tempo – daí a sua linguagem ser pura ou primitiva – não sentimos artesanato nos trabalhos da escritora, e sua arte é por isso espontânea, de ‘dentro’ de seu mundo particular, o que fortalece a nossa tese. (...) Como nos pintores ingênuos, a linguagem de Maura Lopes Cançado é a necessidade de sua expressão mais íntima, sem que se preocupe com aquilo que está feito ou que deva ser feito. Seu mundo é interior e particular, e sob esta visão pode retratar, como artista, a condição humana. (Brasil, 1973: 106)

Assis Brasil fala de seu estilo literário, definindo-a como uma “escritora primitiva”. Ao referir-se aos termos *puro* e *primitivo*, fala de um tipo de literatura que está desvinculada do universo formal, acadêmico.¹¹² Maura estava cercada pela

não o era, o que havia era uma “briga” entre cariocas e paulistas concretos, que acabou tendo espaço no Suplemento. Diz Assis Brasil sobre o SDJB e a relação com o neoconcretismo: *Não, nada! Nem era concretista. Às vezes o jornal dos concretistas, talvez por influência da paginação, usava o branco, né?! O branco não era usado aí como um suporte neutro, o branco era usado funcionalmente. Uma idéia de Mallarmé! O livro de Mallarmé, a idéia de acabar com o suporte* (Trecho da entrevista que realizei com Assis Brasil). Já para José Louzeiro, o SDJB era *marcadamente concreto* (trecho da entrevista que realizei com José Louzeiro). Acredito que, apesar de divergentes, as duas opiniões refletem o SDJB. Assis Brasil ressaltou que o SDJB não tinha uma característica panfletária, mas, ao contrário, era um espaço aberto. Relembro aqui o que disse Juliana Gomes sobre o Suplemento do Diário de São Paulo, ou seja, que não era um panfleto, mas que era fortemente marcado pelos pensamentos e posições intelectuais de uma geração. Sendo assim, se o SDJB não era um suplemento assumidamente concreto ou neoconcreto, não é possível negar que foi profundamente marcado por essas idéias, como tentei mostrar no início deste capítulo.

¹¹²Os termos “pintores ingênuos”, “arte primitiva”, e mais tarde, “arte bruta” também estavam vinculados às obras de artistas dos hospitais psiquiátricos, mas esses termos estavam, e isso é importante enfatizar, vinculados às obras produzidas por estas pessoas enquanto definição de estilos e tipos de formação e não, unicamente, à sua condição de doentes e pacientes. Em 1948, quando Dubuffet cria a *Companhia de arte bruta*, ele usa este termo *arte Bruta* para definir, como bem o cita Dra. Nise, uma *operação artística inteiramente pura, bruta, reinventada em todas as suas fases pelo autor, a partir somente de seus próprios impulsos* (Dubuffet, apud Silveira, 1981:15). Nesta definição artística encaixam-se, como diz Dra. Nise, a

vanguarda, mas a idéias que a formulavam não estavam em sua literatura, exceto em alguns poucos momentos onde se vê a tentativa de um jogo de palavras que poderia remeter a um poema concreto.¹¹³ Ao falar sobre a literatura de *Hospício é Deus*, Assis Brasil diz:

O depoimento de Maura – antes de entrarmos na análise de seu lado literário – situa o seu comovente drama por um reajusta mento no grupo social de onde saíra, antes de uma adaptação consciente, cheia de revolta e desorientação, para inúmeras clínicas de doenças mentais. Seu diário é a história terrível e repetida das clínicas por onde andou, ao lado de sua sofreguidão por entender o que está se passando com ela. (Brasil, 1975:101)

A característica mais geral e marcante nos contos e no livro *Hospício é Deus* é a narrativa profundamente vinculada à sua experiência pessoal, como coloca Brasil. No

arte de habitantes dos hospitais psiquiátricos, presidiários, solitários, inadaptados, marginais de toda espécie (Silveira, 1981:15), Contudo, não é um termo que denomina uma arte de doentes mentais, eles apenas se enquadram às definições. Nos princípios que definiam essa arte, Dubuffet se recusava a levar em consideração a característica do patológico na obra, pois não acreditava que isso tivesse importância como valor artístico intrínseco à obra (Dictionnaire de la peinture Larrousse, Brut (Compagnie de l'Art), 1996:275). Nesse sentido, o que eu gostaria de enfatizar é que havia dois olhares distintos sobre as obras dos pacientes psiquiátricos. Um deles era (é) o olhar médico que, como no caso de Dra. Nise voltava-se à obra como um caminho à investigação científica, como algo que a conduzia às profundezas psíquicas de seus pacientes. Diz ela:(...) sempre me mantive discreta quanto a pronunciamentos sobre a qualidade das criações plásticas dos doentes. Isso competia aos conhecedores da arte. O que me cabia era estudar os problemas científicos levantados por essas criações (Silveira, 1981:16). O outro seria o olhar do crítico de arte, preocupado com as características estéticas da obra. Dizia Mario Pedrosa em seu artigo Arte, necessidade vital: Cada indivíduo é um sistema psíquico à parte, e também uma organização plástica e formal em potência. Normalidade e anormalidade psíquica são termos convencionais, da ciência quantitativa. Sobre tudo no domínio da arte elas deixam de ter qualquer prevalência decisiva. Os limites entre uma coisa e outra no campo da arte são ainda mais apagados, mais difíceis de precisão do que em qualquer outro domínio da atividade mental (Pedrosa, 1996:54).

¹¹³ Por exemplo, em seu conto *Espiral Ascendente*, Maura (Cançado, 1991:13), começa-o assim (tentarei reproduzir espacialmente):

Por que não se dedica ao teatro?

Por que não?

Não

Não

Não

Estou caindo

Indo

Indo

Ainda que este não seja um poema concreto ou neoconcreto, Maura de certa forma apropria-se de algumas características estéticas, espaciais, que estavam presentes nas criações concretas, mas sem nenhum comprometimento profundo com a teoria e ideologias que guiavam estes artistas.

quadrado de Joana, o Rosto, Introdução a Alda, O sofredor do ver, etc., são todos contos relacionados a personagens psicológicos, com uma existência perturbada, alguns catatônicos, vivendo situações limites. Escritos, em sua maioria, na mesma época que *Hospício é Deus*, esses contos são, segundo Assis Brasil, como um prolongamento do diário. O diário seria o conteúdo dos contos, mas assinado, autobiográfico, com a intenção de um depoimento pessoal. Os contos são como um uma história íntima transformada em ficção.

Durante as entrevistas, tanto José Louzeiro quanto Heitor Cony descreveram-me Maura como uma pessoa de grande docilidade, tímida, inteligente e sedutora, mas que vez por outra era tomada, como me disse Cony, *daquela força que dizem que os loucos têm*¹¹⁴. Contaram-me que Maura foi protagonista de algumas brigas na redação do SDJB. Assis Brasil conta em sua entrevista que certa vez Maura, irritada com alguma coisa que teria acontecido na redação do SDJB, atirou uma máquina de escrever pela janela. Causou tamanho tumulto que a polícia foi à redação e coube a Reynaldo Jardim, o diretor, resolver o problema. Cony lembra-se do dia em que ela teria derrubado uma estante de aço sobre um homem que estava na redação, mas não soube dizer o motivo.

Essas narrativas sobre Maura ressaltam uma característica excêntrica, mas que para seus colegas vai aos poucos revelando uma Maura misturada à figura de seus personagens, como no conto *O quadrado de Joana*, que descrevia, em parte, sua própria vida. Em uma das brigas na redação saiu e não voltou por um longo tempo. Seu paradeiro foi o Engenho de Dentro. Foi em busca de ajuda e refúgio no hospital psiquiátrico. Não era a primeira vez. Ela relata o ocorrido no diário que começou a escrever poucos dias após esta internação:

25-10-1959 (...) *Acho-me na Seção Tilemont Fontes, Hospital Gustavo Riedel, Centro psiquiátrico Nacional, Engenho de Dentro, Rio. Vim sozinha. O que me trouxe foi a necessidade de fugir para algum lugar, aparentemente fora do mundo.*(...) *Isto faria rir a*

¹¹⁴Trecho da entrevista com Heitor Cony, que me recebeu, gentilmente, no *Petit Trianon*, uma das sedes da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em outubro de 2007.

muitas pessoas: eu trabalhava no “Suplemento Literário do Jornal do Brasil”, onde me cercavam de grande atenção e muito carinho. Reynaldo Jardim é o diretor e me queria bem de veras. Ó, o zelo de todos. O zelo de Reynaldo Jardim. Naturalmente, penso, por eu haver antes estado aqui, saindo pra trabalhar lá. A curiosidade em torno de mim: “Esta é Maura Lopes Cançado, que escreveu No quadrado de Joana?” – O conto é realmente bom, mas pensar que a personagem é louca catatônica passou a aborrecer-me (como as pessoas são estúpidas, ainda se pretendem ser gentis). Minha posição me marginalizava. As coisas simples não se ajustam a nada que eu pudesse tocar, sentir. Era a impressão. Quanto tempo trabalhei no jornal? Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Assis Brasil, e tantos outros, meus protetores. Quase todos os bons intelectuais da nova geração. Protetores no bom sentido, como diriam. Mas que bom sentido, se me fizeram sofrer tanto? Por que, como chegar a eles sem desespero? – É que ignoram o quanto me custa uma palavra simples, como fui sozinha desde a infância. E de amá-los – demais e inútil – passei a odiá-los: por não me compreenderem. Não saberão jamais o quanto podem fazer sofrer uma criatura tímida e necessitada como eu: porque sinto vergonha. Gullar pareceu cansado de mim. Ainda vendo-o imoto e inacessível não consegui desprezá-lo. Minha necessidade de afirmação deixava-me agressiva, movia-me pela redação do jornal o dia todo sem sorrir. Minha timidez. Enquanto meu ser se enrijecia, voltava-me para mim mesma à espera de um milagre que me projetasse, os outros me olhando atônitos (é ainda mais que “No quadrado de Joana”, é ainda mais). Nada acontecia a não ser eu, me repetindo dia a dia. Destruí tudo agredindo Reynaldo Jardim. Foi uma briga feia. Briguei sozinha. Ele não ousaria ferir-me, pois tem sua própria maneira de demonstrar amor. (Cançado, 1991:28-29)

Ainda que o SDJB estivesse aberto a Maura e às suas colaborações, o sentimento de marginalidade a acompanhava. No entanto, em princípio, o contexto era propício à ponte entre o universo psiquiátrico e o literário. Erving Goffman (1996) relata pessoas que buscavam por conta própria a internação em hospitais psiquiátricos. Segundo o autor, isso acontecia pelo fato destas pessoas reconhecerem em si algum tipo de perda de controle e, nesse caso, viam no hospital a possibilidade de ajuda e acolhimento. Na maioria das vezes, segundo este autor, esse reconhecimento sobre si mesmo poderia gerar medo e sentimentos de desvalorização, uma incapacidade de perceber em si qualquer coisa que considerasse positiva. Isso parece muito próximo ao caso de Maura. Goffman refere-se ao que ele denomina como *pré-pacientes*, ou seja, o primeiro estágio do que seria a *carreira* do doente mental, o estágio de pré-internação. Muitas vezes, a

entrada no hospital dá ao paciente um sentimento de alívio, que é o que parece acontecer a Maura, mas ao mesmo tempo de insegurança. Diz Goffman:

Para a pessoa que passa a ver-se como – qualquer que seja a justificativa para isso – mentalmente desequilibrada, a entrada no hospital pode às vezes trazer alívio, talvez em parte por causa da súbita transformação na estrutura de sua situação social básica: em vez de ser uma pessoa discutível que tenta manter um papel integral, pode tornar-se uma pessoa oficialmente discutível, e que sabe que não é tão discutível. (Goffman, 1996:115)

A questão é que ao se tornar uma pessoa “oficialmente discutível”, essa ponte ficou frágil. Se, por um lado, esse reconhecimento do qual fala Goffman gera insegurança na figura do pré-paciente, por outro essa insegurança é, também, alimentada pelo entorno. Havia o contexto propício do qual falei acima – do “então somos dois” –, mas à medida que o convívio tornou-se intenso, seu comportamento oscilante e as internações freqüentes, principalmente a partir de 1958, a situação mudou. Houve uma tensão. Em um texto de Louzeiro, intitulado *Da razão e da loucura*, o jornalista e escritor conta sobre o Suplemento e sobre como conheceu Maura. Diz ele:

O ano era 1958. Todos estávamos prestes a estrear. Maura vinha de Minas, onde fora casada com um rico empresário. Contava histórias fantásticas. Entre outras, a do teco-teco que chegou a pilotar e desabou em cima de umas casas, no bairro onde morava. Feita a perícia, constatou-se: o aparelho não apresentava qualquer defeito mecânico. Maura abriu o jogo: tinha vontade de ver um avião cair e, estando dentro dele, a coisa lhe parecia muito mais empolgante. (...) Muitas vezes até Heloisa [Heloísa Sabin] vinha escutar. Depois, quando descobriram que a narradora misturava alhos com bugalhos, a platéia diminuiu.¹¹⁵

Seguindo ainda Goffman, diz o autor que a carreira do pré-paciente pode ser vista através de um modelo de expropriação; começa com relações e direitos e termina, no início de sua estada no hospital, praticamente sem relações e direitos. Portanto, os aspectos morais dessa carreira começam geralmente com a experiência de abandono, deslealdade e amargura

¹¹⁵ Trecho retirado da matéria intitulada *Da loucura e da razão*, de José Louzeiro.

(1996:116). No caso de Maura, esse entrar e sair contínuos dos hospitais parece intensificar essa experiência que reflete diretamente no ambiente da redação. Goffman (1996:115) fala que a *percepção de ‘perder a cabeça’ se baseia em estereótipos culturalmente derivados, e socialmente impostos – por exemplo, ouvir vozes, perder orientação espacial*, para aquele que se percebe em uma situação de desequilíbrio. Por outro lado, esses estereótipos existem também para aqueles que estão no seu entorno. Uma vez que Maura passa a ser reconhecida¹¹⁶ por todos como alguém que “misturava alhos com bugalhos”, aquilo que ela conta sobre si mesma se aproxima mais da invenção e do delírio, ou seja, suas narrativas sobre sua vida passam a ser mais histórias de uma louca. É a partir daí que sua platéia diminui, pelo que diz Louzeiro, à medida que suas histórias se desviam, para os ouvintes, da realidade, ainda que aventureira. A fluidez entre universo psiquiátrico e artístico que marcam essa época era importante e significativa, tanto da perspectiva artística, como já foi dito, quanto psiquiátrica, pois apontava para novas possibilidades de tratamento e de olhar sobre o paciente. No entanto, a tensão não estava excluída, pois os ambientes hospitalares continuavam catastróficos com pequenas brechas abertas à custa de muita persistência e dedicação, como era o caso do ateliê de Dra. Nise.

¹¹⁶ Em um trecho de seu diário, Maura diz o seguinte: 13-11-1959 *Nada avisei onde morava quando vim para aqui. Que estarão pensando do meu desaparecimento? Deixei toda minha roupa, trouxe apenas alguns livros. Pareciam querer-me bem. É uma família finlandesa, muito educada. Senhor Maurício, dona Paulina, como me tratavam com carinho. Naturalmente telefonaram para o jornal. Também lá ignoram meu paradeiro. Talvez me julguem morta – não sei. Evito pensar no que ficou lá fora. O que me intriga é minha situação aqui: sou tratada como a mais inconsciente (quem sabe serei?), depois de vestir este uniforme. Antes de me fazer internar era a mesma, ninguém demonstrava perceber qualquer anormalidade em meus atos. Creio que me conduzia com certo equilíbrio, pelo menos aparente* (Cançado, 1991:48). Goffman fala sobre a mudança que ocorre quando o interno chega à instituição: *O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua ‘carreira moral’, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele.* Goffman fala sobre o processo de padronização pelo qual as pessoas passam, um tipo de mortificação do “eu”, que inclui a separação de seus bens, a troca de roupas por uniformes, etc. Ainda que Maura não fosse uma novata, esse tipo de situação e sentimento era recorrente, já que muitas foram as entradas e saídas de hospitais psiquiátricos.

Nem lá, nem cá

Esta briga no SDJB, que a fez voltar pela terceira vez ao Hospital Gustavo Riedel, aconteceu provavelmente em outubro de 1959, pois o trecho de seu diário onde relata a situação tem a data de vinte e cinco de outubro deste ano, quatro dias após sua chegada ao hospital. A data de entrada no hospital é de vinte e um de outubro. Alguns dias após o relato, internada, Maura fala do início da escrita de um conto, o qual chamou *O sofredor do ver* ¹¹⁷. Diz ela: 28-10-1959 *Comecei a escrever um conto. 'O sofredor do ver'. Gosto do título, trabalhei o dia todo neste conto* (Cançado, 1991:36). Em dezembro, ainda internada, tivera a notícia que seu conto fora publicado:

12-12-1959 Meu conto 'O sofredor do ver' foi publicado na primeira página do 'Suplemento Dominical do Jornal do Brasil'. ('Suplemento Dominical' é o suplemento literário: SDJB). Saiu lindo, ocupou toda a primeira página. Não me contive de entusiasmo, falei pelo telefone com Maria Alice Barroso. Ela atendeu-me friamente, e eu: _Está de mal comigo? _ 'Não tenho caráter nem pra ficar de mal com alguém'. Falou, falou, até chegar onde eu esperava, razão do telefonema, o conto: _ 'Maravilhoso'. Como você mergulhou fundo desta vez. (Cançado, 1991:94)

Comparando ainda os documentos onde constam as datas de entrada e saída de Maura do Hospital Gustavo Riedel¹¹⁸, é possível observar que outros contos foram publicados enquanto Maura estava internada no Engenho de Dentro, como *O rosto*¹¹⁹. Ainda que sua colaboração tenha sido pequena, enquanto este suplemento existiu, Maura lá publicou. Isto se deu independentemente de suas idas e vindas do hospital

¹¹⁷ Que mais tarde daria nome ao seu livro de contos publicado em 1968, pela editora José Alvaro.

¹¹⁸ Durante o período que colaborou para o SDJB (1958-1961), todas as internações pelas quais passou foram realizadas no Hospital Gustavo Riedel, no Centro Psiquiátrico Nacional, no Engenho de Dentro. Antes de 1958, internava-se em outras clínicas e, a partir de 1962, Maura começa a variar os lugares de internação, alternando entre o Engenho de Dentro e outros hospitais.

¹¹⁹ *O rosto* saiu na edição do dia dezenove de abril de 1959. Ver original microfilmado do conto publicado no SDJB, anexado à p. 252. Era então sua segunda internação no Gustavo Riedel. Desta vez, Maura havia dado entrada em vinte e dois de fevereiro de 1959 e havia saído em vinte e dois de abril de 1959, três dias após a publicação.

psiquiátrico, ainda que isso aos poucos tenha se tornado um problema. Sua condição implicava em uma tensão, como já foi dito¹²⁰. Entre sua primeira publicação no SDJB, em 1958, e sua última publicação neste mesmo suplemento, em 1961¹²¹, Maura esteve seis vezes internada no Engenho de Dentro, o que não a impediu de escrever e publicar a maioria de seus contos neste período¹²². No entanto, narra em seu diário que Reynaldo Jardim havia dito que quando saísse da internação trabalharia na redação, o que não aconteceu. Isso, a meu ver, está ligada ao entrar e sair de internações, à oscilação emocional que Maura vivia com mais intensidade naquele momento. Por outro lado, não é possível deixar de lado que o Suplemento não estava em seu melhor momento, tanto que no ano seguinte termina.

Quando escreveu *No quadrado de Joana*, a personagem principal era catatônica e Maura freqüentava hospitais psiquiátricos: *Esta é Maura Lopes Cançado, que escreveu no quadrado de Joana?* Segundo Maura, a pergunta chegava a seus ouvidos menos como um elogio do que uma constatação. Diante disso, buscava refúgio. Essa “transformação da condição social”, da qual fala Goffman, fruto da busca pela internação, deu-se de

¹²⁰Durante a conversa com Assis Brasil, ao contar-me sobre a vida de Maura, disse questionar-se, pensando em Maura, sobre até onde era possível ajudar uma pessoa, qual era o limite em servir ao outro. Isso aponta para a tensão desse convívio, para o drama intrínseco ao sofrimento emocional, tanto daquele considerado doente quanto daqueles que convivem com ele, em uma situação de afeição e preocupação.

¹²¹Ano em que o Suplemento Dominical do Jornal do Brasil acaba. Em dezembro de 1961 foi publicado seu último exemplar.

¹²²Em ordem cronológica de publicação, o poema e os contos que saíram no SDJB foram os seguintes: em 24 de agosto de 1958, Poesia: sem título; 16 de novembro de 1958, *“No quadrado de Joana”*, publicado à 1ª página do SDJB; 19 de abril de 1959, *“O rosto”*, publicado à p. 6; Sábado 22 e domingo 23 de agosto de 1959, *“Introdução a Alda”*, publicado à p.5; 12 de dezembro de 1959, *“O sofredor do ver”*, publicado à 1ª página do SDJB; : Sábado 6 e Domingo 7 de maio de 1961, *“Cabeleireiros de Senhoras”*, publicado à p.4; Sábado 27 e domingo 28 de maio de 1961, *“Rosa recuada”*, publicado à p.4; Sábado 24 e domingo 25 de junho de 1961, *“Passagem-Passaporte”*, publicado à p. 6; Sábado 22 e domingo 23 de julho de 1961, *“Espiral Ascendente”*, publicado à p. 2; Sábado 5 e domingo 6 de agosto de 1961, *“Carta a Mao Tse-Tung”*, publicado à p.3. Ver cópias anexadas. No ano de 1960, Maura não publicou nada. Segundo os dados de internação, foi um ano que passa boa parte dos meses internada.

maneira peculiar nesse caso. Estar no hospital era se enxergar como discutível, usando o termo de Goffman. Contudo, se isso ficava obvio para seus colegas do SDJB, seu filho, etc, dentro do hospital era diferente. Sua situação para alguns lá dentro não era óbvia. Tentarei explicitar melhor esta questão a partir de um exemplo que considero significativo: o conto *Introdução a Alda*. O que este conto suscita no hospital e o que ele diz sobre Maura?

Auda era o nome de uma companheira de dormitório de Maura e foi a pessoa que inspirou esse conto. Diz Maura em seu diário:

17-12-1959 Insistência de doutor A. em ler meu diário. Julga que venha ajudar na psicoterapia. Não considero quase sempre inteligente suas críticas, apesar de dizer-me: “—Você nos ensina muito escrevendo.” Escrevi um conto, publicado no ‘Suplemento dominical do Jornal do Brasil’ – ‘Introdução a Alda’. Esta pessoa, Alda, existe, está internada neste hospital. Deve ser doente há mais de vinte anos. Apenas seu nome é Audá, minha querida dona Audá. E não Alda, como julguei. Quando a conheci, há três anos, dormíamos no mesmo dormitório. Não sei exatamente por quê, me impressionava profundamente. Doutor A. perguntou-me a razão dessa simpatia, e respondi-lhe: “— Não sei bem, mas ela parece não necessitar mais de ninguém”. Na realidade, isto não acontece, e Audá, como todo mundo, necessita de todo mundo. (Cançado, 1991:104-5)

Segundo ela, seu conto despertou grande interesse sobre dona Audá, sendo lido e relido no hospital e tendo um efeito direto sobre a maneira como Audá passou a ser tratada (continuo a citação acima):

17-12-1959 (...)Sentindo-se só e renegada, assumia aquela atitude, que tanto me intrigava e não passava de couraça contra suas próprias necessidades afetivas. Sim, porque Alda mudou muito, ou, mudaram em relação a ela as atitudes das pessoas que a cercam. Talvez eu possa dizer assim: Alda está caminhando para ser novamente Audá. Não dependeu dela esta mudança, como não dependia antes sua maneira de quem não necessitava mais dos outros. Muitos disseram que depois do meu conto – que foi lido e relido aqui – a condição de Alda se transformou neste hospital, e pude constatar. Pelo menos consegui chamar atenção para ela, procurando mostrar que sofria. Considerado caso perdido, ninguém se lhe dirigia, levantava-se às cinco horas da manhã, ia para o pátio, onde ficava todo o dia, só deixando-o para almoçar, jantar e dormir. Pude vê-la muitas vezes sentada no chão, o vestido suspenso cobrindo-lhe o rosto, quase nua, sem

mudar de posição durante horas. Às vezes se levantava para tomar água, mas evitava as outras doentes. Sentei-me ao seu lado mais de uma vez, levando sempre um bofetão no nariz. Auda tinha medo, agredia antes de ser agredida. 'É que dançaria um minueto por um toque de mão sem dor. Súbito, ela sabe, mataria o próprio medo se recebesse um beijo sem o momento que o precede'. (Do conto 'Introdução a Alda'). Rasgava os vestidos, fazia gestos feios. Também só se aproximavam dela para 'insultá-la'. (...) Quase todos aborreciam Alda: o fato mesmo de estar no hospício, mal vestida e desprezada, devia ser um aborrecimento constante. É modista, antes de adoecer possuía um 'atelier' de costura. Se Alda entrava na seção, gritavam de todos os lados '— Alda, saia daí. Anda, não faça isso. Alda, sua cachorra, por que rasgou o vestido? Não bata a porta, Alda.' Ela batia com mais força, sem dar confiança, e saía, andando altiva. (...) Auda foi alegre e divertida, antes de adoecer, é o que se conclui diante de certas atitudes suas: dança sozinha, carregando pratos na cabeça, canta alto nas horas mais impróprias e inesperadas. (...) É a doente de quem mais gosto no hospital e se escrever um conto agora inspirado nela o título será: 'Introdução a Auda'. Porque Alda não me parece muito viva mais – a mulher que agora está se pintando na minha mesa caminha para outro nome. O nome que possuía antes: Auda. Acredito nisto como acredito que Auda não tenha desaparecido nunca – apenas se escondia na Alda, que usa ainda, quando necessita. Para mim só o amor e a compreensão farão o milagre de descobrir Audas, desarmadas e autênticas. (Cançado, 1991:105-6)¹²³

Segundo Dr. A., Maura ensinava muito com sua escrita. No entanto, algumas coisas devem ser levadas em conta nessa capacidade de ensinar. A primeira, fundamental, é que Maura escrevia sobre o cotidiano da instituição, situações que descreviam a dinâmica da instituição, isto é, sobre o papel de cada um dentro da hierarquia hospitalar da época e ao desempenho desse papel, que muitas vezes não era feito como previsto, onde a violência e o descaso estavam constantemente presentes. Ao contar sobre o ambiente de internação, Maura fala em *guardas* e *enfermeiras*, descrevendo muitas vezes o modo violento como as pacientes eram tratadas por algumas delas, que na seção feminina eram em sua maioria mulheres, com exceção dos médicos. Havia dentro do Hospital uma hierarquia estabelecida pelo modelo asilar da época, onde o

¹²³ O conto é muito próximo ao diário. Cito um trecho do conto: (...)— Alda, volte para o pátio. —Alda, não bata a porta. A guarda move o molho de chaves, cuspidando de lado: — Alda, sua cadela, por que rasgou o vestido? (...) Deixa-se quase em sono, lados nus e frios em contato com o corpo descoberto ainda. Cobre-se lenta e ri. Ri outra vez baixinho, como tomada de felicidade, agradecida pelo muito que tem. Esboça outro quase riso ainda: — Obrigada pela minha vida feliz. Não. Obrigada pela minha vida. (De onde vem tanta ternura?) (Cançado, 1968:32-36).

papel do médico psiquiatra estava no topo deste, seguido do enfermeiro e do guarda e antecedido pelo diretor geral. Segundo Débora Kirschbaun (1997:8), que realizou um estudo sobre as práticas da enfermagem no campo psiquiátrico:

A necessidade de formar enfermeiros para prestar cuidados aos doentes mentais, baseados em princípios científicos, constituiu um tema frequente no discurso dos dirigentes dos hospitais psiquiátricos brasileiros nas décadas de 20 a 50. Entretanto, a importância atribuída a tal questão nos discursos nem sempre redundou em iniciativas concretas, haja visto que a organização de escolas destinadas à preparação de pessoal de enfermagem para aquelas instituições ocorreu apenas no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, não se generalizando para outros locais, naquele período.

Segundo a autora, muitas das pessoas que ingressavam nessa carreira o faziam por necessidades econômicas e pela possibilidade de adquirir uma profissão. Poucos foram aqueles que o fizeram por convicção¹²⁴.

¹²⁴ Cito um depoimento retirado do artigo de Kirschbaun, no qual fala uma ex-aluna da escola de enfermagem que havia na Colônia do Engenho de Dentro, na década de 20: “Eu cheguei (de Minas Gerais) no Rio de Janeiro, porque perdi minha mãe. Morava com uma família que era muito amiga da Diretora da Colônia.(...) Então, ela foi lá (em casa) e eu pedi se podia trabalhar. “Você ? Muito menina”(disse a diretora).Com quinze anos que eu comecei a trabalhar. Ela disse: “Está bem. Eu vou levar para eles para ver se você dá”. “Eu tinha mesmo muita vontade de trabalhar e fiquei seis meses sem ganhar nada. Só para casa e comida(...) Daí, eu fiquei. Comecei a ganhar 30 mil réis. (..) Fiquei trabalhando lá como guarda; depois eu fui para a enfermaria.(...) Aí foi que o Gustavo Riedel entrou, o diretor, e quis abrir a escola de enfermagem. Então (ele) disse: “Se você não quiser estudar, você vai ser rebaixada e para o seu lugar vai vir uma diplomada”. Eu, então, fui obrigada a estudar e fui para a escola. Estudei quatro anos, não é? Como enfermeira”(1997:6). Grande parte dos depoimentos colhidos pela autora mostram esse tipo de situação. O trabalho de enfermeiros e guardas, no início do século XX, em “hospícios”, era visto com preconceito por se tratar de um trabalho com doentes mentais. Ainda que a intenção de capacitar essas pessoas existisse, como mostra a autora, nem sempre essa formação chegava a todos e, muitas vezes, isso tinha um reflexo direto no tipo de tratamento que o paciente recebia. Maura relata algumas situações relacionada às enfermeiras ou guardas, onde os maus tratos são explícitos: (...)Medo: as portas trancadas que dão sinal de vida. As guardas rancorosas. Elas nos fazem voltar das portas, fugir dos corredores, engolir depressa a caneca de mate quente (Caçado,1991:34). Certa vez, Maura roubou um livro de ocorrência (ou seja, um livro onde as enfermeiras anotavam todos os procedimentos tomados, em relação aos pacientes, ao longo de um dia), da seção onde estava. Arrancou algumas páginas, principalmente as que estavam relacionadas a ela, e reproduziu trechos no diário, comentando-os. Um dos trechos de ocorrência é o seguinte: ‘Ocorrência de 6-4-59. Foi feito dois centímetros cúbicos de Promazionon na paciente Maura Lopes Cançado que se achava no quarto-forte. Dados dois comprimidos de fonobarbital à mesma. Ass. Augusta.’ Em seguida a este reprodução da ocorrência, Maura faz o seguinte comentário, como se falasse diretamente à enfermeira Augusta: A senhora não anotou em que circunstancia me aplicou a injeção, mas lembro-me bem. Devia ter anotado: encontrei a paciente Maura Lopes Cançado no quarto-forte inteiramente despida e sem colchão. Carmelita, a guarda de plantão, seguiu-me até o quarto, acompanhada por dois doentes da

No conto, isso não está dito de forma direta, mas no drama que encena: Alda é um personagem largado no pátio do hospício, às voltas com sua própria loucura. No diário, a descrição destas situações é explícita. Contudo, à época do conto (1959), o diário ainda não havia sido publicado, mas era lido pelo psiquiatra que acompanhava Maura, concomitante à sua escrita. Outro ponto importante é o fato de sua escrita cruzar os muros do *Centro Psiquiátrico Nacional*. Não só sua escrita saía do hospital como chegava até a redação do SDJB e retornava, atravessando novamente, mas em papel impresso, no jornal. Logo, não era apenas o “olhar” sensível de Maura sobre a condição de suas colegas e a sua própria. Suas palavras ganhavam uma eficácia à medida que esse trajeto para fora e para dentro do hospital era percorrido. Sua escrita era dotada de um poder que vinha atrelado ao jornal enquanto um meio de publicação valorizado e

*seção dos homens; que, sem necessidade, seguraram Maura enquanto ela protestava. Percebi que um deles abusava de sua nudez, tocando-lhe os seios, enquanto a segurava. Fingi não perceber, mandei-a ficar quieta, enquanto lhe aplicava injeção. Em seguida a levamos ainda despida, até o chuveiro. Pusemos os homens de guarda na porta, enquanto ela tomava banho. Eles rião da sua recusa em se expor nua e Carmelita gritou-lhe ‘que doido não tem vergonha’. Terminamos o banho, os homens trouxeram novamente Maura ao quarto forte a despeito de seus protestos. (A ocorrência deveria ter sido feita assim.) (Cançado, 1991:174). Em outro trecho, Maura cita uma ocorrência feita pela enfermeira Dalmatie, que trabalhava na seção Tillment Fontes, onde normalmente ficava e a quem compara a Dra. Nise da Silveira, pela dedicação e afeto no trabalho com as pacientes. O trecho é o seguinte: ‘Ocorrência do dia 26-5-59. Às quatorze horas e trinta minutos chegou uma doente que havia saído, ‘Madrugada’. Chegou de carro e não quis saltar. Então foram o administrador, a inspetora (dona Julia) e vários homens (cinco) para tirá-la à força. Afastei-me, já que havia tanta gente empenhada em levá-la para o quarto-forte. Entrei em minha sala e esperei que passasse o tumulto, que em tudo se assemelhava a uma tourada. Julia Baçalo veio possessa e em altos brados, repreendeu-me por não participar da luta. Respondi-lhe que era muito pouca vítima para tantos algozes. Ass. Dalmatie Lannes Pereira.’ (Cançado, 1991:175). Situações como essa demonstravam a inadequação do trabalho e, ao mesmo tempo, a impotência de alguns profissionais. Havia uma constante situação de conflito entre estes agentes. Segundo Kirschbaun, as escolas de enfermagem, que foram criadas nas instituições psiquiátricas, tinham o papel de reafirmar a hierarquia entre psiquiatras, enfermeiras e guardas. Pois os primeiros tinham, nessas escolas, o papel de professores, preparando os alunos e alunas para o trabalho no hospital. Sendo assim, as escolas, algumas com regime de internato, seguiam em seus ensinamentos um modelo de concepção asilar existente na época, que deveria ser introjetado por estes alunos. No entanto, se o modelo existia (e naquela época estava vinculado às práticas psiquiátricas de tipo organicista, deixando aos poucos o modelo *moral* de lado, que havia sido implantado no Brasil desde meados do século XIX), sua aplicabilidade era falha, levando a práticas paralelas de tratamento dentro dos hospitais. Práticas vinculadas ao desmando e à violência. Contudo, acredito que esse tipo de prática era menos o efeito de questões relacionadas à “falta de vocação”, ou à “necessidade econômica” de cada um, que os levava a uma escolha de profissão da qual nem sempre gostavam, mas acima de tudo era fruto do *olhar* e, portanto, da própria concepção que a instituição tinha sobre a figura do louco, tornando-se permissiva diante dos abusos de poder, desmandos e maus tratos.*

reconhecido, tanto do lado de fora da instituição quanto de dentro. Maura fala sobre isso: *Fui eu quem despertou atenção para ela com meu conto 'Introdução a Alda', lido e relido aqui. Talvez devesse escrever um conto para cada doente, se isto viesse melhorar-lhes a sorte* (Cançado, 1991:92-3).

O percurso que suas palavras fazem, a travessia para o mundo do lado de fora e a volta através da imprensa, confere importância à narrativa. Alda é investida desta importância ao ser escolhida por Maura como o personagem principal do conto. Esse reflexo recai sobre Maura também, mas de outra forma. Algumas situações explicitam isso.

Dalmatie, um personagem importante de seu livro, foi enfermeira da seção feminina em que Maura esteve internada. Maura descreve-a com grande admiração, comparando-a muitas vezes a Dra. Nise da Silveira, como já foi dito, pelo interesse e cuidado com que tratava das pacientes. Dalmatie colocava junto à ficha médica de Maura, os recortes de seus contos publicados no SDJB, como sendo um dado relevante sobre a paciente. Os contos publicados atribuem um diferencial a Maura dentro do hospital. Isso não faz com que ela deixe de estar inserida na dinâmica do hospital, ou reagir às agressões, tão corriqueiras em ambientes como aquele, mas torna sua situação aparentemente *discutível*, porém às avessas – usando o termo de Goffman – dentro da instituição naquele período.

Depois da briga no SDJB, segundo seus relatos, Maura ligou a Dalmatie avisando que voltaria a se internar no hospital. Ao recebê-la a enfermeira demonstrou não estar de acordo: *Tenho um sítio sossegado. Passe uns dias lá. Quanto ao emprego, daremos um jeito. Você tem péssima memória, heim, Maura? Não me conformo em vê-la aqui* (Cançado, 1991:29). Em outra situação relatada por Maura no dia 10-12-1959, ela é novamente reprovada por estar no hospital psiquiátrico. Deu-se o seguinte:

Antes da pintura da árvore [uma árvore de natal] dona Dalmatie chamou-me na janela onde ela guarda o material de trabalho, apresentou-me a duas senhoras. Doutora Maria Teresa, médica. E Alina Paim, escritora e esposa do diretor do hospital. Olharam-

me curiosas, falaram com excessiva educação e certa bondade – plenamente dispensável, até imoral. Despedi-me nauseada dos seus sorrisos – só mais tarde voltei a me sentir bem. Dona Dalmantie(...)disse-me(...): ‘__Alina Paim ficou muito impressionada com você e perguntou-me: ‘__Como pode? Uma moça tão fina, falando tão bem’. Como pode o quê? Pensei irritada. [continua no dia seguinte] 11-12-1959 também doutor A. veio, com sua falta de tudo, dizer-me que Alina Paim mostrou-se surpresa por conhecer-me aqui (...) Desabafei com doutor A.: ‘__O senhor não está me fazendo nenhum elogio. Alias não gosto de elogios deste gênero. Não sou educada, ou não me considero. E se for?: Não nasci no hospício. Não sou eu a única ‘educada’ aqui. Dona Marina é muito mais’. (Cançado, 1991:91-2)

Os relatos mostram, em princípio, um estereótipo ligado ao paciente. Nesse caso, ter boa educação, escrever, ter modos refinados etc., são todas características colocadas em oposição à figura do paciente psiquiátrico. Como uma moça bem educada poderia estar ali? A escrita, nesse sentido, parece ser o diferencial de Maura, e é o que faz este tipo de questionamento existir. Alina Paim não imaginava que conheceria Maura, que publicava no SDJB, ali, internada no Engenho de Dentro.

Havia uma regra de como era preciso ser e do que era preciso dizer para que se pudesse entrar na classificação de “louco” ou “doente mental”¹²⁵. Ou ainda do que não se deveria ser nem dizer, para que se pudesse estar fora dela. Júlia, enfermeira, inspetora e moradora do Centro Psiquiátrico Nacional, ao ver que Maura havia retornado para o Engenho, pergunta a ela: *Quando você vai embora?* Por fim, vem a ameaça com a possibilidade de mandá-la para a Colônia: *‘Cuidado com a colônia. Já te preveni muitas vezes. Estive hoje falando no refeitório que você acaba indo.’* (Cançado, 1991:35). A “colônia” era a Colônia Juliano Moreira, para onde seguiam, nessa época, as pacientes ditas irrecuperáveis. O interessante é observar que para Júlia, Maura não precisava daquele hospital, por isso ela a ameaçava com o pior, para que o deixasse, o que era comum na dinâmica interna.

¹²⁵ Ao trabalhar com a categoria de “doente mental”, Goffman considerou apenas pessoas que passaram pelo processo de hospitalização. Salienta que esta categorização está diretamente vinculada, na maioria das vezes, a esse processo. É como se só fossem consideradas doentes mentais depois de passarem pelo hospital psiquiátrico, pois até então tudo o que estas faziam era considerado normal, sem nada que as pudesse identificar como tal (Goffman, 1996).

A questão é que Maura estava dentro e fora nesse início de carreira. Lá e cá; nem cá nem lá. E é nesse movimento, dubio, oscilante, que seu caminho se constrói. Sua *carreira*, nos termos de Goffman, já havia começado, mas as entradas e saídas de certa forma tornavam sua situação dubia, afinal havia um estereótipo sobre o paciente¹²⁶, quem não se encaixava totalmente nesse estereótipo não era reconhecido como tal. A escrita, nesse sentido, tinha um duplo papel: afastava Maura do estereótipo de paciente e a tornava uma ameaça, já que questionava o sistema. Sendo assim, dentro do hospital, seus relatos mostram em muitos momentos uma figura distante da imagem dos pacientes mais comuns e, fora dele, começava a se tornar uma pessoa *discutível*¹²⁷ para si mesma e para o entorno.

Pouco antes da data em que finaliza seu diário, Maura relata o dia em que recebeu a notícia de que não poderia voltar a trabalhar no SDJB. Como eu disse, não

¹²⁶ Goffman, como já citei, fala sobre esse estereótipo. Diz ele que, em muitos casos, os sintomas esperados tais como delírios visuais e auditivos, falta de orientação espacial e temporal, etc., podem não aparecer na maioria das vezes. O que surge como sintoma é uma *perturbação emocional temporária em situação de tensão, por mais aterrorizante que sejam para a pessoa nesse momento* (1996:115). Nesse sentido, parece que esse tipo de sintoma não era reconhecido nessas instituições, como o CPN, por enfermeiros e guardas, principalmente. Os motivos podem ser vários, desde a falta de informação e preparo, como foi dito acima, e mesmo porque pessoas como Maura guardavam seu perfeito juízo, tornando-se um risco às práticas locais. Maura tem uma relação bastante conflituosa com a condição de paciente que lhe era imposta no CPN. Não só porque seus relatos tinham uma autonomia frente à condição que lhe era imposta dentro da instituição, mas porque essa condição, em uma dimensão mais individual, faz com se perceba despossuída de suas singularidades. Há trechos no qual ela fala sobre o despreparo das funcionárias para lidar com os pacientes e suas características individuais. Diz ela: *Tratam todos como se tivessem os mesmos problemas, não indagam o grau de instrução, tentam obrigar-nos a trabalhos chatíssimos: bordado, tricô e outras cretinices* (Idem, p.54); ou ainda neste: *eu estava conversando com doutora Sara. (...) Um médico entrou e se pôs a ouvir interessado. Depois deu uma risada e exclamou: “_ Esta é Pp. Não há dúvida.” Pp quer dizer personalidade psicopática. Não entendi a sigla, mas senti naquele médico, no seu ar irreverente, mesmo deboche, profunda falta de respeito à minha pessoa. Encarei-o e não disse mais nada. Mais tarde doutora Sara veio a seção onde me achava (...). Pediu-me desculpas pela atitude do tal médico (...) Serei mesmo PP? Foi o diagnostico que doutora Sara também me deu, posteriormente. Ou seja, à medida que Maura torna-se paciente de uma instituição que se enquadra aos moldes das instituições totais descritas por Goffman, há um gradativo achatamento das singularidades de cada pessoa.*

¹²⁷ Até porque Goffman associa essa idéia de *pessoa discutível* ao que ele define como *pré-paciente*, ou aquele que vai em busca do hospital, iniciando, o que será mais tarde (ou não), sua *carreira* de doente mental. Apoiar-me em uma noção como essa me aproxima de questões atreladas a sintomas e diagnósticos, no entanto, faço um desvio. Diagnósticos, Maura os teve aos montes, até o final de sua vida. Eles têm um papel importante e definitivo em alguns momentos, como mostrarei no capítulo sobre os laudos. Logo, tentarei trabalhar sobre os diagnósticos dados, mas em nenhum momento pretendo atribuí-los, como já foi dito.

consegui saber ao certo se Maura chegou a ter um vínculo empregatício com o jornal. Cony, Louzeiro e Brasil disseram-me que nunca teve, escrevendo como colaboradora. O relato no diário é do dia cinco de janeiro de 1960. Maura diz o seguinte:

Foi terrível. Eu estava no gabinete do diretor, já vestida e muito excitada, contando-lhe que começava a trabalhar outra vez no jornal. Tudo fora combinado com meu médico e Reynaldo: eu continuaria morando no hospital, por algum tempo, fazendo o tratamento de psicoterapia, economizando dinheiro, pois aqui não tenho despesa. Doutor A. se achava em outra sala, onde o chamaram para atender o telefone. O diretor me escutava, parecia contente com a notícia. Eu falava sem cessar, expunha-lhe meus grandes planos. Estou certa de que doutor Paim acompanhava-me no meu entusiasmo. Iniciou logo uma série de conselhos: como devia me portar, o que fazer e não fazer. Doutor A. entrou. Olhei-o, e antes que dissesse alguma coisa, pela sua expressão, percebi tudo: ‘ – Foi Reynaldo quem telefonou, não foi? O que ele disse foi ‘não’, não foi? Fale depressa, antes que eu morra’. Ele não parecia estar em condições de falar, me olhava mudo e transtornado. O desespero tomou-me inteiramente, mesmo aqueles dois homens não passando de uma terrível constatação de negativismo para mim. Então, só podia apegar-me a eles – porque seus papeis eram de tolerar os que não tinham quem os tolerasse. Estavam comigo porque sou uma das ‘que não podem’ estar junto dos outros. (Cançado, 1991:125)

Depois de sair da internação em que escreveu o diário, Maura publicou mais alguns contos no SDJB. Em 1961, como já foi dito, o Suplemento foi extinto. Com o tempo, o contato com seus colegas fica mais esparso e as internações mais freqüentes. Até 1964, Maura esteve todos os anos internada, mais de uma vez por ano. Em 1965, no entanto, consegue publicar seu diário *Hospício é Deus*. De acordo com José Louzeiro e Assis Brasil, na época em que Maura conseguiu sua publicação pela editora José Álvaro, ela já tinha um segundo volume de seu diário escrito. Louzeiro e Assis leram esse segundo volume, contudo não chegou a ser publicado. Segundo Louzeiro, José Álvaro teria dito a Maura que dividiria a publicação em dois volumes¹²⁸, como o fez. No entanto, o editor, em um momento de descuido teria esquecido o original do segundo

¹²⁸ Na primeira edição de *Hospício é Deus*, logo abaixo do título está escrito “Diário I”, indicando que haveria uma sequência. Ver documento anexado à p. 260.

volume dentro de um taxi¹²⁹. Nunca foi encontrado. Ouvi algumas histórias sobre a existência desse segundo livro, antes de conversar com Assis Brasil e José Louzeiro. Algumas diziam que o livro havia sido roubado durante o tempo que Maura ficou na prisão, depois da morte da paciente. Essa história me foi contada por uma pesquisadora que estava, na época, escrevendo um roteiro sobre a vida de Maura. Em outra ocasião, conversando com a sobrinha de Maura, durante minha estadia em Patos de Minas, contou-me sobre a visita que fez a Maura, no Rio de Janeiro, no presídio em que cumpria, ilegalmente, a medida de segurança. Maura teria dito à sobrinha sobre um livro que estava escrevendo o qual havia sido roubado na prisão. Contudo, esse já deveria ser outro escrito.

Maura foi aos poucos se afastando da escrita. As dificuldades emocionais e financeiras aumentam e depois do crime tudo ficou mais difícil. Não eram apenas essas dificuldades, mas Maura tornara-se um sujeito jurídico, passando a caminhar dentro da lógica estabelecida por esse universo. Sua vida foi guiada por essa lógica, pelas práticas e mesmo pelas incoerências do universo médico-penal. Na longa conversa que tive com Louzeiro, em dado momento ele disse o seguinte:

A vida da Maura foi de tal maneira surpreendente, que não precisava inventar nada pra alcançar o padrão quase que de fantasia e de absurdo. E nesse ponto a literatura dela parece bastante com as idéias de Ionesco. A literatura da Maura tem muito a ver com o

¹²⁹ Durante a entrevista com Louzeiro, ele disse-me o seguinte: *Ela foi publicar o livro com o José Álvaro. Ele publicou a primeira parte, ela pensava que ia publicar o livro todo, mas prometeu que publicaria a segunda parte [depois]. Acontece que um dia ele tomou um táxi, ele bebia também, e ele esqueceu o original no táxi. Foi de uma irresponsabilidade total, total, total... Ele andou...eu fiquei sabendo que ele colocou uma notinha em jornal. Os meios eram outros, né? Então, ele deve ter posto notícia em rádio também, para que devolvessem. Nunca devolveram. Aí a maura realmente... Foi um choque, seria um choque para qualquer um de nós, imagina para ela que tinha uma sensibilidade à flor da pele. Então, maura piorou muito, e foi internada. Dessa vez não mais no Engenho de Dentro, mas na Dr. Eiras, lá em Botafogo* (Trecho da entrevista realizada com José Louzeiro em sua casa, no Rio de Janeiro). Assis Brasil reafirmou o fato durante nossa conversa: *Eu cheguei a ler o segundo livro dela. Esse José Álvaro, irresponsável... Ela não tinha cópia... Uma pena, esses editores são terríveis, eu mesmo perdi vários originais. O Flavio Moreira disse: 'Ah, mas o escritor tem que ser profissional'. A Maura ia ter isso consciente, de tirar cópia? E era maior do que o primeiro...* (Trecho da entrevista realizada com Assis Brasil, no Rio de Janeiro).

*absurdo, a própria vida absurda que ela levou, que era de verdade. Só que esse absurdo transferido para o papel chega a parecer ficção.*¹³⁰

Essa ideia de *absurdo*, sem entrar no sentido literário que atribui Louzeiro, entra na vida de Maura através dos mecanismos institucionais aos quais esteve ligada até sua morte. Pensando nas instituições penais e psiquiátricas e, especificamente, nos discursos psiquiátrico e penal, Foucault utiliza o termo “ubuesco”¹³¹ para caracterizá-los, ou seja, são a figura do grotesco e do absurdo por excelência. Retomarei essa discussão quando tratar dos laudos, mas é possível dizer que o caso de Maura se torna um exemplo jurídico de como funciona esse mecanismo que o autor descreve. Trazendo para mais perto, para o processo penal de Maura, o absurdo e o insensato não se instituem na vida de Maura apenas por questões vinculadas à sua personalidade ou seus problemas emocionais, mas muito pela incongruência dessas instituições as quais teve sua vida vinculada.

Esse caráter “ubuesco” ao qual Foucault se refere está nas práticas que desqualificam essas instituições exatamente pelo absurdo da forma como desempenham o papel que lhes foi atribuído. Trazendo essa ideia para mais perto ainda, é possível dizer que, se a instituição psiquiátrica na qual Maura estava na noite do crime fosse preparada adequadamente para a função que desempenhava, o mais provável é que o crime não tivesse ocorrido. O mesmo para o fato de Maura ter passado quase cinco anos de um presídio para outro, quando a *medida de segurança* implicava tratamento em uma clínica ou hospital de custódia adequados. É interessante observar

¹³⁰ Trecho da entrevista realizada com José Louzeiro, no Rio de Janeiro.

¹³¹ O termo “ubuesco” surge a partir da peça *Ubu Rei*, de 1896, escrita por A. Jarry, que será um dos inspiradores do que mais tarde seria o *teatro do absurdo*. Esse termo, Michel Foucault o utiliza para caracterizar o caráter grotesco e absurdo do discurso penal e psiquiátrico. Foucault fala que o *Ubu* é o exercício do poder através da desqualificação explícita de quem o exerce (...) o perito psiquiatra na verdade não pode deixar de ser a própria personagem Ubu. Ele só pode exercer o terrível poder que lhe pedem para exercer – e que, no fim das contas, é o que determina a punição de um indivíduo ou dela participar em boa parte – por meio de um discurso infantil, que o desqualifica como cientista quando foi precisamente pelo título de cientista que o convocaram, e por meio de um discurso do medo, que o ridiculariza precisamente quando ele fala num tribunal a propósito de alguém que está no banco dos réus e que, por conseguinte, está despojado de todo e qualquer poder (Foucault, 2002:45).

ao longo dos autos do processo a maneira como o juiz e a promotoria se pronunciam, criando um tipo de narrativa que se sustenta na ideia do *como se*, da qual fala Yan Thomas (2005). Este autor escreveu sobre o que ele denomina de técnica do direto, que vem desde o direto medieval, que é a de se apoiar em uma construção ficcional da realidade. Thomas fala do poder concedido ao direito de *transformar a ordem das coisas e as remodelar – um poder de comandar o real rompendo ostensivamente com ele* (Thomas, 2005:129). Logo, mesmo sabendo que não havia um manicômio judiciário feminino, todas as falas do juiz¹³², promotoria, dentro da documentação formal, reafirmam a necessidade de enviar Maura a um manicômio judiciário *como se* ele existisse. O mais complexo ainda me parece reafirmar a *medida de segurança, como se* ela realmente existisse.

Se nunca houve um hospital de custódia, ou qualquer coisa que o valesse ao longo dos seis anos que vigorou a medida de segurança de Maura, e como consequência disso Maura passou a maior parte desse tempo em penitenciárias, essa *medida de segurança* nunca existiu de fato. Existiu apenas nesse discurso que é construído como uma fabula, a partir do *como se* apontado por Thomas.

Voltando agora para sua literatura autobiográfica, ao falar sobre uma vida que se dá nos padrões da ficção, da fantasia e do absurdo, Louzeiro revela, também, o tipo de olhar que recai sobre Maura. A narrativa que escreve sobre si mesma, o diário, revela esse universo *ubuesco* no qual estava envolvida, e tamanha é sua força que Maura ganha um contorno quase caricato. As entrevistas que realizei com amigos, colegas e parentes, ao longo do trabalho de campo, mostram narrativas que, ao contar sobre Maura, criam junções entre ficção e realidade, a ponto dessa passagem ficar fluida. O que se conta sobre Maura parece estar sempre acrescido de um ponto a mais. No entanto, é na

¹³²Há apenas um momento, nos autos, onde o juiz caracteriza a situação de Maura como *ridícula e triste*. Contudo, esse foi um momento que, a meu ver, só enfatizou mais ainda o descabido da situação, pois mesmo diante dessa consideração, o juiz continua reafirmando a *medida de segurança* como possível, mesmo sabendo que ela nunca seria de fato aplicada, como mostram os autos.

sobreposição dessas narrativas, onde não oponho verdadeiro e falso, que me parece possível encontrar Maura Lopes Cançado.

Os convivas de boa memória, Maura Lopes Cançado e Hospício é Deus

Não, não, a minha memória não é boa. Ao contrário, é comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, sem guardar delas nem caras nem nomes, e somente raras circunstâncias. A quem passe a vida na mesma casa de família, com seus eternos móveis e costumes, pessoas e afeições, é que se lhe grava tudo pela continuidade e repetição. Como eu invejo os que não esqueceram a cor das primeiras calças que vestiram! Eu não atino com a das que enfiei ontem. Juro só que não eram amarelas porque execro essa cor; mas isso mesmo pode ser olvido e confusão

(Machado de Assis, *Dom Casmurro* / *Convivas de boa memória*).

Os convivas

Durante minha estadia em Patos de Minas, estive todos os dias na companhia de uma das sobrinhas de Maura, Ana¹³³, filha de seu irmão mais velho. Simpática e muito ativa, Ana era advogada, logo, dividiu generosamente seu tempo entre o trabalho e nossas longas conversas. Pela manhã e à tarde, nossos encontros eram em seu escritório e, no fim da tarde, em sua casa, onde a conversa arrastava-se até altas horas. Em sua casa, ficávamos na cozinha, às vezes acompanhadas pelo seu irmão, sr. Pedro, que estava a passeio em Patos. No centro da mesa da cozinha, Ana colocava algumas caixas de papelão, com fotos de família, cartões, lembrancinhas, documentos antigos, enfim, todos os tipos de recordações. Entre elas, algumas poucas de Maura.

Certa noite junto com seu Pedro, à roda da mesa, falávamos de Maura enquanto Ana procurava algumas fotos. Mostrou-me fotos de seus pais, de seus avós, pais de Maura, de seus tios, irmãos de Maura, dando-me nomes, grau de parentesco e

¹³³ Usarei nomes fictícios quando me referir a pessoas da família de Maura.

acrescentando alguns “causos” à descrição. No meio da busca, encontrou uma bela foto de Maura com seu filho, Cesarion, ainda muito pequeno, aparentando ter quatro anos. Essa foto, em preto e branco, foi tirada em estúdio, com uma grande tela atrás que sugere uma paisagem. Cesarion está em pé sobre uma cadeira, calçando botinhas aparentemente brancas, bermuda da mesma cor e um casaquinho à moda. Maura, muito jovem, está curvada em direção ao filho, como quem o segura para dar um beijo, e posa para a foto ao mesmo tempo. Estava vestida com um sapato bicolor, uma saia de pregas abaixo do joelho e um casaco *pied-de-poule*, na mesma altura da saia, muito elegante. Além dessa, havia uma foto da primeira comunhão de Maura e outra dela ainda muito pequena, com uma de suas irmãs. Estas foram as únicas fotos que vi de Maura. A foto com seu filho era, provavelmente, a única que havia dos dois juntos, até porque durante a infância de Cesarion, Maura esteve, a maior parte do tempo, distante.

Além dessas fotos, Ana encontrou uma cópia da certidão de nascimento de Maura e de seu filho e o atestado de óbito de sua tia. Havia uma foto em especial que Ana queria mostrar-me. Disse ser sua foto predileta quando menina, mas não lembrava exatamente onde vira a foto na época, o mais provável, segundo ela, é que tenha sido na casa de seus avós, pais de Maura. Revirou muitas vezes as caixas e à medida que procurava descrevia-me a foto: Maura estava em pé, posando para o retrato ao lado de seu avião, o Paulistinha Cap 4, que levava o nome Cesarion; vestia uma linda calça amarela, um lenço, e os cabelos estavam muito curtos, como os de Ingrid Bergman, no filme *Por quem os sinos dobram*. Disse-me que Maura havia cortado o cabelo depois de ver o filme, inspirada por Bergman e que usava calças em uma época que isso não era comum para as mulheres. Ana disse-me que adorava aquela foto, lamentando não encontrá-la.

Depois da narrativa de Ana, a imagem ficou em minha cabeça. Meses após essa entrevista, já em Campinas, encontrei na internet um pequeno artigo em um *site* de Bom Despacho, cidade onde Maura fazia suas aulas de pilotagem. O artigo era de um jornalista, Pedro Rogério Moreira, sobre Cesarion Praxedes, filho de Maura. Moreira,

que fora amigo de Cesarion, fazia uma última homenagem ao colega de profissão que havia então falecido. No artigo, Moreira falava de um romance de sua autoria e no qual Maura teria inspirado uma das personagens: a aviadora destemida que ajuda o presidente JK a se livrar de uma emboscada e tem com ele uma relação romântica¹³⁴. No livro, essa relação é mais sugerida do que explícita.

Comprei o livro de Pedro Rogério Moreira, *Bela noite para voar* e, em dado momento da leitura, minha memória foi acionada. À medida que lia o capítulo intitulado *17 horas: a Princesa está no céu*, a foto que Ana me descreveu ressurgia na narrativa do romance. Uma narrativa ficcional que criava uma imagem muito semelhante a que Ana me havia descrito:

O Oldsmobile azul, de duas portas e pneus de bandas brancas, freia bruscamente diante do portão do campo de aviação de Carlos Prates, em Belo Horizonte. Antes que sua motorista comece a buzinar com insistência, como é dê seu estilo, aparece o guarda-campo para abri-lo. O Tiziu sabe que tudo, com essa moça de 'foulard' no pescoço e óculos 'ray-ban', tem que ser feito com urgência. Como se o mundo fosse acabar hoje,

¹³⁴ Cito um trecho do artigo de Moreira: Um aviãozinho amarelo voava pelo reino encantado do Oeste de Minas no tempo em que vestíamos calças curtas e nos assombrávamos com as histórias da moça bonita que o pilotava num céu azul-feliz. Na carenagem do motor havia a inscrição: 'Cesarion'. A aviadora arrebatava as emoções do mundo com as piruetas que realizava tanto no ar quanto em terra. Lá em cima ela desafiava a morte; aqui embaixo, suas acrobacias geravam vidas. A primeira foi o Cesarion Praxedes, filho único desta singular criatura chamada Maura Lopes Cançado, gerado no desabrochar de sua intrépida existência, na flor dos seus 16 anos de idade! As outras vidas foram os seus livros audazes, absurdos, geniais. O destino me pregou uma peça com Cesarion. Somos contemporâneos, ele na sua terra natal, São Gonçalo do Abaeté, o Pedrim em Bom Despacho e Belo Horizonte. O tempo passou, aquele reino encantado ficou distante, mas nunca esquecidas as suas felizes reinações. Só no Rio de Janeiro, adultos, fomos nos conhecer. Conversamos sobre tantas coisas, mas só muito depois fui descobrir que Cesarion era o menino que deu o seu nome ao aviãozinho da minha infância! O velho Aeronca Champion, cujo esqueleto, eu cismeie e por isso mesmo passou a ser verdade verdadeira, era aquele que servia às minhas brincadeiras no campo de aviação de Bom Despacho, nos primeiros anos de 50. Desde que mudei-me para Brasília, há vinte anos, não via o Cesarion. Mas falávamos ao telefone. Um dia fui lhe contar que a Princesa, personagem de meu romance 'Bela noite para voar', era sua mãe Maura Lopes Cançado. 'Olha, Cesarion', disse-lhe eu, cheio de dedos, 'no livro a Maura vai namorar o presidente Juscelino Kubitschek, está bem?' Respondeu-me: 'Trate-a com ternura'. E contou-me passagens desconhecidas da vida sensacional, embora de grande sofrimento, da sedutora e explosiva Maura, poeta, romancista, memorialista, contista premiada de 1958 pelo Jornal do Brasil. (Trecho retirado do artigo *Adeus a Cesarion Praxedes*, de Pedro Rogério Moreira. Disponível em: <http://www.guiadasgerais.com.br/texart9.htm>.

daqui a pouco. _De novo, Princesa? Que maravilha! Ela dá um alô festivo ao Tiziu e vai estacionar o carro debaixo de uma frondosa amendoeira, perto do hangar da Organização Mineira de Transporte Aéreo (Omta). Seu novo avião fica hangarado lá. É um Bonanza, de cauda V, pintado de verde, cor da esperança e cor dos olhos da Princesa, para cinco passageiros, instrumentos de navegação noturna, um luxo. Seu prefixo tem as iniciais do nome dela: MLC. Na fraseologia aeronáutica, diz-se: Mike Lima Charlie. (Moreira, 2006:157)

A princesa de codinome Mike Lima Charlie, óculos *ray ban* e *foulard* no pescoço é o personagem inspirado em Maura Lopes Cançado, ou MLC. O romance do autor se passa em 1958, e tem como personagem central JK, sua paixão por aviões, o início da utilização do avião como principal meio de locomoção presidencial, a rebelião de Jacareacanga, as conspirações eduardistas e uma princesa aviadora que, inocentemente, salva seu presidente de uma emboscada. Moreira, quando criança, vivia em Bom Despacho, próximo à escola de pilotagem que Maura freqüentava. Conta, no artigo citado em nota, que olhava encantado para o avião, cortando o céu de Bom Despacho, pois sabia que era pilotado por uma moça e, em sua imaginação, ela era como uma princesa. Maura, a moça que pilotava, ficou em sua memória e virou MLC¹³⁵.

Se narradas às escuras, as duas descrições são análogas: Maura Lopes Cançado, das calças amarelas e do cabelo curto, arrojada, com seu Cap 4 Paulistinha e MLC do *ray ban* e *foulard*, com seu Bonanza com cauda em V. Maura tem as medidas para um personagem, talvez porque sua vida se afaste em alguns momentos do universo mais mundano e normal. Não só no que diz respeito às intenações, ao crime, mas à sua época de adolescência, na qual as descrições que foram feitas pela própria Maura e por

¹³⁵ No mesmo artigo, diz o seguinte: *Um aviãozinho amarelo voava pelo reino encantado do Oeste de Minas no tempo em que vestíamos calças curtas e nos assombrávamos com as histórias da moça bonita que o pilotava num céu azul-feliz. Na carenagem do motor havia a inscrição: 'Cesarion'. A aviadora arrebatava as emoções do mundo com as piruetas que realizava tanto no ar quanto em terra. Lá em cima ela desafiava a morte; aqui embaixo, suas acrobacias geravam vidas. A primeira foi o Cesarion Praxedes, filho único desta singular criatura chamada Maura Lopes Cançado, gerado no desabrochar de sua intrépida existência, na flor dos seus 16 anos de idade! As outras vidas foram os seus livros audazes, absurdos, geniais.*

seus sobrinhos contam sobre uma vida que em muitos aspectos se aproxima de um imaginário de fantasia. Ana contou-me sobre os dias em que passeava de avião com a tia, jogando, do alto, bilhetinhos nos telhados das casas. Contou-me ainda sobre o aniversário de um ano de Cesarion, quando Maura chegou em seu avião, com presentes e um pequeno cavaleiro amarrado a uma parte visível do avião. Essa história também me foi contada pela ex-esposa de Cesarion, com quem conversei no Rio de Janeiro. Cenas dignas de um filme de aventura.

A foto de Maura ao lado do avião, descrita por Ana, nunca a vi realmente. Segundo Ana, é provável que tenha se perdido. Isso de certa forma aproxima muito a narrativa de Ana da narrativa romanceada de Moreira. Há uma tensão entre real e ficção, uma tensão que, a meu ver, não anula, mas acrescenta.

Philippe Artières (1997), em seu texto *Arquivar a própria vida*, dirige-se ao leitor, pedindo que imagine, por um instante, o lugar onde todos os arquivos de sua vida estivessem conservados. Diz ele:

Encontraríamos aí passagens de avião, tíquetes de metrô, listas de tarefas, notas de lavanderia, contracheques; encontraríamos também velhas fotos amareladas. No meio da confusão, descobriríamos cartas: correspondências administrativas e cartas apaixonadas dirigidas à bem-amada, misturadas com cartões postais escritos num canto de mesa longe de casa ou ainda com aquele telegrama urgente anunciando um nascimento. (Artières, 1997:1)

Segundo o autor, este é um lugar imaginário, pois nem tudo pode ser guardado ou arquivado. Ainda que muito do que fazemos deixe algum tipo de vestígio, nem todos esses vestígios são conservados. Fazemos uma triagem, separamos o que é mais importante, jogamos o que consideramos descartável, classificamos, reordenamos. Estas práticas, *minúsculas e cotidianas*, são constantemente refeitas. O que estaria por detrás dessa de arquivar a própria vida? Para o autor, em parte, é a necessidade de responder as injunções sociais, em parte por uma intenção autobiográfica. Segundo Artières, no que concerne às injunções sociais, temos que *manter nossas vidas bem organizadas, pôr o*

preto no branco, sem mentir, sem pular paginas nem deixar lacunas. O 'anormal' é o sem-papéis. O indivíduo perigoso é o homem que escapa ao controle gráfico (Artières, 1997:3). Há uma função e valor social nos arquivos de vida. No entanto, nem tudo pode ser guardado, mas parte desses vestígios e lembranças, normalmente o são. Maura não chega a ser uma *sem-papel*, até porque seu livro tem uma característica de arquivo da própria vida em sua intenção autobiográfica. Voltarei a esse ponto, mas no que concerne ao restante da papelada que estaria nessa gaveta, esses vestígios são poucos. Como já foi dito, Ana mostrou-me, relacionados diretamente a Maura, sua certidão de nascimento e a de Cesarion, a certidão de óbito e três fotos. Entre seu nascimento e sua morte, há uma lacuna de vestígios materiais.¹³⁶

Se a foto que Ana narrou realmente existiu, já não fazia mais parte daquele “álbum de família”¹³⁷. De acordo com Artières, o álbum de fotos é a memória oficial da

¹³⁶ A maior documentação que há sobre alguns aspectos da vida de Maura, especialmente sobre os anos que se sucederam ao crime, são os autos do processo. Os registros feitos nessa documentação, ainda que a partir de uma narrativa jurídica, se estendem ao longo de doze anos. É possível resgatar nessa documentação um tipo de intenção biográfica, principalmente no que concerne aos laudos, como falarei à frente, mas esse arquivamento, essa reunião de documentos não é organizada pelo indivíduo. O indivíduo é apreendido pelas injunções sociais, pois terá que responder ao delito cometido, no entanto ele não age e nem fala em primeira pessoa, não é ele que escolhe o que permanece e o que é descartado nesse arquivo. Ainda que o processo penal possa ser pensado com um tipo de arquivo de vida, esse “arquivo” não pode ser manipulado, remexido, ou revisto por aquele que foi seu motivador. É um tipo de “arquivo de vida” que, depois de engavetado, só retorna à lembrança em seus detalhes e minúcias a partir de alguém que o retire da obscuridade, e normalmente não será seu motivador. No caso do processo, Maura foi gradativa e burocraticamente sendo arquivada, mas um tipo de arquivamento que vai mais em direção do esquecimento do que da lembrança. Quando iniciei o procedimento burocrático para pedir o desarquivamento e vistas aos autos do processo, um dos responsáveis por esse tipo de procedimento na Vara de Execuções Penais, no Rio de Janeiro, disse que não poderia assegurar que encontraria o processo. Ainda que processos de origem criminal não possam ser destruídos, segundo o funcionário da VEP, é muito comum que processos arquivados há tantos anos (no caso de Maura há trinta e seis anos), se percam. As condições de arquivamento não são as mais adequadas; o mofo, a umidade, etc., acabam por apagar essa documentação com o passar dos anos. Mesmo quando o tempo não os destrói, são documentos que se perdem, esquecidos dentro dos arquivos judiciais, engavetados. Tirá-los do obscurecimento é, também, lembrar uma condenação. Talvez esse seja o motivo dessa documentação nunca ter suscitado o interesse da família de Maura, pois, até aqui, jamais havia sido desarquivada.

¹³⁷ Não consultei todas as fotos de família, até porque na maioria das vezes, quando as famílias são grandes como no caso de Maura, as fotos se espalham entre os irmãos, sobrinhos, como foi o caso. No entanto, Ana foi-me indicada como a pessoa que poderia falar sobre Maura, pois era a que mais tinha informações a seu respeito e, além disso, Ana era muito próxima a Cesarion, com quem dividia conversas sobre a tia, guardando mesmo os poucos documentos que dela existem.

família. A ausência de fotos é tolerada, mas diz também que quando um parente se torna uma figura embaraçosa, *ou porque ficou louco ou porque teve uma atitude pouco apropriada, suprimimos a sua presença* (Artières, 1997:7). Ana não suprimiu a presença da tia de sua caixa, no entanto, as lembranças relacionadas à tia não eram em grande número. Maura, de acordo com Ana, era vista por alguns familiares como um mau exemplo¹³⁸. O que há então nesse álbum de fotografias é uma foto de criança de Maura, outra de sua primeira comunhão e a última com seu filho, Cerarion, ainda muito criança. As fotos guardadas de Maura são aquelas que reafirmam na imagem a conduta do que era considerado ser uma “moça de boa de família”. A criança inocente, temente a deus, e que seria por fim uma boa mãe. Todas imagens que acabaram por afirmar-se distantes da figura da mulher de calças amarelas – e talvez óculos *ray ban* – ao lado de seu avião. Entretanto, não se pode afirmar que fosse um problema para seus pais o fato de Maura aprender a pilotar.

O avião de Maura foi um presente de sua mãe para que voltasse às aulas de pilotagem, já que não havia sido aceita no colégio Isabela Hendrix. É possível que Maura tenha insistido no presente pouco comum, mas ganhou-o. Ainda que pudessem considerar sua vontade e seu comportamento caprichos de uma jovem mimada, não parecia ser um problema para a família de Maura realizar suas vontades¹³⁹. Na época

¹³⁸ Ana lembrou o episódio em que seu pai atirou o *Hospício é Deus* na parede assim que foi publicado, pois em sua opinião o livro manchava o nome da família. Em um trecho de uma das conversas que tive com Ana, durante minha estadia em Patos de Minas, falou-me sobre a época que foi mandada para Araguari estudar em um internato, contando-me que preferia ter ido para Belo Horizonte: *A mamãe falava assim: ‘Quando você for fazer o segundo grau, você vai para BH’. A minha irmã estudou em Araguari. Depois que ela terminou a quarta série aqui ela foi para Araguari, fazer lá o curso de contabilidade e curso de formação de professor primário. Um colégio interno em Araguari, um colégio imenso, muito confortável, mas papai cismou que eu tinha que ir também pra Araguari, porque ela terminou e eu ia começar. Eu tinha pavor de pensar em ir pra lá, pelo internato, que eu não gostava, mas fui. Papai não deixava eu ir pra BH: ‘Mas gente, por que eu não posso ir para BH?’ Eu nunca entendi isso, pois se minhas tias moravam lá, se era muito mais fácil ir a BH do que a Araguari, porque na época Araguari não tinha estrada direito, nem nada e os parentes ficavam todos muito mais... tudo o que fazia era em BH. Precisa de uma coisa pra resolver é em BH e eu tinha que ir pro triangulo, não entendia. Mas tinha que ser, não deixou de jeito nenhum mesmo, de jeito nenhum, e eu acho que foi por causa da Maura. Porque nessa época a Maura estava em BH e nessa época a Maura pôs fogo no vestido da Selva, fez aquelas loucuras e tal... Eu acho que o papai tinha medo, tinha receio da gente ir para BH e ser influenciada pela Maura.*

¹³⁹ Não consegui acessar tantos detalhes sobre a família e o convívio com os filhos. Ana contou-me que todos os seus tios foram para escolas internas desde muito cedo, assim como ela e seus irmãos. Às vezes,

que ganhou o avião, seu pai já havia falecido, mas segundo relatos, ele nunca se opôs as aulas de pilotagem que Maura começou a fazer aos quatorze anos, quando ainda estava vivo. Opôs-se, sim, ao seu casamento com um jovem que conheceu durante as aulas de pilotagem em Bom Despacho. Jair Praxedes era seu nome, estava então com dezoito anos e sua família vinha de uma tradição militar. Seu pai era um importante coronel do exército.

Um fato interessante sobre seu pai, a respeito de seu casamento, revela um tipo de comportamento e pensamento que destoava para a época. Em 1944, quando Maura decidiu que se casaria com seu colega, estava com 15 anos. Seu pai não aceitou o casamento, mas aos poucos se dobrou à vontade da filha. No entanto, colocou como condição que ela não se casaria no civil, apenas na igreja¹⁴⁰. É possível interpretar a proibição do casamento de sua filha no civil como uma atitude com alcance bastante inusitado para a época.

No Brasil, com a proclamação da República foi necessário organizar o casamento a partir do Estado. Em 1890, foi expedido o decreto de número 521, o qual afirmava que o casamento civil deveria preceder as cerimônias religiosas de qualquer culto. A família agora não era mais reconhecida pelo casamento católico ou de qualquer outra religião, mas apenas pelo enlace previsto e disciplinado pela lei. Com isso, vieram normas sobre a separação de corpos (ou desquite), mas tendo como causas aceitáveis as injúrias graves, o adultério, etc.. Dentro do casamento civil, o desquite não significava a separação definitiva do casal, mas apenas seu afastamento, pois o contrato era

ao completar sete anos, já estavam longe da fazenda, estudando em colégios internos em Patos de Minas, ou outros lugares. O caminho final era Belo Horizonte, onde os colégios eram melhores, isso por volta dos doze ou treze anos. Isso se repetiu com Ana que, ainda criança foi para o colégio interno, e passava os finais de semana na casa da avó, dona Santa, mãe de Maura. Mais tarde foi mandada ao colégio interno em Araguari. Ana também falou que o cuidado dos filhos, mesmo ainda bebês, era delegado às babás ou mesmo às amas de leite. Disse que era um hábito familiar e de outras famílias de posses.

¹⁴⁰ Aqui é preciso abrir um parêntese: Maura, em muitos momentos, associa a figura de seu pai, em seu livro autobiográfico, à de um coronel, rico e temido. Vinculada a essa figura, está a do homem empreendedor, informado, com poder econômico e influência política, que Ana descreve. Segundo ela, seu avô era “muito evoluído”, pois ele mesmo abriu as primeiras estradas no entorno da fazenda, trouxe luz elétrica, e colocou uma rede telefônica que se comunicava com Patos de Minas.

indissolúvel aos olhos da lei. Na Constituição de 1934, o termo indissolúvel é colocado no art. 144: *A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção do Estado.* Entenda-se “casamento” como casamento no civil. O desquite não permitia que nenhuma das partes se casasse novamente. Estavam presos até a morte, não mais por deus, mas pela lei. A Lei do Divórcio no Brasil só saiu em 1977.

É possível que o pai de Maura, não sendo um homem de grande apego religioso, informado e com uma visão prática, prevendo que a atitude da filha não poderia ser remediada legalmente caso se arrependesse, proibiu que Maura se casasse no civil. De acordo com as leis da época, fazia sentido que ele visse no casamento realizado apenas no religioso uma possibilidade de Maura recomeçar sua vida sem tantos constrangimentos legais, caso o casamento acabasse. Contudo, se essa foi uma interpretação possível, a sociedade não tinha essa visão. O casamento no religioso, apesar de não ser reconhecido legalmente, continuava tendo um peso gigantesco, e ainda que Maura não fosse, do ponto de vista formal, uma desquitada, com o fim de seu casamento era assim que a sociedade e parte da família a via. Seu pai já havia morrido. Com sua morte, os negócios passaram a ser administrados pelo filho mais velho. À medida que Maura tentava recuperar sua vida de jovem estudante, como tinha antes de seu casamento – já que na época que seu pai faleceu estava com dezessete anos –, mais se deparava com sua condição: era uma jovem separada. Sobre essa época, seu sobrinho, irmão de Ana, com quem também conversei em Patos de Minas, disse-me o seguinte:

[Maura] era muito evoluída. Elas faziam teatro na fazenda. Você vê que é coisa naquela época difícil demais, muito na frente pra idade dela, desse jeito. E outra coisa, o que ela passou, essas dificuldades, essas coisas, ajudaram muito na história, completou. Ela passou época difícil demais, porque era bonita demais. Com quinze anos, separada, com quem que ela ia andar? Com as mulheres casadas não era possível, os maridos não deixavam. As solteiras os pais não deixavam. Na época era muito difícil, era muito bonita...uma mulher separada bonita daquele jeito...foi assim.

Maura havia se tornado uma má companhia para as “moças de boa família”. Em seus relatos, diz que se sentia à vontade no meio dos rapazes, vestida como eles, de macacão e boné, falando sobre aviões. Diz ainda que sabia agredir a *falsa moral*, com suas atitudes livres de aviadora, reafirmando um tipo de comportamento que não era aceito. Com o tempo, ela se afastou de Minas e do ambiente familiar.

A princesa Mike Lima Charlie tinha seu brevê. Maura não conseguiu tirá-lo. MLC terminou seu vôo ao lado de JK. Maura terminou o vôo em uma aterrissagem de emergência. Com o avião quebrado, seu interesse pela aviação acabou, abandonando seu Paulistinha Cap-4 em algum hangar desconhecido. No entanto, em um momento impreciso e sombreado, as duas estiveram senão coladas, muito próximas. Nesse sentido, essas narrativas, sejam narrativas documentais, orais, ficcionais, informa, revelam sobre o contexto, as instituições, os valores, relações familiares, e sobre Maura. Não há tensão no sentido de comprimir, mas no sentido de distender. As duas narrativas complementam-se. Contam sobre uma vida que se desenrolou por caminhos pouco usuais, com doses de rebeldia, preconceito, e fantasia.

Voltando aos arquivos de vida de Artières, Maura não deixou muitos vestígios, com exceção de seu diário. Esse arquivo com poucos vestígios é o resultado, também, do estilo de vida de Maura, desde muito cedo morando em pensões, depois em hotéis, sem endereço fixo. Uma vida sem parada. Ecléa Bosi em seu livro, *O tempo vivo da memória*, fala sobre os *objetos biográficos*. A autora, citando Violette Morin, refere-se a esses objetos como sendo os que *envelhecem com o possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-mundi do viajante...*(Bosi, 2004:26). Esses objetos normalmente compõem os espaços de intimidade que são construídos ao longo dos anos pela pessoa ou pessoas que compartilham deles. São esses objetos e espaços que, segundo Bosi, *nos dão a pacífica sensação de continuidade* (2004:7). Estes espaços íntimos, contrapõem-se aos espaços públicos que tenderiam ao anonimato.

Ao longo de sua vida, Maura construiu muito do que poderia ser uma intimidade em lugares públicos, como instituições psiquiátricas ou penitenciárias. Nas entrevistas que realizei com amigos, colegas e familiares, as narrativas evidenciam a ausência dessa continuidade. O que se conta sobre Maura dificilmente faz referência a objetos e a espaços de um cotidiano íntimo. Poucas são as vezes que isso acontece. A exceção está nos relatos de caráter autobiográfico que compõem, principalmente, a primeira parte de seu livro *Hospício é Deus* e que retratam sua infância e adolescência. Lá, as lembranças criam um ambiente de intimidade, descritivo, onde os laços afetivos aparecem ligados às pessoas, a objetos e aos lugares: a fazenda, a casa, as roupas, o quintal, sua grande amiga árvore, as castanholas, o chapéu, os livros de história, o rádio, a família, os irmãos, os pais, etc.. Os relatos de seus sobrinhos, marcados pelo curto espaço de convívio que tiveram com a tia durante a infância em Minas Gerais, trazem essa narrativa da intimidade. A segunda parte de seu livro, o diário de internação, é o contraponto a esse texto memorialístico de infância e adolescência. Nessa parte, há um misto, entre a narrativa do presente vivido na instituição psiquiátrica e a narrativa de evocação. O presente no universo impessoal da instituição total¹⁴¹ misturado às lembranças do passado, às expectativas do futuro, mas principalmente uma afirmação dessa vida em suspensão e provisória.

Segundo Bosi, a memória opera livremente, *escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns* (Bosi, 2004:31). As narrativas que recolhi através das entrevistas contam sobre uma vida que se construiu por caminhos fragmentados, vínculos sempre descontínuos, lugares de passagem. Os relatos mostram datas incertas, lugares de morada provisória, mudanças de endereço infundáveis. Maura, segundo os entrevistados, nunca teve uma vida estável, um lugar fixo ou uma estante de livros.¹⁴² Isso não significava que não os lesse,

¹⁴¹ No sentido de Erving Goffman, em *Manicômios, prisões e conventos*.

¹⁴² Louzeiro, durante a entrevista em sua casa, falou-me sobre os hábitos de leitura de Maura: *[Maura] lia, lia muito. Desordenadamente. Não tinha... eu não me lembro da Maura ter tido uma biblioteca, um negócio... era desordenado. Ao ler a reportagem de Margarida Autran, que se tornou o posfácio do livro Hospício..., ela*

ao contrário, todos com quem conversei falam dela como uma leitora voraz¹⁴³, e é possível reconhecer essa característica acompanhando sua leitura através dos relatos no diário e mesmo de algumas cartas. A leitura não era apenas um passatempo prazeroso e pedagógico, mas também uma espécie de antídoto¹⁴⁴, de remédio para as agruras da vida. No entanto, Maura jamais carregou seus livros, e quando o fez foi de forma a perdê-los pelo caminho – uma biblioteca sempre em movimento, sempre recomeçada. Em um trecho de uma carta que envia a Vera Brant, em outubro de 1967, esse “descontinuo” se evidencia:

Vera querida,

Como vai? Pergunto, agora, porque esqueci-me [sic] de fazê-lo há meia hora pelo telefone. Além de minha preocupação em ser rápida, sustentava os olhares quase assassinos dos dois velhos gerentes, (ou donos), do Hotel, principalmente ao me ouvirem falar de minha precária situação financeira. Mas, Vera, como você é louca e faz as associações de idéias mais esquisitas: perguntar-me por uma mulher ‘imbecil – desquitada – mineira, sentada numa cadeira de balanço e vomitando asneiras o tempo

descreve sua cela como um cubículo sujo, malcheiroso e com livros empilhados. Contudo, Maura não os carregava consigo.

¹⁴³Ela chegou muito... é o jeito dela, assim, devagarzinho, tal...muito humilde, dando a impressão que não sabia nada, mas sabia muito mais do que dizia. Mas fingindo não saber... fingindo não saber. Mas tinha boa leitura. Lia Mary MacCarthy, Samuel Beckett, Sartre, entendeu? A própria Clarice Lispector ela lia muito. Ela fingia que não sabia ler, fingia! Mas era um charme dela. Muito inteligente, jogava muito charme (Trecho da entrevista com Heitor Cony, Rio de Janeiro, outubro de 2007).

¹⁴⁴A leitura, segundo o diário, era um hábito. Era como um espelho que a ajuda a refletir sobre sua condição. O diário é especialmente rico na descrição desses encontros literários. 15-11-1959 *Tenho comigo o livro: ‘Retrato do artista quando jovem’ de James Joyce. ‘Além do indômito desejo dentro dele de realizar as enormidades que o tentavam, nada mais era sagrado’. Nada mais era sagrado: procuro nas belas palavras de Joyce justificar meu profundo egoísmo* (Cançado, 1991:51) ; 18-12-1959 *Tenho comigo um livro de Proust que não consigo ler. Queixei-me a Heitor Saldanha de que ano gosto de Proust, e ele: “_Proust? Ninguém o tolera. Nem ele mesmo se leu. Toda essa gente que fala de Proust o faz por esnobismo.” Fiquei mais tranqüila, mas não desisti ainda* (op.cit.,106); 21-12-1959 *Proust está guardado. Estou lendo ‘A cidade sitiada’ de Clarice Lispector. Para mim é seu melhor livro. Heitor Saldanha me disse que Clarice esteve internada em sanatórios de doenças mentais. Falávamos de uma amiga minha, que eu temia estar caminhando para um colapso nervoso, ou coisa mais grave. Ela é judia, e Heitor me disse: _ Não se preocupe. Judeu não fica louco. Judeu só fica louco quando é gênio. Vide Clarice Lispector._ Clarice já esteve internada? – perguntei. _ Apenas três vezes, não digo? Tanta sensibilidade não podia passar impune* (op.cit.,109). Relembrando o período em que esteve internada no sanatório da Tijuca, diz o seguinte: *Li numa revista um trecho de uma carta de Dostoiévski, escrita na Sibéria, durante sua prisão. Ele me pareceu humilde. Julguei-me então capaz de conseguir também ser humilde. Também li isto numa revista, ignoro de quem: ‘em qualquer lugar onde estamos, a distancia do infinito é a mesma’ (foi o que me ajudou a resistir).(...) Pensava em Dostoiévski. Porque Dostoiévski, além da insulina, foi a única ajuda que recebi no sanatório da Tijuca* (op. cit.,140).

*todo!'. Isto porque lhe mandei um conto rasgado que você já lera, 'enquanto eu penteava os cabelos, com um pegador de roupas no nariz, naquela casa estranha, com cachorros subindo pelo pescoço da gente, quadros horríveis, homem de pijama na sala, menina retardada de tênis e perna salpicada de alvaiade'. Vou escrever um conto juntando toda essa loucura e vai sair lindo, quer apostar? Mesmo porque, você desmoralizou tanto a casa e seus habitantes, deixou tão óbvia sua reprovação ao meu mau gosto em escolher moradia, que fui tomada por todos os sentimentos negativos: briguei com a dona da casa, joguei trinta livros pela janela – e fui parar no Hospício. O final da aventura foi minha ida desesperada para Belo Horizonte (onde jurara não pôr mais meus sábios pés), com o vestido do corpo, um sapato velho e, não sei porque, um livro de Samuel Beckett (teatro), lindamente encadernado.(...)*¹⁴⁵

A carta mostra que Maura estava morando em um hotel. Revela que em algum momento anterior, que não pude precisar, vivia em um quarto alugado em uma casa de família. Os livros, em um momento de raiva, jogou-os pela janela e viajou apenas carregando Beckett em uma bela encadernação. O resto, roupas, objetos, é possível imaginar que os tenha deixado para trás. Maura, em algumas das entrevistas foi descrita como desapegada. A ex-esposa de seu filho contou-me que a cada novo apartamento que Cesarion alugava para que a mãe fosse morar, principalmente depois que pôde sair da prisão, era necessário repor cada pequeno objeto, *da colher de pau* a todo o resto.

Logo que chegou ao Rio, havia ainda a questão econômica. Maura a partir do final da década de cinquenta, passou a viver com dificuldades financeiras e a vida como escritora não rendia o suficiente.

*(...) Ela recebia um dinheirinho que o JB pagava pra todos nós, ela então trabalha [colaborava] lá. Todos nós insistimos com ela para arranjar um serviço público, que naquele tempo era mais ou menos fácil e ela não queria arranjar porque ela queria dedicar o tempo todo a escrever.*¹⁴⁶

¹⁴⁵ Trecho de carta a Vera Brant, de 13 de outubro de 1967.

¹⁴⁶ Trecho da entrevista com José Louzeiro, realizada em sua casa, no Rio de Janeiro, em outubro de 2007.

As entrevistas contam sobre uma vida que foi, em parte, construída à custa de ajuda e favores. Em princípio, a ajuda vinha dos amigos e depois de seu filho, Cesarion, que veio para o Rio de Janeiro ainda muito jovem, em 1960. Começou a trabalhar no Jornal do Brasil, ajudado por Assis Brasil. Apesar de uma origem abastada, à medida que Maura se afastou do convívio familiar, sua situação ficou mais difícil. No período que escreve o diário diz que havia três anos que não via sua família. A distância significava também uma distância econômica, pois Maura aos poucos pára de receber ajuda que vinha de Minas Gerais. A herança que recebeu quando da morte do pai já havia acabado.

Heitor Cony disse-me que sua vida financeira era bastante precária. Disse-me que Maura nunca teve uma vida tranqüila no que se referia a dinheiro, ao menos a partir desse período que começou a colaborar no SDJB. Segundo ele, Maura teria lhe pedido dinheiro emprestado para comprar uma máquina de escrever, a qual Cony disse ter lhe dado, em troca de uma boa literatura. José Louzeiro disse-me que ela morou durante algum tempo à rua Riachuelo, antiga rua de Matacavalos. Dividia um apartamento com uma colega bailarina. Não soube precisar a data.

Ao longo desses anos em que colaborou para o SDJB, e mesmo depois que o suplemento acabou, viveu em pensões, em casas de família e em hospitais psiquiátricos. Houve uma situação em que, passando por dificuldades financeiras, Assis Brasil emprestou-lhe um pequeno apartamento que possuía, em Copacabana. Como o apartamento não era mobiliado, Maura fez uma grande compra, mobiliando a quitinete, mas sem ter como pagar, a loja retirou a mobília. Diz Assis Brasil: *Aí a loja imediatamente retirou tudo. Aí a Maura... ela não ficou chateada não, porque ela era uma boa pessoa. Apenas disse: "Assis, eu não vou ficar no apartamento, vou voltar pro Engenho de Dentro".*¹⁴⁷

Os hospitais psiquiátricos foram, em muitos momentos, refúgios para Maura. E muito de sua vida se construiu nesses hospitais. O que Bosi chama de *a aventura afetiva do morador*, que existe através da experiência vinculada aos objetos e espaços íntimos,

¹⁴⁷ Trecho retirado da entrevista realizada com Assis Brasil.

essa aventura, Maura a transforma. Há uma situação narrada por Maura no diário, onde ela fala de um *bureau* que ganhou do médico psiquiatra que acompanhava seu caso no Engenho de Dentro. No texto, isso ganha um destaque. Maura coloca um título como quem ensaia um conto sobre o objeto tão precioso:

27-12-1959 *O Bureau*

Abrindo a porta do quarto, vi-o em frente, tomando grande parte do aposento – solene e negro: o ‘bureau’. Ao seu lado a cama parecia insignificante, banal. O bureau austero, me fazendo parar perplexa demais à porta, mesmo modesta demais, como não ousando. O que iriam dizer estas pessoas? Já implicam tanto comigo – afinal é mesmo demais para mim – esperava uma mesinha discreta e seria. Apenas, doutor A. (...) dona Auda na sua aceitação de tudo entrou no quarto. —Menina, temos até um ‘bureau’.(...) Voltei ao quarto, dona Auda se ocupava feliz em limpar o ‘bureau’. Que dirá dona Julia? Já falam tanto que sou protegida. Como explicar que sou escritora, colaboro em jornal e o ‘bureau’ me é útil? (Cançado, 1991:115)

Aqui o objeto ganha o status de biográfico à medida que foi um presente para Maura, para que ela pudesse escrever. No entanto, ela saiu do hospital e não é possível saber se o *bureau* permaneceu lá durante as outras internações ou não. O espaço público do hospital psiquiátrico, que para Maura tinha um caráter transitório, não permitia esse vínculo. O vínculo maior era com a escrita, com o desejo de se tornar uma escritora e isso se expressa nesse objeto – todo o resto parecia banal ao lado do *bureau*, já que ali era o lugar da escrita. Essa subversão dos espaços e dos objetos, ou seja, a introdução de um objeto que é capaz de transformar um pequeno espaço dentro de um lugar como uma instituição total em um lugar íntimo é o que caracteriza essa situação.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Goffman fala de dois conceitos que completam essa idéia da subversão do espaço público, em certa medida em um espaço íntimo: os ajustamentos primários e os secundários. O ajustamento primário seria aquele que define a disposição a seguir as regras da instituição, se adequando a elas; os secundários definem qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele (Goffman,1996:159-160). Esses indivíduos Goffman os descreve em alguns momentos como aqueles que conseguem burlar o sistema, ou melhor, tirar alguma vantagem desse sistema. No entanto, para isso é preciso conhecê-lo. Segundo Goffman,

Em uma das cartas que Maura escreveu a Vera Brant, alguns detalhes de sua vida íntima aparecem. Cito um trecho tirado de uma das cartas que Maura envia a Vera Brant:

Rio, 20 de agosto de 1967

Vera, querida:

Recebi as roupas. Gostei muito. É uma grande alívio a gente poder sair sem, antes, ter passado quase toda a noite em claro se indagando: “Como vai ser? Eu não tenho um trapo”. Os seus vestidos serviram-me, perfeitamente. Os sapatos, também. Pode mandar quantos você queira que me farão muito feliz. Quanto ao costume que a sua amiga mandou, é lindo. Adorei-o. Principalmente a cor. A saia está muito larga, terei de procurar uma costureira bem micha, que não se ofenda em fazer consertos, para apertá-la. (...) Mas a propósito de consertos de roupas, já estou quase me habituando a esta situação aflitiva, como um *modus vivendi*: tenho mais alguns vestidos, dados por uma namorada de um médico, meu amigo. Que catástrofe! A moça é enorme, o dobro de mim. Os vestidos estão aqui há um mês (não são grandes coisas, mas servem), e só serviram, até hoje, para me atormentar, criando-me os maiores complexos de inferioridade. Eu, além de não ser alta como desejava, sou incapaz de reparar qualquer coisa.

Essa carta data de vinte de agosto de 1967. Nessa época Maura já havia publicado *Hospício é Deus* que, segundo Cony, foi bem recebido pela crítica. Segundo ele, o livro “estourou”, mas teria ficado como *privilégio de alguns poucos*. O livro não trouxe retorno financeiro. Sua vida continuava difícil. Esse *modus vivendi*, sua intimidade se sustenta no descontínuo e no provisório. Maura não cabe nos vestidos que tem, seria preciso reinventá-los para que pudesse usá-los. Daí talvez a facilidade em deixar tudo para trás, pois esse universo de intimidade, onde atribuímos ao mais tolo objeto um pouco de nossa vivência, de nossas lembranças e de nossa história, isso não há de forma continua no entorno de Maura¹⁴⁹. A construção de uma intimidade, desses

encontramos exemplos caseiros do tema *Robinson Crusoe*, onde os objetos ganham outra serventia, são transformados.

¹⁴⁹ Essa ideia da constância aparece em seus relatos como algo difícil e penoso. Nesse trecho da última carta enviada a Vera Brant ela diz o seguinte: Rio, 14 de outubro de 1967. Vera, Hoje é sábado. Resolvi continuar a carta para me comunicar com você. Estou muito sozinha, triste, infeliz e com fome. Amanheci me sentindo tão mal, minhas pernas doíam tanto! Permaneci na cama até uma hora. Tive a desgraça de ler um conto lindo de Ray Bradbury, “O próximo na fila”, muito depressivo, e caí na maior fossa. Também, nunca pensei que

espaços e objetos biográficos onde se apóia a possibilidade de uma continuidade é diluída, é fragmentada. Mesmo o ato de compartilhar, que uma carta sugere, como no caso desta que Maura escreveu a sua amiga Vera Brant, não é contínuo, ainda que muito intenso. Foram ao todo três cartas, onde Maura mostra que estava em um período bastante conturbado. Há uma intensa descrição do momento em que vivia, de suas dificuldades, principalmente as emocionais. Nessas cartas, é possível saber que em 1967, morou por um período com seu filho Cesarion, em Niterói. Nessa época, ele estava com vinte e dois anos, iniciando o que viria a ser uma carreira bem sucedida no jornalismo. Ao que parece foram três meses, mas o convívio era difícil para ambos, e Maura foi para um hotel. Conta que estava fazendo as refeições na casa de amigos, menos por prazer do que por necessidade. Procurava por emprego, mas não conseguia. Nessa mesma época, Maura esperava pela resposta da publicação de seu segundo diário¹⁵⁰, que jamais veio a público, pois desaparecera, como já foi dito.

As cartas são de certa forma um tipo de documento que dá indícios de como sua vida estava naquele período, portanto, não só os problemas financeiros aparecem, mas a dificuldade de reinserir-se, pois a fama de desequilibrada já estava vinculada à sua imagem¹⁵¹. A última internação, antes do período que troca cartas com Vera Brant

responsabilidade fosse coisa tão penosa e exigisse esta vigilância, esta constância, esta capacidade para continuar lutando e querendo – quando o terreno anula qualquer luta e os adversários nos desprezam completamente, nem ao menos tocando em armas, mas sorrindo levemente e nos dando as costas. Porque assim tem sido minha luta: contra o quê? Quem? Onde estava o Alto Tribunal? Onde estava o juiz que nunca tinha visto?(...)

¹⁵⁰ Em um trecho da carta que envia a Vera Brant, em outubro de 1967, Maura diz o seguinte: (...)Amanhã irei ao “Sol” tirar cópias dos contos. Domingo, ou hoje mesmo, começarei o “Imbecil”. Minha máquina está empenhada. Há dois editores dispostos a publicar meu Diário. Vou propor a um deles tirar a minha máquina do penhor, pois preciso passar um terço do Diário a limpo. O José Álvaro editor, ou o João Luiz Medeiros, que é o dono da Editora, não quer publicá-lo porque considera uma temeridade lançar um livro contendo nomes de pessoas tão em evidência em situações inglórias. Ele é burguês e muito comprometido. Mas vai publicar um livro de contos, meus. Estou copiando os contos do Reynaldo Jardim, que os tem. Será para breve. Eu gostaria muito de escrever crônicas. Vou fazer uma porção e mandar-lhe. Se você gostar, talvez consiga aí uma coluna para mim.

¹⁵¹ Em dois trechos da terceira carta enviada a Vera Brant, em quatorze de outubro de 1967, Maura diz o seguinte: (...)Domingo. Hoje estou melhor. Passei o dia em casa de dois amigos meus: Adauto e Mario Rola. Esqueci-me de que são meus amigos, tomo refeições lá. Falei tanto em você. Li a sua última carta para eles. São jornalistas, os dois. Parece-me que estão dispostos a abrir um pequeno crediário numa casa de modas. Comecei a fazer uma coleta entre os conhecidos. Você pode contribuir com quinze mil cruzeiros. Sei que é horrível pedir-lhe isto, mas é mais horrível pedir a outras pessoas, e tenho feito. Não tenho mais calças nem soutien.(...) Maura ainda estava vivendo no hotel ao qual se referiu na primeira carta, de agosto. Ainda na continuação desse

havia sido em entre março de 1966 e maio de 1967, na Clínica Boa Vista, durante um ano e dois meses. Foi um longo período e o conteúdo dessas cartas mostra que o tipo de vida que Maura levava há anos, inevitavelmente, afetava diretamente sua escolha profissional e sua vida pessoal. O SDJB não existia mais havia anos, e a cada longo período de internação, mais difícil ficava para ela se reaproximar da escrita, da literatura. Ainda que tenha publicado em 1968 o seu livro de contos, *O sofredor do ver*, era uma coletânea de seu período de colaborações no SDJB e uma no *Correio da manhã*. Maura estava escrevendo cada vez menos e as possibilidades de trabalho eram cada vez menores¹⁵², de acordo com as cartas.

As narrativas sobre Maura mostram uma vida que se deu mais por rotas de desvios do que por caminhos de constância. Lembrando Machado de Assis, Maura é

trecho, ela conta a Vera uma passagem sobre sua ida ao teatro: *Fui ao Teatro, Nataniel, que me acompanhava, durante o intervalo chamou a Tônia Carrero, que se achava perto de nós, e apresentou-nos: “Tônia, esta é a Maura Lopes Cançado”. Ela tirou-me uma linhada, de cima para baixo, sorriu muito constrangida, mostrou-se tão horrorizada como se alguém lhe tivesse apresentando o Gaguinho. Eu não me incomodei, em absoluto. Olhava-a muito intrigada, pois naquele mesmo dia vira uns retratos dela numa revista velha, aqui no hotel, e sua metamorfose parecia-me escandalosa. Como é mais bonita e jovem depois de seis anos? Que milagre de cirurgia conseguiu esticar-lhe tanto a pele, tornar seus olhos oblíquos, anular os vincos que, antes, lhe marcavam a face, junto ao nariz? Pelo visto, ela chegaria à infância, muito breve. Eu estava tão maravilhada que nem me deixei atingir quando ela, sem uma palavra, me virou as costas e se pôs a falar com um homem alto, simpático, um tal César, seu marido. Lembrei-me de Simone de Beauvoir, no seu livro “A convidada”. Ela diz, olhando certas atrizes de mais de quarenta e cinco anos, perfeitamente conservadas, como carne velha nos frigoríficos, “... esta juventude não tinha a frescura das coisas vivas, era uma juventude embalsamada. Via-se que aqueles corpos envelheciam por dentro”. Dias atrás esta estrela mandara dizer-me, pela Luiza Barreto Leite, que fosse apanhar umas roupas em sua casa. Fui recebida no portão, pela empregada. Entregou-me uma trouxa de roupas do século dezenove. Naturalmente a estrela considerou uma ofensa ser apresentada a alguém que recebe roupas velhas nos portões. Ainda que Maura lamente sua situação nas cartas, ela revela uma capacidade de se mostrar, nesse conteúdo autobiográfico, sem piedade e nem rodeios consigo mesma. Isso não está presente apenas nas cartas íntimas, mas também no conteúdo de seu diário, *Hospício é Deus*.*

¹⁵²Todos me negam. Mas, por que me negam, se nem ao menos me conhecem, ou eu os conheço? Veja: estou louca para trabalhar. Escrevo bem e todos sabem. Sou mais capaz do que a maioria das pessoas que conheço. Aos ser apresentado a alguém, este alguém me diz: “Li seu livro muitas vezes. É de grande importância. É maravilhoso. É seríssimo”. É tanta coisa que já nem sei. Outros falam, dos contos, a mesma coisa. A filha do José Luiz do Rego, disse-me: “Um amigo meu leu seu livro sete vezes”. Entretanto, Gilda, a mais medíocre e vulgar criatura do mundo, está na Europa por conta da revista *Realidade*, fazendo reportagem. Li uma reportagem dela nesta mesma revista, uma droga. Eu faria mil vezes melhor, estou certa. Eu que não durmo pensando em como fazer para entrar para um curso de inglês, ou francês audi-visual, pensando onde encontrar, no dia seguinte, alguém que me dê o dinheiro da refeição, condução e cigarros, que não escrevo porque tenho a minha máquina empenhada, não trabalho porque não me deixam. É neste desgaste que se exaurem minhas energias (Trecho da carta enviada a Vera Brant, em quatorze de outubro de 1967).

comparável a alguém que tivesse vivido por hospedarias, e isso significa que não é apenas alguém que não guarda rostos nem nomes, mas, e principalmente, alguém de quem se guarda tão-somente *raras circunstâncias*. Essas *raras circunstâncias* são, na maioria das vezes, fragmentos biográficos construídos da mistura entre figuras de heroínas de romance, ou de uma escritora errante envolta pelo emblemático véu da loucura, ou tudo isso encadeado em uma ordem diferente. Esse é o tipo de memória mais comum que os entrevistados acionam em suas narrativas. São como fragmentos quase descolados do restante da narrativa, como pequenas anedotas sobre sua vida, destacadas pela eloquência de quem me contava, pelo conteúdo condensado, pelo segredo revelado ou pelo detalhe acrescentado.

Segundo Patrick e Roman Lasowski (1991), todo o menor fato biográfico, evento ou situação era, no sec. XVIII, contado a título de anedota. A anedota era uma forma simples, elementar, resumida de contar uma passagem da vida, um fato biográfico. Podia fazer rir, exaltar ou enxovalhar, mas sempre colocando em evidência alguns traços e fatos de uma vida. Eram de toda natureza: anedotas de países, de reis, de escritores, pintores, etc. A anedota, segundo os autores, não se faz sobre qualquer detalhe de uma vida a não ser que de alguma forma ele se destaque do restante, ainda que mínimos ou mesmo fúteis: *L'archidiacre de Saint-malo ayant mis toute sa gloire 'à nous conter toutes les minuties de son héros avec la plus scrupuleuse exactitude', 'à savoir e à raconter avec précision comment Fontenelle toussait et crachait.(...)'* (p.208)¹⁵³. Entre os detalhes em “alto” ou “baixo relevo”, como dizem os autores, não há acontecimento importante, positivo ou negativo, que não seja anedótico (p.209). Nesse sentido, a anedota é uma espécie de narrativa que absorve o real, e que por isso assegura ao leitor uma presença irresistível que anula a distância e o tempo, faz ressurgir o sujeito, levando o leitor a um campo quase romanesco (Lasowski, 1991).

¹⁵³‘O vigário geral de Saint-malo colocou toda sua glória a nos contar todas as minúcias de seu herói com a mais meticolosa exatidão’, a saber e a narrar com precisão como Fontenelle tossia e escarrava.(...)’ (Minha versão)

Maura é pinçada e contada a partir de fatos com caráter biográfico, que constituem esse “relevo” do qual falam os autores, essa saliência. E à medida que essas narrativas vão sendo tecidas, surgem figuras quase romanescas, contadas e recontadas de várias formas, atualizando o personagem. Na entrevista de José Louzeiro, contou-me algumas passagens da vida de Maura:

Então de dia eu [trabalhava] no correio da manhã e, de madrugada, além de ser ‘copy desk’ – o cara que fica corrigindo matéria dos outros – eu era secretário da oficina. Então quando acabava minha função por volta de vinte duas e trita, vinte e três horas, aí eu ia pro Marialva [Hotel], jantava, tal, e voltava e só saia quando o jornal rodava, lá pela madrugada. Então, um belo dia a Maura aparece de madrugada, meio transtornada, porque tinha um segurança em baixo e outro na entrada da redação, ela falou o meu nome pra deixarem ela entrar. Maura estava realmente...Maura era alourada, alourada não, era loura, e não pintava cabelo não, era loura de verdade...e aí ela entra, zangadíssima: “Zé Louzeiro, eu vou matar meu namorado!” E eu que tinha muitos parentes loucos, aprendi a lidar com eles, não é?! Aí tirou da bolsa um revolver desse tamanho [faz sinal com a mão]: “eu vou matar, vou dar um tiro na cabeça dele.” E eu: “quando vai ser isso Maura?” “Agora! Eu estou hospedada com ele no Marialva, ele prometeu meu dar dinheiro pro apartamento...” Então, novamente o apartamento.(...) Esse [homem] era um policial, inclusive a polícia ficava ali do lado; ficava a polícia, o hotel e o Correio da Manhã, [era] uma rua que chamava rua da Relação. Então eu pensei: “a Maura vai realmente dar um tiro nesse cara.” Aí comecei a puxar conversa com ela, eu falei: “Maura, você já deu algum tiro na vida?” Ela disse: “é só apertar aqui e a bala sai.” Eu disse: “isso não é assim não, isso é duro, você tem que ter força, tem que segurar a mão porque vai dar um choque, senão a bala vai na parede e aí o cara vai acordar e vai te encher de porrada, tentativa de homicídio.” Ai ela foi tentar, eu tirei as balas, e eu disse: “tenta!” Ela não conseguiu. Eu disse, não é fácil, tem que ter um dedo forte pra puxar esse gatilho. Aí eu virei pra ela e disse assim: “porque você não mata de outra maneira?” Ela: “como seria de outra maneira?” Eu: “olha, aqui em baixo tem um pau desse tamanho [faz sinal com as mãos]”, que vinha nas bobinas de papel. O cara carregava as bobinas de papel, uma tonelada e meia, tinha aquele pau no meio, que a máquina pegava, levantava, é um pau fortíssimo, pedi ao rapaz que estava lá de serviço, como era o nome do rapaz? Cabole! “vai lá na impressora e traz um pau de bobina.” Aí ele foi e trouxe. Ela: “o que que é isso?” [Louzeiro]: “Maura, pega esse pau, da um jeito de entrar no hotel sem ele ver, aí o cara tá dormindo você dá na testa dele que vai sair pedaço pra todo lado, aí ele morre. Sabe o que ela disse? “Puxa, mas que crueldade, você é terrível!” Aí ela me espinafrou e foi embora uma fera, e esqueceu o revolver, que era o que eu queria. Esqueceu o revolver. Aí mandei examinar no hotel, ela pegou as coisas dela e foi embora e o cara continuou dormindo. O cara tava alcoolizado. Então essa era a

*Maura, além de muitas outras histórias, provocadas pela loucura e sempre envolvendo armas.*¹⁵⁴

A narrativa de Louzeiro é marcada por essa memória anedótica. “Então, essa é Maura...”: há uma totalidade que se pretende construir a partir de uma *pérola rara* que equivale a um tipo de *anedota definitiva*, como dizem Patrick e Roman Lasowski. Segundo os autores:

Mieux que le ‘Necrologe’, mieux que tout ‘Éloge’ académique, mieux que le ‘Précis Historique de la Vie’ que figure généralement en Tetê des oeuvres complètes, l’anecdote seule, une seule anecdote contient l’essence d’une biographie: ‘Voici l’anecdote, elle est intéressante’, écrit Pidansat de Mairobert. Comme on dit: Voici l’homme (Lasowski,1991:211).¹⁵⁵

O biográfico, na anedota, é um fragmento, mas um fragmento que não está separado, e sim destacado. E assim sendo, é um fragmento que se impõe sobre o restante, ao mesmo tempo condensa e guia o restante. *C’est ainsi que de saillie en saillie, de trait d’esprit en d’esprit, non seulement l’anecdote s’impose comme le dernier mot de tout vie, mais la vie de Voltaire se développe de rebond en rebond, dictées sous la pression des Voltairiana* (Lasowski, 1991:208).

Esse fragmento biográfico não só se impõe como acaba sendo alimentado, recontado. Em um trecho de uma entrevista de Louzeiro, que encontrei em um blog chamado *Estranho encontro*¹⁵⁶, esse mesmo fragmento é narrado, reforçando o evento como se ali estivesse um traço quase essencial de Maura. Louzeiro é indagado pelo entrevistador sobre o roteiro e o filme *Pixote* e, no meio da conversa, fala sobre o projeto de um filme sobre a vida de Maura. O filme, que ainda não foi realizado, chamaria

¹⁵⁴ Trecho da entrevista realizada com José Louzeiro, em sua casa, no Rio de Janeiro.

¹⁵⁵ Melhor que o Necrológio, que o Elogio acadêmico, melhor que a pequena História de Vida que figura no início das obras completas, a anedota, uma só anedota contem a essência de uma biografia: ‘Aqui está a anedota, ela é interessante’, escreve Pidansat de Mairobert. Como dizemos: Aqui está o homem. (Minha versão)

¹⁵⁶ A entrevista integral está disponível no site: <http://estranhoencontro.blogspot.com/2006/05/biografia-entrevista-jos-louzeiro.html>

Brincando de viver, e teria como uma das fontes o livro *Hospício é Deus*, além da memória de Louzeiro. Nesse momento, o entrevistador fala sobre seu interesse pelo livro de Maura, e Louzeiro começa então a contar sobre sua amiga:

EE– "Hospício É Deus"! Estou procurando esse livro há um tempão...

JL– Fui amigo pessoal dela, mas às vezes até me arrependia, porque todos os problemas dela, ela passava pra mim. Todos, inclusive, ou principalmente, os sentimentais. Certa vez ela namorou um detetive mau caráter que começou a tratá-la como prostituta. Foram dormir no Marialva, um hotel pertinho do "Correio da Manhã" e do Palácio da Polícia; esse hotel está lá até hoje. Sentindo-se humilhada, Maura meteu o revólver do amante na bolsa e foi à redação de madrugada me comunicar que ia matar o policial. Só não matou logo porque não sabia acionar o revólver 38, que por sinal estava cheio de balas. Como eu aprendi a lidar com loucos, em vez de fazê-la desistir – que é o que ela queria, para entrar na lamentação –, e eu cheio de trabalho, o jornal não podia atrasar, disse a ela de maneira enfática que a melhor [maneira] de matá-lo seria a pauladas [risos]...

EE – [risos]...

JL – Expliquei que há um "pau de bobina", roliço e forte: com dois belos golpes ela mandaria o amante para o céu. Pedi ao meu assistente que pegasse um pau de bobina enquanto ela tomava um cafezinho. Quando Maura viu a peça surpreendeu-se, bateu com a xícara em cima da mesa e disse que eu era louco. Se ela batesse com aquele pau na cabeça do detetive, iria espirrar miolo pelas paredes. Decepcionada comigo, foi embora esquecendo o revólver, que no dia seguinte devolvi ao policial, que me disse chamar-se Toninho. O que devia ser mentira, pois eu nem perguntei o nome dele, que chegou na redação perguntando por Maura. Essa e outras histórias, pretendo colocar em filme no qual a Maura se encontra com Dom Quixote, em Jacarepaguá, numa clínica em que ela era interna.

Essa personagem que Louzeiro diz ter a intenção de trazer para o cinema é aquela que se destaca em suas características de rebeldia, em suas excentricidades. Em minha conversa com Louzeiro, além da narrativa sobre o namorado policial de Maura, contou-me uma bela passagem sobre um acontecimento específico que se deu no hospital em que Maura estava internada: o encontro com Dom Quixote. Pelo que precisou, foi no período em que havia saído da cadeia, depois que o Sindicato dos Escritores começou a pagar a clínica psiquiátrica particular para Maura. Cotou-me, então, Louzeiro:

A Maura ficou lá na clínica... Santa Brígida, uma coisa assim, não me lembro o nome. Era uma clínica muito bonita. Um belo dia o diretor da clínica me chama. De quando em quando eu ia visitá-la, de quando em quanto não, todo mês eu ia lá, visitá-la. E aí um dia ela queria, ela tinha ouvido falar no Dom Quixote do Cervantes, ela nunca tinha lido esse livro... 'o dia que eu vier aqui, eu vou trazer'. Aí levei lá o Dom Quixote pra ela ler. Foi uma coleção da Aguilar que eu levei pra ela. E aí um dia o diretor da clínica me telefona, Mauricio o nome dele: 'Seu José venha aqui, está acontecendo um negócio estranho com a Maura. Eu digo: 'Mas o que que é?' Ela tocava piano, se tocava bem ou não, eu não sei porque eu não entendo nada de piano, mas tocava e dava pra entender bem o que ela queria transmitir. Então a Maura tinha lido vinte vezes Dom Quixote e resolveu se apaixonar por Dom Quixote ao mesmo tempo que ela odiava o... como é o nome dele?...O baixinho...Sancho Pança. Ela tinha horror de Sancho Pança, que era gordinho, feio, sujo...então ela se apaixonou por Dom Quixote. Fez uma música pra Dom Quixote, arranjo um pedaço de tapete vermelho botou lá na sala, começou a tocar piano, tinha um piano que não funcionava e ela começou a tocar, botou umas plantas pra esperar Dom Quixote chegar. Ela sonhou que ele viria pra ser homenageado e ela ia homenagear. Aí, quando eu soube disso, ela já tinha movimentado a clientela toda da clínica – tudo igual a ela ou pior –, pra dizer que Dom Quixote ia chegar. Explicou quem era, que eles tinham que fazer uma recepção, que ele era uma pessoa muito importante, que ele viria a cavalo e não falou no Sancho Pança. Aí foi quando o diretor me chamou. Quando eu cheguei lá eu vi um piano, uns pedaços de tapete vermelho no chão, e a Maura tocando piano, a musica do Dom Quixote. Foi um negócio tão emocionante, que por mais que eu me esforçasse pra evitar eu acabei com os olhos cheios d'água. O que dizer pra Maura? Negar que o Dom Quixote viria? Não. Podiam achar que eu também tinha ficado louco... eu achei legal! E ela fez, o Dom Quixote chegou, ela abraçou, foi abraçada, ela cantou pros amigos, tudo bem. Tudo na cabeça dela.

Na entrevista que realizei com Heitor Cony, esse tipo de narrativa também aparece, assim como sua repetição.

Eu sempre tive uma admiração muito grande por ela e um dia ela queria...ela tava escrevendo o Hospício é deus, e ela queria uma máquina, se eu podia emprestar uma máquina. Eu comprei uma máquina pra ela, uma Olivetti. Achei que valia a pena, foi um bom investimento que eu fiz. (...) Numa das internações dela, não no Engenho Novo [sic], mas casa Dr. Eiras, que já era uma clinica psiquiátrica pra classe média, eu não entendo disso, mas tenho a impressão que o Engenho Novo [Engenho de Dentro] é pra indigente, quase, né? Mas depois ela foi pra Dr. Eiras. Aí ela me telefonou. Telefonou dizendo que queriam matá-la, e que eu fosse lá. Era um sábado, eu fui até... minha filha

pequeninha, minha filha que hoje mora em Roma, eu fui com ela. Deixei minha filha no carro e subi. Eu ouvia os gritos da Maura, dizendo que a enfermeira queria matá-la, e terminou ela matando a enfermeira. [EU: foi a enfermeira? Uns dizem que foi uma paciente...]HC: Bom, uns dizem paciente, ela me apresentou, eu vi, quando eu cheguei no quarto dela, ela tava...a enfermeira...na hora que eu cheguei, quando a enfermeira soube que ela tinha uma visita, a enfermeira foi lá... Foi a enfermeira, a altercação foi com ela, entendeu? Uma altercação feia. Agora, sinceramente, quem matou...se ela matou a enfermeira ou se matou a colega, eu não sei, mas de qualquer maneira ela matou uma pessoa. Foi presa, mas foi considerada inimputável, né?(...) A Maura tinha aquela observação, observação existencial, sacava as pessoas...e sobretudo sacava ela mesma...alias, se considerava a pessoa mais linda do mundo...ela tinha descoberto que a Ingrid Bergman olhava pro nariz pra seduzir os homens, então ela olhava pro nariz pra seduzir os homens. Ah, depois ela assassinou também esse camarada, aí foi com um tiro, foi com um tiro. Aí voltou...ela estava em liberdade condicional, e devia estar em liberdade condicional, né? Então voltou pro presídio. Passou lá uns tempos, aí ficou naquela fase de sair do presídio...

Em uma de suas colunas, na *Folha de S.Paulo*, Heitor Cony conta trechos dessa mesma passagem.

Maura Lopes Cançado

Lia pouco, observava muito; sua frase era simples, não erudita, mas de uma precisão cruel

Sinceramente, não fiquei surpreso. Em 2003, quando fazia uma série de palestras na Sorbonne (Nantes, Lyon, Rennes e Paris), um jovem professor pediu-me para falar sobre Maura Lopes Cançado, cujo livro "O Hospício É Deus" estava estudando para uma tese de doutorado na própria Sorbonne. Ele sentia dificuldade em encontrar material crítico e biográfico sobre a autora, sabia vagamente que eu fora seu amigo - estava citado no livro- e guardara uma crônica que eu publicara na Ilustrada há tempos, falando de Maura e um pouco de sua personalidade humana e literária. Passa o tempo e recebo, no último sábado, a visita de uma aluna que a escolheu como tema de sua tese de mestrado na PUC-Rio. Forçando a memória, lembro que, no passado, estudantes de faculdades espalhadas pelo Brasil já me haviam escrito pedindo informações sobre Maura, que também tem outro livro publicado ("O Sofredor do Ver") e uma série de contos no "Suplemento Dominical" do "Jornal do Brasil", no final dos anos 50. É um fato mais ou menos comum em todas as literaturas: escritores de talento, alguns beirando a genialidade, passam despercebidos por seus contemporâneos e somente aos poucos vão conquistando espaço entre os estudiosos fatigados de analisar as obras já

exaustivamente analisadas pela massa crítica que se forma nas academias, nas editoras e na mídia. Temos alguns exemplos entre nós - e o de Maura me parece o mais recente e emblemático. Morreu há pouco, esquecida e conformada, aparentemente curada da loucura que a levou a diversas internações em hospícios e clínicas psiquiátricas. Não mais escrevia, não procurava ninguém e por ninguém era procurada, a não ser por seu filho, Cesarion Praxedes, que morreu dois anos atrás. Naqueles anos, eu também colaborava no "SDJB" e freqüentava o andar ocupado pelo suplemento, cuja fauna está toda citada nos livros de Maura: Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Assis Brasil, Mário Faustino, José Guilherme Merquior, Carlos Fernando Fortes Almeida, José Louzeiro, Alaôr Barbosa, Walmir Ayala, Barreto Borges, Oliveira Bastos e outros que agora não lembro. Reynaldo Jardim foi o criador e era o editor do "SDJB", recebeu um conto de Maura e ficou entusiasmado, publicou-o na primeira página, na diagramação competente de Amílcar de Castro. Foi o início de uma série de contos magistrais; falou-se em Katherine Mansfield, em Mary McCarthy e, principalmente, em Clarice Lispector, que parecia a influência mais próxima da desconhecida contista. Estava longe de ser uma imitadora. Seu universo era mais denso e concentrado naquilo que, mais tarde, ficamos sabendo ser a sua loucura. Eu havia estreado na literatura em 1958, e Maura me procurou, dizendo que desejava escrever um romance. Tirei o corpo fora, não se ensina ninguém a escrever um romance, um ensaio, uma poesia. Ajudei-a apenas materialmente, dando-lhe uma máquina de escrever. O resultado foi "O Hospício É Deus". Não se trata de um desabafo. Mas de um mergulho complicado no seu universo interior, quando a matéria da carne se decompõe antes da morte, e sobra apenas a convulsão, "a noite escura da alma" (Maura nunca leu São João da Cruz). Convulsão que ela experimentou fisicamente na série de eletrochoques, nos acessos de cólera contra o mundo e contra a humanidade. Em duas de suas crises mais violentas, matou uma enfermeira e um namorado, cumpriu pena em presídios psiquiátricos, foi liberada por parecer de médicos que a examinaram e por juízes que absolveram. Era doce quando superava a loucura, amante, querendo aprender tudo para melhor desprezar o mundo e a humanidade. A literatura poderia ser o seu refúgio, se Maura acreditasse nela mesma e na própria literatura. Lia pouco, observava muito; sua frase era simples, não erudita, mas de uma precisão cruel. Não era feia, mas se julgava belíssima. Adolescente em Minas, ganhou um avião de seu pai, pilotava bem, batizou o aparelho com o nome de seu filho, Cesarion. Um acidente cortou a sua carreira - aliás, ela nunca pensou numa carreira, queria apenas ser ela mesma, com as suas manias, o seu sofrimento de ver o mundo e as coisas, a sua loucura, o seu deus.¹⁵⁷

Maura não matou nenhum de seus namorados, nem mesmo uma enfermeira. Há um único processo penal, e é sobre a morte de uma paciente que, como ela, estava

¹⁵⁷ A coluna, intitulada *Maura Lopes Cançado*, foi publicada em quinze de junho de 2007. Disponível, para assinantes, no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1506200736.htm>

alojada na enfermaria. O namorado aparece na história de Louzeiro, o qual em uma noite de fúria ela teria querido matar, mas acabou desistindo da ideia. Lia muito, como o próprio Cony me relatou em entrevistas, assim como os outros colegas e como é possível perceber pelas indicações em seu diário. A narrativa de Cony para o jornal tem um tom mais cômico do que dramático. Em algum momento as histórias se entrelaçam, são contraditórias e, de uma forma ou de outra, se repetem.

Quando estava fazendo minha pesquisa de campo, especificamente buscas pela internet, entrei em muitos *sites* que tinham relação com Maura Lopes Cançado. Em uma destas vezes, encontrei o *site* de Vera Brant¹⁵⁸, onde estão disponíveis as três cartas que citei acima, além de cartas e fotos de outras pessoas, algumas conhecidas outras não. Infelizmente não há fotos de Maura. A partir do contato que havia no *site*, enviei um e-mail a Vera Brant falando de minha pesquisa e, gentilmente, ela enviou-me um texto anexado em sua resposta. O texto era sobre Maura. Algum tempo depois de receber o texto, comprei um livro de Brant, *Ensolarando sombras*, um relato autobiográfico. Boa parte desse livro relata pequenos fatos do cotidiano mais íntimo daqueles que marcaram a história do país e com quem Vera Brant teve, ao longo de sua vida, uma relação de amizade. Presidentes, políticos, arquitetos, etc., todos amigos íntimos de Vera Brant. Entre nomes mais conhecidos surge o de Maura Lopes Cançado. Sobre Maura, relata, em tom divertido, um dia em que foi visitá-la em hospital psiquiátrico, durante uma de suas internações:

Sempre que me encontrava no Rio, o Helio Pellegrino, meu querido amigo, reunia um grupo para jantar em seu apartamento, pessoas que eu gostaria de ver, para matar as saudades. Naquela noite estiveram lá: Otto Lara Resende, Fernando Sabino e Lúcia, Maura Lúcia Godoy e Fritz Teixeira de Salles. Os papos eram variados, engraçadíssimos. Mas, como todo papo mineiro, acabou nas histórias de pessoas de Belo Horizonte. Alguém falou o nome da Maura Lopes Cançado, autora do excelente livro 'Hospício é Deus'. Pensei nela com saudades e perguntei ao Fernando onde ela se

¹⁵⁸ O *site* tem o endereço “www.verabrant.com.br”. O *site* de Vera Brant, além de uma grande quantidade de cartas que recebeu de amigos ao longo dos anos, disponibiliza ao visitante depoimentos e fotos de pessoas, a maioria conhecidos, que viveram em seu convívio.

encontrava. Estava no hospício, em Jacarepaguá. No dia seguinte consegui localizá-la pelo, pelo telefone, e prometi que iria vê-la no domingo seguinte. Quando acabei de almoçar, no domingo prometido, me deu uma preguiça enorme de ir a Jacarepaguá de ônibus, com aquele calorão que estava. Lembrei-me que havia a hipótese do Luiz Carlos, o rapaz que eu estava namorando, levar-me até lá. Mas a Sarita me desanimou, dizendo: O Luiz Carlos, naquela elegância toda, acostumado a passar temporadas na Europa, esquiando, ir ao hospício levar você para a vera a Maura? Você pirou de vez? Mesmo assim, tentei. (...) E ele aceitou levar-me. (...) Quando chegamos, só de ver o nome do hospício ele entrou em pânico. Eu já estava com algumas frases preparadas: Hospício é um hospital como outro qualquer. Só que as feridas não são visíveis. Vamos entrar. No pátio ele foi logo vendo que não era bem assim. Um homem com calças descidas, uma mulher catando piolho na outra, uma jovem deitada no chão esperneando. Fomos direto para o quarto de Maura. Ela estava com um pregador de roupa no nariz e veio dizendo, toda fanhosa: Que bom te ver, estava com muitas saudades, tenho mil coisas para contar. Quem é esse grã-fino? Só respondo depois que você tirar esse pregador de roupa do nariz, porque eu detesto gente fanhosa. Pra que isso? Para afinar o nariz? Então deixa para afinar o nariz amanhã. E fui tirando o pregador. O Luiz Carlos, coitado, suava em bicas. (...) A janela do quarto era baixa e, enquanto eu e Maura conversávamos, animadas, ele não tirava os olhos do pátio, horrorizado. Não demorei muito, meia hora, no máximo. Estava vendo a hora em que ele ia ter um enfarte. (Brant, 1999:177-178)

Um trecho do texto que me enviou parece, em certa medida, ser um esboço do que seria esse pequeno capítulo sobre Maura. Nele, Vera Brant narra fatos de modo semelhante, mas com algumas alterações no desenrolar, pois são dois encontros.

Fui visitá-la, certa vez, no Hospital Psiquiátrico. Eu já morava em Brasília, estava no Rio, jantando na casa do meu amigo Hélio Pellegrino, juntamente com o Otto Lara Resende, Fernando Sabino e Fritz Teixeira de Salles, e falávamos da Maura. Foi o Fernando quem publicou o seu livro “Hospício é Deus”. Fui informada de que ela se encontrava, outra vez, internada. No dia seguinte, um domingo, liguei para o hospital e prometi à Maura que iria visitá-la naquela tarde. Fazia um calor insuportável, o hospital era em Jacarepaguá, longíssimo, e eu não sabia como ir. Liguei para um amigo meu, Luiz Carlos, e perguntei se ele iria comigo visitar uma amiga que estava hospitalizada. Ele concordou, delicadamente. Quando chegou para me buscar, fiquei arrependida do convite. Estava elegantíssimo, era um rapaz muito rico, vivia esquiando na Europa e achei que o meu programa estava pouco combinado com ele. Tentei desanimá-lo, inutilmente. Fomos. (...) Entramos. Fomos direto para o quarto da Maura que estava toda elegante e, com a cara mais feliz foi dizendo: Que bom ver você, tenho mil novidades, quem é esse granfino? O Luiz Carlos, coitado, suava em bicas. (...) A

Maura, excitadíssima, ia contando coisas meio desconexas, embaralhando as palavras. Estava arranhada, havia brigado com uma doente que era surda. Como a doente não respondera ao seu xingatório, ela partira para a briga. Só depois que soube que a moça era surda foi que se deu conta da burrice. E a tal surda estava na enfermaria. O Luiz Carlos, mais assustado ainda com a conversa, chamou-me para ir embora.(...) Não foi a primeira vez que fui visitar a Maura e saí desorientada. A outra vez foi quando ela alugou um quarto num apartamento no Leme. Fui visitá-la. Toquei a campainha e, quando abriram a porta, veio um cachorrinho peludo, latindo como um desesperado, e grudou na minha perna. Uma jovem, de uns treze anos, na sala, nem veio em meu socorro. Estava pintando o tênis de alvaíade e dando umas pinceladas nas pernas. Ficou tudo branco, o tênis e as pernas. Numa das paredes da sala, um quadro imenso e horrendo e um homem, de pijama transparente, veio ao meu encontro e levou-me até o quarto da Maura. Que cena dantesca! Contrastando com o ambiente, encontrei a Maura muito tranqüila, com um pegador de roupa no nariz e um conto na mão, que acabara de escrever e queria ler para mim. Leu o conto, belíssimo, buscou um café na cozinha, sentou-se num canto da cama e falou, com a sua voz macia, um monte de coisas sensatas.(...) Quando voltei para Brasília, escrevi à Maura uma carta dizendo do meu espanto de vê-la conseguir viver num ambiente tão estranho.

Aqui as narrativas se misturam. A primeira, que está no livro, mescla elementos da segunda, que narra dois encontros que Vera Brant teve com sua amiga. Não é possível saber ao certo em qual deles Maura estava usando o prendedor em seu nariz, ou ainda se chegou a usá-lo em algum momento, já que ele se torna um elemento quase decorativo, que se encaixa em diferentes situações. Não há uma única versão.

Em uma pesquisa cuja abordagem é biográfica, as narrativas apresentam *repetições, descontinuidades e contradições* (Davis, 2003). Nesse caso específico, isso leva a refletir sobre vidas que seguem caminhos marcados por desvios, ausências, reclusão¹⁵⁹, mas também sobre como esse contar, que carrega uma intenção biográfica, se constrói. No livro *Uma trajetória em narrativas*, de Suely Kofes, é difícil distinguir entre *a vida a experiência e a sua narrativa*. De acordo com a autora, se o acesso à *pessoa que viveu e teve a*

¹⁵⁹ Sua vida é marcada por essas características. A ideia de desvio pode ser pensada nos termos de Goffman (1980), ou seja, uma conduta rebelde com relação ao lugar social que é destinado a determinados indivíduos. Maura age de maneira rebelde com relação a muitas das instituições, como a família, o casamento. A separação é um estigma em sua vida, talvez a marca inicial de um caminho que seguiria trôpega. Uma marca profunda que a desqualifica para a sociedade conservadora que vivia. Segundo Goffman (1980:146), o estigmatizado torna-se vulnerável, *sujeito ao insulto e ao descrédito*. Essa condição implicou em novas escolhas e reafirmou antigas escolhas.

experiência está mediado pelas narrativas de outros que falam sobre ela, criam a personagem, estes relatos remetem à pessoa e incorporam as histórias contadas por ela (2001:154). As narrativas reproduzem muito do que Maura conta em seu livro autobiográfico, *Hospício é Deus*. O biográfico e o autobiográfico refletem-se. Passo então à narrativa autobiográfica de Maura.

Maura e *Hospício é Deus*

Mamãe estava na janela de seu quarto olhando a estrada por onde chegaria o automóvel, trazendo papai e Didi. Era de tarde. Continuei deitada em sua cama grande, perguntando a todo instante: “ – Ainda não vê nada?” Respondia sempre que não. Esse é o início do livro de Maura Lopes Cançado, *O Hospício é Deus*.¹⁶⁰ A autora introduz o leitor à sua intimidade e o conduz pelo ambiente. Aos poucos, o leitor familiariza-se, as imagens formam-se, as relações familiares aparecem, os personagens ganham vida e o enredo vai sendo tecido. Seguindo sua narrativa...

Didi era uma das irmãs mais velhas de Maura, e sua predileta. Judite era seu nome. Vinha de tempos em tempos ver a família que vivia no interior de Minas Gerais, em uma fazenda próxima a Patos de Minas. Judite estudava em Belo Horizonte, no Colégio Sacré-Coeur de Marie, como cabia à filha de uma abastada e tradicional família mineira. Segundo Maura:

A mais bonita era Didi. (...) rosto de Greta Garbo com cabelos negros, ao chegar usava chapéu e seus vestidos eram diferentes daqueles que eu estava acostumada a ver. Ela só

¹⁶⁰ O livro de Maura Lopes Cançado, *Hospício é Deus*, está dividido em duas partes. A primeira é um relato autobiográfico, de infância e adolescência; a segunda é o diário, escrito durante um período de internação no hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro.

parecia mesmo com as moças estrangeiras das revistas. Gastava rios de dinheiro em roupas e sapatos, possuía uma legião de admiradores. E me amava. Achava-me linda e inteligente. (Cançado, 1965:11)

Maura estava entre as filhas mais novas, daí, segundo seus relatos, ser a mais mimada e festejada dos filhos¹⁶¹. Maura descreve-se como uma criança admirada por todos e excessiva:

Eu era morna, doce e presente – o que se toma no colo deixando o coração macio e feliz. Sobretudo em mim havia a surpresa: esperavam apenas uma menina, e subitamente me mostrava mais. Creio que em nada desapontei. Ao contrário, como criança fui excessiva. (Cançado, 1965:12-13)

O pai era dono de tantas fazendas, que sequer as conhecia. Respeitado e temido em toda a região, era cercado por jagunços, homens que matariam a um sinal seu ou de qualquer um da família, diz Maura. Costumava vê-lo gritando com um fuzil na mão. Sua mãe e outros o seguravam, enquanto alguém corria, fugindo pelo quintal. Conta ainda que quando uma de suas irmãs se casou, contrariando sua vontade, este passou a ignorá-la. Após quinze anos, consentiu em recebê-la, mas falou sem olhar seu rosto. Junto dessa personalidade explosiva, Maura fala de um homem sensível, generoso, inteligente, etc.. Sua admiração pelo pai está sempre presente:

Aquele homem vivendo a margem da civilização, aquele homem temido e forte, possuía uma dimensão desconhecida a si mesmo. Podia ter sido um Wagner, um Nietzsche ou um Napoleão. Não fora a limitação de seu meio teria sido o maior homem do mundo. Mas dentro de seu mundo foi o maior personagem que conheci. (Cançado, 1965:14)

A família do pai, Lopes Cançado, Maura descreve-a como de grande prestígio financeiro, social e político, no Estado de Minas Gerais. Além de acrescentar: *é chata, conservadora, intransigente, como todas as "boas" famílias mineiras (Cançado, 1965:15).*

¹⁶¹ Na época em que Maura escreve o livro, relata que eram, ao todo, treze irmãos, sendo que apenas dez estavam vivos: oito mulheres e dois homens.

Sua mãe chamava-se Santa. *Modesta, generosa e quieta* – são os adjetivos que Maura lhe atribui. Vinha de uma família aristocrata, *de sangue e espírito*. Descendente de Joaquina de Pompéu, mulher extraordinária que, segundo Maura, manteve o poder político em Minas durante o Império e deu ao Imperador Dom Pedro II um cacho de bananas feito de ouro. Suas filhas casaram-se e tiveram os nomes de outras famílias, como Maciel, Ribeiro Valadares, Vasconcelos Costa, Álvares da Silva, este último da família de sua mãe. Neste rascunho genealógico, Maura fala ainda da descendência de nobres belgas.

Outro personagem citado por Maura é Pabi, seu padrinho. Antônio – seu nome – fora criado pelos pais de Maura como um filho. Quando morreu, deixou Santa atônita, conta Maura, pois ela achava que lhe haviam enterrado vivo, pois não estava rígido nem frio. Conta que alguns dias após sua morte, seu irmão José disse ter visto Pabi e este lhe disse o seguinte: *Diga a minha madrinha que não chore tanto por mim, pois não estou sofrendo. Brevemente voltarei para buscar Maura* (Cançado, 1965:15). Sua mãe recomendou a Maura que rezasse por sua alma, implorando que não a viesse buscar. Maura diz não saber se sentiu medo, pois era ainda muito pequena, mas achava que em breve morreria. Conta que surgiram então várias doenças de infância, algumas bastante graves. Em decorrência disso, diz que todos se preocupavam mais do que o normal com ela. Sua mãe fez uma promessa à Virgem Maria: Maura usaria somente roupas azuis e brancas até os sete anos.

A vida na fazenda lhe permitia, segundo ela, criar um mundo à parte, onde era rainha. No faz de conta, uma árvore era sua comadre e melhor amiga. Os diálogos corriam soltos, visitava-a diariamente. Seu pai contava-lhe histórias e pedia a todos os visitantes da casa que também o fizessem. Maura não era punida por suas faltas, ao contrário de suas irmãs. Diz ter sido uma criança solitária¹⁶² e medrosa. A religiosidade da mãe, atrelada ao medo da morte da filha, afetaram diretamente seu imaginário. As memórias de infância são povoadas pelo medo: temia ser enterrada viva; temia separar-

¹⁶² Durante as conversas com Ana, contou-me de sua infância relacionando-a àquela de sua tia.

se dos pais; tinha medo da chuva e dos trovões e preferia tomar as refeições em seu quarto, assim evitava ver narizes, pois lhe causavam repugnância. Os hábitos estranhos não eram vistos com bons olhos: *Encaravam-me como uma menina caprichosa, mas a verdade é que já era uma forte candidata aos hospícios onde vim parar.*(Cançado,1965:17)

As noites representavam o perigo maior. Logo no fim da tarde, sua angustia iniciava.

Sentia-me vaga, perdida, pronta a ser tragada pela noite que pesava lá fora. Deslizava atenta, calada, profundamente séria, à espera. Então ansiava ardente por crescer, viver um pouco cega e surda como as pessoas grandes: que não percebiam rumores, não enxergavam o escuro, na sua densidade e perigo. Elas, limpas e sem mistério. Eu as olhava do meu mundo, às vezes sua inocência era tão pungente, que talvez desejasse gritar-lhes, alertá-las para o perigo. (Cançado,1965:17)

O medo da noite só diminuiu quando a luz elétrica chegou à fazenda. Então, diz que perambulava pelo quintal e pela casa, mas ainda em desafio. A vida na fazenda era pacata. Corria atrás de coelhos, nadava nos córregos, subia nas árvores, passava a noite na varanda com suas irmãs, esperando o sol nascer. As notícias da cidade chegavam junto com algum carro ou caminhão, trazendo pessoas empoeiradas, como ela diz. O rádio também fazia a ponte entre esses dois universos. Maura conta que aprendeu a ler aos cinco anos. Não sabe explicar ao certo como. A insistência em aprender o valor das letras, somada às explicações rápidas e aborrecidas dos adultos, ajudaram-na. Os livros de fada eram seus preferidos. Nessa idade, também diz ter travado conhecimento sobre o sexo, pois via os animais e as filhas das empregadas. Mas com o tempo, aprendeu que o sexo era proibido, fazia parte das coisas feias e cheias de pecado.

Nessa mesma época, Maura diz ter tido conhecimento de Deus, figura poderosa, de quem nada se podia ocultar. O leque de possibilidades para sua imaginação aumentou: agora eram os demônios e o inferno, os anjos e o céu que a assustavam.

Diziam-me que os maus iam para o inferno e o sexo era uma vergonha, um ato criminoso. Era sensual, e má, portanto. Então Deus se me afirmou em razão da maldade. Adquiri uma insônia incomum para minha idade. Se dormia, sonhava com o demônio. (...) Eu crescia e cresciam meus temores: o escuro, a noite, a morte, o sexo, a vida – e principalmente Deus: de quem nada se podia ocultar.(...) Minhas relações com Deus foram as piores possíveis – eu não me confessava odiá-lo por medo de sua cólera. Mas a verdade é que fugia-lhe como julgava possível – e jamais o amei. Deus foi o demônio da minha infância. (Cançado,1965:20)

Na fazenda, seu pai tinha uma loja. Conta que sempre ia com suas irmãs pedir balas ao rapaz que trabalhava nessa loja, mas este nunca as dava. Certa vez, foi sozinha e pediu as balas:

Disse que sim. Sentou-me no balcão e teve relação sexual comigo, nas minhas pernas. Não tive nenhuma reação, creio haver sentido prazer e nojo. Sentindo-me molhada, julguei que ele houvesse feito pipi nas minhas pernas (eu devia ter cinco anos). Deu-me as balas e fui para casa. Era tarde. Todos se achavam sentados na varanda. Mamãe também. Ao ver-me tentou pôr-me no colo. Recusei-me. Achei-a limpa, inocente e bonita. (Cançado,1965:20)

Maura relata que um dia depois o rapaz foi embora; ninguém entendeu sua atitude, pois Maura não revelou o acontecido. Conta ainda que outros dois empregados fizeram-lhe o mesmo e a sensação se repetiu: um misto de náusea e prazer. Aos sete anos, sofre uma convulsão. Conta que estava dormindo e de nada lembrou ao acordar, apenas sentia dor de cabeça. A crise convulsiva se repetiu aos doze anos, quando estudava em um colégio como interna. Aos quatorze anos, estava acordada quando outra crise se iniciou. Caiu inconsciente e acordou depois de nove horas, ficando, por um dia, com certa amnésia.

Maura descreve-se como uma criança precoce. Desde pequena tirava suas próprias conclusões, pois não lhe respondiam nada claramente. Diz ainda que acreditava ser uma criança *excepcional, monstruosamente inteligente e sensível, perplexa e sozinha*. Completa dizendo que *sofria de carência afetiva, era desleixada e indisciplinada* (Cançado,1965:21). Aos doze anos, foi expulsa do colégio no qual estudava. E diz que o

que a salvava muitas vezes era o fato de escrever os discursos para as apresentações de fim de ano. Com as colegas não se dava bem. Diz que sentia ciúmes, as encarava como rivais, pois saíra de sua fazenda e do universo fantástico, onde reinava como princesa, e agora precisava compartilhar.

Ao iniciar os estudos no Sacré-Coeur de Marie, sentia-se envergonhada de sua família. Apesar de mais ricos do que os pais de suas colegas, diz que se apresentavam com simplicidade. Tornou-se uma adolescente rebelde, não permitia que ninguém opinasse sobre sua vida. Aos quatorze anos, resolveu que seria aviadora. Entrou para um aeroclube. Queria obter o brevê de piloto. Conheceu um jovem de dezoito anos, aviador. Decidiu casar-se. Seu pai opôs-se tenazmente ao casamento, assim como toda a família. Maura descreve o pai em prantos, pedindo-lhe que não se casasse. Logo ele, figura tão forte que todos temiam, pedia-lhe, segundo ela. O pedido do pai não foi aceito. Casou-se, mas com condição que seria apenas no religioso. Passou os primeiros cinco meses vivendo com os sogros e acreditando estar apaixonada pelo pai de seu marido. Em 1945, seu filho Cesarion nasceu e, nesse mesmo ano, seu pai faleceu. Depois de um ano resolveu separar-se. Segundo ela:

(...) vi-me com o casamento desfeito, um filho, e sem papai, sustentáculo de todos os meus erros – meu grande e único amor. Restava-me mamãe: para sofrer com minha insatisfação, meus ideais irrealizáveis, minha busca do ‘não sei o que é, mas é maravilhoso’, minha vaidade e meu tédio pelo que me estava às mãos. (Cançado,1965:24)

Desfeito o casamento, diz que se iniciou uma fase inusitada em sua vida:

Passei a recuar diante da vida, sentir-me insegura, fugir às acusações que me dirigiam. Mas eu não entendia, não entendia. Ninguém me acusava de haver passado toda minha vida sonhando em construir minha cidadela, desprezando minha família, pretendido mesmo me tornar espiã contra meu próprio país. Em ter sido vaidosa e sempre descrente das verdades que impunham. Acusavam-me sim, de haver me casado. Justamente a realidade que me negava a reconhecer. A mansão sim, existiu: escadarias, lustres, minha figura antiga folheando com dedos pálidos as páginas de um livro; mesmo tocando

instrumentos que nunca soube tocar, harpa, por exemplo. Mas casamento? – Até me descasara. O casamento porém nunca fora real. Mulheres me olhavam pensativas: ‘–Tão nova já com este drama’. Que drama? Me perguntava irritada. Os homens se aproximavam violentos, certos de que eu devia ceder: ‘–Porque não, se já foi casada?’. Moças de ‘boas’ famílias me evitavam. Mulheres casadas me acusavam de lhes estar tentando roubar os maridos. Os tais maridos tentavam roubar-me de mim mesma: avançavam. Eu tinha medo. (Cançado,1991:24-25)

Foi nessa época que Maura resolveu voltar ao aeroclube. Na companhia dos aviadores, vestida como um deles, conversando sobre aviões, conta que sentia-se melhor. Mas a insegurança não a abandona. Assim como o medo de voar, o qual fingia não existir. Ganhou um avião de sua mãe, um Paulistinha, Cap 4, prefixo PP-RXK. Era a única, entre os colegas, que possuía seu próprio avião. Conta que queria o avião apaixonadamente, mas isso antes de tê-lo. *Tão logo ganhei deixou de interessar-me muito, como não me interessaram muito jamais as coisas possuídas* (Cançado,1965:20). O avião foi quebrado por um colega, numa aterragem de emergência. Nessa época, Maura estava com dezessete anos. Aqui, há uma pausa nos relatos autobiográficos, para iniciar uma segunda parte dos escritos, agora no formato de diário.

Procurei retratar-me até os 17 anos, embora fatos ocorridos dentro desta idade estejam registrados neste diário, em minhas conversar com o médico. Desde então tudo tomou um caráter mais grave e penoso(...) É, portanto, a metade do meu álbum: apresentei a moça de dezesseis anos, bonita, rica, aviadora; sem futuro – mas uma grande promessa. (Cançado,1965:26)

Evocações em um diário ¹⁶³

Tudo estava arranjado. Segundo Maura, estudaria no Colégio Isabela Hendrix, tradicional em Belo Horizonte. Mas lá chegando, não foi aceita. Mesmo com tudo combinado e sua matrícula feita, a diretora recusou-a na última hora, alegando que a vaga havia sido preenchida por uma antiga aluna. Ainda assim, permaneceu em Belo Horizonte, residindo em pensões e estudando com professores particulares. Descreve esse período de sua vida como um dos mais difíceis. Estava separada e com um filho e como vinha de uma família abastada e tradicional, diz que ficava em evidência. Sofria com o preconceito das moças, que primeiro mostravam-se amigas, mas ao saberem que já havia sido casada, afastavam-se. Foi expulsa de muitas pensões sem mesmo saber o motivo.

Vivi durante muito tempo morando em hotéis familiares, e só quem conhece a mentalidade dos mineiros é capaz de saber o que quer dizer “familiar” em Minas. Se os homens me achavam bonita, imediatamente os donos dos hotéis exigiam minha mudança. Se me faziam a corte e não eram correspondidos, contavam na gerência a longa noite de orgia que haviam passado comigo. (Cançado,1965:63)

Conta que sentia a rejeição das pessoas, o que fez com que se isolasse cada vez mais. Estudava línguas, lia muito, mas tudo estava em grande desordem, como ela relata.

Encontrei um pensionato dirigido por uma senhora e mudei-me para lá. Como sempre vi-me insegura, esperava ser-me lançado em rosto o meu estigma. E não tardou. A dona do pensionato, contrariando a opinião de várias hospedes, não considerou o motivo razoável para mandar-me embora. Continuei morando lá, apesar de não contar com a amizade de nenhuma das moças. (Muitas ao me encontrarem na rua, fingiam não conhecer-me). Tornei-me cada vez mais introvertida, jamais dirigia-me a uma colega

¹⁶³ Aqui retomo algumas passagens do diário nas quais Maura narra acontecimentos específicos de sua vida. O diário não é apenas uma sequência de relatos do cotidiano, mas há também evocações.

mesmo no curso de balé, temendo ser rejeitada. Mas era inconcebível: por quê? Que fazia eu para justificar tudo aquilo?(Cançado, 1991:64)

É nessa época que se interna pela primeira vez, em um sanatório em Belo Horizonte¹⁶⁴. Tinha dezoito anos. Segundo seus relatos, estava magra, nervosa e não dormia. *Ninguém entendeu o motivo desta internação, a não ser eu mesma: necessitava desesperadamente de amor e proteção. O sanatório parecia-me romântico e belo. Havia certo mistério que me atraia* (Cançado,1965:64).

Sua situação nessa época foi a extremos. No sanatório, conta que teve um caso com um médico psiquiatra e que isso lhe causou grandes problemas. Diz que prefere não relatar o acontecido, mas que foram descobertos e, na condição de paciente psiquiátrica, levou a parcela maior da responsabilidade. Sua mãe perdeu-lhe a confiança e Maura diz ter desistido de insistir na vida que até então vinha tentando levar, ou seja, uma vida de estudante. Inicia então uma nova fase. Hospeda-se em um hotel de alto luxo e freqüenta ambientes, segundo ela, mais livres. Eram moças e rapazes de alta sociedade que não se escandalizavam com sua condição, mas ao contrário, aceitavam-na. Maura diz que nessa época passou a beber, freqüentar boates, gastar muito dinheiro. Mandava ricos presentes ao seu filho, tentando suprir sua ausência como mãe. Dizia que o telefone de seu quarto no hotel tocava a cada instante, que vivia cercada de amigos e amigas. *Necessitava constantemente de gente a meu redor. Sobretudo, necessitava parecer bonita, brilhante* (Cançado,1965:65). Segundo seus relatos, morou por dois anos no hotel.

Decidiu então ir para o Rio de Janeiro¹⁶⁵. Gastara toda a parte que lhe foi dada da herança de seu pai. Pensava em trabalhar, mas segundo conta, diziam que *a maneira*

¹⁶⁴ De acordo com a documentação anexada aos autos do processo, essa internação ocorreu entre abril e maio de 1949 (ver documento anexado à p.216). Maura relata em seu diário que estava com dezoito anos, mas de acordo com o ano, mês e dia de seu nascimento (ver documento anexado à p.210), se a data da internação estiver correta, estava com vinte anos.

¹⁶⁵ Não há data precisa de sua ida para o Rio de Janeiro. Ficou internada em Belo Horizonte um mês, em 1949, e viveu, depois disso, dois anos em um hotel. Sendo assim, sua primeira mudança para o Rio pode ter sido entre 1951 e 1952.

mais 'decente' de viver, sendo jovem bonita e sem dinheiro, seria a custa de um amante rico. Maura diz ter vivido um ano com muito dinheiro, desequilibrada e à custa do amante. Depois de muitas crises e depressão, pediu a um psiquiatra que a internasse. Foi para a Casa de Saúde do Alto da Boa Vista¹⁶⁶, onde seu médico era diretor. Maura descreve o lugar como elegante, com pessoas agradáveis. Jogavam sinuca, pingue-pongue, cartas. Diz ter sido muito mimada neste hospital. Senhoras que estavam no sanatório para repousar, geralmente na menopausa, eram carinhosas com ela. Fez amizade com um senhor idoso que era semiparalítico. Julgava Maura uma artista e incentivava-a a escrever. Quando resolvia quebrar todos os pratos, dava-lhe mais pratos para quebrar. No princípio achava divertido, mas depois passou a ficar entediada até tornar-se agressiva. Fala de aplicações de sonifene, que segundo julgava, tornavam seu estado ainda pior. Dormia, mas acordava agitada. Alguns acontecimentos durante esta internação, narrados no diário, Maura os reproduz em um de seus contos¹⁶⁷, como literatura. Foi um episódio em que os pacientes da clínica estavam ensaiando Hamlet; Maura seria Ofélia. Diz Maura:

Tudo corria bem. Decorei meu papel, andava pelo' hall' da casa de Saúde recitando o dia todo, empolgada com meu desempenho. Na verdade fui muito mimada lá. Se minha família estava longe, me rico amante dava-me toda a assistência. Eu era egoísta, caprichosa, necessitava de atenção a todo instante, mas todos cediam diante de minhas vontades, a começar pelos médicos; até chegar a tarde da cachoeira: durante um ensaio do Hamlet senti-me estranha, aborrecida e desconfiada, todos pareciam conspirar contra mim. Apanhei o livro da peça, encaminhei-me para uma cachoeira, perto do sanatório (esta passagem está descrita no meu conto 'Sonifene'). Nesta cachoeira desempenhei um dos maiores papeis de minha vida, ameaçando atirar-me de grande altura, ficando nua, achando-me muito bonita e terminei laçada e arrastada por uma corda depois de três horas de rogos para que eu saísse de lá. Assim, Ofélia foi salva, nua, das águas da cachoeira. (Cançado, 1991:101)

¹⁶⁶ Não há registro dessa internação na documentação que recolhi.

¹⁶⁷ O conto é *Espiral ascendente*. Ver original microfilmado anexado à p.258.

Ficou ainda um certo tempo nessa clínica, mas foi transferida então para o Sanatório da Tijuca¹⁶⁸, pois seu estado se agravava, conta. Lá ficou presa em um quarto, recebendo sedativos, sem saber por quanto tempo. Sua situação, segundo narra, chegou a extremos, quase morrendo pelo tratamento que havia recebido. Foi tirada do quarto por um médico desconhecido. Segundo Maura, sua mãe foi até o Rio de Janeiro e tirou-a do hospital.

Mamãe, ao tirar-me do Sanatório da Tijuca, voltou para Belo Horizonte. Permaneci no Rio. Um mês depois rompi relações com o tal milionário que me mantinha, e à custa de quem vivi em hotéis caríssimos, levando até uma vida faustosa. Sozinha adotei uma maneira de ser existencialista. Sem nenhum plano, nada fazia para garantir minha sobrevivência, jamais me ocorrendo procurar um emprego, a não ser quando fui babá, durante um mês, de uma menina, Evelyn, numa casa judia. (Cançado, 1965:177)

Conta que o emprego a cansou. Conheceu uma austríaca e juntas viviam estiradas na praia, fazendo grandes planos, mas sem nenhuma ação. Diz que exploravam a boa vontade dos conhecidos, graças ao fascínio que exerciam sobre eles devido à aparência física e à filosofia de vida que tinham – a do desapego¹⁶⁹. Depois de perder contato com a amiga, Maura começa a ter um caso com um médico, seu amigo. Passado algum tempo, o rapaz rompeu a relação, alegou que havia ficado noivo.

Sem dinheiro e sem ter onde morar, Maura conta que saiu pelas ruas do Rio de Janeiro fingindo uma amnésia. Diz que a certa altura entrou em uma bela mansão e jantou com a dona da casa. Esta encontrou a caderneta de Maura procurando saber quem era a desconhecida. Maura diz que causou tamanha confusão que foi parar na polícia e assim que sua mãe foi informada, mandou buscá-la. Maura diz que sua mãe mudou-se da fazenda e ambas foram viver em Belo Horizonte. Nos autos do processo, no primeiro laudo psiquiátrico, Maura conta que passou oito meses na casa de sua mãe,

¹⁶⁸ Não há registro dessa internação na documentação que recolhi.

¹⁶⁹ Esse relato ganhou um tom menos aventureiro e mais penoso no primeiro laudo de sanidade mental anexado aos autos. Lá, Maura descreve esse período com mais ênfase nas dificuldades financeiras, dizendo que chegou a passar fome.

mas envolveu-se com um estudante que lá se hospedava, tornando a situação insustentável¹⁷⁰.

Passado algum tempo, retornou ao Rio com a ajuda de Hermínio Guerra, um advogado amigo da família. O retorno foi difícil, diz Maura. Pouco dinheiro, o medo de nada dar certo. Depois de um ano no Rio, Maura tenta o suicídio. Fica oito dias no que chama de “tenda de oxigênio” e é encaminhada para o hospital do Engenho de Dentro, por uma assistente social para quem contou a vida que levava havia um ano. Foi ao que consta sua primeira internação no Engenho de Dentro. Conta que, em princípio, não quiseram aceitá-la. O médico perguntou-lhe se já havia sido internada e Maura contou sobre a Casa de Saúde do Alto da Boa Vista.

‘Mas, minha filha, aqui é outra coisa. Eu me sentiria constrangido internando-a. É hospital de indigentes, um lugar feio. Você não tem idéia do que vai encontrar’. Não tem importância, doutor. Também sou indigente. (Cançado, 1965:179)

Maura estava sem emprego e sem lugar para morar. O médico aconselhou-a a tentar outra saída e voltar, se não conseguisse um lugar melhor. Maura voltou. Era 1957, de acordo com a documentação dos autos. Essa primeira internação no Engenho de Dentro, especificamente no IP- Instituto Psiquiátrico -, durou aproximadamente três meses. Maura conta no diário quais foram suas impressões em seu primeiro dia de internação no Engenho de Dentro, já que até então só havia estado em clínicas particulares.

Minha primeira impressão foi de pânico. Abriram-me uma porta, vi-me diretamente no refeitório. As mesas cinzentas de pedra, algumas doentes despenteadas, com os cabelos em pé, fizeram-me recuar. Uma enfermeira segurou-me pelo braço: ‘___ Não pode mais sair.’ Trocaram meu vestido pelo uniforme, puseram-me no pátio. Só o cinema será capaz de mostrar o que é o IP. É onde são internadas as doentes na sua fase mais aguda. Depois de três meses transferem-nas para outros hospitais. (Cançado, 1965:179)

¹⁷⁰ Não é possível precisar o ano em que isso aconteceu, mas seguindo a documentação existente e os relatos de Maura, o mais provável é que tenha sido entre 1955.

Maura volta ao Engenho de Dentro, em uma segunda internação, depois de outra tentativa de suicídio. Após essa segunda internação, conta que começou a trabalhar no SDJB, Suplemento Dominical do Jornal do Brasil. Isso foi em 1958, como descrevi no capítulo anterior. Nesse período, Maura publicou *No quadrado de Joana*, que, segundo seus colegas, foi um sucesso, como já foi dito. Em 1959, depois de publicar outros contos, Maura conta que teve uma briga no Suplemento. Voltou, então, ao Engenho de Dentro. Era sua terceira internação. A figura do louco parece exercer fascínio sobre Maura, uma condição santa e inviolável. Maura luta. Luta e perde, como tantos outros, a dignidade, os direitos, etc., dentro do hospital psiquiátrico. Essa luta cruel, segundo a autora – pois é o que estigmatiza o indivíduo –, é também conteúdo para sua escrita. O hospício e a loucura ganham uma dimensão literária nos relatos do diário.

O que me assombra na loucura é a distância – os loucos parecem ser eternos. Nem as pirâmides do Egito, as múmias milenares, o mausoléu mais gigantesco e antigo possuem a marca da eternidade que ostenta a loucura. Diante da morte não sabia para onde voltar-me: inelutável, decisiva. Hoje, junto aos loucos sinto certo descaso pela morte: cava subterrânea, desintegração, fim. Que mais? Morrer é imundo e humilhante. O morto é náuseo, e se observado, acusa alto a falta do que o distinguia. A morte anarquiza com toda a dignidade do homem. Morrer é ser exposto aos cães covardemente. Conquanto, nos dois estados encontro ponto de contato – o principal é a distância. (Cançado, 1965: 26)

Esse fascínio trágico é acompanhado por um “olhar” apurado sobre o cotidiano do hospital, mas junto disso há em sua narrativa a percepção da face enigmática da loucura.

Estar internado no hospício não significa nada. São poucos os loucos. A maioria compõe a parte dúbia, verdadeiros doentes mentais. Lutam contra o que se chama doença, quando justamente esta luta é o que os define: sem lado, entre o mundo dos chamados normais e a liberdade dos outros [dos loucos]. Não conseguem transpor o “Muro”,

segundo Sartre. É a resistência.(...) Transposta a barreira, completamente definidos, passam a outro estado – que prefiro chamar de santidade. A fase digna da coisa, a conquista de se entregar. O que aparentam é a inviolabilidade de seu mundo (Cançado, 1965: 27)

A eternidade, a santidade ou inviolabilidade a que Maura se refere são uma maneira que encontra para falar dessa característica nebulosa que também está presente na loucura e que não é apreendida pela etiologia, por nomes, definições, categorias ou classificações. Enfim, a parte que não se acessa. Suas impressões revelam a rotina de uma instituição psiquiátrica brasileira, do final da década de cinquenta. Maura descreve-a: *E o hospício é esse branco sem fim, onde nos arrancam o coração a cada instante, trazem-no de volta, e o recebemos: trêmulo, exangue – e sempre outro (Cançado, 1965:28)*. Os relatos, quase diários, cobrem os períodos de 25 de outubro de 1959 a 7 de março de 1960. Em sua narrativa, literária, Maura é o olhar crítico sobre a instituição, como já foi dito. Denuncia a situação das pacientes: o tratamento inadequado, a violência instituída e velada, a relação difícil com enfermeiras, guardas e médicos. Descreve a vida em um asilo psiquiátrico, mas é também o “olhar” sensível, recuperando no dia a dia das pacientes a beleza e a dignidade que sobrevivem à instituição.

19-11-1959 Dona Georgina (...) foi transferida para a Colonia Juliano Moreira e nunca mais a vi. Italiana, cantora lírica, eu a achava lindíssima, apesar de não ser jovem. Possuía olhos azuis brilhantes, todo o rosto bonito e expressivo, aquele rosto surpreendente de louca. Estava sempre em grandes crises de agitação, andando desvairada pelo pátio, incomunicável, os pés descalços, geralmente suja de lama – seminua. Eu não freqüentava obrigatoriamente o pátio. À tarde, quando ia lá, pedia-lhe para cantar a ária da ‘La Boheme’, ‘Valsa da Museta’. Dana Georgina, recortada no meio do pátio, cantava – era de doer o coração. As dementes, descalças e rasgadas, paravam em surpresa, rindo bonito em silêncio, os rostos transformados. Outras, sentadas no chão úmido, avançavam as faces inundadas de presença – elas que eram tão distantes. Os rostos fulgiam por instantes, irisados e indestrutíveis. Me deixava imóvel, as lágrimas cegando-me. Dona Georgina cantava: cheia de graça, os olhos azuis sorrindo, aquele passado tão presente, ela que fora, ela que era, se elevando na limpidez da notas, minhas lagrimas descendo caladas, o pátio de mulheres existindo em dor e beleza. A beleza terrífica que Puccini não alcançou: uma mulher descalça, suja, gasta, louca, e as notas

saindo-lhe em tragicidade difícil e bela demais – para existir fora do hospício. (Cançado, 1965: 58)

Em sua narrativa, há um misto de tragicidade atrelada à elegia do hospício: *difícil e bela demais – para existir fora do hospício*. Maura fala de si mesma e da dificuldade em inserir-se na sociedade. Em algumas passagens, diz que estar no hospício é como estar no colégio interno, como estivera em outros tempos. Ou ainda afirma que viveria em um convento e rezaria todos os dias se com isso tivesse tranquilidade, um lugar para viver e escrever. O hospício se transforma nesse lugar. Maura achava-o romântico. Contudo, se o romantismo não durara em sua primeira internação, depois da internação no Engenho de Dentro ressurgiria apenas nos momentos em que Maura o recupera, descrevendo cenas como a de Dona Georgina. Mas se o recupera é pelo estilo literário com que descreve a cena. Em outros momentos, surge a crítica à instituição:

26-12-1959 Durvalina que tinha ido para casa voltou doida varrida. Está presa no quarto-forte. Grita por mim o tempo todo, não sei que fazer. Reclamo com doutor A. Ele não quer soltá-la. Assegura-me que o quarto forte é uma medida de segurança para o doente. Mas não é verdade. Se fosse como os que se vêem no cinema, paredes acolchoadas e muito confortáveis. Os daqui são abafados, imundos, nem se pode respirar no seu interior. E as baratas. Falei com ele (ou com as baratas, que dá na mesma). (Cançado, 1965: 114)

Maura diz ocupar um lugar privilegiado no hospital. Isso se dá em função de sua ligação com o Jornal do Brasil e, principalmente, com as pessoas com quem trabalhava. Contudo, esse “privilegio” nem sempre é evidente. Na maior parte de seus relatos, ele não aparece, pois Maura apanha como qualquer outra paciente, vai para o “quarto forte”, sofre com os maus tratos como qualquer uma de suas colegas. No entanto, sentir-se privilegiada está associado ao fato de Maura não precisar frequentar o pátio, como acontece com as outras. Segundo conta no diário, o pátio era o lugar onde as doentes passavam parte do dia, uma paisagem de cimento, um quadrado árido e

murado. Um lugar para passar o tempo e tomar sol, mas que segundo a descrição de Maura é a marca do abandono e desolação.

12-2-1960 (...) Fui hoje ao pátio com Isabel. Não creio que a descrição do inferno, na Divina comédia de Dante, possa superá-lo. Ocorreu-me quando estava lá, pensar na tranqüilidade dos cemitérios. A toda família é tolerável e às vezes confortador visitar o tumulto de um parente. Mas é proibido entrar no pátio de um hospício. Nenhuma família resistiria, estou certa. (...) Até quando haverá pátios? Mulheres nuas, mulheres vestidas – mulheres. Estando no pátio não faz diferença. Mas esta mulher, rasgada, muda estranha, um dia teria sido beijada. Talvez um bebê lhe sorrisse e ela o tomasse no colo, por que não? Não aceito nem compreendo a loucura. Parece-me que toda a humanidade é responsável pela doença mental de cada indivíduo. (...) Que fazer para que todos lutem contra isto? Não acho que os médicos devam conservar ocultos os pátios dos hospícios. Opto pelo contrário; só assim as pessoas conheceriam a realidade lutando contra ela. ENTRADA FRANCA AOS VISITANTES: não terá você, com seu indiferentismo, egoísmo, colaborado para isto? Ou você, na sua intransigência? Ou na sua maldade mesmo? Sim, diria alguém, se pudesse: recusaram-me emprego por eu ter estado antes internado num hospício. Sabe, ilustre visitante, o que representa para nós um rejeição? Posso dizer: representa um ou mais passos para o pátio. (Cançado, 1991:147-148)

Esse relato, Maura o escreveu algum tempo depois de receber a notícia que não trabalharia no SDJB, como já foi dito no capítulo anterior. De acordo com o que conta em seu diário, tudo estava acertado para que começasse a trabalhar no Suplemento, provavelmente em uma situação que lhe daria algum vínculo empregatício. O combinado era que ficaria morando por mais algum tempo no hospital, assim poderia economizar com despesas, e trabalharia durante o dia. Esta situação não era, naquela época, algo comum. Era provavelmente, um dos privilégios aos quais faz referência no diário sem, no entanto, esclarecê-los totalmente. No dia que começaria, seu médico recebeu o telefone avisando que não seria mais possível. Maura narra este acontecimento como uma de suas maiores decepções até ali. Contudo, a partir do diário é possível saber que saia do hospital vez por outra, fosse para ir ao centro, ao dentista ou mesmo para visitar a redação do SDJB. Em uma dessas visitas, Maura conta que encontrou seu colega Amilcar de Castro.

30-2-1960 ‘ _ Mas isto é esquizofrenia pura’. Um clarão iluminou o que estava nebuloso e difícil. A frase esclarecia tantos anos de dúvida. Foi tão certo que doeu-me [sic], em alívio e desgraça – e eu continuava ainda viva. Por que doutor A. não me disse, ele que sempre soube a verdade? Aconteceu hoje na redação do ‘Jornal do Brasil’ onde me encontrei com Amílcar de Castro: _ Leia Amílcar. Vê se gosta. Não ligue aos rabiscos, que são de dona Auda. Era a página do meu diário em que converso comigo mesma. Ele leu atentamente, e: _ Mas isto é esquizofrenia pura. Foi dona Auda quem escreveu? _ Não, eu. (...) Agora tanta coisa se torna clara. Não voltei a trabalhar no jornal. Reynaldo se desculpou alegando uma serie de coisas. Estou todo o dia lendo e relendo um livro que apanhei emprestado na mesa de doutor A.: ‘Psiquiatria clínica forense’ – de A. C. Pacheco e Silva. ‘Demência Precoce (Esquizofrenia) Se verifica certa tendência do paciente permanecer imóvel durante horas inteiras, numa só posição’. Foi por isso que escrevi ‘No quadrado de Joana’. Em casa, quando brigava com os outros, passava todo o dia numa só posição, geralmente deitada. ‘São indivíduos introvertidos, que se afastam dos seus semelhantes dando preferência a uma vida interior, perdendo progressivamente contato com a realidade dos fatos. Muitos esquizofrênicos revelam, já na infância, as suas tendências. São crianças que não tem prazer na convivência com outras, mostrando-se tristonhas, esquivas e meditativas. Preferem viver isoladas, entregues aos seus devaneios, um mundo imaginário por elas criado’. Aí estou eu retratada. (Cançado, 1991:145)

Dr. A., no entanto, seguindo seus relatos, dizia que Maura não era esquizofrênica. Em muitos momentos do diário, é possível entrever uma tentativa de Maura de encontrar uma categoria psiquiátrica que se adequasse à pessoa que julgava ser. Entre elas, Maura fala em oligofrenia, psicopatia, esquizofrenia e epilepsia. Maura se descreve como uma criança estranha, como uma adulta egoísta. A distância da família também entra nessa tentativa de construir o quebra cabeça da sua possível esquizofrenia. Maura relata no dia 2-2-1960 que não via nenhum de seus parentes há quatro anos. Os relatos do diário terminam no dia sete de março de 1960. Maura fala sobre ter saído do hospital e passado quatro dias fora, em uma atitude de desespero, pois seu médico, dr. A., ficaria fora durante um mês, em férias. Maura foi para a casa de seu amigo Heitor Saldanha e quando recobrou as idéias diz que voltou ao hospital, mas foi advertida pela enfermeira. Como havia saído e não voltado, o diretor caracterizou a atitude como evasão. Nesse caso, não poderia mais ficar. Maura questiona a atitude,

pois segundo relata, alegar evasão seria contraditório já que sempre teve autorização para sair. No entanto, segue o conselho da enfermeira e não entra. O final de seu livro é um convite à continuação, até porque um diário está sempre inacabado, sempre aberto ao dia seguinte. Entretanto, aqui o dia seguinte é o prenúncio de trajetos incertos: *Que farei? – REALMENTE: QUE FAREI? Não quero recorrer a Reynaldo, estou sem emprego, roupas, dinheiro, nem me acho bem equilibrada* (Cançado, 1991:184).

Algumas observações

Maura, em *Hospício é Deus*, mistura gêneros como autobiografia, memórias, diário. Sua narrativa, no que diz respeito à estrutura do texto, à disposição e organização, está dividida em duas partes: a primeira é a autobiográfica, recupera parte da infância e adolescência; a segunda é o diário, misturando uma narrativa coeva e evocativa. Recorrendo a Philippe Lejeune (2003), gostaria de, brevemente, apontar algumas características implicadas na autobiografia, no diário e nas memórias, no que concerne ao gênero. Lejeune adotou, em princípio, uma perspectiva que se aproximava da definição de Larousse¹⁷¹ para autobiografia. Diz Lejeune:

Chamamos autobiografia a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando a tônica principal é sobre sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade.(Lejeune, 2003:10)

¹⁷¹ A palavra autobiografia foi, segundo Lejeune, importada da Inglaterra no início do século XIX, e foi empregada em dois sentidos vizinhos, porém diferentes. O de Larousse, proposto em 1866, define autobiografia como *a vida de um indivíduo escrita por ele mesmo*. Larousse compreendia a autobiografia como um tipo de confissão, ou ainda como as memórias, que podem reunir fatos que não fazem parte diretamente da vida do narrador. Este sentido é o mais estrito. O segundo, mais abrangente, é o de Vapereau, explicitado em seu *Dictionnaire universel des littératures*, de 1876: autobiografia é *obra literária, romance, poema, tratado filosófico, etc., na qual o autor tem a intenção, secreta ou confessa, de contar sua vida, de expor seus pensamentos ou esboçar seus sentimentos* (Vapereau apud Lejeune, 1983:420).

Esta definição que Lejeune atribuiu à autobiografia foi, mais tarde, criticada pelo próprio autor¹⁷². A autobiografia é uma categoria complexa e instável. Nesse sentido, esta definição fechada passa a ser vista por Lejeune como um ponto de partida para a desconstrução analítica dos fatores que entram na percepção do gênero, mas não é absoluta. Isolada, ela pode parecer sectária e dogmática, bloqueando a reflexão ao invés de estimulá-la (Lejeune, 1983). Nessa autocrítica, o autor passa a levar em conta a definição de Vapereau, citada em nota, no início do texto. A autobiografia guarda ambigüidade no espaço de leitura e interpretação que dá ao leitor, além de possibilitar novas estratégias de escritura. O adjetivo *autobiográfico*, diz Lejeune, está dentro do sentido de Vapereau: poema autobiográfico, romance autobiográfico, etc.. Vapereau acrescenta à definição de autobiografia: *A autobiografia deixa um amplo espaço à fantasia, e aquele que escreve não é exigente em ser exato sobre os fatos, como nas memórias, onde se diz a verdade mais completa, como nas confissões* (Vapereau, 1876 apud Lejeune, 1983:420).

Escrever uma autobiografia é buscar apreender-se dentro de uma totalidade. As narrativas normalmente, diz Lejeune, partem da infância, destacando-a como o lugar da gênese de uma personalidade. Os acontecimentos históricos ou fatos importantes estão subordinados à história pessoal do sujeito que narra. Eles estão em segundo plano, pois o que se destaca é a sua história particular. Para Lejeune, diferente de um relato de lembranças, a autobiografia *deve mostrar a unidade profunda de uma vida, obedecendo as exigências freqüentemente contrárias da fidelidade e da coerência* (Lejeune, 2003:15), o que implica em escolhas. As escolhas são aquelas feitas pela memória e aquelas que o escritor faz sobre o que a memória traz. Nesse sentido, seguem um fio condutor, um

¹⁷²Lejeune escreve *Le pacte autobiographique (bis)*, texto no qual retoma algumas questões relacionadas à definição e aos limites da autobiografia, em uma releitura crítica à sua postura no livro *Le pacte autobiographique*. Neste texto, o autor questiona a definição de autobiografia, mas ao mesmo tempo justifica-a falando sobre a necessidade de definir o objeto como ponto de partida para uma desconstrução analítica. Em princípio, Lejeune havia proposto uma análise que levasse em conta a hierarquização dos diferentes fatores e a multiplicidade das combinações possíveis no que se relaciona ao gênero autobiográfico. Ao que parece, esta desconstrução e esta análise ficaram prejudicadas. O que as impediu foi uma certa tendência ao “nominalismo”, e, de uma maneira geral, uma atitude dogmática (Lejeune, 1983:419), assume o autor.

eixo eleito pelo narrador, que busca a unidade de sentido e a presença do vivido, entre explicação e evocação¹⁷³ (Lejeune, 2003).

No que concerne ao diário, é uma prática íntima, diz Lejeune. Pode ser fruto de uma crise, de um luto, de uma viagem, etc., ou mesmo da vontade de relatar o cotidiano mais comum. Em geral, é uma prática secreta. Cada narrador, normalmente, conhece apenas o seu diário. Muitas vezes, começa em mistério e termina em mistério, pois muitos diaristas destroem seus escritos, como quem expurga os males de um passado que não quer ser reencontrado – relido.

Para Lejeune (2000), o diário apresenta quatro funções cardinais: a primeira é a expressão, ou seja, soltar os afetos; a segunda, a deliberação, ou organizar a própria vida; a terceira é a memória, ou fixar o traço do vivido, leituras futuras; e a quarta é o prazer de criar, o diário como ateliê da escrita. Lejeune diz que normalmente são publicados os diários de escritores, pois se tornam laboratórios de suas obras, diários de pessoas públicas, diários de guerra, e ainda de desconhecidos que escrevem sobre problemas sociais. *Hospício é Deus* não é um diário íntimo que segue a regra de uma escrita secreta, restrita ao narrador. Maura escreve um diário de internação, que relata o cotidiano de uma instituição psiquiátrica brasileira. Além disso, Maura começava sua carreira como contista naquele período. Seu livro, mesmo naquilo que guarda de uma intimidade, no momento em que estava sendo escrito, já era um exercício à sua literatura, um laboratório, pois havia claramente uma intenção de publicação. Maura escreve-o entre 1959 e 1960. É um diário íntimo, mas como ela mesma diz, escreve e reescreve, rasga a maioria das páginas, escolhe-as. Sendo assim, é uma escrita trabalhada, lapidada e selecionada, não é somente o relato direto do cotidiano mais imediato, portanto, não é incorreto supor que havia uma intenção de publicação. O diário é o relato de uma paciente psiquiátrica, e torna-se um documento sobre as

¹⁷³ Para outras leituras sobre *explicação* e *evocação* ver: Kofes, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. In *Cadernos Pagu: Desacordos, desamores e diferenças*. (3), 1994: 117-141.

mazelas da instituição psiquiátrica no Brasil da década de 50 e 60, mas é também seu laboratório literário. Maura desejava ser uma escritora de sucesso, reconhecida.

Por um lado, se pode ser visto como um laboratório literário, também pode afastar o narrador da condição de autor, segundo Rousset. Este autor analisa o diário a partir de um duplo compromisso. O primeiro estaria relacionado ao calendário. O diário deve respeitar o calendário¹⁷⁴, o que para Lejeune o diferencia da autobiografia. O segundo compromisso diz respeito ao destinatário. Rousset pergunta: *o que é um texto íntimo escrito para si só, senão um texto sem destinatário?* Segundo o autor, a teoria atual põe em xeque esta característica. Rousset diz que *para os lingüistas, o uso da língua implica em dualidade ou pluralidade de interlocutores, sua estrutura é o diálogo* (1983:437). Lejeune diz que mesmo o diário mais íntimo responde a uma lógica da comunicação, ainda que implícita. Essa comunicação ou diálogo também está vinculado aos tipos de destinatários descritos por Rousset: *autodestinação*, ou seja, esta reproduz a lógica do gênero, o leitor é o seu redator; *pseudo-destinação*, que pode ser interna, quando o redator torna-se seu próprio interlocutor através de pronomes da segunda pessoa, infinitivos, imperativos; ou externa, quando o interlocutor é um receptor, mas condenado à virtualidade: *Ô mes enfants, vous ne saurez jamais combien je vous aime* (Sand, novembro 1834 *apud* Rousset, 1983). O diário pode, contudo, ter os infratores, ou leitores indiscretos, destinatários ou não. Há, nesses casos, uma abertura da obra, ainda que mínima. A abertura máxima acontece com a publicação. Rousset (1983) fala então em abertura *fraca*, quando a publicação é póstuma e autorizada, e em abertura *forte*, quando da publicação em vida. Este é o caso de Maura. Cinco anos depois de escrito, seu relato

¹⁷⁴ O calendário implica em duas consequências: a primeira é a fragmentação; a segunda é impedimento do escritor comportar-se como autor, pois sujeito à ordem sucessiva dos dias, não pode construir sua narrativa como um romancista. O diarista não está livre para combinar as partes, prever as divisões e, portanto, o movimento do texto (Rousset, 1983). Contudo, isso não impede que o diário ganhe uma característica literária. Assis Brasil (1973), ao falar sobre *Hospício é Deus*, ressalta essa característica dos relatos de Maura. Para o crítico, Maura foge à linguagem jornalística que caracteriza muitos diários, acrescentando às suas descrições cotidianas um tom literário.

autobiográfico é publicado. Sua publicação¹⁷⁵ reafirma essa lógica da comunicação e mostra esse mecanismo do diálogo, da interlocução.

O diário “localiza” Maura no cenário literário da época. No literário e no psiquiátrico, pois há uma série de referências a nomes, lugares, instituições, situações. Nessa narrativa, Maura tece, para o leitor, sua inserção nesses dois universos. Lejeune (2003) fala da possibilidade do diário ser complementar à autobiografia; são diferentes em estilo mas podem ajudar a revelar muito um do outro. Os relatos permitem acessar uma rede de relações da qual Maura fez parte. Nesse sentido, tanto o relato autobiográfico quanto o diário, ainda que muitas vezes aparentem certa opacidade, trazem à tona o universo de suas relações, sejam familiares, através das evocações, sejam do cotidiano das instituições psiquiátricas, ou através dos destinatários ou interlocutores. Tudo isso costurado pelas impressões subjetivas da autora.

Lejeune, em seu *L'autobiographie en France*, diz que é preciso levar em conta a quem se dirigem os relatos. Quem é o interlocutor de Maura? E ainda, que tipo de relação o narrador – Maura – tem com ele (provocação, sedução)? Aqui creio haver mais uma questão necessária: que imagem Maura passa de si mesma através de sua narrativa autobiográfica, seja no início do livro ou no diário? Pensando nessa ideia de buscar apreender uma totalidade, no caso de uma autobiografia (e mesmo de escritos autobiográficos), de buscar mostrar a gênese de uma personalidade e a própria personalidade tem-se a construção de uma auto-imagem.

As narrativas de Maura fazem referência à sua família, e junto disso vem o poder econômico e político, a organização social oligárquica do meio rural, a sociedade tradicional e os valores implicados¹⁷⁶. Ao contar sobre sua intenção de tornar-se uma escritora, seu vínculo com o SDJB, e a relação com seus colegas de trabalho, sua

¹⁷⁵ Falo em obra, pois de certa forma a publicação descaracteriza, sob muitos aspectos, o diário. Para Lejeune, o livro perde muito do diário: o formato, o papel, a utilização da página, a grafia, os desenhos, os objetos inseridos (2000: 30). Esses detalhes são, na maioria das vezes, suprimidos do texto na publicação.

¹⁷⁶ Como já foi dito no início desta tese, o meu recorte privilegiou a época em que Maura viveu no Rio de Janeiro, logo, não me aprofundei nas questões em torno do contexto social no qual Maura viveu durante sua infância e juventude, em Minas Gerais.

narrativa aponta para os contextos jornalístico, artístico e literário da época. As narrativas relatam ainda sua vida no hospício, às voltas com suas angústias, com o medo da loucura, o desequilíbrio, e com isso Maura desvela a dinâmica das instituições psiquiátricas no Brasil daquela época, a hierarquia interna, as novas práticas que surgiam no cenário psiquiátrico em contraposição à costumeira violência, como mostrei no capítulo dois. Enfim, pessoal e social estão imbricados. A menina rica de família de latifundiários, a futura escritora, e a louca de carteirinha (como ela mesma dizia), são as figuras que compõem esse auto-retrato de Maura. Retrato que se reproduz nas narrativas que ouvi e li sobre Maura, não necessariamente da mesma forma, mas acrescentando.

Ao contar sobre sua vida, tanto na autobiografia como no diário, Maura está focada no momento presente, e o presente está circunscrito ao universo psiquiátrico. Ela foi paciente durante todo o período em que escreveu seu diário, cinco meses ao todo¹⁷⁷. Não posso afirmar o mesmo sobre a primeira parte do livro, pois não sei se foi escrita durante sua internação; pode perfeitamente ter sido escrita após. Ainda assim, há um vínculo explicativo claro entre ambas as partes do livro. É preciso ressaltar que Maura estava em processo analítico; havia um psiquiatra, provavelmente psicanalista, que acompanhava seu caso. O processo terapêutico implica, entre muitas outras coisas, na busca pela compreensão e pelo conhecimento sobre si mesmo, resgatando no passado e no presente, subsídios para explicar e até justificar atitudes, pensamentos, sentimentos, etc.. Isso está presente na narrativa de Maura em muitos momentos. Falei acima sobre a conversa que Maura teve com Amílcar de Castro e que a fez se deparar com um possível diagnóstico de esquizofrenia. A partir desse momento, Maura diz que começava a compreender melhor as atitudes de seu médico e as suas próprias. Mas isso está presente também no texto inicial, quando fala sobre sua infância: *Não creio ter sido uma criança normal, embora não despertasse suspeitas. Encaravam-me com uma menina*

¹⁷⁷ Como já foi dito, houve muitas outras internações ao longo de toda sua vida, no entanto, apenas esta teve como fruto seu livro *Hospício é Deus*.

caprichosa, mas a verdade é que já era uma candidata aos hospícios onde vim parar (Cançado, 1965:17). Isso não deixa de ser uma tentativa de compreensão e explicação, para si mesma e para os outros, de sua condição de paciente, por exemplo.

A descrição que faz sobre si mesma em sua infância contrasta com a que sua sobrinha Ana contou-me sobre a tia. Em contraponto a essa figura caprichosa e anormal que Maura descreve, Ana falou-me sobre uma tia generosa, doce e divertida.¹⁷⁸ Ana, durante nossas conversas, comparou a tia ao personagem do conto *O flautista de Hamelin*. Perguntei-lhe o porquê, então Ana falou-me sobre o conto:

Ele, com a flauta encantada, ele atraía o que ele quisesse. No caso da história do flautista mesmo teve dois lances importantes: o primeiro é que a cidade estava infestada de ratos e o povo desesperado, e tinha um rei, na história tinha um rei. Então ele pôs um anúncio que ele pagaria uma quantia astronômica pra quem conseguisse acabar com os ratos daquela cidade. Aí apareceu um flautista que veio de Hamelin e ele tocava flauta e no que ele tocava os ratos todos iam seguindo ele, saíam das tocas, dos buracos, dos esgotos, e seguiam ele, encantados pela flauta. E ele foi para bem longe, levou todos os ratos, a cidade ficou sem nenhum rato. Quando ele voltou para receber o dinheiro dele – aí não tem mais nada haver com a Maura –, aí quando ele voltou o rei disse: essa quantia é muito elevada, isso foi muito fácil pra você. Os ratos foram espontaneamente atrás de você, o preço tá muito elevado, seu trabalho foi muito pequeno em relação a quantia paga. Então não vai pagar? Não, não vou pagar. Então o que ele fez? Pra vingar do rei ele pegou a flauta e saiu tocando a flauta e no que ele saiu pela cidade, andando pela cidade inteira, todas as crianças da cidade seguiam o rapaz, todo lado que ele ia. Aí foi juntando menino, menino, todas as crianças e ele sumiu com as crianças. Todas. O povo ficou todo louco, aí o rei mandou chamar o flautista e pagou o que havia prometido e ele devolveu as crianças. Mas as crianças seguiam para o lado que ele fosse... mesma coisa os ratos. Então a Maura era assim: se ela saía na rua, os meninos acompanhavam.(...) Ela ia para casa da dona Ambrósia e a gente ia atrás dela, ia junto. Depois, na hora que ela saía de lá ela gritava: dona Ambrósia, seus gatinhos estão tuberculosos! Ela [dona Ambrósia] tacava pedra e corria atrás de todo mundo, e a Maura corria também.¹⁷⁹

Ana falou-me sobre outros passatempos das crianças com a tia:

¹⁷⁸ A diferença de idade entre ambas era, aproximadamente, de dez anos, sendo Maura a mais velha.

¹⁷⁹ Trecho de uma das entrevistas que realizei com Ana, sobrinha de Maura Lopes Cançado, em Patos de Minas.

Ela colocava a gente pra dançar balé, sem sapatilha sem nada, machucando os dedos, mas a gente gostava. Ela ensinava a sapatear, ela tocava castanholas e deixava a gente tocar castanholas. Na verdade a gente gosta de coisas que a gente nunca viu antes, não é isso? Então, eram coisas que a gente não conhecia, não conhecia. E outra coisa também... ela era muito jovem na verdade, mas ela já lia um monte de coisa. Por exemplo, ela era apaixonada por Fernando Pessoa, então ela declamava as poesias do Fernando Pessoa pra gente. (...) Ela podia estar dentro do avião que ela era meiga, era doce da mesma forma. E na verdade, no fundo mesmo o que ela ficava querendo é agradar as pessoas, sabe? Ela queria sempre agradar. Quando ela fazia com a dona Ambrósia, porque eu lembro dela falar coisas que ela [dona Ambrósia] não gostava, porque parece que ela [Maura] achava graça de correr, brincar. Mas depois ela voltava lá, agradava a dona Ambrósia, levava presentes, como se não tivesse acontecido nada. Dona Ambrósia que era meio doida, mas percebia as coisas, já sabia que ela voltava logo em seguida, com presentes e tal.¹⁸⁰

De maneira geral, a narrativa de Maura sobre ela mesma tem como tônica principal a loucura e a escrita, esta como exercício literário. Muitos dos aspectos que Maura elegeu, tanto em seu relato autobiográfico como no diário, estão presentes pela relevância que tiveram naquele momento de sua vida. São escolhas subjetivas que cristalizam algumas características e excluem outras, marcam acontecimentos e excluem outros, e assim por diante. Essa característica acaba influenciando o que se conta sobre Maura, como tentei mostrar na primeira parte deste capítulo. As narrativas sobre Maura, anedóticas ou não, trazem muito do que ela contava sobre sua própria vida, tanto no convívio com amigos colegas e familiares quanto nos relatos escritos. Goffman (1980) ao falar sobre papéis sociais, traz a questão da biografia:

Um indivíduo, portanto, pode ser considerado como o ponto central numa distribuição de pessoas que ou só o conhecem de nome ou o conhecem pessoalmente, podendo todas essas pessoas ter um conjunto um pouco diferente de informações sobre ele. Repito que embora o indivíduo, em seus contatos diários, seja, rotineiramente posto em contato com outros que o conhecem diferentemente, essas diferenças em geral não serão incompatíveis; na verdade, algum tipo de estrutura biográfica única será mantido. (...) Dou por estabelecido, então, que os contatos aparentemente causais da vida cotidiana podem, ainda assim, constituir algum tipo de estrutura que prende o indivíduo a uma

¹⁸⁰ Idem.

biografia, e isso a despeito da multiplicidade de 'eus' que o papel e a segregação de audiências lhe permitem. (Goffman, 1980:83-84)

Pensando no que diz Goffman, o livro de Maura ajuda a construir muito dessa estrutura biográfica, vinculada principalmente ao universo psiquiátrico¹⁸¹, na figura da paciente; ao universo literário, com a figura da escritora; ao familiar com a figura da rebelde, etc.. Estes são os eixos narrativos que mais aparecem nos relatos *de e sobre* Maura, ainda que não sejam os únicos. É necessário atentar para o fato de que sua vida foi marcada por entradas e saídas de hospitais psiquiátricos, até sua morte. Sua condição emocional cada vez mais frágil (fosse esquizofrenia ou outra doença) levou-a ao homicídio. Isso implicou em um vínculo perpétuo com a justiça e, conseqüentemente, estreitou ainda mais seus laços com o universo psiquiátrico, na condição de louca e criminosa. Esse vínculo está documentado na narrativa do processo penal, que se estende ao longo de doze anos: de 1972 até 1984. A documentação ajuda a preencher alguns vazios sobre a vida de Maura, pois é possível saber qual foi o seu itinerário ao longo desses anos, como tentei mostrar no início da tese. Além disso, a documentação dá a dimensão do tipo e nível de controle que as instituições jurídica e psiquiátrica, juntas, exercem sobre o criminoso considerado louco. Um controle que se dá nos níveis burocrático, físico e, principalmente, biográfico.

Passo então à documentação que considero, nesse sentido, a mais significativa e explícita sobre esse controle, isto é, os laudos de exame psiquiátricos, que estão anexados aos autos do processo. Os laudos, principalmente o primeiro, são um tipo de biografia “autorizada”, uma narrativa sobre Maura que, sendo um discurso normativo, guarda a intenção de uma verdade – a última possível.

¹⁸¹ Nos termos de Goffman (1996), há uma *carreira* que se desvela e se inicia. O livro mostra isso, a documentação e os relatos que recolhi também.



Maura por volta dos quatro anos

Maura em sua primeira comunhão





Maura à frente, agachada, de mãos dadas com sua irmã



Maura com seu filho Cesarion

Do laudo ou de uma intenção biográfica: observações sobre uma curva de vida defeituosa e pequenos surtos paroxísticos.

O Jogo

Qualquer reação, se estamos diante de um analista (ou com pretensões a), é sintomática, reveladora de conflitos íntimos, ponto de partida para as mais variadas interpretações. Em se tratando de simbologia, somos traídos a cada instante (ignoro se sobre algum prazer na vida para estes interpretativos analistas). Jamais expressamos a verdade – que passa por caminhos sinuosos, apenas conhecidos do ‘monstro’ à nossa frente, o analista, único que não se deixa enganar. Em relação ao sexo a coisa é um desastre: lápis, caneta, dedo, nariz, são símbolos fálicos. É irritante: tenho o inocente hábito de estar sempre com um dedo ou lápis na boca. Não compreendo como um simples lápis _____. Mas o tal de analista compreende. Ah, ele sabe que não são autênticas. O tal analista sabe. Uhhhhhhhhhhhhhhhh!
(Hospício é Deus, Maura Lopes Cançado, 1991:38).

O laudo

Debruçada sobre o primeiro laudo¹⁸² de sanidade mental realizado com Maura, datado de cinco de novembro de 1973, tive a impressão de estar novamente lendo trechos de *Hospício é Deus*. O laudo é composto, principalmente, de pareceres médicos de dois hospitais psiquiátricos nos quais Maura esteve internada, dos relatos sobre exames a que foi submetida e, por fim, dos relatos dos psiquiatras ou peritos que realizaram entrevistas com Maura. O que tenho então é a história de Maura contada novamente onde alguns dos trechos se assemelham fortemente a seu livro, publicado em 1965, excetuando-se a parte intitulada *Exame psíquico*, onde inicia-se uma narrativa

¹⁸² Ao todo foram três laudos de exame de sanidade mental.

mais técnica, na qual a história de vida que Maura conta aos peritos é analisada a partir de termos psiquiátricos. Algumas informações novas são acrescentadas, mas de maneira geral, a parte mais longa dele é formada pelo relato que é quase um duplo de *Hospício é Deus*, resumido. Tudo começa assim:

Antecedentes Psicossociais: A paciente criou-se no interior de Minas Gerais, na fazenda paterna onde passou toda a infância. O pai era fazendeiro, homem abastado, “podre de rico” e sua riqueza e poderio a atingia a tal ponto, que chegava a julgá-lo “um Deus”; (...). o pai, como próspero fazendeiro do sertão mineiro, possuía àquelas características imperantes à época, onde a lei “era o revolver”, e as adotava e as exercia amplamente (Processo penal, fl. 74).¹⁸³

O desenrolar é muito semelhante ao de seu livro autobiográfico:

Nasci em uma bela fazenda do interior de Minas, onde meu pai era respeitado e temido como o homem mais rico e valente da região (...) Sempre ouvi dizer que muitas de suas fazendas lhe eram desconhecidas por estarem distantes. Filho de família rica, gastou toda sua herança quando jovem, casando-se depois com mamãe e recomeçando a vida nos sertões de Minas Gerais, onde a única lei era a do revolver. Antes de tudo meu pai foi um bravo. (Lopes Cançado, 1991:12-13).

A sequência se repete. Cito alguns trechos do laudo:

(...) sofreu atentados libidinosos por parte de empregados (...) Esses fatos traziam para a periciada grandes “sentimentos de culpa”, e passava noites inteiras chorando por causa disso, tinha dificuldade em dormir, (...) achava-se culpada, pecadora e, por certo, iria para o inferno quando morresse. (...) Pagava uma empregada da fazenda para que esta lhe contasse suas intimidades conjugais e suas perversões, sentia-se “muito sensual” e praticava atos libidinosos com outras meninas (Processo penal, fl.75). De outra parte, a paciente, na infância, sempre foi muito “adulada”, por ter nascido sete anos depois do irmão que a antecederia. O pai “apaixonara-se” por ela e concedia-lhe todas as vontades, era muito “bonitinha” e todos tinham-na na conta de ser muito inteligente. Quando no colégio, almejava ter um pai culto, que lhe ensinasse latim, línguas, “bacana”. Em contato com outras colegas, filhas de pessoas de cultura, mentia deliberadamente, afirmando ser filha de estrangeiros (russos) e ter um tio chinês, chegando ao ponto de

¹⁸³Ver documento anexado à p. 261.

“mentalizar” o tio de rabicho, como se chinês fosse. (...) Não se dava bem nos colégios, não se adaptava às normas exigidas e não sabia competir com as outras colegas, porque em sua casa ela sempre fôra [sic] a pessoa mais importante.(...) Aos 14 anos decidiu tirar o “brevet” de aviador, na localidade de Bom Despacho, curso interrompido pelo namoro que iniciou com um dos seus colegas. (...) Quando o pai da periciada soube dos acontecimentos tomou-se de desespero, opoz-se [sic] tenazmente ao casamento e mesmo sabendo que a paciente não era mais virgem, não consentiu no matrimônio, circunstância que a levou a casar-se apenas no religioso (Processo penal, fl.76). (...) A essa altura dos acontecimentos, a periciada já estava muito arrependida com o casamento e, depois de nove meses de casada, dava à luz a um filho do sexo masculino. Pouco depois do nascimento da criança a paciente separou-se do marido, época que coincidiu com o falecimento do pai. Face ao desaparecimento do chefe da família, a periciada, juntamente com a mãe, mudou-se para uma cidade próxima, onde passaram a residir. Alguns meses depois porem, Maura viajou para Belo-Horizonte [sic], com o fito de concluir o curso de aviação, “tirar o brevet”, indo morar em um hotel, tendo convencido a mãe, para comprar-lhe um avião, um Teco-Teco, um “Paulistinha”. Chegou a voar sozinha, mas não conseguiu tirar o “brevet”, pois um amigo seu, aviador, voando em seu avião, ao praticar aterrissage [sic] de emergência, destruindo o aparelho. Retornou à fazenda,(...) resolvendo, mais tarde, prosseguir nos estudos. Para isso matriculou-se no Colégio Isabela Hendrex [sic], (...) preparou todo o enxoval mas não pode freqüentar o colégio, pois a direção tomara conhecimento de que era casada. Procurou então um pensionato e lá permaneceu cêrca [sic] de um ano e pouco, freqüentando cursos de línguas, balé, piano e canto. Contudo, quando tomavam conhecimento do estado civil da periciada, via-se obrigada a mudar-se (...) o que a levou, por fim, a morar somente em hotéis (Processo penal, fls. 76-77). Continuou nos estudos até atingir os 18 anos. (...) começou a ficar “excessivamente deprimida”, emagreceu muito, situação essa que conduziu a periciada, pela primeira vez a uma internação num sanatório psiquiátrico, eis que também se sentia muito sozinha, isolada, e o sanatório a “protegia” (Processo penal, fl.78).¹⁸⁴

¹⁸⁴ Trechos muito semelhantes a estes que retirei do laudo de exame de sanidade mental, especificamente da parte intitulada *anamnese*, são contados também no livro *Hospício é Deus*. Os peritos não mencionam se leram ou não o livro, mas é bem possível que sim, o que não exclui o fato de Maura repetir muitos dos fatos, mas com algumas alterações ou detalhes mais íntimos que estão presentes no laudo e que não estão no livro. Cito aqui alguns dos trechos do livro, *Hospício é Deus*, que entre tantos se assemelham aos trechos do laudo: *Há sete anos mamãe não tinha filhos quando se deu meu nascimento. Daí tornar-me objeto de atenção de toda família e o orgulho de meu pai (Cançado, 1991:12). O sexo foi despertado em mim com brutalidade. Cheguei a ter relações sexuais com meninas de minha idade. Isto aos seis ou sete anos.(...) Possuindo muita imaginação, costuma inventar histórias exóticas a meu respeito. Aos sete anos, estudando numa cidade próxima à fazenda, onde morava minha irmã Didi mentia para minhas colegas: “_Sou filha de russos, tenho uma irmã chamada Natacha, e um dos meus tios nasceu na China, durante uma viagem dos meus avós”. Ó, o meu tio chinês, eu o via mentalmente, de rabicho e tudo, tal os chineses dos livros que lia (Cançado, 1991:21). No colégio Sacre-Coeur de Marie passei a envergonhar-me de minha família. Algumas de minhas colegas tinham parentes elegantes, bem vestidos, que as visitavam. Outras não. Minha família, apesar de mais rica do que a maioria daquelas, morava no*

Toda essa narrativa, esse recontar a história, tem no laudo o título de *Anamnese*. A anamnese psiquiátrica consiste na construção do histórico do paciente através da coleta de dados sobre a vida do mesmo¹⁸⁵, desde seu histórico médico até suas lembranças, reminiscências de família, etc.. De modo geral, é a reconstrução de sua história de vida que será analisada e resignificada a partir do saber médico psiquiátrico. É esse parecer que sustenta a sentença do juiz. Essa ressignificação está no trecho do laudo intitulado *exame psiquiátrico*. Nessa parte do laudo, há uma explicação psiquiátrica com termos específicos e técnicos. Ela tem a função de mostrar o traço doentio presente no conteúdo dessa história de vida. Maura estava sob os olhares atentos dos peritos do Manicômio Heitor Carrilho. Mas cada mero detalhe, cada gesto, cada palavra e

interior, apresentava-se com simplicidade. (...) Uma vez ouvi mamãe, enquanto eu discutia com papai: “_É um erro fazer com que nossos filhos adquiram grau de cultura superior ao nosso. Maura é um exemplo”. Perguntei-lhe assustada: “_ Que há? Que acontece?” Respondeu-me: “_Julga que não percebo sua maneira de ignorar, mesmo tentar humilhar seu pai?” Era verdade, mas eu me odiava também por isso (...) Aos quatorze anos quis ser aviadora, entrei para um aeroclube, pretendendo tirar o ‘brevet’ de piloto. Não consegui ‘brevet’, casei-me com um aviador jovem de dezoito anos. Papai se opôs tenazmente, todos viam naquilo uma loucura. (Cançado, 1991:22-23). Aos quinze anos vi-me com o casamento desfeito, um filho, e sem papai, sustentáculo de todos os meus erros – meu grande e único amor (Cançado, 1991:24). Ver documentos anexados entre as pp. 263-264.

¹⁸⁵ Durante a anamnese psiquiátrica, de acordo com Zuardi A.W. e Loureiro S.R.(1996:45), do ponto de vista formal, os seguintes tópicos devem ser avaliados: 1. Identificação; 2. Queixa Principal; 3. História da Moléstia Atual; 4. Antecedentes - História Médica e Psiquiátrica; 5. Antecedentes - História Pessoal: a) História Pré-Natal/ Nascimento, b) Infância – desenvolvimento, c) Adolescência, d) Idade Adulta ; 6. Antecedentes - História Familiar; 7. Personalidade Pré-Mórbida; 8. Exame Físico; 9. Exame Psiquiátrico: Apresentação (Aparência, Psicomotricidade, Situação da entrevista), Linguagem e Pensamento (Característica da fala, Progressão da fala, Forma do pensamento, Conteúdo do pensamento, Capacidade de abstração, Senso-Percepção), Afetividade e Humor (Tonalidade emocional, Modulação, Associação pensamento/afeto, Equivalentes orgânicos), Atenção e Concentração (Manutenção, Focalização, Desatenção seletiva), Memória (Remota, Recente, Imediata), Orientação (Autopsíquica, Alopsíquica), Consciência, Capacidade intelectual, Juízo Crítico da Realidade. A anamnese é utilizada na medicina clínica e tem sua origem remota. Hipócrates é o primeiro médico, nos termos que cabem a sua época (viveu entre 460 e 377 a.C.), a praticar, segundo Isaias Pessotti, a medicina clínica: *Criador da concepção “médica” de loucura, Hipócrates instituiu também o método clínico em medicina, baseado no apego à doutrina e aos quadros clínicos conhecidos, mas também na aguda e ampla observação dos sintomas e na composição, a partir deles, de quadros capazes de fundamentar a inferência diagnóstica.*(1995:58) Essa atitude clínica será, segundo Pessotti, “redescoberta” mais tarde, no século XIX, por Pinel: *O diagnóstico implica agora a observação prolongada, rigorosa e sistemática das transformações na vida biológica, nas atividades mentais e no comportamento social do paciente, de sua história de vida, como recurso diagnóstico essencial* (1995:170).

entonação estavam sendo atentamente analisados. O modo como a história era contada torna-se mais um objeto de avaliação.

A avaliação psiquiátrica começa antes mesmo do início da entrevista, com a observação da expressão facial do paciente, seus trajés, movimentos, maneira de se apresentar, etc.(Zuardi A.W. e Loureiro S.R, 1996:46)

Tudo estava coberto pela aura reveladora dos sentidos subjacentes, prontos a serem desvelados sob os olhos atentos dos peritos. Diz o perito e narrador:

A paciente vem ao exame trajando vestes próprias e atuais, com os cabelos penteados, discretamente maquilada, evidenciando alinhado e cuidados bem femininos pela sua aparência pessoal. Apresenta-se em estado de clareza da consciência e está orientada auto e alopsíquicamente. Mostra nas várias entrevistas mantidas com os peritos, um elevado grau de ansiedade, eis que não se mantém sentada tranquilamente à cadeira, de onde levanta-se a todo instante, movimentando-se angustiadamente pela sala, cruzando e descruzando as pernas, e fumando incessantemente. A atitude é vigilante e voluntariamente dirigida (Processo penal, fl.86).¹⁸⁶

Um piscar de olhos, um tremilicar de mãos, uma doença de infância ou um pecado confesso, tudo ganhava um sentido profundo e definitivo durante o exame psiquiátrico. Cada pedaço de sua narrativa era interpretado e posteriormente colada a categorias pré-determinadas de sintomas, mostrando uma personalidade desviante. Por fim, chegou-se à conclusão que Maura

(...) externa fundamentalmente, uma fachada psicopática, sob a qual se desenvolve, surdamente, um processo esquizofrênico larvado, enxertado com epilepsia, com distúrbios psicopáticos e epiléticos do carácter (...) (Processo penal, fl.86).

No entanto, para chegarem até essa conclusão – que é também um diagnóstico – a narrativa dos peritos no laudo recai sobre um tipo de desqualificação da conduta de Maura e de sua personalidade, sempre tendo como suporte para essas análises a

¹⁸⁶ Ver documento anexado à p. 265.

narrativa de Maura, a história de vida que ela lhes contou. O laudo, à medida que constrói, em sua narrativa, uma personalidade psicopática e esquizofrênica, acaba fazendo-o a partir de descrições e adjetivações que estão muito próximas às concepções em voga no século XIX, tais como a loucura moral ou ainda a monomania sem delírio. Essa comparação não é estranha tendo-se em conta que, ao longo da conceituação da psicopatia, predominou a ideia de desvio de caráter considerado a partir de parâmetros morais e éticos vigentes no meio social (Henriques, 2009)¹⁸⁷. A questão da patologia era desviada para a da anomalia, relacionada a comportamentos desejados ou não no meio social. De acordo com Isaias Pessotti (2001), muitos dos nomes dados à loucura ao longo da história mudam não porque novas formas de alienação surgem, mas pelo fato de mudar a maneira de interpretar os fenômenos, já que as práticas, as normas e, portanto, o meio sócio-cultural muda com o passar do tempo. Isso pode provocar, muitas vezes, uma reformulação dos agrupamentos de variedades anteriores¹⁸⁸, segundo o autor. Isso significa que muitas das maneiras como se caracterizou a loucura, suas definições e nomes, sempre estiveram, também, vinculadas aos valores, às práticas, às convenções

¹⁸⁷ Henriques (2009) toma a definição de H. Cleckley de psicopatia, de 1941, dividida em 16 características: 1. Aparência sedutora e boa inteligência; 2. Ausência de delírios e de outras alterações patológicas do pensamento; 3. Ausência de "nervosidade" ou manifestações psiconeuróticas; 4. Não confiabilidade; 5. Desprezo para com a verdade e insinceridade; 6. Falta de remorso ou culpa; 7. Conduta antissocial não motivada pelas contingências; 8. Julgamento pobre e falha em aprender através da experiência; 9. Egocentrismo patológico e incapacidade para amar; 10. Pobreza geral na maioria das reações afetivas; 11. Perda específica de insight (compreensão interna); 12. Não reatividade afetiva nas relações interpessoais em geral; 13. Comportamento extravagante e inconveniente, algumas vezes sob a ação de bebidas, outras não; 14. Suicídio raramente praticado; 15. Vida sexual impessoal, trivial e mal integrada; 16. Falha em seguir qualquer plano de vida (Cleckley, 1988 apud Henriques, 2009:289). Segundo o autor, essa definição é a que foi a base para as definições atuais do que se denomina hoje desvios de personalidade.

¹⁸⁸ Seguindo esse raciocínio, talvez Maura hoje recebesse o diagnóstico de personalidade *borderline*. De acordo com Paulo Dagalarrondo: *A necessidade de se criar categorias diagnósticas para distúrbios mentais graves, próximos da alienação mental, mas sem sintomas declarados de "loucura", não é nova na tradição psicopatológica* (Berrios, 1993). Nesse sentido, entidades como a 'moral insanity' de Prichard (1835), a 'manie sans délire' de Pinel, e as monomanias de Esquirol (1838), poderiam ser tomadas como precursores do conceito de 'borderline'. Para o alienista Chaslin, haveria de fato um território fronteiro, entre a loucura e a sanidade, uma 'borderland of insanity', como ele sugeriu na virada do século, digna de ser estudada com maior cuidado pelos alienistas (1999: 53-54). A origem dessa noção vem do desdobramento de outras categorias que lidaram com a questão do frusto como no caso da esquizofrenia latente, que esses autores também definem como precursora da terminologia do transtorno *borderline* e que, no laudo de Maura, também aparece como *esquizofrenia larvada*, ou seja, caracterizada pela ausência de sintomas ou ainda com intervalos de lucidez.

de uma época.¹⁸⁹ Em alguns casos, essas mudanças acontecem, mas podem carregar resquícios de concepções anteriores, envolvidas por valores que ainda estão em voga, apontando o que é correto ou não como comportamento. Voltarei a essa questão à frente.

No caso de Maura, não era apenas chegar a um diagnóstico. O objetivo dos peritos era explicar um crime que, em sua origem, parecia enigmático, ou como diz Foucault (2002), sem interesse, sem uma motivação explícita. O problema era encontrar esse *interesse-razão* do crime que pudesse torná-lo compreensível e, portanto, punível ou não. Nesse sentido, esse diagnóstico vai sendo tecido na narrativa dos peritos sobre Maura, e essas caracterizações morais presentes nas monomanias ou *moral insanity* vão sendo costuradas às entrelinhas, na tentativa de explicarem o enigma.

Nas entrevistas com os peritos, Maura dizia não se lembrar de nada sobre o momento do crime. A frase que usava era *se lembrar, fico doida* (Processo penal, fl.73). Os peritos tiveram acesso aos detalhes do que aconteceu através dos autos do processo, ao qual consultaram. Nos autos, já havia o parecer do instituto de criminalística, ou *Laudo de exame de local de morte violenta*:

Face aos exames realizados e expostos no corpo do presente laudo, são acordes os peritos em afirmar ter ocorrido no local em causa, objeto do presente, uma morte violenta (homicídio), perpetrado por estrangulamento, cujo instrumento utilizado fora uma faixa de tecido extraído de um lençol, nas condições abordadas nos capítulos anteriores. (Processo penal, fl.57)

Os peritos do exame de sanidade mental estavam, então, diante de uma paciente psiquiátrica que havia matado violentamente outra paciente, mas apresentava-se em condições estáveis. De acordo com a narrativa do laudo de sanidade sobre Maura: *A linguagem verbal é expressada através [de] uma atividade discursiva fácil, minuciosa, detalhista e prolixa. No conteúdo do pensamento, muito embora não se encontrem idéias delirantes sistematizadas, organizadas sob a forma de um delírio típico, sua temática está*

¹⁸⁹ Como bem mostrou Foucault em sua *História da loucura*.

marcada pela fantasia, pela fabulação e pela tendência a autoreferência (Processo penal, fls. 86). Maura não delira. Ao contrário, fala bem, com minúcia e detalhes. Sua capacidade intelectual no teste psicológico é descrita como *nível médio e alto (QI 114)*. *Apesar de uma associação estranha no teste de Rorschach (um homem estranhíssimo –o próprio Deus), apresentou adequado contato com a realidade e boa lucidez durante todo o exame psicológico precedido (...)* (Processo penal, fl.85). Apresenta-se de maneira adequada, tem *fácil relacionamento social e diálogo que mantém com bom humor* (fl.85), além de manter uma *atitude cooperativa durante a aplicação dos testes, persistindo e inibindo-se porém nos que lhe suscitavam certa ansiedade* (fl.85).

Nada estava evidente na figura de Maura. O que os peritos psiquiatras tinham? Um crime, descrito nos autos do processo penal, ao qual eles tinham livre acesso. Reviam os depoimentos das testemunhas presentes na noite em que ocorreu e o exame de corpo delito, ambos anexados ao processo; tinham ainda um histórico de inúmeras internações ao longo da vida de Maura, o que apontava para uma personalidade que, de certa forma, já demonstrava sinais de fragilidade. No entanto, a pessoa de Maura não tornava nada disso explícito. Não havia uma razão clara que pudesse explicar os motivos do crime. E não havia também um indício mais evidente de alienação mental, delírio, ou qualquer coisa que pudesse, de imediato, levar os peritos a considerá-la como louca, ou seja, como alguém que estava na condição do artigo 22 do código do processo penal¹⁹⁰, a não ser o fato de que estava internada.

É interessante observar que, se no inquérito o delegado informa imediatamente que o crime foi cometido por *doente mental* – já que este se deu dentro de um hospital psiquiátrico e Maura estava na condição de paciente –, no laudo isso muda. Não quero dizer com isso que essa definição não estivesse moldando a busca e, mais tarde, a narrativa dos peritos, ao contrário, a definição está guiando todas as etapas não só no laudo como no restante do processo, lembrando o que diz Zarias, sobre esse tipo de definição. Mas a evidência imediata que o delegado tinha quando foi até o hospital

¹⁹⁰ Do código de 1941.

investigar a situação, na noite do crime, e se deparou com Maura na condição de paciente psiquiátrica, competia no momento dos exames psiquiátricos com pessoa de boa aparência. Não só o tempo havia passado como a mulher que se apresentava aos médicos peritos estava bem trajada, maquiada, era desenvolta, contava sua história de maneira coerente, colaborava com os médicos, apesar de demonstrar certa ansiedade no cruzar e descruzar de pernas e no fumar incessante.

O que era preciso, então? Era preciso reaproximar essas duas figuras de uma terceira: era preciso juntar a homicida e paciente psiquiátrica, com a desenvolta, de QI acima da média e aparência normal. Era preciso trazer à tona o que estava escondido, costurando essas três figuras em uma só. Isso era feito à medida que os peritos retomavam tudo aquilo que já foi citado, ou seja, todos os indícios que compunham os autos do processo penal até aquele momento, mas, principalmente, analisando toda a história de vida de Maura. Se o crime não se revelava na aparência e na inteligência, era preciso desvendá-lo na conduta de uma vida, ou seja, em uma vida doentia. Junto disso, vem uma noção de personalidade psicopática e esquizofrênica que, na narrativa dos peritos, aparece profundamente marcada pelas concepções morais da loucura.

Foucault (1978) fala sobre as *loucuras parciais*, entre as quais estariam aquelas que não podem ser percebidas pela desordem da inteligência, mas apenas observadas pela desordem das ações, das condutas ao longo da vida. A loucura moral (*moral insanity*) era uma delas. Um tipo de noção caracterizada por uma espécie de *perversão das afecções morais, na direção de irritações maníacas, atos inspirados de violência, explosões de furor* (Foucault, 1978:517). A monomania¹⁹¹ marcou também o começo de uma visão da loucura associada ao perigo. Não se tratavam apenas de *estigmas da incapacidade no nível*

¹⁹¹ Segundo Isaias Pessotti: *Na classificação de Esquirol, de 1816 e 1818, a loucura é, ainda, distúrbio das funções racionais, intelectuais, como para seu mestre Pinel. Mas a lista das espécies é ligeiramente diversa, pois a loucura tem cinco espécies: 'Lypemania' definida como delírio limitado, parcial, relativo a um ou poucos objetos, acompanhada por paixão triste ou depressão; 'Monomania', semelhante à primeira quanto à extensão do campo do delírio, mas diversa quanto à paixão que a acompanha – o delírio é restrito a poucos objetos ou a um só mas é acompanhado de paixão alegre, expansiva;(...)* (Pessotti, 2001:61).

da consciência, mas dos focos de perigo no nível do comportamento, como disse Foucault ao tentar formular as idéias que perpassavam essa noção (2002:178). Foucault continua:

A análise, a investigação, o controle psiquiátrico vão tender a se deslocar do que pensa o doente para o que ele faz, do que ele é capaz de compreender para o que ele é capaz de cometer, do que ele pode conscientemente querer para o que poderia acontecer de involuntário em seu comportamento.(...) Com a monomania, com essa espécie de caso singular, extremo, monstruoso, tínhamos o caso de uma loucura que, em sua singularidade, podia ser terrivelmente perigosa. (2002:178-179)

Tanto a loucura moral (também denominada monomania raciocinante) quanto a monomania (ou monomania instintiva) descreviam indivíduos que não sofriam de “distúrbios de ideação”, ou seja, era um tipo de loucura lúcida.¹⁹² Não se dava na esfera da razão e, nesse sentido, segundo Foucault, estava oculta, como uma *loucura transparente e incolor que existe e circula sub-repticiamente na alma do louco(...)* (1978:517). A monomania instintiva seria aquela que se revela repentinamente, às vezes afetando um único tipo de comportamento, como o do assassino, em alguns casos. Já a monomania raciocinante caracterizava *indivíduos que apesar de lúcidos e inteligentes, apresentavam ‘distúrbios de caráter ou do senso moral’(...)* Os indivíduos afetados por essa espécie de loucura conservariam durante toda sua vida um caráter indisciplinado, reivindicador, cruel, agressivo, amoral (Carrara,1998:74). Diz ainda Carrara:

A monomania instintiva dava conta de explicar atos considerados excessivos em relação a uma história de vida ou trajetória individual comedida, medíocre, normal. A loucura moral explicava, por seu lado, atos contextualizados por uma história individual percebida como excessiva, extravagante, excêntrica ou acidentada, frente à representação daquilo que seria o homem médio, medíocre ou normal (1998:75).

¹⁹² Pessotti fala sobre a descrição de Maudsley: Maudsley escreve, depois que muito já se disse, sobre a ‘Mania sine delírio’, de Pinel, a ‘Monomanie raisonnante ou sans délire’, de Esquirol, ou ‘Moral insanity’, de Prichard. É esse o quadro básico para admitir a existência de espécies de loucura sem ‘distúrbios de ideação’, embora perigosíssima por seus efeitos afetivos devastadores. Os casos que Maudsley aponta, lembram, invariavelmente, a loucura lúcida, e racional, da Medéia de Eurípedes. Alias, desde Homero ou, para não ousar demais, desde a medicina greco-romana, a loucura se define pela perda ou desgoverno da razão ou pela perda do controle da vontade, ou seja, pela submissão, coercitiva, às paixões, ou aos instintos (2001:107).

De certa forma, essas duas noções estão permeando o laudo sobre Maura, na maneira como este é construído, mas com características descritivas, adjetivos que o aproximam da concepção moral. Os peritos dizem o seguinte:

Sobressaem de forma saliente, no contexto da personalidade da paciente, e elementos encontrados à saciedade na sua curva biográfica, as desordens da afetividade, dos instintos, do temperamento e do caráter. Estas desordens da personalidade da periciada estão muito bem caracterizadas e traduzidas na conduta assumida ao longo de sua vida, onde se encontra as mais variadas formas de reação psicopática e onde destaca-se a irresponsabilidade; a mentira e a insinceridade; a ausência de remorso ou de vergonha; o comportamento antisocial [sic] sem constrangimento aparente; o senso crítico falho e a deficiência de aprender pela experiência; o egocentrismo patológico e incapacidade de amar; a pobreza geral das reações afetivas; a perda da capacidade de discernimento; a indiferença em relações interpessoais gerais; comportamento extravagante e desagradável; as ameaças e tentativas de suicídio raramente levadas a efeito; a impulsividade; a agressividade; a violência; a sexualidade precoce e as perversões sexuais. (Processo, fls. 86-87)¹⁹³

Tem-se uma espécie de junção dessas duas monomanias, a instintiva e a raciocinante. As desordens da afetividade – entenda-se, aqui, dos sentimentos e da vontade – são aquelas descritas acima, de acordo com Carrara, que apontam esse indivíduo tomado por um instinto homicida irresistível. Segundo Carrara (1998), alguns crimes enigmáticos encontrariam sua explicação nesse tipo de impulso, que transforma o homicida em uma espécie de autômato. Voltando ao laudo de exame de sanidade mental, dizem os peritos sobre Maura: *Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto de excluir a conduta racional; sua resposta aos estímulos é caracterizada pela imaturidade emocional pela resposta impulsiva e instantânea* (Processo penal, fl.87). Já as do temperamento e do caráter recairiam naquela concepção moral ou raciocinante. Tomo outro trecho do primeiro laudo:

¹⁹³ Ver documento anexado às pp. 265 e 266.

A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas [sic], amorais, extrapolam já de uma constituição psicopática tão somente, mas alteram o mundo dos valores divorciados da realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desvirtuar o valor ético ou moral, prenunciadoras de um processo Esquizofrênico [sic] larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na sua proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito. (Processo penal, fl.88)¹⁹⁴

Seguindo as palavras do perito, é possível perceber os resquícios dessas concepções na maneira como a conduta de Maura é julgada. Tem-se uma figura moral em sua excentricidade, em sua extravagância e mesmo em sua amoralidade, muito distante do que seria, do ponto de vista dos peritos, um indivíduo com um comportamento normal, adequado. Por outro lado, esse processo esquizofrênico que se manifesta *surdamente* é o guia desse comportamento desvirtuado, mas guia de maneira velada, aparecendo ora aqui ora ali, entre uma internação e outra, entre uma atitude extravagante e outra, mas irrompe no momento do crime com toda a sua fúria autômata e incontrolável. No laudo, a esquizofrenia está muito próxima às monomanias. Ou seja, ela está lá, está nessa vida, nessa curva, a questão é mostra-lá:

Verifica-se do estudo direto da paciente, do minucioso levantamento biográfico, da pesquisa a todas as fontes de informação, das provas psicológicas aplicadas, tratar-se de uma personalidade com características de onipotência, narcisista, exibicionista e egocêntrica. Incapaz de julgar sua própria conduta, e mesmo quando inadequada ou hostil ao meio social, está satisfeita com ela, carecendo de propósitos, objetivos e de perspectivas; tendo um deficiente sentido de realidade; exigindo a satisfação imediata dos seus desejos; estabelecendo muito escassas relações emocionais ou laços afetivos estáveis; as suas necessidades instintivas não se adaptam as necessidades sociais, só se adaptam aos ambientes que pode dominar, com surpreendentes irregularidades em suas capacidades e inconstância na conduta, inclusive na infância, onde demonstrou já, àquela época, sinais de desadaptação emocional e traços nocivos da personalidade. Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto de excluir a conduta racional; sua resposta aos estímulos, é caracterizada pela imaturidade emocional e pela resposta impulsiva e instantânea. A atuação da paciente, ao longo de sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial

¹⁹⁴ Ver documento anexado à p. 267.

adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime. (Processo penal, fl. 87)

É nessa infância que os primeiros sinais de *desadaptação emocional* aparecem, assim como os *traços nocivos da personalidade*. É muito provável que os peritos tenham lido *Hospício é Deus*. Maura enfatiza algumas características de sua personalidade na infância, deixando outras de lado, como mostram as narrativas no capítulo anterior. O olhar que Maura tem sobre sua infância, a maneira como se descreve no livro está bastante influenciada pela situação na qual estava, como já foi dito, e isso torna-se explicativo para os peritos. Foucault, sobre o caso Rivière e sua psiquiatrização, diz o seguinte:

(...) os psiquiatras, a partir do momento em que queriam psiquiatrizar a coisa e desculpabilizar Rivière, eram obrigados a dizer: mas esses sinais de maldade são precisamente sinais de maldade paroxísticos, e tão paroxísticos aliás que só são encontrados em certo período da sua infância. Quando ele tinha menos de sete anos, não os encontramos; e então, a partir dos sete anos, a coisa começa. Quer dizer que o processo patológico já estava em ação, processo patológico que devia desaguar, dez ou treze anos depois, no crime que sabemos. (Foucault, 2002:384-385)

O passado em cada detalhe é examinado na busca de sintomas que possam localizar uma origem, a origem do que levaria ao crime. Lá, bem no fundo, o delito já estava previsto, como um devir, ao qual não se escaparia. Seguindo a lógica dos peritos, esses sinais paroxísticos, Maura mostrou tê-los desde sua infância:

Aos sete anos fui vítima de um ataque convulsivo que muito preocupou meus pais. Deu-se enquanto eu dormia, e não sofri. Apenas dor de cabeça ao acordar. Aos doze anos, estudando interna, tive outra crise, nas mesmas condições. Também não me preocupou. Ao contrário, vi-me alvo de muitas atenções. Mas aos quatorze anos, estava acordada, tive uma crise e foi horrível. Creio ter ficado inconsciente mais de nove horas, depois do que me veio uma certa amnésia que durou um dia. Outra crise se repetiu em condição análoga, logo após meu casamento, durante a gravidez, e a última, aos quinze anos, depois da morte de papai. Não se repetiram até hoje. Tenho tido constantemente

equivalentes. As auras epilépticas me são quase que cotidianamente familiares. (Lopes Cançado, 1991:21)

Este relato está em seu livro *Hospício é Deus*. Nele, Maura conta que, quando criança, foi tomada por uma série de doenças, as quais fizeram-na centro de grande atenção. Tudo teria começado depois da morte de um agregado da casa, Pabi, de quem sua mãe era madrinha. Após sua morte, seu irmão José disse ter visto Pabi em uma aparição e este lhe disse: *Diga a minha madrinha que não chore tanto por mim, pois não estou sofrendo. Brevemente voltarei para buscar Maura.* (Cançado, 1991:15) Depois desse fato, sua mãe fez uma promessa à Virgem Maria: vestiria a filha de branco e azul até que ela completasse sete anos. Estava, então, com quatro anos. Contudo, os sete anos marcaram o início de suas crises convulsivas.

A doença e sua cura estão fortemente vinculadas à religião, que faz a mãe entregar, em promessa, a filha à Virgem Maria. A mistura do branco e do azul, indicando uma pureza celestial e, por fim, a convulsão que reafirma essa promessa, mas que aponta para a estranheza desse corpo que se debate entre a vida e a morte anunciada. A convulsão nessa narrativa de infância esta envolta pelo misticismo, pela religiosidade, mas com o passar dos anos ela torna-se a *aura epiléptica*, segundo os relatos de Maura, demonstrando uma aproximação com as definições médicas. Volto à narrativa do laudo, atendo-me às conclusões:

Conclusões – Considerações psiquiátrico-forenses: Da avaliação procedida na indiciada Maura Lopes Cançado, chegou-se a conclusão que externa fundamentalmente, uma fachada psicopática, sob a qual se desenvolve, surdamente, um processo esquizofrênico larvado, enxertado com epilepsia, com distúrbios psicopáticos e epilépticos do caráter. É, assim, uma personalidade mórbida, doente, em todas as suas dimensões. (Processo penal, fl. 88)¹⁹⁵ (...) A impulsividade, a agressividade e violência, também fazem parte dos caracteres psicopáticos epileptóides como os da indiciada, e os distúrbios da eletrogênese cerebral, expressivos da epilepsia que padece, devem ter dificultado os mecanismos nervosos inibitórios, formadores dos impulsos, contribuindo todos esses

¹⁹⁵ Ver documento anexado à p. 267.

elementos, além dos já mencionados, para facilitar os incoercíveis impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa. (Processo penal, fl. 90)¹⁹⁶

Primeiro, tem-se uma convulsão envolvida pela aura religiosa, mais tarde uma aura médica e, finalmente, por uma aura “psiquiátrica-médico-moral”, onde as convulsões¹⁹⁷ marcam distúrbios psicopáticos e epiléticos do caráter. Esses surtos paroxísticos, as crises epiléticas de Maura que começam na infância tornam-se uma espécie de sintoma do que se revelaria uma personalidade criminosa, à moda do final do século XIX e meados do XX, no Brasil, quando a epilepsia era associada, em muitos casos, ao criminoso nato. É interessante observar que nessa explicação do crime sem interesse e por isso mesmo enigmático, os peritos precisam ancorar esse crime a uma curva vital que remonta a infância e que se desenrola tortuosamente, chegando à fase adulta propensa, ou mesmo sem outra possibilidade que a de cometer aquele crime.

Suas ações ao longo de toda a vida são colocadas em xeque no laudo a partir de um discurso que se apresenta como uma verdade de caráter científico. No entanto, muito desse discurso está ancorado em fatores sócio-culturais, sendo então a reprodução de um conjunto de valores, da moral vigente na época. As narrativas que ouvi sobre Maura, em minha estadia na cidade de Patos de Minas, contam que muitos familiares consideravam suas atitudes como excessivas e inadequadas, como foi mostrado no capítulo anterior. A publicação de seu livro autobiográfico, como foi dito, foi considerada uma agressão ao nome Lopes Cançado, a ponto de ser atirado contra parede. A companhia de Maura não era bem vista pelas famílias mineiras, mesmo em de Belo Horizonte. O mesmo se dava no seio de sua família.

¹⁹⁶ Ver documento anexado à p. 268.

¹⁹⁷ Segundo Foucault, *a convulsão é essa imensa noção-aranha que estende seus fios tanto do lado da religião e do misticismo, como do lado da medicina e da psiquiatria* (Foucault, 2002:270). O autor se refere aos conflitos que envolviam o lugar da convulsão e do convulsionado entre os séculos XVI e XVIII. Mas é preciso ainda levar em conta que, no Brasil, sob influência das teorias lombrosianas, o vínculo entre epilepsia e crime era muito forte e se estendeu até meados do século XX, mas continuou existindo, até pelo que se lê no laudo de Maura. Afrânio Peixoto, um importante médico que atuou na área da medicina legal foi, no Brasil, o precursor de trabalhos que faziam essa ligação. Publicou, em 1898, sua tese *Epilepsia e crime*, com o prefácio de Nina Rodrigues, de quem fora discípulo. A idéia de que a criminalidade no caso de epiléticos era uma revelação sintomática da epilepsia era central no trabalho de Peixoto.

Em seu livro, Maura relata a fase em que vivia em Belo Horizonte, para retomar os estudos. Pouco tempo depois, internou-se, pois tentara o suicídio. Foi sua primeira passagem por um hospital psiquiátrico, o ano era 1949. Nessa clínica, envolveu-se com o psiquiatra, mas não dá detalhes do que houve, diz apenas que, além de perder toda a confiança de sua mãe, viu-se só. Segundo Maura:

Após a experiência do sanatório, desisti de insistir na vida em que antes me obstinava. A atitude do psiquiatra abriu-me nova perspectiva. Eu não era a mocinha moradora em pensionatos, a 'Minas-girl' como são chamadas as moças do Minas Tênis Clube. Mudei-me para um hotel de luxo, travei conhecimento com moças consideradas mais ou menos livres, que me aceitaram sem restrições, conheci rapazes, que também me aceitaram encantados, os rapazes mais em evidência na sociedade. Passei a frequentar boates de luxo, aprendi a fumar, embriagava-me todas as noites, gastava a minha herança de maneira insensata. Não me preocupava absolutamente com minha reputação. Já não estudava coisa alguma – fazia farras. Deixava-me levar em turbilhão – mas parecia buscar ainda algo. (...) As coisas melhoraram sensivelmente: nada esperava. Vivia com intensidade cada momento. Era considerada uma jovem louca, amoral (ou imoral?), irresponsável, bonita, inteligente e rica. O telefone do meu apartamento de hotel tocava a cada instante. Amigos e amigas procuravam-me sem cessar, as amigas sempre me pediam favores. Tornei-me muito elegante, sabia ser admirada. Necessitava de gente constantemente ao meu redor. (Cançado, 1991:64-65)

Maura já estava separada, deixara o filho com sua mãe e vivia uma vida considerada livre demais para os padrões familiares. O livro relata parte disso. O resultado foi o gradativo afastamento da família. Os sobrinhos eram mandados a estudar longe de Belo Horizonte. O hábito da família era enviar as meninas para estudar no Sacré-Coeur de Marie e os meninos para o Colégio Arnaldo, ambos em Belo Horizonte. No entanto, depois da mudança de Maura, seus sobrinhos não iam mais para Belo Horizonte, assim os pais (irmãos de Maura) evitavam os maus exemplos da tia. Seu nome não era sequer pronunciado, segundo Ana.

Como já disse anteriormente, não posso afirmar que os peritos tenham lido *Hospício é Deus*, já que isso não é mencionado em nenhum momento da documentação. Podem tê-lo feito, assim como Maura pode ter-lhes contado as mesmas passagens do

livro, ou ambos os casos, já que precisavam recolher material sobre sua vida. O que considero importante ressaltar é a forma como o laudo atualiza esse relato autobiográfico de Maura. Se colocadas lado a lado, a narrativa de *Hospício é Deus* e a que compõe laudo, na anamnese, são histórias muito semelhantes; contudo, o laudo atribui à sua um sentido definitivo, único. Sendo assim, ao atentar para os sentidos que estão implícitos na narrativa de Maura, lembro-me de Assis Brasil. Quando Brasil (1975) escreveu sobre *Hospício é Deus*, considerou-o um relato de denúncia, um *documento social*. Nas palavras do autor:

O Diário nos fornece logo a seguinte idéia: amadurecemos culturalmente, e o depoimento humano no Brasil adquire expressão literária, para retratar aspectos de um grupo social. Robert Kanter, analisando o último volume do 'journal' de François Mauriac – "Le Nouveau Bloc-Notes" – assinala: "Le journal, cela peut être l'histoire d'un homme à la recherche de son âme au celle d'un peuple en train de perdre la sienne." O Diário de Maura Lopes Cançado alcança os dois sentidos da citação de Kanter: a tentativa de situar um drama pessoal em função de um contexto, onde se sobressai o problema maior de uma premente justiça social. (Brasil, 1975: 101)

Assis Brasil repetiu-me o mesmo quanto estive em sua companhia, no Rio. No livro *O século oculto*, Nelson de Oliveira (2002) pergunta: *onde andarás Maura Lopes Cançado?* Refere-se à sua passagem rápida e marcante, a seu ver, pela literatura. Oliveira, nesse livro, retoma nomes que se destacaram em algum momento, mas que foram esquecidos com o tempo, assim como as obras. Ao lembrar Maura, fala principalmente em *Hospício é Deus*:

Com 'Hospício é Deus'(...) Maura pretendia denunciar o sistema psiquiátrico brasileiro. E ela de fato o fez da melhor maneira que sabia: estraçalhando-nos, ou seja, transformando em grande literatura o que em mãos menos competentes seria apenas um libelo. (Oliveira, 2002:67)

Maura falava sobre o cotidiano em uma instituição psiquiátrica. Mostrou as dificuldades que marcavam esse dia a dia, tão cheio de descaso e violência; a hierarquia

interna; os tipos de tratamentos empregados; mecanismo de ajustamento, etc.. Em nenhum momento, o universo das instituições psiquiátricas – totais – é mencionado no laudo. Nada do que é levado em conta para justificar o crime é exterior a Maura. No laudo, todos os discursos de reprovação são acionados, transformando essa história e todo o resto que conseguiram juntar em uma curva de vida defeituosa – em todas as suas dimensões. Essa curva mostra a pessoa extravagante, caprichosa, esdrúxula, imoral, divorciada da realidade. Pouco ou nada se salva nessa reconstrução de vida. Todas essas noções reafirmam o delito e, segundo Foucault, constituem-no como um traço individual.¹⁹⁸ Daí a impossibilidade de associar o crime, por exemplo, à conduta falha do hospital psiquiátrico em que Maura estava internada. A dinâmica de um hospital psiquiátrico, como eu disse, não é levada em conta.

No laudo, estão anexados três pareceres sobre a paciente Maura Lopes Cançado, de hospitais psiquiátricos onde esteve internada. São pareceres que descrevem situações relacionadas ao estado da paciente durante as internações, e são anteriores à época do crime. Estes pareceres, cedidos pelas clínicas, serviram de material analítico para os peritos. O primeiro é da Clínica Bela Vista, o segundo da Casa de Saúde Dr. Eiras e o terceiro é do Hospital Gustavo Riedel. Este último tem os seguintes itens: *Ato de internação*, com apontamentos sobre os traumas descritos pela internada, sobre as várias internações anteriores e o apontamento de anomalias em alguns eletroencefalograma (EEG); o segundo é denominado *Atenção*, seguido de uma observação sobre idéias suicidas da internada; e o terceiro, *Evolução*, mostra algumas observações sobre o quadro evolutivo da paciente desde sua internação, ou seja, desde o primeiro item, *Ato de internação*. Diz a *Evolução*:

¹⁹⁸ No Brasil a psicologização do crime e sua individualização tem como principal idealizador Heitor Carrilho. Defensor do Direito Positivo, Carrilho se opunha ao Direito Punitivo. Segundo Peter Fry (1985), foi devido à sua extrema dedicação à causa positivista que ocorreu a implementação de manicômios judiciários no país. O primeiro foi em 1919, o Manicômio Judiciário, hoje chamado Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro. Nele, Carrilho ocupou o cargo de diretor *ad vitam*.

A paciente mostra-se extremamente revoltada e agressiva, criando casos na enfermaria, culminando por quebrar os vidros da janela, pulando para o lado de fora, desacatando-nos e ameaçando de se jogar ao solo, caso alguém dela se aproximasse. Esta atitude ultimamente da paciente, baseia-se em revolta e queixas contra tudo e todos daqui. Suas queixas, se lógicas e justas de um lado mostram entretanto o patológico, pela intensidade de sua reação. (Processo penal, fl. 84)¹⁹⁹

As queixas *lógicas e justas* são, contudo, reveladoras da insanidade de quem as faz e, por isso, parecem ser destituídas de validade. Não retomarei aqui todos os detalhes sobre o tratamento inadequado que as pacientes recebem e que estão descritos em seu livro, pois já o fiz de forma esparsa ao longo dos capítulos. No livro, os relatos referem-se, principalmente, ao Engenho de Dentro, com algumas evocações sobre clínicas que haviam ficado no passado. No entanto, aqui chegamos a uma questão importante. O *lógico e justo* parece perder o sentido quando associados a um paciente psiquiátrico. Sergio Carrara fala de uma situação interessante que presenciou durante sua pesquisa no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro, em 1983. Os internos reivindicavam o direito a um parlatório, ou seja, um lugar onde eles pudessem receber seus parceiros sexuais. Havia, no entanto, grande hesitação da parte dos terapeutas e médicos em implementá-lo. O medo era que alguma violência pudesse ocorrer e, nesse caso, quem seria o responsável? Diz Carrara: *Novamente aqui aparece a atitude paradoxal de reconhecimento dos direitos dos internos e de sua incapacidade de exercê-los* (Carrara, 1998:37). A situação chama à questão posta no parecer médico de Maura, isto é, a do *lógico e justo*.

Os casos são diferentes, mas a atitude médica é a mesma. As queixas de Maura são justas, mas sua reação a impede de exercê-la com reconhecimento. A loucura é exatamente aquilo que destitui os internos de seus direitos. Goffman fala sobre os direitos dos internos a partir da ideia de expropriação: *A carreira do pré-paciente pode ser vista através de um modelo de expropriação; começa com relações e direitos e termina, no início de sua estada no hospital, praticamente sem relações ou direitos* (Goffman, 1996:116). A

¹⁹⁹ Ver documento anexado à p. 269.

loucura também é medida pela reação, no entanto, no laudo não é associada à violência institucionalizada contra as pacientes²⁰⁰. Esse tipo de questão não é levantada no laudo pelos peritos. Nem tudo é relevante nessa história de vida que é contada aos peritos e depois recontada pelos peritos. Logo o que se percebe é que há escolhas. E mais ainda. Quando os peritos colocam o trecho acima citado, é no sentido de reafirmar ao juiz a violência da paciente, mas em nenhum momento associá-la à situação *lógica e justa*, diante das práticas institucionais. A responsabilidade precisa ser atrelada à paciente. Em nenhum momento, no laudo, a responsabilidade do hospital no qual Maura estava internada é questionada. Isso só aconteceu em um dos requerimentos dos advogados de defesa enviado ao delegado, quando do inquérito:

(...) 2) A Casa de Saúde Dr. Eiras é notoriamente um estabelecimento especializado para tratamento e alojamento de doentes nas condições da requerente. 3) Como é do conhecimento de V. S. a requerente estrangulou uma companheira de alojamento na Casa de Saúde Dr. Eiras sem que houvesse para prevenir e obstar aquele fato uma enfermeira vigilante e eficiente.(...) O quadro processual, social e humano que se apresenta é o seguinte – há um inquérito instaurado nesta delegacia para apurar o fato e ensinar à justiça a definição das responsabilidades criminais. (...) é a presente [carta] para requerer a V. S. que determine a imediata distribuição deste inquérito ao Juiz e ao ilustrado representante do M. Público a conveniência social de ser decretada a prisão preventiva da indiciada, Maura Lopes Cançado, a qual não se acha, à evidencia, em condições de retornar ao convívio social, por sua manifesta periculosidade. Outrossim seja lembrada a oportunidade de, por ofício, aquele Juízo advertir à direção da Casa de Saúde Dr. Eiras dos deveres que por lei e por humanidade lhe cabem em relação a requerente. Também que aquele Juízo decida, na sua alta sabedoria e certamente levando em conta os elementos esclarecedores sobre a paisagem real da assistência hospitalar da Guanabara que V.S. lhe facultará (no Manicômio Judiciário não há pavilhão feminino), decida onde deve ficar a requerente, devidamente assistida e tratada, em casa de saúde

²⁰⁰ Um dos muitos exemplos do diário: 30-12-1959 Duroalina tem um olho roxo. Está toda contundida. Não sei como alguém não toma providencias para que as doentes não sejam de tal maneira brutalizadas. Ainda mais que Durvalina se acha completamente inconsciente. Hoje fui ao quarto-forte vê-la. O quarto-forte fica nos fundos da Seção M.B., onde Isabel está. Isabel é considerada “doente de confiança”, carrega as chaves da seção, faz ocorrências e tem outras regalias. Abriu-me o querto para que eu visse Duroalina. Duroalina abraçou-me chorando, pediu-me que a tirasse de lá. O quarto é abafadíssimo e sujo. Fiquei mortificada, perguntei-lhe se sabia quem lhe batera, e ela: ‘Não. Alguém me bateu?’ Dona Dalmatie disse que o professor Lopes Rodrigues, diretor-geral do Serviço Nacional de Doenças Mentais, proferiu, aqui, um discurso, na porta (nas portas, porque são três)do quarto-forte, dizendo mais ou menos isto: ‘_Este quarto é apenas simbólico, pois na moderna psiquiatria não o usamos’. Por que então estes quartos nunca estão vagos? (Cançado, 1991:117).

idônea e que não se confunda com aquelas que se dizem incapazes para outra operação que não seja o faturamento na previdência social. Requer, também, como imperativo da ampla investigação, que V.S. faça ouvir e indiciar neste inquérito os responsáveis, os diretores da Casa de Saúde Dr. Eiras, que se omitiram e, conseqüentemente, negligenciaram em dotar aquele nosocômio de uma enfermagem e vigilância idôneas e eficazes e se mostraram tão indiferentes a essa elementar previdência administrativa que, como no caso, (...)pretendem solucionar o problema com a remoção de uma doente mental. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1972. (Processo penal, fls. 28-29)

Frente a essas narrativas, duas questões poderiam ter sido contempladas no laudo: a primeira é relacionada ao ambiente violento das instituições psiquiátricas da época; a segunda, a responsabilidade da clínica em questão, que não apresentava condições de impedir qualquer reação violenta de pacientes, tanto contra si próprios quanto contra outros. De certa forma, no requerimento dos advogados e nos relatos de Maura, como mostrei, essas questões estavam contempladas de alguma forma, contudo, para os peritos, elas não existiam. O tipo de abordagem desses psiquiatras era pautada pela classificação dos indivíduos a partir de seus antecedentes pessoais. O objetivo era saber em que medida o crime fora determinado por essa personalidade individual. Daí as instituições psiquiátricas, seus mecanismos e práticas não influírem nesse olhar sobre Maura, ainda que os peritos soubessem do sistema falho, da violência instituída. Ignorar esse sistema era parte da prática. No Brasil, o movimento que começa a questionar a violência nos manicômios, as práticas asilares, as conseqüências dessas práticas sobre os pacientes, e mesmo o saber psiquiátrico, surgiria no horizonte a partir de 1978²⁰¹, mas de forma ainda tímida. Mas ainda assim, pensando na reforma

²⁰¹A reforma psiquiátrica no Brasil começou a entrar em discussão no final dos anos 70. No âmbito jurídico e político, a discussão foi apresentada em 1989, com o Projeto de Lei 3.657, que falava na substituição progressiva dos manicômios e a criação de novos recursos assistenciais. O projeto foi aprovado em 1991 e voltou a ser discutido, sendo substituído em 1999, o qual dispõe sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos psíquicos (Gonçalves e Sena, 2001). Atualmente, no plano jurídico e político, segundo Benilton Bezerra Jr., talvez a característica mais importante do debate atual seja o deslocamento progressivo do centro de gravidade da discussão, que vem deixando de ser uma defesa dos mecanismos de proteção jurídica a pessoas com déficit ou perturbação (trabalho protegido, pensão protegida), para se constituir numa discussão sobre mecanismos jurídicos que possibilitem a inclusão civil e social de pessoas com características especiais (formas de contratualidade, mecanismos de responsabilização) e ampliação de sua autonomia. Em outras

psiquiátrica e no movimento de crítica que ela começa a estabelecer sobre essas práticas e saberes nesse campo, quando se trata de um caso onde loucura e crime estão vinculados, o trabalho do psiquiatra, no que concerne ao exame de sanidade mental, não alcança essa crítica. O caso de Maura, que trás o crime atrelado à loucura, faz o olhar dos peritos ficar preso à doença e a nada mais. Essa tendência no Brasil começa com Heitor Carrilho, segundo Peter Fry (1985), com a psicologização do crime, mas perdura até os dias de hoje, como bem mostra o autor. De acordo com a Lei de Execução Penal de 1984 (lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984), tanto condenados quanto internados em regime de medida de segurança, por exemplo, devem passar por um tipo de classificação psiquiátrica que, em linhas gerais, é um exame de sanidade mental capaz de traçar o perfil dessa personalidade. Cito o trecho relacionado à *classificação*, no texto da Lei de Execução penal:

TÍTULO II - Do Condenado e do Internado - CAPÍTULO I - Da Classificação: Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003). Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

Aqui, gostaria de abrir um parêntesis, um breve desvio na continuidade do texto, mas nem por isso distante dele. Trata-se de um caso contemporâneo ao de Maura e, de certa forma, com um desfecho muito distante do seu.

palavras, o debate ultrapassa os limites da argumentação médica e se insere progressivamente no debate político acerca da inserção no campo da cidadania (Bezerra, 2007: 246).

“Abre parêntesis”: um contraponto

Era Londres, 1952. Mary Barnes pegara um táxi para ir ao hospital onde receberia o TCE – terapia com choques elétricos. Decidira que estava doente. Depois da terapia de choque foi mandada como paciente voluntária para um hospital de doenças mentais. Era a primeira vez que isso lhe acontecia. Ficou por algum tempo internada, e em algumas das crises foi tratada com choques elétricos e choques de insulina. Nesse período, Mary conhece Dr. Werner, que lhe ajudou a melhorar e sair do pavilhão para pacientes crônicos. Mais tarde, restabelecida, saiu do hospital.

Mary Barnes era enfermeira. Dois anos antes de sua internação, aos vinte e dois anos, foi enviada pelo exército ao Egito. Depois da internação, resolvera retomar os estudos e dar aulas. Durante alguns anos, a vida de estudante, segundo Mary, a fez esquecer os problemas que a acompanhavam. Sua família, Mary descreve-a como aparentemente feliz e sem grandes pretensões. Seu pai era eletricista de um laboratório, e a mãe uma dedicada dona de casa. Mary era a mais velha de quatro filhos, um menino e duas meninas, todos frutos de um ambiente, aos olhos dos outros, exemplar. Mary, no entanto, não tinha essa mesma impressão. Em seus relatos, mostra-se como uma criança insegura e solitária, que busca incansavelmente a atenção da mãe:

Nasci em casa, antes de estar pronta,(...) Minha mãe não tinha leite e jamais fui posta ao seio. Durante dois anos e meio fiquei em casa com minha mãe. Então fui mandada embora, para a casa de vovó por duas semanas. Quando voltei para casa, lá estava ele, um menino. Foi posto no berço. Meu berço com grades de madeira. Ele era diferente de mim. Mamãe estava sempre carregando e dando-lhe banho. Sentia-me rejeitada. Queria que minha mãe fizesse comigo todas as coisas que fazia com ele. Eu não queria falar. Estava tão zangada que queria mamar o dia inteiro e arranjar outra mãe e fugir. (Barnes & Berke, 1972: 21)

Mary descreve sua mãe como alguém zelosa, mas profundamente sufocante. Percebe, principalmente na figura da mãe, o ideal de família perfeita. As emoções sempre contidas, a vida regrada, enfim, algo para ser visto e admirado. Atribui à mãe uma sinceridade às avessas, velada, que só aparecia sob a forma de doenças e dores constantes. Para Mary essa talvez fosse a expressão mais verdadeira de toda a deformação que existia na relação familiar. As dores e doenças da mãe refletiam um mal-estar que se revelaria mais tarde, coletivo e profundo. Saindo da adolescência, seu irmão, Peter, entrou em colapso. O diagnóstico foi *dementia praecox*. O médico disse à família que ela aumentaria gradativamente, levando-o à morte em estado semelhante ao de um vegetal. Mais tarde, Peter foi internado em um hospital psiquiátrico. Sobre o irmão Mary fala:

A vida emocional da família o estava matando, partindo-lhe o coração. Peter emudecido de fúria, foi ficando cada vez mais isolado. O resto da família era considerado são. Ele estava louco.(...) O emaranhado de emoções de minha família era tão intenso que automaticamente um membro que lutasse para se libertar devia ser morto, aniquilado, ao invés de se tentar afrouxar o laço. Tal o medo da verdade. A loucura era um passo no caminho da verdade. Era o único meio. (Barnes & Berke, 1972:21)

Tempos depois, Mary segue o mesmo caminho. Quase em colapso, procurou a ajuda de um importante médico, Dr. Ronald Laing que, na época, disseminava a teoria antipsiquiátrica. Ela queria um lugar para onde pudesse ir e ser tratada. Mary diz em seus relatos que se sentia completamente perdida, deslocada no mundo; a vida surgia-lhe como um grande esforço de dissimulação. Era invadida por sentimentos de raiva, que costumava chamar de a coisa. Mary descreve-se como uma bomba de sentimentos confusos, prestes a explodir. Laing propôs a ela que esperasse durante um ano até que encontrassem o lugar adequado à sua “descida”, onde ela poderia chegar até o fundo, cercada de pessoas que a compreenderiam. O contrário disso seria um hospital psiquiátrico. Foi o que Mary fez. Em 1965, Mary vai para o Kingsley Hall:

Dr. R.D. Laing, Ronnie, (...) me disse, quando conseguiu o lugar, que era onde Gandhi ficava, quando estava em Londres. Fiz uma pesquisa sobre Gandhi na biblioteca e fui até onde calculei que fosse o lugar. Começava a primavera de 1965. Quando cheguei perto do local, estava escuro e chovia, e ouvi um grupo de meninos gritando. Estava com medo, desolada e perdida. Não sabia que estava quase chegando e voltei. Fui outra vez, de dia, e então vi a placa azul dizendo que Gandhi morara ali. Eu descobri o “lugar”. Acima da porta estava escrito: “Kingsley Hall”. (Barnes & Berke, 1972:15-16)

Kingsley Hall não era um asilo ou hospital psiquiátrico. Era antes uma comunidade, um lugar de retiro. A comunidade abrigava poetas, artistas, voluntários, pessoas que passavam por algum “sofrimento emocional”. Kingsley Hall foi fruto da contracultura; um lugar onde a relação médico-paciente, institucionalizada pela psiquiatria clássica, era combatida. Não havia rótulos, todos eram vistos apenas como gente comum, mesmo que muitas vezes nutrissem a necessidade de serem reconhecidos como pacientes – como Mary demonstrava – tornando esse caminho alternativo, por vezes complicado.

A fenomenologia existencial, base da antipsiquiatria proposta por R. Laing, procurava caracterizar a experiência da pessoa com seu mundo e consigo mesma. Nesse sentido, compreendia a loucura a partir do contexto existencial em que estava inserido o doente mental; pode-se dizer que procurava enxergar a loucura dentro de um universo não isolado. O indivíduo esquizóide seria marcado por duas cisões principais: primeiro uma ruptura na sua relação com o mundo; segundo, uma ruptura na relação consigo mesmo. Esse indivíduo tem a totalidade de sua experiência fragmentada, no entanto, muitas dessas experiências podem ser consideradas sadias, enquanto que outras possuem o caráter psicótico. Essa diferenciação nem sempre é contemplada pela medicina psiquiátrica convencional. A objetivação do indivíduo esquizóide em nome da ciência isola-o do contexto de totalidade.

Somente o pensamento existencial procura combinar a experiência original de cada um em relação aos outros no mundo de cada um, por meio de um termo que reflete corretamente esta totalidade. Assim, existencialmente, o concreto é visto como a existência do homem, o seu ser-no-mundo. A menos que iniciemos com o conceito do homem em relação a outros homens e desde o começo “no”mundo, e a menos que compreendamos que o homem não existe sem “seu”mundo, nem seu mundo existe sem ele, estaremos condenados a empreender nosso estudo das pessoas esquizóides e esquizofrênicas com uma cisão verbal e conceitual que se iguala a cisão da totalidade do esquizóide-no-mundo. (Laing, 1978:18)

No Kingsley Hall, Mary Barnes inicia sua “descida”. Volta no tempo, fazendo com que seu “eu”, como diz Laing, caminhe pelas diferentes fases de sua vida. Esse “eu” dividido, deslocava-se em diferentes níveis de temporalidade, podendo, em momentos específicos, deixar de ser o bebê e passar a ser uma adolescente. Essa transitoriedade, no entanto, nunca significou uma perda das funções intelectuais, no caso de Mary. Sua psicose foi vista por Berke²⁰² como um processo enriquecedor, à medida que mostrava capacidade de desenvolver-se em um ciclo pleno, através da desintegração e reintegração do eu (Barnes & Berke, 1972: 274).

O pensamento existencial no qual se apóia a antipsiquitria conserva a essencialidade do homem, o seu ser-no-mundo. Isso implica em não partir de uma visão do outro apenas como organismo, mas ater-se às suas características de pessoa. O esquizóide, para Laing, tomado como organismo fica encerrado em um quadro de análises química, física, celular, que o despersonalizam. Não há lugar aí para as emoções, os desejos, os medos.

Nesse processo, Mary tenta retomar o seu crescimento do ponto de vista emocional, expurgando todo o mal que a consumia. Lentamente, retoma sua vida. No Kingsley Hall, começa a pintar. Na primavera de 1969, realiza sua primeira exposição individual, no Camden Arts Centre, em Londres. A exposição fez um grande sucesso e, então, foi convidada a expor em outros lugares.

²⁰² Dr. Joseph Berke escreveu, em parceria com Mary, *Viagem através da Loucura*.

Em 1970, fecham-se as portas do Kingsley Hall. Mary alugou um apartamento de dois cômodos em Hampstead, ao norte de Londres. Tinha a intenção de dar continuidade ao que havia sido o Kingsley Hall. Criar uma comunidade que pudesse atender pessoas como ela, que precisavam de ajuda, um lugar onde pudessem ser compreendidas; seria um refugio para pessoas como ela. Ainda em 1970, foi fundada a Arbours Housing Association, com o objetivo de retomar o trabalho desenvolvido no Kingsley Hall. Mary faleceu em 2001, aos setenta e oito anos.

Maura e Mary são contemporâneas. Suas histórias têm uma certa semelhança. Ambas procuraram ajuda na internação psiquiátrica, aproximando-se espontaneamente desse universo e, além disso, ambas escreveram suas experiências. A diferença surge no tipo de experiência que narram em seus livros, no que concerne ao período de reclusão. Maura, como tantos outros, foi, em muitos aspectos, vítima da instituição psiquiátrica nos moldes tradicionais. No Brasil a reforma psiquiátrica começou a despontar no final da década de 1970, no Rio de Janeiro, e se estendeu ao longo da década de 1980, mas sem se consolidar totalmente. Maura foi paciente das instituições manicomiais brasileiras ao longo das décadas de 50, 60, 70, até sua morte, em 1993. Mary, depois de sua experiência antipsiquiátrica, tornou-se pintora, escritora e poeta, reconhecida no meio que compartilhava a proposta do Kingsley Hall.

“Fecha parêntesis”: a intenção biográfica

No artigo sobre a psicologização do crime no Brasil, Peter Fry atem-se ao caso de Febrônio Índio do Brasil, a partir do qual fala sobre a construção dos laudos psiquiátricos. Febrônio foi preso, após suspeita de ter estrangulado um menor, em agosto de 1927. Segundo Fry, teria confessado o crime em setembro do mesmo mês, mas alegaria depois ter sido torturado para fazê-lo. Seu advogado de defesa, depois de críticas ao procedimento das investigações, admite ser Febrônio responsável por todos os crimes de que era acusado – o número de delitos havia então aumentado. Entretanto, o que o jovem advogado alegava, em defesa de seu cliente, era a insanidade do mesmo. Febrônio era louco. Poderia ir para um manicômio se assim desejasse o juiz, mas não para uma prisão, dizia o jovem magistrado.

Segundo Fry, entre os médicos psiquiatras convocados para os exames psiquiátricos estava Heitor Carrilho. De acordo com Fry, para Carrilho a classificação de seus pacientes seguia dois critérios: *Queria saber se eles tinham ‘consciência’ na hora do crime, se eram ‘temíveis’, e qual o seu grau de ‘corrigibilidade’*(1985:127). Nesse sentido, o desenrolar do laudo de exame, ou do que seria hoje o exame de sanidade mental, descrito por Fry, se aproxima muito do modelo do laudo de Maura e do modelo de laudo que ainda existe. Entre os pontos destacados no laudo do caso de Febrônio estão o fato de *não se arrepender de sua malandragem e as suas ‘extravagantes idéias mysticas’* (Fry, 1985:119). Outro fato interessante relatado por Fry é que Febrônio escreveu um livro, entre 1925 e 1926, um tipo de “evangelho” que mandou publicar por sua própria conta. Chamava-se *As revelações do príncipe do fogo*, e teve todos os exemplares queimados por ordem da Polícia Federal. No entanto, o que sobrou, talvez um único exemplar, foi usado, segundo Fry, como material para análise da vida e, portanto, dos traços de personalidade do autor. Daí a “extravagância mística”. Além disso, o fato de haver

indícios de que Febrônio era homossexual também ajudavam a compor, no laudo, essa personalidade doente e louca. Diz Fry:

Mas a máxima ironia nesse processo nesse processo de deciframento do enigma de Febrônio é que é, em ultima análise, a sua grande 'lucidez', acoplada a uma recusa de qualaquer manifestação de arrependimento, que o condena como 'louco moral'. Ele é considerado, por Carrilho, como perfeitamente orientado 'no meio e no tempo', e dotado de uma 'lucidez intellectual aparente, que lhe permite ser discutidor, convincente, fraudador com freqüente êxito; sabendo captivar e insinuar-se' (Carrilho, 1930f,91). Dessa forma afirmações e comportamentos absolutamente plausíveis de Febrônio são apenas instâncias a mais de sua condição de louco. Assim, seu 'humor calmo', sua ' vaidade' de 'fraudador' depõem contra ele. (Fry, 1985:137)

Volto às narrativas do laudo de Maura. O laudo não traz as entrevistas em sua versão integral, ou seja, não é uma reprodução textual do que Maura falou. A anamnese, ou investigação biográfica, que é uma das partes principais do laudo, é construída a partir do relato do médico sobre o que Maura contou durante as entrevistas e não é um relato concomitante aos acontecimentos. Ao contrário, como laudo, os relatos são pareceres conclusivos baseados nas entrevistas com a paciente, nos exames médicos e mesmo nas informações contidas nos autos do processo, até aquele momento. Não coloco em dúvida o conteúdo do que está relatado na *anamnese*, pois como eu disse é muito semelhante ao conteúdo do diário e das informações que tenho sobre a vida de Maura, com acréscimos. A questão é o uso que os peritos fazem dessa narrativa, o sentido que criam ao interpretá-la. Um discurso divinatório às avessas. Parte-se de um fato atual em direção ao passado, adivinhando em cada cena do passado, indícios desse fato – o crime.

Para cada relato de Maura, há uma conduta desviante associada. A figura adorada e amedrontadora do pai. A vergonha da família diante das amigas do Sacré-Coeur de Marie. O abuso sexual sofrido na infância seguido dos sentimentos, atormentados, de culpa e curiosidade. A criança adulada e mimada. As crises convulsivas. Os sonhos impossíveis, as angústias da adolescência. O imaginário

fantasioso povoado pelo tio chinês e os pais russos. A filha rebelde que decide voar aos 14 anos. A iniciação sexual precoce, o casamento precoce e, logo depois, a gravidez. A violência do marido e a separação. O suposto amor pelo sogro. A tentativa de voltar a estudar e a frustração de não ser aceita, seguidas pela vida boemia, luxuosa e desregrada. O distanciamento da família. Seu amante rico no Rio de Janeiro. As internações em hospitais psiquiátricos. As brigas tanto com amigos, familiares e pacientes, durante as internações. Todos esses relatos, que também estão em seu livro, são agora classificados no laudo. O olhar psiquiátrico se desvia do homicídio e volta-se para essa vida, em seu sentido amplo, comportamental, julgando-a a partir de valores preestabelecidos como certos ou errados na sociedade da época, transformando-a em sintomas. Segundo Fry:

Os laudos representam justamente esse enorme esforço de atribuição de subjetividade através da concatenação, a partir da constatação do crime, de uma série de dados “objetivos” que apontam na direção desejada. Como eles necessariamente começam a partir do delito, esta concatenação é construída pelo perito ‘ex post facto’. Mas, na sua relação escrita e pública, a narração é ‘propter hoc’; a história é apresentada como uma série de eventos e evidências que, inexorável e linearmente, desembocam na inevitabilidade do delito. É esse truque de escrita que transforma a especulação e a interpretação em “verdade científica”, e que empresta ao documento final uma verossimilhança que ‘convence’. A arte e a técnica do perito é sobretudo convencer os juízes, e os outros homens do Judiciário e do sistema penitenciário, da correção do deciframento psiquiátrico. (Fry, 1985: 134)

À medida que o laudo é construído há uma manipulação dos eventos que, como bem disse Peter Fry, transforma a especulação e a interpretação em verdade científica e, principalmente, em *verdade*. Ele é um documento que vai reconstruir não a cena do homicídio, mas uma trajetória de vida. Como citado acima: *A impulsividade, a agressividade e violência, também fazem parte dos caracteres psicopáticos epileptóides como os da indiciada (...), contribuindo todos esses elementos, além dos já mencionados, para facilitar os incoercíveis impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa.* Foucault (2002) diz que o exame psiquiátrico tem a tendência a *dobrar o delito*, pois traz para o

discurso uma série de coisas que não são esse delito, mas que passa a ser sua origem, sua motivação, seu ponto de partida. Essa *personalidade mórbida e doente em todas as suas dimensões* não poderia senão fazer o que fez. O exame, nas palavras de Foucault (2002:20) *permite passar do ato à conduta, do delito à maneira de ser(...)*. Repito o que diz o laudo:

A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas [sic], amorais, extrapolam já de uma constituição psicopática tão somente, mas alteram o mundo dos valores divorciados da realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desviar o valor ético ou moral, pronunciadoras de um processo esquizofrênico larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na sua proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito. (Processo penal, fl.88)²⁰³

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Os atos e os autos*, publicada em 1983 com o título de *Morte em família*, Mariza Corrêa propõe o estudo da *identidade social atribuída a homens e mulheres em nossa sociedade, enquanto figuras complementares de um unidade básica, a família*. Para tanto, a autora se debruça sobre autos de processos penais onde figuram casos de homicídios ou tentativas de homicídio entre casais. Diz Corrêa:

Em suma, o que estou tentando dizer é que no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência. (Corrêa, 1983:40)

Nesse sentido, o trabalho dos peritos sobre o material contido nos autos, as informações retiradas das entrevistas com Maura e, talvez, retiradas de seu livro, está guiado por um modelo de interpretação pré-estabelecido pelo saber médico psiquiátrico. Esse modelo de interpretação busca, nessa história de vida, nos autos e em todo o material que tem, o que mais se adequa à explicação do crime enigmático. Para

²⁰³ Ver documento anexado à p. 267.

isso, a vida do acusado é moída, usando o termo de Mariza Corrêa, e ressignificada nessa construção de um modelo de inocência baseado na loucura, na doença. Sua história, na narrativa psiquiátrica dos peritos, deixa de ter qualquer característica positiva: *A atuação da paciente, ao longo da sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime.* (Processo penal, fl.87)

A narrativa médica está marcada pela ambigüidade. Ambigüidade que é constitutiva da figura do louco-criminoso. Daquele que é inocente e culpado ao mesmo tempo. Se à época do inquérito, Maura estava suspensa entre as duas definições, o laudo marca o momento do processo onde essas figuras são coladas uma à outra. Essa costura suprime a figura razoável da narradora e uma outra aparece, a verdadeira, em sua completa inadequação e loucura. Nessa construção da inocência do louco, de sua irresponsabilidade, o modelo jurídico busca eximir-lhe a culpa, mas ao invés disso apenas a muda de lugar. Ela não está mais no momento do crime, já que não havia consciência do ato, mas ela é redirecionada para todos os momentos anteriores ao crime, se estendendo até a mais tenra infância do réu. Tiram o foco do crime e o direcionam para a vida.

À medida que o homicídio precisa ser ancorado à história da acusada, no caso de Maura, o crime passa a ser um sintoma dessa esquizofrenia larvada, latente, da epilepsia, e do que mais se encaixa nessa decifração, ainda que o homicídio tenha ocorrido em um momento de surto, o esse surto não seja considerado uma justificativa suficiente para o ato. O que havia de concreto era o crime praticado por uma paciente psiquiátrica, mas no laudo a atenção está sobre a personalidade do criminoso e sua história de vida. Parte-se do presente, da atualidade em direção ao passado, olhando para cada evento como se ele tivesse escondido, até aquele momento, o crime que um dia aconteceria. Nessa costura que os peritos fazem para encaixar a paciente psiquiátrica à homicida, precisam mostrar que essa figura razoável não existe. Ou melhor, se existe, é para esconder outra, a verdadeira, em sua completa inadequação

Essa intenção biográfica que perpassa o laudo – uma vez que os peritos recontam o que lhes foi narrado – não leva em conta os sentidos subjetivos que Maura atribui à sua narrativa. Ao contrário, os peritos encaixam essa narrativa a categorias pré-determinadas e externas a ela. Nesse movimento, sobrepõem à narrativa de Maura uma narrativa própria que se sustenta na suposta objetificação dos sentidos que Maura atribui à sua história. Essa narrativa concatena todos os acontecimentos relevantes dessa vida, de maneira que esse crime torne-se evidente e inevitável nesse trajeto. Esse tipo de construção cria uma ilusão que sustenta o argumento da insanidade e que influi diretamente sobre a sentença do juiz. Mas não seria errado supor que é desde sempre uma sentença, mesmo antes do juiz se pronunciar. Como uma narrativa normativa, o laudo guarda para si o estatuto de verdade e, na maneira como é construído, mostra a intenção de ser a história derradeira, a única narrativa biográfica possível sobre Maura.

Essa intenção de apontar a verdade e fixá-la é constitutiva do laudo, enquanto documento psiquiátrico e jurídico. Passar pelo crivo da lei é, portanto, estar envolta no discurso da verdade, já que a justiça é atribuída dessa prerrogativa. Por um lado, Maura escapa à fixidez desse discurso, como mostram outras narrativas que recolhi sobre ela. Mais do que isso. O crime cometido está longe de ser – como tenta mostrar a história de vida editada e narrada pelos peritos – um devir inevitável, um futuro certo nessa “curva de vida defeituosa”. Ao contrário, poderia ter sido evitado se houvesse o cuidado adequado para com os pacientes. No entanto, ainda que seja possível questionar essa intenção biográfica derradeira, não é possível deixar de lado o peso que essa história teve sobre a vida de Maura.

Considerações finais

Só sou autentica quando escrevo. O resto do tempo passo mentindo.
(*Hospício é Deus*, Maura Lopes Cançado, 1991:156)

As Ciências Sociais e a Antropologia, especificamente, têm se utilizado amplamente da abordagem biográfica. História de vida, autobiografias, biografias, narrativas orais, etc., todos têm sido objetos para pesquisas. Edmond Marc (1985) fala da abordagem biográfica em diferentes disciplinas. Cita a etnologia como uma das primeiras a utilizá-la: trabalhos como o de Paul Radin, *Crashing Thunder*, de 1926, que permite uma visão da cultura Winnebago através da experiência singular de um dos seus; *Sun Chief*, de Leo Simmons, a autobiografia de um índio Hopi, de 1942; *The children of Sanchez* de Oscar Lewis, de 1961, conta sobre a vida de uma família mexicana através dos relatos de seus membros; todos esses trabalhos utilizaram uma metodologia biográfica. Marc lembra ainda da sociologia norte-americana, do trabalho de W. Thomas e F. Znaniecki, de 1918, *The Polish Peasant in Europe and America* e da escola de Chicago que, no período entre guerras, muito utilizou do método biográfico.

Bertaux (1980), em seu texto *L'approche biographique*, escreve sobre a utilização do método. Segundo o autor, a abordagem biográfica caiu em desuso depois da Segunda Guerra. Os motivos foram extrínsecos ao método e não intrínsecos. Paralelamente à mudança na configuração política e econômica mundiais e, especificamente, na economia dos Estados Unidos, a sociologia norte-americana voltou-se cada vez mais para o *survey* e para o funcionalismo parsoniano, segundo o autor. Esses se tornam hegemônicos, deixando todas as outras formas de observação e teorização à margem.

Essa hegemonia diminui a partir do final da década de 60, quando o monopólio de cientificidade passa a ser questionado. Bertaux escreveu o texto ao qual me refiro em 1980. Este período o caracteriza como “pluralista”, onde não haveria mais espaço às hegemonias teóricas. Daí, também, sua crítica à escola de Chicago, pois descreve esta como “monocromática” e “polarizada”, ou seja, os trabalhos partem todos de uma única corrente de pensamento – o interacionismo simbólico – e têm uma única questão que orienta a reflexão – os processos desviantes (1980: 204). Em oposição a esta “unidade” presente na escola de Chicago, Bertaux aponta uma série de estudos de orientações diversas, que surgem a partir do final da década de 70, utilizando-se da abordagem biográfica.

Para Bertaux, estes estudos podem ser classificados de acordo com o *tipo de objeto estudado*: objetos de tipo “socioestrutural” e objetos de tipo “sociosimbólico”. Alguns privilegiam um em detrimento do outro, no entanto, para o autor, um estudo aprofundado deveria levar em conta os dois níveis – o socioestrutural e o sociosimbólico –, pois são duas faces do social. Ao apontar para essas dimensões e ao fazer a crítica à escola de Chicago, Bertaux enfatiza que *o social não é sólido, ao contrário, é político e trabalha sob pressão de forças contrárias e mutáveis* (1980:204). É preciso pensá-lo como estrutura e prática. As *narrativas de vida* apontam para estas características. Contudo, ao utilizar a abordagem biográfica, Bertaux está preocupado não com o “eu” que constrói a narrativa, mas com o que esta pode revelar sobre o social. Daí a necessidade de recolher um número significativo de relatos. Para Bertaux, este número é diretamente proporcional ao que chama de *ponto de saturação*, ou seja, quando nada de novo surge nas narrativas, sobre o objeto em questão. Para o autor, abaixo desse *ponto* seria difícil atestar a validade destas narrativas.

O *ponto de saturação* garante, para o autor, o acesso ao *real* – este que se encontra nos interstícios da experiência individual. Este acesso não é fruto de uma única experiência ou de uma única história de vida, pois a *abordagem biográfica* não está interessada na vida como narrativa completa, autobiográfica – este não é o seu objeto.

Bertaux é muito claro ao afirmar: *Não há nada mais maçante e vazio que essas Memórias de personagens que não falam senão deles mesmos.* (1980: 217). A autobiografia é então vazia para o autor; quando não, surge como uma literatura para ser admirada, mas à distância. As autobiografias ou histórias de vida indígenas, citadas no início deste capítulo, são o exemplo utilizado por Bertaux do que não deve ser feito, do que se desloca do real em direção à literatura:

As grandes autobiografias indígenas se dão à leitura como narrativas espontâneas, de um homem ou de uma mulher sem características particulares, que contam a história de suas vidas. Então admiramos e desesperamo-nos por jamais encontrar em campo um homem ou uma mulher com talento de contar que pareça natural. É que é aqui como na literatura: para atingir o natural, é necessária uma arte considerável. (Bertaux, 1980: 214)

Bertaux questiona a validade de uma única história de vida ou autobiografia, ou nome próprio, que se pretende completa e coerente. A *ideologia biográfica* que vê a autobiografia ou biografia como uma *história única de um indivíduo único* (1980: 211), deve ser questionada pela abordagem biográfica e não reafirmada. Essa *ideologia*, da qual fala Bertaux, encontra seu análogo em Bourdieu (2004): o *postulado do sentido da existência* contada. Cito o autor:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como a narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos, talvez seja ceder a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar. (Bourdieu, 2004: 76)

Tanto Bertaux como Bourdieu têm um objetivo em comum – o real. Para alcançá-lo, é preciso, supostamente, afastá-lo de toda a retórica ilusionista e literária. Cada qual o faz à sua maneira. Bertaux defende o *valor sociológico da experiência humana* através da utilização de uma série de histórias de vida. Faz críticas diretas aos teóricos e empiristas que vêem na sociologia uma vocação à ciência exata, incluindo Bourdieu.

Bertaux coloca-se à distância destes teóricos e empiristas, pois para esta vocação realizar-se seria necessário esvaziar o homem comum de toda sua capacidade de iniciativa, de sua consciência crítica, e vontade de ação, além de esvaziar toda a ordem social de sua contradição profunda, pensá-la como um organismo(...) (Bertaux,1980: 218). Daí a utilização de histórias de vida – contudo, no plural. Estas têm um valor, enquanto meio para enxergar o mundo. Segundo Bertaux: *Para o sociólogo, o narrador ideal é aquele que funciona como um periscópio cinestésico* (Bertaux, 1980: 217). O “periscópio” de Bertaux almeja enxergar em todas as direções e através de qualquer obstáculo. Nesse sentido, as narrativas de vida, como “periscópios”, somadas até a saturação, permitem, segundo o autor, uma visão completa do social.

Para Bourdieu, o caminho é outro. O autor não descarta apenas a narrativa completa, autobiográfica ou história de vida como ponto de partida. Uma história de vida ou uma trajetória só fazem sentido se inseridas em um *campo* social dado. A trajetória social que a biografia visa reconstruir define-se como uma série de posições sucessivas ocupadas por um mesmo agente. Para o autor, a ilusão da constância nominal não permite ver que, mesmo que não haja alteração, ela pode diferir ao longo da história do *campo*. Sendo assim, é o estado do *campo* que determina o valor social dos acontecimentos biográficos, entendidos como colocações e deslocamentos nesse espaço. Daí a posição secundária da biografia para Bourdieu: só é válida se olharmos antes para o que permite acessá-la – o *campo* (Bourdieu, 2002). Se, por um lado, Bertaux critica a *ideologia biográfica*, por outro, objetiva o uso da história de vida nas ciências sociais, voltando-se para os sujeitos singulares, valorizando suas experiências. Bourdieu abandona a história de vida como ponto de partida. Relega a mesma ao segundo plano, pois critica o método que parte de um indivíduo e de sua experiência.

As histórias de vida são utilizadas, segundo Bertaux e por Bertaux, de forma objetiva, contudo o que garante esta objetividade? O *ponto de saturação*. No entanto, o que controla esse *ponto* senão uma *impressão*, segundo o próprio Bertaux. Cito sua definição:

A saturação é um fenômeno pelo qual, depois de um certo número de entrevistas (biográficas ou não), o pesquisador ou a equipe tem a impressão de mais nada apreender de novo, ao menos no que concerne ao objeto sociológico da enquete.(Bertaux, 1980: 205, nota:7)

Não questiono a possibilidade da objetividade nas pesquisas com material biográfico; ao contrário, acredito que ela não se restrinja aos relatos de histórias de vida em grande quantidade. O estranhamento vem, no entanto, da afirmação de uma “objetividade” expressa pela quantidade e repetição, e que é por sua vez confirmada através da *impressão de saturação*, fenômeno que me parece subjetivo. Uma pesquisa pautada por um grande número de histórias de vida recolhidas pode ser um caminho interessante, mas o contrário também é possível, e sem prejudicar a objetividade do trabalho.

A abordagem biográfica, ainda que Bertaux aponte-a como uma redescoberta que vai contra um certo objetivismo que marcou e ainda marca as Ciências Sociais, permanece sob muitos aspectos problemática. Crapanzano (1984), em seu artigo sobre *história de vida*, fala da mesma como conceitualmente embaraçosa à antropologia acadêmica, além de permanecer na periferia da disciplina. Esse embaraço, diz o autor, reflete sua posição ambígua: ora vista como mais literária do que científica, ora como mais científica do que literária. Retorno ao problema colocado por Crapanzano. Como enxergar esse material biográfico? É mais literário do que científico ou mais científico do que literário?

No texto *Pratiques anthropologiques et histoire de vie*, Françoise Morin cita o trabalho de F. Eleoët, sobre os camponeses bretões. Para Eleoët, *a biografia, porque “projeta uma luz sobre o social”, porque “recusa-se à informação censurada, selecionada, reunida em sistemas de pensamento exclusivos, redutores, totalitários”, permite “a emergência de uma outra informação, densa e abundante”* (Eleoët, 1979 in Morin, 1980: 316). Morin completa Eleoët: *Mas se ela permite alcançar as lógicas de funcionamento próprias às sociedades*

analisadas, a abordagem biográfica implica da parte do pesquisador “uma atitude analítica diferente”, pois “a questão não é encaixar o objeto em categorias externas, mas ao contrário extrair as construções que operam os agentes sobre sua sociedade para compreender seus campos semânticos próprios”(Elegoët, 1978 in Morin, 1980: 316). Isso significa privilegiar o caminho, o percurso sem, necessariamente, descartar o sentido e perspectiva subjetiva, implícitos nesse caminho (kofes, 2001).

Neste trabalho, o que tentei mostrar com a ideia de Doubrovsky(1991), ao utilizar a sobreposição de narrativas, é que quando se tem à mão um material biográfico como fonte, o importante é buscar uma integração entre realidades e possibilidades²⁰⁴ que o material apresenta. Isso implica em não se focar na oposição, como diz Ginzburg (2007), entre literário e científico, verdadeiro e falso, ainda que se faça uma distinção entre os tipos de narrativas (orais, ficcionais, documentais, biografia, autobiografia, etc.). Um exemplo disso são os relatos do processo penal de Maura, principalmente os laudos, quando colocados em contraposição aos relatos autobiográficos a tensão entre literário e científico aparece e junto com ela os diferentes sentidos que uma mesma história pode ganhar, dependendo de quem a narra.

Lendo e relendo os autos do processo, com a ajuda do Código de Processo Penal, alguns textos e as explicações de um amigo advogado, comecei a ter uma ideia da imagem do quebra-cabeça. Guardadas as características formais, o processo poderia ser visto como uma narrativa de caráter biográfico, e mais ainda, lembrando do que Ginzburg escreve sobre autos processuais²⁰⁵, seria uma espécie de diário de campo. Muitas informações que não consegui ter sobre Maura estavam lá, pois malgrado as implicações disso, a partir do momento que um inquérito e mais tarde uma ação processual são iniciados, a vida da pessoa em questão passa a ser, sob alguns aspectos,

²⁰⁴ Retomo aqui o que diz Ginzburg (2007) sobre o trabalho de Natalie Davis, *O retorno de Marin Guerre*.

²⁰⁵ Segundo Ginzburg: *Os autos processuais, diretamente acessíveis ou (como no caso de Davis) indiretamente, podem ser comparados a documentação de primeira mão recolhida por um antropólogo em seu trabalho de campo e deixada em herança para os historiadores futuros* (Ginzburg, 2007: 313).

documentada. Isso não significa que as brechas deixaram de existir, muitas informações são confusas ou não existem, mas muito foi acrescentado.

O caminho até conseguir ter os autos do processo em mãos foi bastante burocrático²⁰⁶. Nenhuma das outras fontes (chamo de fontes todo o material que recolhi

²⁰⁶ Era então setembro de 2007. Fiz, por intermédio de um advogado, o pedido para o desarquivamento e vistas aos autos do processo criminal no qual Maura Lopes Cançado – o objeto de interesse dessa tese – figurou como ré. Os processos criminais são de natureza pública e, sendo assim, pude encaminhar o pedido. Tinha poucas ou quase nenhuma informação para isso, e uma vez que o procedimento é burocrático, a maneira mais rápida para localização seria ter o número que designa o processo. Eu tinha apenas o nome de Maura, do juiz e da suposta vara onde fora julgado. O processo estava arquivado há pelo menos vinte anos, o que tornavam as possibilidades de encontrá-lo menores, segundo o próprio advogado e, uma vez que não havia o número, a busca seria mais lenta. Demos entrada no pedido. O procedimento se resume, basicamente, no seguinte: contrata-se o serviço de um advogado que será o procurador da pessoa interessada no desarquivamento e este enviará dois documentos, uma procuração em nome do interessado e uma petição explicando os motivos do pedido. Tudo isso foi enviado ao juiz responsável pela vara em questão, solicitando, em meu nome, vistas aos autos. A petição deveria ter o maior número de informações objetivas possíveis sobre o caso, já que não havia o número do processo. Depois de longa espera tive a notícia, pelo advogado, de que o nome de Maura não constava nos cadernos do Segundo Tribunal do Júri, da Comarca do Rio de Janeiro, onde o processo deveria estar arquivado. Liguei no Segundo Tribunal e falei com a responsável pelos cadernos: “este nome não existe, deve haver algum engano...”. Foi tudo o que ouvi. Fui então para o Rio de Janeiro, mais precisamente à Av. Erasmo Braga, 115, Lamina 1, 2º andar, corredor C, sala 206, olhar o tal caderno de nomes. Lá chegando, conversei com a atendente que me disse ter procurado pessoalmente pelo nome de Maura Lopes Cançado, mas que, infelizmente, este nome não existia. Disse-lhe então que gostaria muito de ver os cadernos. Ela concordou prontamente, mas me assegurou que não encontraria nada. No momento em que, de posse do caderno, abri na folha da letra “m”, indicada pela atendente, não tive dúvidas, lá estava: “Maura Lopes Cançado”. Fiquei aliviada e mostrei à senhora, que me assegurou não ser “Maura Lopes Cançado”, mas sim “Mauro Lopes Conrado”. A questão toda era a grafia. Sendo o caderno antigo, os nomes estavam escritos à mão, o que deixou a atendente à mercê de um “a” transformado em “o”, e de um “ç” em “r”. Garranchos à parte, estava confirmado: era Maura Lopes Cançado. Os dados sobre o local do homicídio e data eram os mesmos. Liguei para o advogado e imediatamente, por intermédio de um amigo seu, também advogado, que estava no Rio, uma nova petição foi feita e enviada, com o número do processo, que constava nos dados do caderno. Dois dias depois, liguei para atendente e havia um novo problema. A petição foi indeferida pelo Juiz do Segundo Tribunal do Júri, pois constava que o processo não estava mais nessa vara e sim na Vara de Execuções Penais (VEP), um andar acima, no mesmo prédio. Já no fórum, fui em direção a VEP, na esperança de conseguir fazer um intercâmbio entre VEP e Segundo Tribunal do Júri, como sugeriu a atendente. Não foi possível. Retornei a Campinas, com novas entrevistas, mas sem o processo. Uma nova petição foi feita e enviada à VEP, era a terceira. Foi enviada aos cuidados do responsável pelo “Departamento de Controle e Execuções”, do “Serviço de Apoio Administrativo” da VEP, que conheci durante a tentativa de um intercâmbio. Ele encaminhou a petição à Juíza e, por fim, o processo foi encontrado e desarquivado. Fui novamente ao Rio de Janeiro. Lá fiquei pelo período de onze dias. Fui ao fórum, diretamente para VEP e lá estava o processo. Amarelado, desconjuntado, um maço considerável de folhas, a minha disposição. Instalei-me em uma salinha dividida com mais três pessoas, muito gentis, que me cederam um espaço à mesa para começar meu primeiro contato com um novo mundo. Um processo é, para um leigo, um grande quebra-cabeças, isso desde seu formato até a linguagem utilizada na documentação. Lá fiquei até o horário de saída e voltei no

diretamente relacionado a Maura, narrativas, documentos, etc., como já disse) exigiu tantas etapas burocráticas para que eu pudesse chegar até ela, como o processo penal. Chegar até a família de Maura foi mais simples, ainda que dependesse da aceitação de seus familiares em me receber, o que nem sempre é comum. O trajeto que percorri até chegar aos autos foi bastante burocrático em função de ser este um documento jurídico, que deve ser preservado, em tese, para sempre. Não pode ser perdido, pois seu conteúdo pode ser questionado mesmo depois de anos²⁰⁷, quando há uma sentença, como é o caso do processo de Maura. Se este questionamento nunca ocorrer, então teremos uma verdade guardada para a eternidade.

O teor da documentação anexada aos autos, as informações que surgiam dessa documentação, desde o paradeiro de Maura ao longo de doze anos, assim como as cartas de seu filho relatando o estado da mãe, os depoimentos de Maura, tanto ao juiz

dia seguinte. Nesse dia, perguntei ao responsável se era possível fazer uma cópia do processo, pois não conseguiria dar conta da documentação nos poucos dias que me restavam no Rio. Disse-me então que falaria com a juíza responsável. No dia seguinte, disse-me que havia agendado um encontro com a juíza, para eu falar-lhe sobre a possibilidade da cópia. A questão era que a documentação original só poderia sair da VEP com um advogado, no caso meu procurador, mas ele não estava no Rio, logo eu só podia consultar o processo dentro da VEP. Fui então ao encontro da juíza. Uma sala cheia de mesas, pessoas e pilhas de processos pelo chão. A mesa era simples, igual a todas as outras e ficava em um canto da sala. A juíza era muito jovem, e parecia correr contra o tempo no meio das pilhas. Expliquei que vinha pelo encontro agendando e que gostaria de ter a autorização dela para fazer uma cópia do processo. Primeiro perguntou-me se eu era da família de uma das partes. Disse-lhe que não, explicando então o motivo de meu pedido. Respondeu-me que não poderia autorizar, pois essa não era a prática comum, ainda que o processo fosse público. Insisti, explicando-lhe que eu ficaria poucos dias no Rio, que fazia uma pesquisa cuja figura central era a pessoa que figurava como ré no processo. Disse ainda que a documentação trazia novos dados à pesquisa, e que se não pudesse levá-la para Campinas seria uma perda. Diante de tanta insistência perguntou-me de que tratava o processo. Falei-lhe que era sobre um caso de homicídio, cuja ré fora considerada inimputável. Perguntou-me então quem era a ré. Nesse momento, já sentada ao lado de sua mesa, comecei a contar-lhe, resumidamente, sobre Maura. Falei sobre sua origem mineira, sua família abastada, cujo nome sempre teve destaque político e econômico. Falei de suas escolhas arrojadas quando jovem, de seu avião, de sua predileção pela leitura, de seu casamento precoce e sua separação. O preconceito social que a fez procurar pessoas que viviam uma vida mais livre, a vida faustosa e boemia. A predileção por hotéis, o luxo, o amante rico, e o fim da herança. A vida no Rio, o *SDJB*, os neoconcretos, a escrita, as internações, seus dois livros, a morte da paciente, o processo... Depois de ouvir atenta, a juíza concedeu-me a possibilidade da cópia, desde que o fosse feita dentro do fórum, acompanhada de um assistente da VEP. Não sei exatamente o que a fez mudar de ideia. O que lhe contei estava baseado, resumidamente e principalmente, na narrativa autobiográfica de *Hospício é Deus*.

²⁰⁷ Um processo criminal não pode ser jamais destruído (como outros tipos de processo o podem), o que pressupõem que as informações que ele guarda tem um caráter eterno.

quanto aos psiquiatras, tudo isso foi construindo um tipo de relato biográfico sobre Maura. Ao longo da leitura, marcada por um intenso ir e vir na documentação, cheguei ao primeiro laudo de sanidade mental. Nesse documento o tom biográfico intensificase. Não retomarei o que já foi colocado ao longo da tese e, principalmente, no último capítulo. Gostaria apenas de retomar alguns pontos. O processo criminal é um documento que visa buscar a verdade sobre um determinado delito. Neste caso, sobre a morte da paciente, mas também sobre Maura, dado que a primeira verdade já estava, para a lei, solucionada. Maura havia matado a paciente, logo se sabia quem era o autor do crime –, restava solucionar a segunda: em que circunstância essa pessoa tinha cometido o crime, ou de outra forma, que tipo de pessoa ou de personalidade cometeu o crime.

Ginzburg escreve sobre os processos inquisitoriais, mostrando o tipo de relação que existia entre réus e acusadores, e o tipo de documentação que resulta disso:

O impulso dos inquisidores no sentido de buscar a verdade (a verdade deles, naturalmente) nos legou uma documentação extremamente rica, decerto, mas profundamente distorcida pelas pressões físicas e psicológicas que caracterizavam os processos de feitiçaria. As sugestões dos juízes eram particularmente evidentes nas perguntas ligadas ao sabá: o fenômeno que, na visão dos demonólogos, constituía a própria essência da feitiçaria. Em situações como essas, os réus tendiam a fazer eco, de modo mais ou menos espontâneo, aos estereótipos inquisitoriais difundidos de ponta a ponta da Europa por pregadores, teólogos e juristas. (Ginzburg, 2007:284)

Ainda que a comparação seja anacrônica, os mecanismos têm certo eco, principalmente no que concerne ao exame de sanidade mental, que resultara no laudo. As perguntas, nesse caso, partem do psiquiatra, mas estão baseadas nas perguntas iniciais enviadas pelo juiz, como já citadas no início desse trabalho. O tipo de relação que o réu estabelece, no caso de Maura, com o psiquiatra, vão aos poucos encaixando-a no estereotipo psiquiátrico difundido sobre o louco criminoso. O que se tem, então, é uma verdade não apenas sobre o crime, mas acima de tudo sobre Maura, a partir da história que ela mesma contou. É preciso recriar essa história de vida de maneira que

ela se encaixe aos estereótipos e justifique o crime. Na tentativa de solucionar a questão, a justiça acaba por tirar-lhe o direito de atribuir sentidos a sua própria história. No entanto, a sobreposição das narrativas mostra que não há uma única versão possível.

Assis Brasil, quando escreveu sobre a narrativa autobiográfica de *Hospício é Deus*, caracterizou-a como uma narrativa de denúncia. O mesmo repetiu a mim, durante a entrevista que me concedeu. Para o autor o livro não só expõe o sofrimento interior, existencial, mas aquele causado pela estrutura falida das instituições da época. Já para os peritos-psiquiatras, a narrativa de Maura, autobiográfica, poderia ser lida como uma narrativa que a denuncia. Os relatos seriam mais uma prova de que Maura esteve internada, de que Maura era uma paciente psiquiátrica, portanto, estava muito provavelmente no artigo 22. Ou seja, nessa busca dos peritos por indícios que possibilitem encaixar essa *curva de vida defeituosa* ao crime – de forma a suprimir a responsabilidade do feito – todo tipo de informação acrescentada reitera essa vida defeituosa.

São exemplos de diferentes interpretações de uma mesma história. Mas é a partir dessas diferenças que estão presentes nas narrativas *de* e *sobre* Maura que se torna possível escapar, por exemplo, ao status de verdade da história de vida que os peritos constroem. E nesse sentido, as narrativas autobiográficas de Maura, especialmente *Hospício é Deus*, são como uma resposta permanente ao discurso que desqualifica para salvar, característico do laudo psiquiátrico. Maura não precisa ser salva. Sua escrita autobiográfica faz esse trabalho. A escrita, ou o ato literário – para intensificar o que gostaria de dizer – ganha um sentido de resistência. Maura passa toda sua vida em busca de um *bureau* onde pudesse escrever e, na maioria das vezes, esse *bureau* esteve nos hospitais psiquiátricos, em lugares improváveis. O *bureau*, é possível pensá-lo como o espaço de liberdade, de reflexão e de ressignificação do espaço do hospital psiquiátrico e mesmo da prisão, pois é o lugar da escrita. Quando Maura escreve a carta ao juiz, em um *bureau* imaginário, ela está se colocando dentro do processo, sua carta impregna os autos, sua *fala*, em primeira pessoa, atualiza a narrativa monótona – e

em terceira pessoa – que constitui o processo. Quando Maura diz ao leitor “Só sou autêntica quando escrevo. O resto do tempo passo mentindo.”, há um pacto que se estabelece entre sua vida e a escrita e isso remete ao que Philippe Lejeune define como o *pacto autobiográfico*.

Lejeune define a autobiografia como um misto de romance e ensaio (Lejeune, 2003).²⁰⁸ Nesse sentido, para o autor, o romance autobiográfico e a autobiografia têm um parentesco. A diferença é menos de caráter interno, pois ambos se confundem, do que externo. O que os diferencia é que, para Lejeune, a autobiografia é um texto de caráter fiduciário. Lejeune chama isso de *pacto autobiográfico*, que pode ser expresso pelo autor por algum tipo de declaração. Nesse sentido, a autobiografia envolve um projeto, sincero, segundo Lejeune (2003), de rever e compreender sua própria vida.

Na autobiografia os acontecimentos históricos ou fatos importantes estão todos subordinados à história pessoal do sujeito que narra. Eles estão em segundo plano, pois o que se destaca é a história particular de sua personalidade. Há na autobiografia um esforço para ordenar as lembranças, criando uma história. Segundo Lejeune:

O desenvolvimento da autobiografia no século XVIII indica uma descoberta do valor da pessoa, mas também uma certa concepção de pessoa: a pessoa se explica por sua história e em particular pela sua origem dentro da infância e da adolescência. (Lejeune, 2003:13)

²⁰⁸ A palavra autobiografia foi, segundo Lejeune, importada da Inglaterra no início do século XIX, e foi empregada em dois sentidos vizinhos, porém diferentes. O de Larousse, proposto em 1866, define autobiografia como *a vida de um indivíduo escrita por ele mesmo*. Larousse compreendia a autobiografia como um tipo de confissão, ou ainda como as memórias, que podem reunir fatos que não fazem parte diretamente da vida do narrador. Este sentido é o mais estrito. O segundo, mais abrangente, é o de Vapereau, explicitado em seu *Dictionnaire universel des littératures*, de 1876: autobiografia é *obra literária, romance, poema, tratado filosófico, etc., na qual o autor tem a intenção, secreta ou confessa, de contar sua vida, de expor seus pensamentos ou esboçar seus sentimentos* (Lejeune, 1983:420). Lejeune adotou a perspectiva estrita, mais próxima a Larousse. Diz Lejeune: *Chamamos autobiografia a narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando a tônica principal é sobre sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade* (Lejeune, 2003:10). Esta definição, assim como outras limitações que Lejeune atribuiu à autobiografia, foram mais tarde criticadas pelo próprio autor. Para o autor, a autobiografia é uma categoria complexa e instável. Esta definição, fechada, passa a ser vista por Lejeune como um ponto de partida para a desconstrução analítica dos fatores que entram na percepção do gênero. Isolada, ela pode parecer sectária e dogmática, bloqueando a reflexão ao invés de estimulá-la (Lejeune, 1983).

Escrever a autobiografia é buscar apreender-se dentro de uma totalidade. Diferente de um agradável relato de lembranças, a autobiografia *deve mostrar a unidade profunda de uma vida, obedecendo as exigências freqüentemente contrárias da fidelidade e da coerência* (Lejeune, 2003:15). Deve haver um equilíbrio entre a unidade de sentido e a presença do vivido, entre explicação e evocação²⁰⁹ (Lejeune, 2003).

A questão do pacto é importante para o autor à medida que se torna um critério na definição de autobiografia em relação a outros gêneros literários. No entanto, o *pacto* implica em uma certa ideologia biográfica, ou seja, a crença que *podemos dizer a verdade, e que temos uma existência individual e autônoma* (Lejeune, 1983:426). Analisado a partir de outras disciplinas, o *pacto* ganha uma característica *naif*. Entretanto, Lejeune justifica o mesmo a partir da intenção de explicitar e descrever as posições e crenças necessárias ao funcionamento do sistema, ou seja, do gênero autobiográfico. Para que esse gênero literário exista é preciso que haja, da parte de quem o escreve, uma intenção de sinceridade, uma intenção de verdade sobre sua própria vida, diz Lejeune. Sendo assim, e voltando a Maura, é possível afirmar que ela assina esse pacto, compartilha dessa ideologia.

Maura propõe um retrato de si mesma em seu texto, o que também significa que constrói uma imagem de sua pessoa e de sua personalidade. Para Lejeune, há uma intenção de verdade colada aos relatos. Se essa intenção pode ser alcançada e a verdade materializar-se em palavras, isso não me parece o fundamental. O que gostaria de ressaltar não é a crença nessa verdade, mas a crença de Maura nessa verdade. Isso a faz escrever *Hospício é Deus* que, de certa forma, será sempre o seu melhor juiz. A partir da sobreposição das narrativas *de* e *sobre* Maura, foi possível enxergar que *Hospício é Deus*, como ato literário, afrouxa as amarras da história contada pelos laudos psiquiátricos e restitui à Maura sua liberdade e permanência.

²⁰⁹ Para outras leituras sobre *explicação* e *evocação* ver: Kofes. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. In *Cadernos Pagu:Desacordos, desamores e diferenças*. (3), 1994: 117-141.

Bibliografia

- ABREU, A. A. (org.). (2001) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. RJ: Editora FGV;CPDOC.
- AMARAL, Aracy (org.). (1998) *Arte Construtiva no Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. Coleção Adolpho Leirner.
- _____. (2003) *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp.
- ANDRIOLO, Arley. (2006) *O Silêncio da Pintura Ingênua nos Ateliês Psiquiátricos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 227-232. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a12v22n2.pdf>
- ARANTES, Otília. (2004). *Mario Pedrosa: Itinerário Crítico*. SP: Cosac Naify.
- ARTIÈRES, Philippe. (1997) *Arquivar a própria vida*.
- ASSIS, Machado de. (1978) *Dom Casmurro*. SP: Editora Abril
- BARNES, Mary & BERKE, Joseph. (s/d) *Viagem através da loucura*. SP: Círculo do Livro.
- BELLUZZO, Ana Maria. (1998) Ruptura e Arte Concreta. in *Arte Construtiva no Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. Coleção Adolpho Leirner. p. 95-141.
- BERTAUX, D. (1980) *L'Approche biographique. Sa validité méthodologique, ses potentialités*, in: Cahiers Internationaux de Sociologie, Vol. LXIX, Juillet - Décembre, pp. 198-225.
- BEZERRA JR., Benilton. (2007) Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. *Physis* [online]. 2007, vol.17, n.2 [cited 2009-11-29], pp. 243-250 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-7331. doi: 10.1590/S0103-73312007000200002

- BOSI, Ecléa. (2004) *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. SP: Ateliê Editorial.
- BOURDIEU, Pierre (2002) *As regras da arte*. SP: Cia das Letras.
- _____(2004) A ilusão biográfica, in: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. SP: Papirus Editora, pp. 74-82.
- BRANT, Vera. (1999) *Ensolarando sombras*. SP: Cosac & Naify.
- BRASIL, Assis.(1973) *A Nova Literatura III: O Conto*. RJ: Pallas.
- BRITO, Ronaldo.(2002) *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. SP: Cosac Naify.
- CANÇADO, Maura Lopes. (1991) *O hospício é Deus*. SP: Círculo do livro.
- _____(1968) *O sofredor do ver*. RJ: José Alvaro Editor.
- CARRARA, Sérgio.(1998) *Crime e loucura*. SP: Edusp
- CORRÊA, Mariza. (1983) *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. RJ: Edições Graal.
- CRAPANZANO, Vincent. (1984) Life Histories, In: *American Anthropologist*, 86, pp: 953-965.
- DALGALARRONDO, Paulo. (1999) Transtorno borderline: história e atualidade, in *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol.II, nº2, junho.
- DAVIS, Kathy. (2003) Biography as critical methodology, in: *Biography and Society*. Newsletter/February.
- DEL-PORTO, José Alberto; DEL-PORTO, Kátia Oddone.(2009) História da caracterização nosológica do transtorno bipolar. **Rev. psiquiatr. clín.**,

São Paulo, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832005000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mar. 2009. doi:
10.1590/S0101-60832005000700002.

DOUBROVSKY, Serge. (1991) Sartre: autobiographie/autofiction in *Revue des Sciences Humaines – Le Biographique*, nº224, octobre-décembre. pp. 19-26.

FOUCAULT, M.(1972) *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.

_____ (1996) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (1997) *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____ (2002) *Os anormais*. SP: Martins Fontes.

_____ (2003) *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. RJ: Graal.

_____ (2004) *O nascimento da clínica*. RJ: Forense Universitária.

FRY, Peter. (1985) Direito positivo *versus* direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho. in *Cultura e psicanálise* Figueira, S. A. (org). SP: Brasiliense.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. (2006) *Lembrar escrever esquecer*. SP: Ed.34

GAUDENCIO JR., Norberto. (2005) Páginas modernas in: *Arquitextos 064*. Texto especial 329, Setembro. Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp329.asp>

GOFFMAN, Erving. (1980) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1996) *Conventos, manicômios e prisões*. SP: Perspectiva.

- GOMES DE MATOS, Evandro; GOMES DE MATOS, Thania Mello; GOMES DE MATOS, Gustavo Mello. (2005) A importância e as limitações do uso do DSM-IV na prática clínica. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v.27, n.3, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082005000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Mar. 2009. doi: 10.1590/S0101-81082005000300010.
- GOMES, Juliana N. Simões. (2003) *O suplemento literário do diário de São Paulo*. Trabalho apresentado no Núcleo de Jornalismo, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte-MG.
- GONÇALVES A.M., SENA R.R. (2001) A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. *Rev. Latino-americana de Enfermagem*. março; 9 (2):48-55.
- GULLAR, Ferreira. (1998) O Grupo Frente e a Reação Neoconcreta. *in Arte Construtiva no Brasil*. São Paulo: Companhia Melhoramentos. Coleção Adolpho Leirner p.143-181.
- _____ (1999) *Etapas da arte contemporânea. Do cubismo à arte neoconcreta*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan.
- KIRSCHBAUN, Débora Isane Ratner. (1997) Análise histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 20 e 50 . *Rev. Latino-Am. Enfermagem* , maio 1997, vol.5, no.spe, p.19-30.
- KOFES, Suely. (1994) Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *In Cadernos Pagu: Desacordos, desamores e diferenças*. (3),p. 117-141
- _____ (2001) *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- HALLEWELL, Laurence. (2005) *O livro no Brasil: sua história*. SP: Edusp.

- HENRIQUES, Rogério Paes. De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 285-30. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1415-4714. doi: 10.1590/S1415-47142009000200004.
- LACLOTTE, M., CUZIN, J-P. (1996) *Dictionnaire de la peinture*. Paris:Larrousse
- LAING, R. D.(1975) *O Eu Dividido: Estado Existencial da Sanidade do Louco*. Petrópolis: Vozes, vol. VII.
- LEJEUNE, Philippe. (2003) *L'autobiographie en France*. Paris: Armand Colin.
- _____ (1996) *Le pacte autobiographique*. Édition du Seuil.
- _____ (1983) Le pacte autobiographique(bis), *in: Poétique* 56, novembre, pp. 416-434.
- _____ (2000) Les usages du journal intime, *in: Sciences Humaines: les récits de vie*, 102, février, pp. 30-33.
- LOUREIRO,S.r.; ZUARDI,A. W.(1996) Semiologia psiquiátrica. *Medicina*, Ribeirão Preto, 29: 44-53, jan./mar. 1996
- MAMMI, Lorenzo. (1999) *Volpi*. Sao Paulo: Cosac& Naify.
- MANNARINO, Ana de G. (2006) *Amílcar de Castro e a página neoconcreta*. Dissertação (mestrado em História) PUC-Rio.
- MARC, Edmond. (1985) Le récit de vie ou la culture vivante, *in: Pratiques*, 45, mars, pp.32-51
- MOREIRA, Pedro Rogério. (2006) *Bela noite para voar*. RJ: Relume Dumará

- MORIN, Françoise.(1980) *Anthropologie et histoire de vie*, in: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Vol.LXIX, Nouvelle Série, Juillet – Décembre, pp. 313- 339.
- MOTOYAMA, Shozo (org). (2006). USP e sua história: a construção da universidade – 1930-1969, in: *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: EdUSP.pp.121-149.
- NUNES, M. R. (2007) *Paulicéia Literária: páginas e suplementos literários na imprensa paulistana (1920-1964)*. Doutorado (tese em Comunicação Social) Umesp-SP.
- OLIVEIRA, Rita Alves. Bial de São Paulo: impacto na cultura brasileira. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, vol.15, n.3, pp. 18-28 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392001000300004.
- PEDROSA, Mario. (1986) *Homem, mundo, arte em crise*. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates.
- _____ (1996) *Arte, necessidade vital*, in: *Forma e Percepção Estética.Textos escolhidos II*. Otilia Arantes (org.) SP: Edusp. pp. 41-57.
- PESSOTI, Isaías. (1994) *A loucura e suas épocas*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- _____ (1996) *O século dos manicômios*. São Paulo: Ed. 34.
- _____ (2001) *Os nomes da loucura*. São Paulo: Ed. 34.
- PONTES, Heloísa. (1998) *Destinos mistos*. SP: Cia das Letras.
- RICKEY, George. (2002) *Construtivismo: origens e evolução*. São Paulo: Cosac & Naify.
- ROUSSET, Jean. (1983) *Le journal intime, texte sans destinataire?* in: *Poétique*, 56, novembre, pp.435-443.
- SILVEIRA, Nise da.(1981) *Imagens do Inconsciente*. RJ: Ed. Alhambra.

SIMMEL, George. (1998). A aventura, in *Simmel e a modernidade*. Ed. UNB. pp.171-187

SODRÉ, Nelson Werneck. (1966) *Historia da imprensa no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira.

THOMAS, Yan. (2005) Les artifices de la vérité en droit commun medieval. in *L'Homme Revue française d'anthropologie*. 175-176 juillet/décembre. Éditions de EHESS.

WOOLF, Virginia. (2003) *Orlando*. RJ: Nova Fronteira.

ZARIAS, Marcelo (2003) *Negócio público e interesse privado: análise dos processos de interdição*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas.

Arquivos consultados:

BN – Fundação Biblioteca Nacional – Acervo de Periódicos

AEL - Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp

CPDOC – FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (consulta on-line:
<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>)

Documento consultado:

Autos do Processo Penal de Maura Lopes Cançado.

Documentos consultados em *sites*:

CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas
Relacionados à Saúde
site: <http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid10.htm>

CÓDIGO PENAL
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-
Lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm)

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-
Lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm)

LEI DE EXECUÇÃO PENAL DE 1984

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L7210.htm>

SICON

Sistema de informações do Congresso Nacional

site: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

Documento consultado (formato digital):

DECRETO-LEI N. 7.055 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1944

Cria o Centro Psiquiátrico Nacional e extingue o Conselho de Proteção aos Psicopatas e a Comissão Inspetora, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências

Entrevistas realizadas com:

ASSIS BRASIL – Rio de Janeiro, março de 2008

CARLOS HEITOR CONY – Rio de Janeiro, outubro de 2007

JOSÉ LOUZEIRO – Rio de Janeiro, outubro de 2007

MIRIAN LAGE – Rio de Janeiro, março de 2008

MEMBROS DA FAMÍLIA LOPES CANÇADO – Patos de Minas, junho de 2006

AMIGOS DA FAMÍLIA LOPES CANÇADO – Patos de Minas, junho de 2006

Entrevistas retiradas de artigos e jornais:

AMÍLCAR DE CASTRO - A notícia e o diagrama: entrevista inédita com Amilcar de Castro. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 78, July 2007 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000200012&lng=en&nrm=iso . access on 08 Apr. 2009. doi: 10.1590/S0101-33002007000200012.

Entrevista à Folha de São Paulo – 10 de fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1002200210.htm>

CARLOS LEMOS – Entrevista à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – 09 de setembro de 2005. Disponível em <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=587>

DÉCIO PIGNATARI – *Desvio para o concreto: na década de 50 a criação artística só se compara ao modernismo dos anos 20*. Artigo publicado à Folha de São Paulo – 20 de maio de 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2005200111.htm>

ODYLO COSTA FILHO – Entrevista à Folha de São Paulo – 11 de janeiro de 1979.

WILSON FIGUEIREDO – Entrevista à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=1608>

Sites consultados de museus:

MAC – Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo

Max Bill - acervo/roteiros de visita disponível em:

<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/roteiro/PDF/05.pdf>

Amilcar de Castro - acervo/roteiros de visita disponível em:

<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/roteiro/PDF/12.pdf>

MAM-SP – Museu de Arte Moderna de São Paulo

<http://www.mam.org.br/2008/portugues/historia.aspx>

MAM- RJ – Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

http://www.mamrio.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=32

MASP – Museu de Arte de São Paulo

<http://masp.uol.com.br/sobreomasp/historico.php>

Anexo



República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL — ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA, MUNICÍPIO E DISTRITO DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ

José Acrísio Braga
OFICIAL

Edson Donizete de Sousa
ESCREVENTE JUDICIAL



CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, às fls. 4-vº do Livro A-2, sob Nº de Ordem 35 foi lavrado o assento do nascimento de MAURA

do sexo feminino, nascida no dia 27 de janeiro de mil novecentos e vinte e nove (1929) às 17 horas e 15 minutos, em este município

filha de José Lopes Cançado e de Dona Affonsina Álvares da Silva

Sendo avós paternos José Lopes Cançado e Dona Glória Cândida Cançado

e avós maternos José Ribeiro e Dona Glória Porto

O assento foi lavrado em 26 de abril de 1929 tendo sido declarante O pai

e serviram de testemunhas as do termo

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

São Gonçalo do Abaeté, 23 de fevereiro de 1929

Edson Donizete de Sousa
OFICIAL

Firma do Tabelião Liberato Rua São Bento, 45 - Ed América Ex. Marínelli - São Paulo	Firma no Tabelião Bolívar Avenida Amazonas, 531 Belo Horizonte	Firma no Tabelião Ubaldino Rua Benjamim Constante, 177 São Paulo	Firma no Cartório Felício Santos Rua Espírito Santo, 946 Belo Horizonte
Firma no Tabelião Carvalho Sobrinho Rua Libero Badur, 648 (junto ao Largo São Raimundo - São Paulo	Firma no Tabelião Alacino Naves Rosaário, 133 - Fio	Firma no Cartório do 2.º Ofício de Notas Vicente Jaguarão Rosa de Queiroz Av. Afonso Pena, 116º - Belo Horizonte	

Certidão de nascimento de Maura Lopes Cançado

CASA DE SAÚDE SANTA MARIA LTDA.

Avenida do Contorno, 4766 - Fone 22-8380
Belo Horizonte



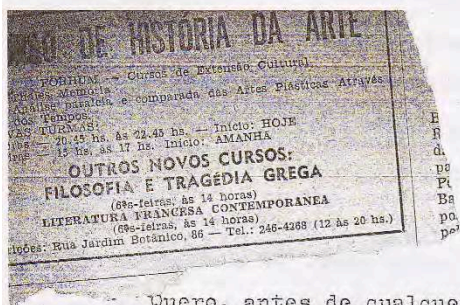
Declaro que D. MAURA LOPES CANÇADO,
estêve internada nesta Casa de Saúde, pa-
ra tratamento psiquiátrico, de 20 de Abril
a 20 de Maio de 1949, por ser portadora de
sintomas de mal comicial.

Belo Horizonte, 13 de Abril de 1949.

Handwritten signature
2376

CARTÓRIO FERNANDO MENDONÇA 10- CRCS DE NOTAS TASQUES Fernando Mendonça Avenida do Contorno, 4766 Belo Horizonte, Minas Gerais Rua da Bahia, 1189 Tel. 22-0000 - D. Mendonça C.A.B. - 0017-44	Reconheço a <i>Handwritten signature</i> 17 4 72
---	--

Dr. Austregesilo Ribeiro de Mendonça
C. R. M. 2376



Rio, 15 de agosto de 1984



Quero, antes de qualquer coisa, agradecer a V. Excia pelo muito que me tem feito. Sobretudo por me haverdes livrado da idéia infantil de que um Juiz não era exatamente um ser humano, mas qualquer coisa que se me escapava, algo acima de minha compreensão, do meu alcance - e principalmente do meu afeto. Ao constatar vossa humanidade, admiti também que, como ser humano eu vos podia amar. No sentido em que os seres, verdadeiramente humanos, são amáveis. E V. Excia o sois, sei-o, e sinto-me muito feliz com isso porque assim não vos temo, quero - vos bem, muito bem - ainda vossa lembrança deixa-me comovida. Creio as sociá-lo ao "Grande Pai", o Adan Kadmon dos cabalistas, Aquêle que me pode dar minha própria e exata medida. Isto é muito bonito.

Sim, pois é ainda através de V. Excia que novos caminhos se me abrem. Descubro pessoas que me amam, têm-me como gente - e começo também a amá-las, vendo-as e vendo-me, eu mesma, também assim. Isto é: gente. Ajudam-me a sair do meu silêncio e constatar o quanto estive perdida durante toda minha vida. Refiro-me especialmente aos médicos da Biopsicologia, aos quais, recomendásteis-me: Dr. Leal e Fernando Cardinha. Não sei vos dizer de quanto me têm ajudado, sobretudo o Psicólogo Fernando, que me assiste, me tolera, me esclarece e gosta muito de mim.

Por mais paradoxal que vos possa parecer, tudo isto - quero dizer: o crime e suas consequências - tornaram-me melhor. Aproximou-me de pesoas lindas (incluo quem vos leva esta carta: Dr. Acyr Castellar), deu-me uma segurança que eu antes desconhecia. Não imaginais V. Excia. o que significa para mim ouvir do Fernando: - Sua necessidade de dar e receber foi e é tão grande, que você matou. Já que não podia conter durante mais tempo, dentro de você, tanto amor. Ele devia irromper-se de qualquer maneira. E o seu crime foi um gesto desesperado de amor,

Maura.

Então eu entendi. E admitindo a dor, parece também que comeci a admitir o amor. É verdade que muito terá de ser ainda feito. Vossos a-

migos médicos terão ainda muito trabalho comigo para me mostrarem a mim mesma. Mas tudo já começou e vai indo bem, quero ficar são - muito obrigada, mil vezes obrigada.

Muito obrigada também por me haverdes apresentado o rosto de um Juiz que não saiu de um livro de livro de Kafka. Obrigada porque sois gente. Tudo isto é deveras surpreendente. Eu esperava um Juiz terrível, um semi-deus, cruel em sua frieza. E vos associava à idéia de Deus que me foi imposta na infância. V. Excia. aparecesteis-me. Julgáveis-me. Mas principalmente buscáveis entender-me. Eu que fui julgada cruel e injustamente durante toda minha vida, não sabia então como existir. As coisas sempre me vieram por caminhos imprevisíveis.

Precisava dizer-vos tudo isto. Muito mais ainda. Não o faço para não cansar-vos. Fallo-ei em meu livro. Peço-vos perdão por não conseguir manter-me reverente como geralmente se entende reverência. Perdão-me dizer-vos o que sinto e não pensais que vos adulo antes de fazer-vos um pedido. Não pode ser adulação porque é verdade.

Sr, Juiz, faça de conta que lhe escrevo outra carta. O tratamento de Excelência limita-me, é-me insuportável, dispense-mo, lhe peço. Eu tentarei escrever como sei fazer porque assim sou mais eu.

Há um curso de Tragédia e Comédia Gregas (envio-lhe o recorte). Eu amo a Grécia, sou apaixonada pelo teatro grego, tenho em casa as peças de Sófocles, Ésquilo, Eurípedes e Aristófanes. Meus conhecimentos adquiri-os sozinha, jamais tive alguém que me orientasse nesse sentido. Este curso me será útil em minha literatura e tudo mais. Até mesmo em minha vida cotidiana. O curso começa amanhã, sexta-feira, dia 16. É apenas uma vez por semana, às sextas feiras, de 14 às 16 horas. Não creio que minha frequência a esse curso possa prejudicar o sistema disciplinar da casa, levando-se em conta que algumas presas saem semanalmente e passam até dois dias em casa. Uma delas tem seu carro na porta da cadeia, dirige-o, inclusive viajando para outro Estado. E uma infinidade de coisas verdadeiramente escandalosas - que prefiro não mencionar.

Segundo pedido: lá fora eu estudava linguas. interrompi ao ser prê-



Meus dentes estão estragados, doem-me, uma coisa terrível. O dentista da cadeia só faz extrações. Tenho meu dentista, o tratamento está pago, o consultório fica no centro da cidade, perto daqui. Ser-me-ia possível fazer esse tratamento?

Se o Senhor não concordar com meus dois primeiros pedidos, atenda-me pelo menos em um deles. Acredito que o estudo de linguas me seja mais útil e urgente. Ou não? Meu Deus, eu queria aprender tudo, sinto uma sede fantástica de cultura. Procure compreender-me.

Escrever-lhe-ei outras cartas num livro. Já o comecei, seu título é: Cartas a Um Juiz. Trata-se de um livro de contos, cada conto é uma carta dirigida a um Juiz. A propósito, tenho lutado para arranjar um local onde possa escrever aqui. Davam-me uma sala só para mim. Agora tiraram-na. Meu filho está lutando para que ma dêem de novo. Mas isto é ainda secundário, não posso pedir-lhe mais.

Não sou datilógrafa. Escrevo às carreiras, a pessoa que deverá levar-lhe esta carta está esperando. Não posso passá-la a limpo, peço desculpas por não estar bem escrita.

Queira-me bem _ é meu pedido mais insistente

Maura Lopes Augusto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Of. nº 269-GD.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1974

Do Sr. Diretor do Hospital Gustavo Riedel

Ao Exmº Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal

Assunto: comunicação de evasão

19/6/74
[Assinatura]

Comunico a V.Exª., para os devidos fins, que a paciente MAURA LOPES CANÇADO, que fora internada neste hospital, através do ofº nº 7 143, de 26.04.74, da Superintendencia Judiciária, logrou evadir-se em 16.06.74.

Esclareço-lhe que, na ocasião da sua internação, esta Direção encaminhou a V.Exª. o ofº nº 191-GD. datado de 15.05.74. Informando-lhe que este nosocômio, por funcionar em regime semi-aberto, não dispõe de acomodação, para manter internado, sem possibilidade de fuga, pacientes que estejam sob custódia judicial.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

[Assinatura]
Dr. Raimundo Borges de Oliveira
Diretor do Hospital Gustavo Riedel - Substº

CASA DE SAÚDE DR. EIRAS S/A

RUA ASSUNÇÃO, 2 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
TELEFONE 246-8180



Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1972

OFÍCIO Nº.61/72.

DA- CASA DE SAÚDE DR.EIRAS S/A.

AO- EXMO.SR.DR.IVALDO CORRÊA DE SOUZA

REF=S/OF.08795/72

REF=N/INFORMAÇÃO.

Levamos ao conhecimento de V.Excia., que a paciente MAURA LOPES CANÇADO, que se encontrava internada nesta Casa de Saúde, foi removida para a Clínica de Repouso Valência LTDA. no dia 03/08/1972, conforme comprovante anexo.

Aproveitamos o ensejo para apresentar-lhe

Cordiais saudações

Casa de Saúde Dr.Eiras S/A


Dr. José Caruso Magdalena

- Diretor -

Exmo.Sr.

Dr. Ivaldo Corrêa de Souza

Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal

Nesta

20.000

Ep.



ESTADO DA GUANABARA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

S.P.J.-Corregedoria



OFÍCIO Nº 118

Em, 22 de janeiro de 1974

Do Delegado da 10ª Delegacia Policial

ao MM. Dr. Juiz de Direito do 2º Tribunal de Juri

Assunto: informação - presta

Ref. Ofício 7996/73

cc. MAURA LOPES CANÇADO

22/1/74
[Handwritten signature]

Meritíssimo Juiz:

Em atenção aos termos do ofício nº 7.996, ref. ao mandado de prisão expedido c/ MAURA LOPES CANÇADO, transcrevo / abaixo a informação do Chefe de Vigilância.

"10ª Delegacia Policial, SVIG-Setor de Vigilância- prot. 09/1245.032/73-INFORMAÇÃO- Sr. Chefe: 1.- Informo a V.S. que a fim de dar cumprimento ao mandado de prisão contra MAURA LOPES-CANÇADO, compareci a rua Candido Denicio, 1538-Clínica de Repouso Valença, sendo contudo ali informado ter a indiciada acima, recebido alta no dia 06.04.1973. É o que cuapre-me informar. Em, 7 jan. 74-(as) Onézimo Arão de Góia-Chefe do Setor de Vigilância.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe meu protestos de elevada estima e distinta consideração.

NM.

[Handwritten signature]
RAUL LOPES DE FARIA
DELEGADO
MATRICULA 700217

PRM-SA-001-A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA
CIDADE DO RIO DE JANEIRO



MM. Juiz:

Em cumprimento ao respeitável despacho de fls. 94 verso, 2ª parte, cumprimento informar a V. Exª, que, segundo informações da SUSIPP, obtidas por telefone, aquele órgão não possui estabelecimento para internação de doentes mentais, de alta periculosidade, do sexo feminino, esclarecimentos estes prestados pelo Sr. Carlos Alberto.

Visto o exposto, faço os autos conclusos a V. Exª, para as determinações de direito.

Rio, 28/1/74

O Escrivão,

NESTA

MM. JUIZ

MM. JUIZ

Rio, 29 de

CONCLUSOS AO

Arquivo

de 1974

At o mesmo tempo, encicula a toda a situação. Pedicula porque constata para com o sistema que funciona da mais proporcionalidade da Toderat com um órgão especial de que o julgamento de acordo, principalmente quando

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1974.



Exmo. Sr.

Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal
Rio de Janeiro - Guanabara.

Excelência:

Na qualidade de filho e responsável por Maura Lopes Cançado, acusada de crime de homicídio contra Maria das Graças Queiros, processo nº 106 / neste Juízo e tendo em vista a determinação de V.Exa. visando o internamento de minha mãe em estabelecimento psiquiátrico a ser escolhido por V.Exa. responsável, cumpre-me esclarecer que não tenho mais condições financeiras para mantê-la internada em uma casa de saúde especializada particular.

Por outro lado, quero informar ao Ilustre Magistrado que a Senhora / Maura Lopes Cançado se encontra residindo em minha companhia, à Rua Osório de Almeida, 29-401, apresentando um quadro social bastante anormal e em período de agressividade. Tem afirmado, inclusive, que deseja ser presa, ameaçando o cometimento de outro delito.

Verifica-se pois, Dr. Juiz, a instabilidade em que vive o signatário, constantemente ameaçado em sua integridade física pela própria mãe, que / sua total irresponsabilidade afirma que comparecerá na sede desse Juízo para avistar-se com V. Exa.

Portanto, em vista do que foi exposto e considerando, uma vez mais a total impossibilidade de continuar com a responsabilidade de mantê-la em minha companhia e confiando no elevado espírito público do Ilustre Juiz, acredito que a Justiça, como se impõe, solucionará o impasse, determinando às autoridades estaduais competentes que promovam o recolhimento da acusada enferma a um estabelecimento apropriado, garantindo dessa forma o tratamento indispensável, a segurança sua e a de terceiros.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar V.Exa., agradecendo a atenção e providência que determinará.

Respeitosamente

Cesarion Cançado Praxedes
Cesarion Cançado Praxedes.

End. Rua Osório de Almeida, 29-401. Urca. GB.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Saúde

Of. nº SNAT 85/74

Rio de Janeiro,
em 2 de abril de 1974.

Do: Diretor do Serviço de Normas e Assistência Técnica

Para: Exmo. Sr. Juiz da 2ª. Vara Criminal

Assunto: Informação (presta)

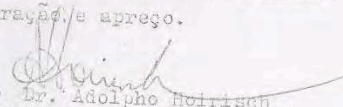
MM. Juizador,

Informo a V. Excia. ter sido procurado pela Sra. MAURA LOPES CANÇADO, a qual foi, há pouco tempo, periciada no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. Queixou-se a aludida em termos que vive permanentemente em atrito com o filho, razão por que pensa matá-lo.

Como se trata de paciente psiquiátrica, que responde a processo criminal (homicídio) e está ao abrigo do "caput" do artigo 22 do Código Penal e, mais ainda, que se evadiu recentemente de uma Clínica particular no Grajaú, julgo importante dar ciência do fato a V. Excia.

A par disto registro que a paciente em foco reside à rua Ozório de Almeida nº 29, apto. 401, Urca (tel. 226-9305) e pede insistentemente seja determinada sua internação, "até mesmo na Penitenciária de Bangü" (sic).

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os protestos da mais elevada consideração e apreço.


Dr. Adolpho Hottelisch
Diretor do SNAT - DINSAM



Juízo de Direito da 26.^a Vara Criminal

INTERROGATÓRIO DO RÉU

MAURA LOPES GONÇADO

Aos 27 de junho de mil novecentos e 74, nesta Cidade e sala das audiências da 26.^a Vara Criminal, presente o Doutor Benedito Motta de Mello, Juiz Substituto

Promotor, Defensor e mais circunstâncias, comigo Escrivão abaixo declarado, depois de observado o Réu, na forma do artigo 186, do Código do Processo Penal, foi feito o interrogatório na forma do artigo 183, do mesmo Código do Processo Penal, como adiante se segue:

Declarou chamar-se Maura Lopes Gonçado

Naturalidade: ser de Minas Gerais

Idade: ter 43 anos de idade

Filiação: ser filha de José Lopes Gonçado e de A. onsina Alves de Silva

Estado civil: ser solteira

Residência: não sabendo o local de sua residência

Meios de vida ou profissão: ser funcionária pública - Ministério da Educação

Lugar onde exerce atividade: Ministério da Educação

Se sabe ler e escrever: não sabendo nem assinar o nome

E depois de cientificado da acusação declarou mais: que a interroganda estava cansada de ter que se apenar o que os outros queriam que passasse desordenado para ser internada em um Manicômio; que a interroganda se achava as voltas com milhares de problemas em que o seu filho que lhe dava uma certa assistência supendeu inesperadamente e a internou na casa de Súde Dr. Eiras; que quando se viu naquela casa de saúde que odiava, viu que o único jeito de se vista melhor, digo, melhor era cometer um crime que entendia que se assim o fizesse seria levado para uma cadeia onde viveria as custas do Estado;

que passou então a procurar a vítima que não queria matar uma das
queelas mulheres que como ela se achava inermada, pois nada tinha
contra qualquer delas; que no dia do fato encontrou a vítima com
o rosto coberto e a vítima então perdeu para ela a identidade
e rasgou o lençol e estragou a vítima; que objetivamente matou
uma mulher mas simbolicamente o que pretendia era matar uma estru-
ta, um sistema; que no dia do crime a interrogante viu duas mulhe-
rebrigadas e uma delas matou a outra e pois-a a chorar; que a
interrogante disse que assumiria a autoria do crime, pois dese-
ja dali sair para a cadeia; que das testemunhas arroladas, conhe-
pelo nome apenas Alfredo e Manoel, que são médicos de casa de saú-
de; que nada tem a dizer contra essas pessoas; que nunca foi proces-
sada. Nada mais disse. Lido e achado conforme, vai devidamente as-
sinado, deixando de o fazer a acusado, fazendo a seu rogo o seu
curador nomeado, Dr. Ubyratan Guimarães Cavalcanti e Carlos de
Araújo Lima. Nada mais disse. Lido e achado conforme. Eu, *Ten*
de Mello, Escrevente, o ditilografei. E eu,
de Mello, Escrevente, o subscreevi.

VISTA

Dr. Ubyratan Guimarães Cavalcanti
Pelo Curador

21 *5* *24*
6 Faltas



Processo nº 5316

JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA

26.ª VARA CRIMINAL

2.º TRIBUNAL DO JÚRI

ASSENTADA

Às 16 horas do dia 9 de mês de 7
do ano de mil novecentos e 74 nesta cidade

de Rio de Janeiro e na sala das audiências do Juiz de Direito da Vigésima
sexta Vara Criminal, onde se encontrava o respectivo Juiz, doutor

BENEDICTO NOTTA DE MELLO comigo.

adiante declarado, D. CREVEVENTE AUXILIAR
PRESENTE o acusado.

assistido por Doutor Defensor Público, nomeado como Curador, para o ato
procedeu-se a inquirição da testemunha abaixo qualificada

com a AUSEPCTA do Dr. Promotor Público. Do que, para constar.

Levei este termo. Eu,

Escrivão, o subscrevo.

52. TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: DR. MANOEL ALVARO VIELOSO, natural de
Portugal, com 52 anos de idade, casado, médico, residindo na rua
Almirante Alexandrino nº 588, sabendo ler e escrever. Aos costumes
disse nada. Prestou o compromisso legal. Inquirido, disse que o de-
poente é membro do Conselho Técnico da Casa de Saúde Dr. Eiras; que
não se encontrava presente por ocasião do crime, que só no dia seguinte
tomou conhecimento dos fatos de que trata este processo; que na oportu-
nidade conversou com a acusada que lhe confessou após diversas alterna-
tivas a autoria do crime; que segundo ela teria cometido o crime a fim
de fragar a sua transferência para o "Unicômio Judiciário" que na mesma
ocasião a acusada dizia não se lembrar do que ocorrera; que em outras
oportunidades lamentou o fato e que ele lhe teria estragado a vida.
Segundo informações de enfermeiras, serventes e atendentes a acusada
estava colocada num travesseiro no rosto da vítima e sentada em cima.

Dada a palavra ao Dr. Defensor Público, às suas perguntas, respondeu que
a acusada é indiscutivelmente um demente mental. NADA MAIS. Dito e achado
do conforme assinam. eu, *Manoel Alvaro Vieioso*,
Escrivente auxiliar, datilografar, e eu,
escrivão, subscrevo.



ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO
INSTITUTO MÉDICO LEGAL



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

10.º Delegacia Policial

PROT. N.º 5018,5578

Funcionário M.A. *Estêvão*

VISTO

DIRETOR

AUTO DE EXAME CADAVERÍCO

Diretor do IML: — Nilson Sant'Anna

1.º Médico Legista: — Olímpio Pereira da Silva

2.º Médico Legista: — Jorge Nunes Amorim

Autoridade requisitante: — DECIMA DELEGACIA POLICIAL

Requisição n.º 59, de 12 de abril de 1972

Aos doze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, pelo Diretor foram designados os peritos acima para proceder a exame no cadáver de MARIA DAS GRAÇAS QUEIROZ

a fim de ser atendida a requisição supra, descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrarem, descobrirem, e observarem, e, bem assim, para responder aos seguintes quesitos: —

PRIMEIRO — Se houve morte;

SEGUNDO — Qual a causa da morte;

TERCEIRO — Qual o instrumento ou meio que produziu a morte;

QUARTO — Se foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel (*resposta especificada*);

Em consequência, passaram os peritos a fazer o exame ordenado e investigações que julgaram necessárias, findos os quais declararam: —



ESTADO DA GUANABARA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

10ª DELEGACIA POLICIAL



23

Data- 12/5/1972

Nome e Cargo da autoridade- WALDEMAR GOMES DE CASTRO - Delegado

Nome do Escrivão- JOSE CARLOS BARBOSA DANTAS

TÉRMO DE - DECLARAÇÕES ☒ - DEPOIMENTO ☐ que presta

Qualidade- DECLARANTE

Nome- FERNANDO MACIEL CORREA PIRES

Pai- Jorge de Azambuja ^aCorrêa Pires

Filiação- Mãe- Corina Maciel Corrêa Pires

Nacionalidade- Brasileira Naturalidade- Guanabara

Idade- 29 anos (10 / 3 1943) _{dia mês ano} Cór- branca Sexo- masculino

Profissão- Médico Estado Civil- Solteiro

Local de trabalho- rua Assunção, 2

Tel.- 246-8180

Residência- Raimundo Corrêa, 28/401

Tel.- 237-8210

Documento de identidade- Carteira do M.da Guerra nº 292 526
Reg. 1G-580 289

Lê- Sim Escreve- Sim

Contradita-

Costumes-

Compromisso legal-

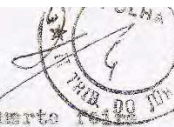
INQUIRIDO, DISSE: que, no dia onze de
bril do corrente ano, encontrava-se de plantão na Casa de Saúde
Dr. Eiras quando por volta da meia noite foi chamada pela enfer
meira da enfermaria de triagem feminina, pelo telefone interno a-
fim de que lá comparecesse; que, lá chegando encontrou a paciente
MARIA DAS GRAÇAS QUEIROS já morta em seu leito, apresentando sinais
característicos de enforcamento encontrando também a suposta arma
do crime ao lado da paciente morta; que, surgiu neste instante a

10a. Delegacia Policial

Serviço de dia 11 p/ 12 de abril de 1972 -terça e quarta-feira

Comissário de Dia Paulo Rodrigues

Registro nº. 1722 - livro 93 -impar - fls. 169 e v.



HOMICIDIO DOLOSO * PRATICADO POR DEBIL MENTAL.

À 0,50 hora o Medico de plantão na Casa de Saúde Dr. Siroes, Dr. Fernando Correa Pires, bras. 29 anos, inscrito / no Conselho Regional de Medicina sobre o numero 12686, comunicou que na Enfermaria Triagem Feminina, uma doente usando um pedaço de pano atou a sua colega de enfermidade, o fato ocorreu às 0,40 minutos, sendo ela MAURA LOPES CANABO, bras., branca, solt., com 40 anos, nat. de Minas Gerais, filha de José Lopes Canabó, digo, Canabó e de Afancia Alvea da Silva, fusc., publica, residente na rua Humberto de Campos 942 apto. 303, que declarou ao comunicante, que assim procedeu porque quer ir para o Manicômio Judiciário, a vítima trata-se de MARIA DAS GRACAS QUEIROZ, bras., brada, 19 anos, nat. do Estado da Paraíba, filha de Antonio da Conceição Queiroz e Ana Conceição Queiroz, solt. com 19 anos, residente na rua Cristiana Machado nº lote 33, q. 2 - Jardim America, que ali achava-se internada desde 4/4/72 e em estado de gestação no quarto mês. As enfermeiras Maria do Carmo Dias e Melvina C. Lazzari Alves, foram a portadora do noticia ao comunicante, dizendo, que a enferma MAURA, saiu de sua enfermaria indo a outra proxima e praticado o crime. -Solicitei o Instituto de Criminalística, compareceu o perito DR. Benedito e a remoção do cadaver para o I.M.L. com guia nº. 59. Foi entregue ao Corretor o objeto usado, digo, utilizado para o crime - um tipo de tecido branco.

DESPACHO: Instaura-se inquérito. Requerite-se o laudo cadavérico como também o pericial. Rio, 12/4/72. Ass. Dr. Helio Costa de Assis Mascarenhas Delegado Adjunto.

Conf. c/ orig. JAG. 71.670

Sr. Dr. Waldemar Gomes de Castro,
M. D. Dr. Delegado da D. P.



O infra assinado, no inquerito policial
instaurado nesta Delegacia e que tomou o numero 205, em que é
indiciada a sua mãe Laura Lopes Cançado, vem, respeitosa e,
e visando colaborar no esclarecimento da verdade e no interesse
da Justiça, requerer a juntada aos autos dos documentos inclu-
sões.

O requerente sabe ser V. S. uma autori-
dade competente e zelosa, razão por que está certo de que V. S.
não só levantará os elementos de fato como, também, determinará
a mais completa investigação da personalidade (item VII e IX do
C.P.P.) como, também, diligências que logrem verificar as con-
dições social e clinicamente indicadas para a tentativa de re-
cuperação e para o resguardo comum.

Cumprimenta V. S.

Cesarion Cançado Praxedes

Cesarion Cançado PRAXEDES

Garibaldo de Araújo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

HOSPITAL GUSTAVO RIEDEL

A revolução de 64 é irreversível e
consolidará a Democracia no Brasil



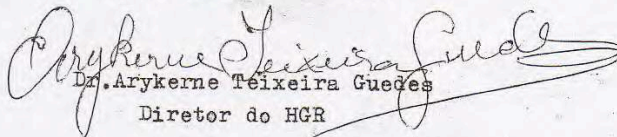
DECLARAÇÃO

DECLARO constar nos assentamentos deste Hospital que MAURA LOPES CANSADO, residência rua Republica do Perú s/n - de sexo feminino, com 39 anos de idade, solteira, domestica, brasileira natural de Minas Gerais, de cor branca, instrução secundaria teve os seguintes movimentos de entradas e saídas:

ENTRADAS	SAIDAS
1ª 28/11/1957	1ª 22/02/1958 alta
2ª 22/02/1959	2ª 22/04/1959 alta
3ª 21/10/1959	3ª 03/03/1960 evasão
4ª 08/03/1960	4ª 04/08/1960 alta
5ª 09/06/1960	5ª 23/06/1960 evasão
6ª 20/07/1960	6ª 07/02/1961 alta
7ª 17/08/1961	7ª 24/08/1961 alta
8ª 30/07/1962	8ª 31/07/1962 evasão
9ª 12/06/1963	9ª 18/09/1963 Transf. p/BMC
10ª 29/11/1963 Reg.de BMC	10ª 29/11/1963 alta
11ª 29/11/1963	11ª 03/12/1963 alta
12ª 03/01/1964	12ª 08/01/1964 alta.

Esta declaração é fornecida a pedido do Sr. Cesarion Cangade Praxedes Identidade funcional nº 333 do Jornal do Brasil, filho da referida paciente para fins de direito.

Rio de Janeiro Gb 18 de abril de 1972


Dr. Arykerne Teixeira Guedes
Diretor do HGR



MINISTÉRIO DA SAÚDE
MANICÓMIO JUDICIÁRIO HEITOR CARRILHO

FLS. - 9



77

Handwritten signature

Apezar de nada lhe faltar, a paciente chorava o dia inteiro, eis que o amante não tinha nível intelectual elevado (o que sempre buscava nas pessoas), e, como se sentisse sózinha, sem nada para fazer, iniciou vários cursos ao mesmo tempo, porém nunca chegou à terminá-los.

Julgando-se doente e depois de procurar o diretor da Clínica de Repouso Alto da Boa Vista, lá internou-se, agora pela segunda vez, às expensas do amante. Permaneceu hospitalizada cerca de dois meses e, nesse período, "um dos mais doentes" da sua vida, mostrou-se particularmente agressiva e violenta. Essa circunstancia, determinou sua transferência para o Sanatório Tijuca, onde houve necessidade até de "quarto-forte", só melhorando após receber tratamento insulino-terápico.

A esse tempo a mãe da examinada veio vê-la e trouxe consigo o neto, que aqui ficou, na companhia de Maura, logo que ela obteve alta do Sanatório.

No entanto, a paciente, não teve mais condições para "aguentar" o amante e o filho, e, em certo dia, não tolerando a situação e sentindo-se "muito doente", telefonou para a esposa do amante e contou-lhe toda verdade. Provocou, com essa atitude "um escândalo tremendo", com a mulher do amante que, quiz, inclusive, eliminá-la. Como não podia deixar de ser, houve o rompimento da ligação amorosa, e a paciente deslocou-se para São Paulo, onde passou "um mes chorando", porque aí, paradoxalmente, ansiava pelo amante, ele lhe fazia falta. De São Paulo, mandou o seu filho de volta para a casa da avó e regressou ao Rio.

A essa altura da vida, Maura encontrava-se à míngua de recursos e vivia de favor na casa de uma amiga de nacionalidade austríaca, fase extremamente difícil, sem dinheiro até para comprar alimentos, não sabe nem como conseguiu sobreviver.

Decorrido algum tempo, a paciente separou-se da amiga e começou a viver da forma a mais irregular, sem pousar, sem casa, pernoitando em apartamentos de amigos e conhecidos.

(Mr. Jayme Bisker).

DIRETOR

VISTO

CASA DE SAÚDE DR. EIRAS

RUA ASSUNÇÃO, 2 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO

TELEFONE 246-8180



DECLARAÇÃO

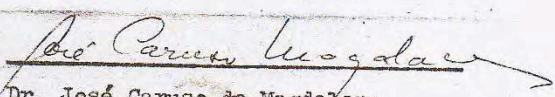
Declaramos, para os devidos fins, que a paciente
MAURA LOPES CANSADO, esteve internada nesta Ca-
sa de Saúde nos períodos:

05/07/1962 à 24/07/1972 ??

03/09/1962 à 21/11/1962

11/04/1972 até a presente data.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 1972.


Dr. José Caruso de Magdalena

Diretor



**SANATÓRIO
BOTAFOGO S.A.**



Atesto para os devidos fins, que a
Sra. MAURA LOPES CANÇADO, esteve internada
neste Sanatório para tratamento especiali-
zado nos períodos de:

21 de Novembro de 1962 a 26 de Janeiro de 1963
23 de Março de 1971 a 4 de Outubro de 1971

Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1972

Pol. SANATÓRIO BOTAFOGO S.A.

Guaraciara de Freitas Lima
MÉDICO PLANTÃO N.º 577

Rua Álvaro Ramos, 405 - Tel.: 266-1322 *

CLÍNICA BELA VISTA LTDA.

CLÍNICA BELA VISTA

Rua do Rio Grande, 2.600 Taguara - Guarapari
Telef. GUEL - 392 08 10



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o (a)
Sr. (a) Maura Lopes Cançado
estive internado (a) nesta Clínica desde 29/03/966
até 20/05/967 para tratamento especializado /
por conta do IPASE.

Guapabara, 18 de abril de 1972

Dr. Clóvis Salgado

Dr. CLOVIS SALGADO
CRM 1574

CASA DE SAÚDE DR. EIRAS

RUA ASSUNÇÃO, 2 - BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO
TELEFONE 246-8180



Rio de Janeiro, 8 de maio de 1972.

Ao Ilmo. Sr.

DR. WALDEMAR GOMES DE CASTRO

DD. Delegado da 10ª Delegacia Distrital

Em mãos

Ref.: Inquérito nº 205/72

*J. nos autos
M. J. G. 4*

Senhor Delegado:

A pedido da Direção Médica desta Casa de Saúde, e no interesse também da respectiva Administração, solicito a Vossa Senhoria as necessárias providências no sentido de a / paciente MAURÁ LOPES CANSADO, acusada do homicídio objeto do Inquérito nº 205/72, ser transferida para outro local que seja adequado à sua periculosidade e situação jurídica, tendo em conta os riscos e a impossibilidade em que nos encontramos em mantê-la aqui internada por mais tempo, conforme inclusive se vê da exposição anexa.

Encarecendo a urgência da medida e na certeza / de que não nos faltará, ainda desta feita, a prestimosa cooperação de Vossa Senhoria, antecipamos-lhe nossos agradecimentos e

cordiais saudações

Alfredo C. Nader

D^r. Alfredo C. Nader
Diretor Superintendente

CASA DE SAÚDE DR. EIRAS S/A

RUA ASSUNÇÃO, 2 - BOTAFOGO - RIO DE JANEIRO
TELEFONE 246-6180

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1972.



Ao Ilmo. Sr.
Diretor Superintendente da
Casa de Saúde Dr. Eiras S/A.
E/M.

Atendendo o pedido de V.S. de que fôsse feito um relatório sobre a situação de Maura Lopes Cansado para encaminhamento a autoridade competente ratifico, através d'êla, alguns pontos / de vista que já têm sido objeto de palestras que mantivemos a respeito do caso.

Como V.S. tão bem sabe na moderna concepção de assistência psiquiátrica ressalta o valor da componente socioterápica / de tratamento, mediante a qual se vai juntar aos demais aspectos terapêuticos a benéfica influência de um ambiente acolhedor e - / propício à formação de ajustes positivos. Como conciliar essa filosofia assistencial dominante com a presença nesta Casa de Saúde de uma paciente que pôs fim à vida de outra ? Quantos receios, preocupações, insônias determina tal presença que faz desencadear nas enfermas permanentes e prejudiciais fantasias de que estejam a correr o risco de serem atacadas também ? (Por sinal a paciente Maura tem frequentemente aludido à intenção de repetir seu comportamento agressivo).

A despeito de todos os esforços médicos no sentido de / neutralizar a influência prejudicial que a citada cliente vem / criando pouco se tem conseguido, razão porque julgo sua presença tecnicamente desaconselhável até para ela própria suficientemente apta à compreensão de repulsa que causa e dos receios e até rancôres que desperta em suas companheiras de hospitalização, havendo inclusive o risco-face ao grande desajuste-de voltar contra si mesma a agressividade que apresenta.

Nossa equipe técnica igualmente admite/^{que} a paciente portadora que é de intenso potencial agressivo pode outra vez, expressa-lo em tentativas de ações violentas. (São por sinal do conhecimento corrente os crimes em série cometidos por insanos, algumas vezes de forma caprichosamente idêntica).



ESTADO DA GUANABARA



28

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

10a. Delegacia Policial.

S.V.I.G.

Senhor Dr. Delegado,

[Signature]

Conforme a determinação
por V.S. em Despacho exarado no inquérito nº 205/72,
procedi às necessárias investigações e consegui apurar
que, dos estabelecimentos oficiais, a única que recebe
enfermas nas condições de Maura Lopes Cançado, é a en-
fermaria da Penitenciária de Bangu.

Quanto aos estabeleci-
mentos particulares, sòmente a Casa de Saúde Dr. Miras, re-
cebe insanos mentais e tem convenio com Institutos de
próvidência Social.

Rio, 16 de maio de 1972

Paulo Rodrigues

PAULO RODRIGUES
SEP. - SUP. - DET. INSP.
MAT. 702.189

FRM - SA - 001 A



Com esse comportamento a referida casa de saúde dá um testemunho melancólico de traição ao seu fundamental dever e finalidade, confessa a sua insolvência, divulga um atestado de obito moral uma vez que infringe as obrigações assumidas.

Dr. Delegado:

o quadro processual, social e humano que se apresenta é o seguinte - há um inquerito instaurado nesta Delegacia para apurar fato e ensejar à Justiça a definição das responsabilidades criminais.

Como já decorreu o prazo de trinta dias previsto em lei é a presente para requerer a V. S. que determine a imediata distribuição deste inquerito ao Juiz competente, bem como encarega ao ilustre Dr. Juiz e ao ilustrado representante do M. Público a conveniência social de ser decretada a prisão preventiva da indiciada, Maura Lopes Cançado, a qual não se acha, à evidência, em condições de retornar ao convívio social, por sua manifesta periculosidade.

Outrossim seja lembrada a oportunidade de, por ofício, aquele Juiz advertir à direção da Casa de Saúde Dr. Eiras dos deveres que por lei e por Humanidade lhe cabem em relação à requerente.

Também que aquele Juiz decida, na sua alta sabedoria e certamente levando em conta os elementos esclarecedores sobre a paisagem real da assistência hospitalar da Guanabara que V. S. lhe facultará (no Manicômio Judiciário não há pavilhão feminino)

- decida onde deve ficar a requerente, devidamente assistida e tratada, em casa de saúde idênea e que não se confunda com aquelas que se dizem incapazes para outra operação que não seja o faturamento na previdência social.



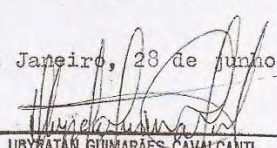
JUIZO DA 2ª VARA CRIMINAL

Processo nº 5316/72

QUESITOS FORMULADOS PELO CURADOR DA INDICIADA MAURA LOPES CANÇADO

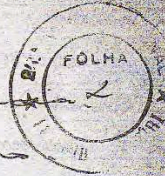
- 1ª)- Queiram os Drs. peritos informar se estava a paciente, ao tempo dos fatos descritos no Inquerito Policial, nas condições / do artigo 22 do Código Penal ou de seu paragrafo único.
- 2ª)- Em caso afirmativo, queiram os Drs. peritos informar de que / enfermidade sofria a paciente e qual o seu prognóstico.
- 3ª)- Ainda em razão de doença mental, evidencia a paciente estado de periculosidade ?
- 4ª)- Queiram, finalmente, os Drs. peritos informar qual o tipo de estabelecimento ^{que} seria mais recomendável para a paciente:
 - a)- Manicômio Judiciário
 - b)- Estabelecimento Penal ou
 - c)- Clinica Psiquiatrica Particular

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1972.


UBYRATAN GUIMARÃES CAVALCANTI
Adv.º Ins.º OAB-GB. 17.039

Exmo. Sr. Dr. Juiz da 2ª Vara Criminal

Recibo a denúncia
A, a conclusões
25/XII/73



O representante do Ministério Público, em exercício neste Juízo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, vem, perante V. Ex.ª, dar denúncia contra MAURA LOPES CANÇADO, qualificada a fls. 69,- pelo seguinte fato delituoso:

Na noite de 11 para 12 de abril de 1972, numa das dependências da Casa de Saúde Dr. Eiras S/A, sita na rua Assunção nº 2, Botafogo, onde internada, a denunciada agrediu Maria das Graças Queiroz, causando-lhe as lesões descritas no auto de exame cadavérico, determinantes de sua morte. Usou, no cometimento do delito, o meio cruel: asfixia por estrangulamento.

Estando assim incurso nas penas do art. 121, § 2º, III, do Código Penal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



RIO DE JANEIRO, GB

Proc. 5.316/72

Vistos, etc.

Ação penal pública proposta contra Maura Lopes Cançado, com fundamento no art. 121, § 2º, III, do Código Penal.

Refere a denúncia que na noite de 11 para 12 de abril de 1.972, numa das dependências da Casa de Saúde Dr. Eiras S/A., situada na Rua Assunção nº 2, Botafogo, onde internada, a acusada agrediu Maria das Graças Queiroz, causando-lhe as lesões descritas no auto de exame cadavérico, determinantes de sua morte. Usou, no cometimento do delito, de meio cruel: asfixia por estrangulamento.

Interrogatório a f. 120.

Prova testemunhal a f. 143/144 e 151.

Alegações finais a f. 165 verso e 167/168.

A autoria está suficientemente indiciada pelas declarações da ré e das testemunhas.

A materialidade acha-se comprovada pelo auto de exame cadavérico de f. 20/21.

A absolvição da ré, no entanto, é um imperativo legal, visto como se trata de personalidade psicopática epileptóide, incapaz, por sua debilidade mental, de entender o caráter criminoso do fato que praticou (Cf. laudo de f. 90 a 92).

Isto posto, julgo improcedente a ação penal para absolver a acusada, com fundamento no art. 22 do Código Penal e 411 do Código de Processo Penal.

Imponho à ré a medida de segurança de internação em manicômio judiciário pelo prazo mínimo de seis anos (Código Penal, art. 91, § 1º, I.

Recurso de ofício para o Eg. Tribunal de Justiça.

P. R. I.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1.974

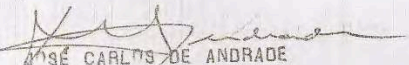
216
1408

RIO, 27 DE JUNHO DE 1977

AO DIRETOR DO DESIPE
DR. AUGUSTO THOMPSON

SOLICITO PERMISSÃO PARA QUE NOSSA EQUIPE DE JORNALISMO,
COMPOSTA POR CARMEN PEREIRA (REPÓRTER) E FELIPE RUIZ
(CINEGRAFISTA) POSSA FAZER UMA REPORTAGEM COM MAURA
LOPES CANÇADO.

ANTECIPADAMENTE AGRADEÇO,
CORDIALMENTE,


JOSÉ CARLOS DE ANDRADE

EDITOR DE REPORTAGEM

COORDENAÇÃO DE SAÚDE PENITENCIÁRIA

Ofício nº 0.867/3SPCS/66/77

Em, 06 de Julho de 1977

Coordenador de Saúde Penitenciária

HM. Deuter Juiz de Direito da Vara de Execuções
Criminais do Estado do Rio de Janeiro
Esclarecimento - presta -

Meritíssimo Dr. Juiz,

Em resposta ao Ofício nº 6441, de 30.06.77, desta T.R.C., transcrevo para Vossa Excelência e Paracer de Deuter Carlos Leal Vieira, Diretor do Hospital de Psiquiatria Penitenciária Nelson Hungria:

1 - A interna MAURA LOPES CANSADO, Mat. 4967, /
exibe mitomania. Não tem, conseqüentemente, condições de pres-
tar declaração a reportagem de televisão, perisso que, as mes-
sas caracterizam de valores em razão dessa anormalidade.

2 - Por outro lado, a mencionada interna é sujei-
ta a episódios de descompensação emocional, caracterizados por
crises de inopinada hetero-agressividade, quando põe em risco
sua integridade física e de terceiros.

3 - A interna foi considerada irresponsável - e,
conseqüentemente, perigosa - em razão de ser considerada doente
mental. Seu crime, homicídio, foi expressão de seus impulsos a-
gressivos, que nem sempre consegue reprimir.

Atenciosas saudações,

FABIO SOARES MACIEL
-COORDENADOR-

261

Sindicato dos Escritores no Município do Rio de Janeiro
SINDICATO DOS ESCRITORES NO ESTADO DA GUANABARA
Praça do Flamengo, 112-111. andar
RUA DEBRET N.º 23 - S/ 1.308 - ZC-P
RIO DE JANEIRO - GB - BRASIL

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1978.

Ilmo. Dr.

Oswaldo Carlos da Costa
Diretor da Clínica de
Repouso Corcovado Ltda.

Freguesia - Jacarepaguá

*J. Magnânimo just! Ofício no
nosso intuito de indagando o momento
da intervenção pretendida pelo paciente ao longo*
Prezado Senhor, de três, seis e doze meses. Da 11/12/78.

Formalizamos por meio desta, entendimentos mantidos dia 8 último com V. S., pelo sr. José Louzeiro, primeiro secretário do Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro. 1 Int.

Nossa colega Maura Lopes Cançado, escritora, deverá ficar nessa conceituada Clínica, com despesas sob nossa responsabilidade, até que se possa dar um outro encaminhamento ao problema.

Terça-feira, 12 de dezembro de 1978, será feito o depósito de Cr\$7.000,00 (sete mil cruzeiros), aí na Clínica de Repouso Corcovado, conforme o estipulado para a internação.

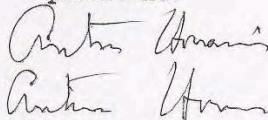
Nada mais tendo a tratar, mas sensibilizados com a atenção de V. S., aqui firmamo-nos,

cordialmente



Antônio Houaiss

presidente



Nº 817



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA da Capital
JUIZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

277
281

Proc. nº 5.316/72 - 2ª V.C.

Ref. P. 6.344/75

2ª Vara Criminal

Maço 296 / 75

ALVARÁ DE LIBERDADE, na forma abaixo, expedido
em favor do réu **MAURA LOPES CANÇADO**, filha de
José Lopes Cançado e Afonsina Alves da
Silva. = = = = =

Registro

O DOUTOR FRANCISCO LUIZ CAVALCANTI HORTA = = = = =
JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, etc.

MANDA

ao Senhor Diretor DA CLÍNICA DE REPOUSO CORCOVADO LTDA. = = = = =
ou quem suas vezes fizer que, em cumprimento ao presente alvará de liberdade, indo devidamente assinado,
ponha em liberdade, SE POR AL NÃO ESTIVER PRESO, o réu **MAURA LOPES CANÇADO** = =

Registro , por ter concedida a Liberdade Viglada. = = = = =
que lhe foi imposta pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal como incurso na sanção do artigo
121 do Código Penal. Inquérito nº 205 lavrado na 10ª Delegacia
Policial em 28-04-62, digo em 28-04-72 = = = = =

devendo ser o réu notificado a comparecer, neste Juízo, para ciência de despacho. O QUE CUMPRE.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ), 26 de julho de 1980.

Eu,

, Escrivão, subscrevo.

Saudações

Juiz de Direito

FRANCISCO LUIZ CAVALCANTI HORTA

7535-651-0407

LOUCURA OU DEMASIADA LUCIDEZ?

O que aconteceu com a autora
de uma das melhores obras da
literatura brasileira contemporânea

A tensão foi forte demais; em seguida a uma insuportável dor de cabeça, a escritora Maura Lopes Cançado acordou cega do olho esquerdo, como pouco antes já havia acontecido com o direito. Cega, presa num cubículo de 1m por 1,5m imundo e infestado de percevejos, abandonada pelos amigos, esquecida pelos que a apontaram como a melhor escritora de 68 por seu livro "O sofredor do ver", ela é um ser humano em desespero. Física e psiquicamente doente; desnutrida, olhos e dentes exigindo cuidados imediatos, sem nenhum tratamento psiquiátrico, da Maura que surgiu como revelação no "Suplemento Dominical do Jornal do Brasil", em 58, resta apenas a desconcertante lucidez e a surpreendente inteligência.

Visita para a Maura?

A surpresa do guarda se justificava. Há meses não aparece ninguém para visitar a interna do cubículo 2. E, depois de minuciosamente revista, ao contrário do que aconteceu com os outros visitantes, não sou conduzida à cela, mas a um pátio interno, um árido triângulo cimentado onde três árvores desgalhadas são circundadas por bancos de cimento. Debaixo do banco que me é apontado, um rato morto.

— Ora, isto não é nada. De noite há centenas deles correndo por aqui.

Ato contínuo, o guarda providencia a retirada do rato, cujo cheiro putrido torna o ar irrespirável.

— Ela vai demorar. Leva horas se arrumando.

A informação vem acompanhada de um riso debochado. Maura demora se arrumando. Três anos de cadeia não lhe roubaram a vaidade, o respeito por seu próprio corpo.

Precocemente envelhecida, os cabelos manchados por uma tintura antiga, mal se equilibrando sobre os sapatos de plataforma, Mau-

ra não procura disfarçar sua intensa emoção. Não sabe se acende o cigarro ou se enxuga as lágrimas. Tem tanto o que falar, tanto o que perguntar. Seu único contato com o mundo exterior é um radinho de pilha. Nem ler ela pode mais.

Maura nasceu numa fazenda do interior de Minas, rica e mimada. Foi uma criança precoce, "monstruosamente inteligente, perplexa e sozinha". Aos catorze anos quis ser aviadora e, no aeroclube onde pretendia obter um breve de piloto, conheceu um jovem aviador pouco mais velho do que ela com quem se casou. O casamento durou doze meses, ao final dos quais Maura se viu com um filho e sem condições de reintegrar-se na preconceituosa sociedade mineira. Tinha apenas 18 anos quando internou-se pela primeira vez num sanatório. A partir daí sua vida foi uma interminável e sofrida peregrinação por caros sanatórios particulares e, quando o dinheiro acabou, por hospitais públicos. Foi em sua terceira passagem pelo Hospital do Engenho de Dentro que ela escreveu "Hospício é deus".

E foi na Casa de Saúde Dr. Eiras, durante uma crise, que Maura matou uma outra interna.

Foi julgada na 2ª Vara do 2º Tribunal do Juri. No dia 15 de outubro de 74 foi absolvida, "considerada incapaz de atender o caráter criminoso do fato que praticou". Mas o juiz impõe à ré a medida de segurança de internação em manicômio judiciário pelo prazo mínimo de seis anos. E aí está o impasse: o manicômio judiciário não recebe mulheres. Era impossível para Maura sobreviver em liberdade. Tinha medo de matar, de se matar.

— Fui então ao juiz e pedi para me prender. Eu pensava que numa cadeia a gente entrava e, desde que ficasse quietinha numa cela, poderia ler, reescrever meu livro.

Maura esteve na carceragem feminina São Judas Tadeu, na de



Agê Calvino

Água Santa, em Bangu, no Serviço de Biopsicologia e no Hospital Penal da Penitenciária Lemos Brito. Depois de três anos de cela em cela, viu que a cadeia não era bem o que imaginava.

Maura, funcionária aposentada do Ministério da Educação e Cultura, não tem condições de pagar uma casa de saúde particular. O Pínel, inquirido pelo juiz, diz que poderia aceitá-la, mas "no momento está em reformas" e indica o Hospital Pedro II. Este nega-se a recebê-la porque funciona como hospital aberto. O Hospital Psiquiátrico Penitenciário Nelson Hungria sequer respondeu. Maura não pode esperar mais.

Na segunda visita deixam-me ir à cela, um cubículo mínimo atulhado de livros onde mal há espaço para uma pessoa se mover. Além da cama, há debaixo da janela um vaso sanitário e uma pequena pia, onde Maura toma banho, alerta ao visor da porta que pode ser aberto a qualquer momento por um guarda.

O cubículo está cheio de lixo, pontas de cigarro por toda parte, tudo está em desordem e malcheiroso, moscas sobrevoam as canecas de café frio onde boiam formigas. Sobre a cama desalinhada, fronha e lençóis imundos, Maura me recebe descabelada, de camisola, toda angústia. Está cega.

— Você não sabe o que é ficar cega, o medo que a gente tem. Um troço infernal. Não tomo mais ba-

nho, com medo de pegar o sabão e ser um bicho. Não consigo dormir com medo que joguem um rato pela janela.

Coloco em suas mãos um sanduíche que trouxe da rua. Ela o devora apressada, faminta.

— Não como mais a comida daqui. Outro dia me trouxeram uma comida podre, a carne cheia de bichos e fedorenta.

Numa pequena agenda ela anotou uma série de coisas e me pede que leia. É difícil. Sem enxergar, escreveu palavras superpostas, garatujas. Falando aos borbotões, faz um relato de tudo o que viu e viveu nestes três anos.

— O juiz decreta que até 1980 eu sou louca. A partir daí cessa minha periculosidade. Porque esta onipotência, esta onisciência do juiz? Depois o advogado grita que eu estou ilegalmente presa. Por que então estou presa?

Esta matéria foi publicada no jornal "O Globo" em 1978. Depois de cumprir sua pena, Maura chegou a viver em liberdade. Operou a vista, voltando a enxergar. Atualmente está internada numa clínica particular no Rio de Janeiro. "Hospício é deus" e "O sofredor do ver" foram seus dois únicos livros publicados. Maura, que nasceu em São Gonçalo do Abaeté, município de Minas Gerais, em 27 de janeiro de 1930, não escreve mais.

Margarida Autran, Jornalista

O livro "Hospício é deus" está sendo lançado pelo Circulo. Veja na página 39.

DRAMÁTICO. REAL. PERTURBADOR.

"Um dos mais contundentes depoimentos humanos já escritos no Brasil"
(Ferreira Gullar)

Maura Lopes Cançado
HOSPÍCIO E DEUS

Hospital Gustavo Riedel,
Centro Psiquiátrico Nacional,
Rio de Janeiro:

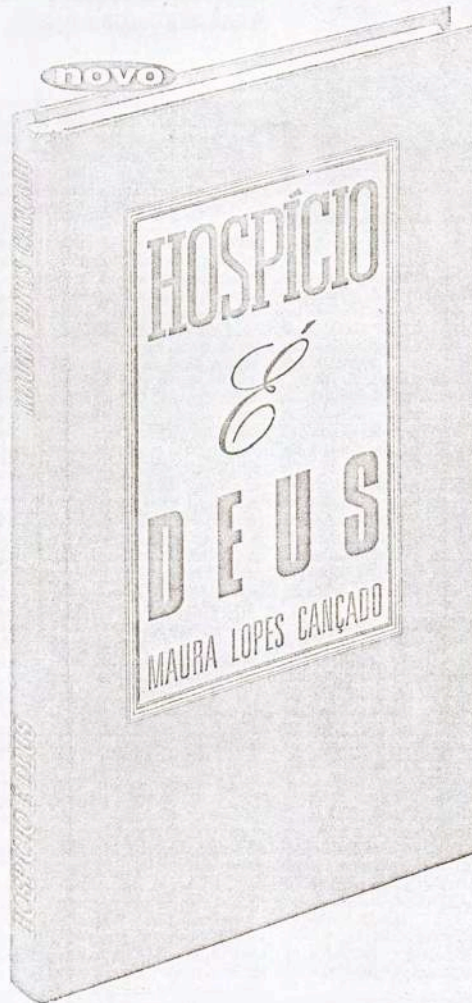
Mulheres seminuas dançam
sobre as mesas. Outras choram.
Gritam. Descabelam-se. Riem e
brincam. Loucas e simples.
Uma ária de Puccini é entoada
por uma senhora de olhos bri-
lhantes.

Neste ambiente está Maura
Lopes Cançado. Veio sozinha.
Precisava fugir. Do mundo. De
si mesma. Ao contrário das ou-
tras internas, é de família tradi-
cional, respeitada. Teve boa
educação, dinheiro, roupas.
Agora lhe resta pouco. O dom
da escrita, por exemplo. A lite-
ratura, a denúncia.

Presa, Maura relata suas
experiências: a loucura e o hos-
pício. O medo e a esperança dos
homens. Surge "Hospício é
deus", obra única da literatura
brasileira. Diário de seis meses
passados no asilo. Relato da
dor. Canto repleto de humani-
dade.

Por seu desespero e lucidez,
"Hospício é deus", encontra-
eco em grandes obras da lite-
ratura mundial. Os críticos com-
param a autora a Kafka, a
Katherine Mansfield, a Dante
Alighieri. O livro é uma obra
mágica, cujo estilo comove e
fascina, e cujas palavras ficarão
marcadas para sempre na lem-
brança do leitor.

186 págs. 12,5 x 21,1 cm.
Cód.: 62820. Cr\$ 8 700,00.



Um lançamento oportuno: o
Círculo reedita uma das mais
importantes obras da literatura
brasileira dos últimos tempos,
há muito esgotada nas livrarias.

A OPINIÃO DA CRÍTICA:

"Maura é um testemunho de
que a vida é muito forte, sobre-
tudo quando se encarna em al-
guém da qualidade e do talento
que ela tem. Maura é única e in-
substituível."

(Otto Lara Rezende)

"Longe, assim, de seu senti-
do puramente documental –
que achamos da mais alta im-
portância, como libelo e denún-
cia – o diário de Maura Lopes
Cançado é peça que enriquece
nosso patrimônio literário."

(Assis Brasil)

"Este é um livro perigoso,
feito para comprometer irre-
mediavelmente sua consciên-
cia. A tranquilidade dos que se
julgam impunes e lúcidos, dos
que ainda não sabem, porque
ainda não olharam para dentro
de si mesmos, que Deus tam-
bém pode ser o inferno, ou o
hospício."

(Reynaldo Jardim)

INTRODUÇÃO A

ALDA

Maura Lopes Cançado

Dizem que ninguém mais a ama.
Dizem que foi uma lua poeira.
Sua filha de quinze anos não a
visita nunca e talvez raramente se
lembre dela.

Fuseram numa cidade triste
de uniformes azuis e jalecos bran-
cos, de onde não pôde mais sair.

Lá todos gritam-lhe irritados mal
se aproxima ou lhe batem como se
fossem sacos de areia para treinar
os músculos.

Sei que para todos ela já não é
e ninguém lhe daria uma maçã
cheirosa bem vermelha.

Mas não é verdade que alguém
não a possa mais amar. Eu a amo.
Amo-a quando a vejo atrás das
grades de um palácio onde se refu-
giou primiza, chegada pelos cami-
nhos da dor.

Quando fora do reino, sente o
mundo de mil lanças e selvagens
prepara-se posta no olhar.

Amo-a quando criança, brinca
na areia sem medo.

Uns pés descalços, uma mulher
sem intenção.

Cercada de mundo, às vezes so-
lendo-o ainda.

ALDA

Não tem importância. Não tem
asombro. Não tem importância; só
a luz.

Olha danfose inteira na exten-
são dos segundos, beira de séculos
uns toques de água clara perdidos
em qualquer parte do cérebro, do
tempo um verde fazendo-se de re-
pente, um verde
e lá

— Irreverde

Horizontaliza a visão, sem-se-
de definitiva.

É. Vinda. Dura como as coisas.
Sóbria.

O dia mostra-se grande, tem in-
fância, lançado adulto: risibilo.

Brasço erguido, não quase alheia,
alinhando cabelos, olhos nadando em
claro, as pernas dobradas, e o vol-
tido rasgado até o meio da coxa
"que deve ter sido antes, há muito
tempo: sem louve, ouve, ouve"
avansa sem crônicas, seguindo para
trás. Enquanto, permanece. É buica
em ausência partida em tempos.

houve há
fouve há
sou.

Apegase à palavra curta, termi-
na num impulso quando quer sen-
tir-se. Bruta, feroz, para dançar em
seguida: atrás de sílabas, u tempo,
o tempo de dedos rápidos, dançando
no ar sem regresso, o horizonte aco-
necendo e os olhos quase estrábios
numa mansidão de

nada

Vestidos breves roçam-lhe o en-
to antigo aquela mesma hora sempre.
A porta aberta. As pernas têm

memória até o refeitório levando-a
cercada de ledos.

A mesa de pedra.

Olha os rostos postos à sua fron-
te, quase um só rosto picando num
estôrgio para permanecer, enquanto
o lago acena-lhe esquecido, grande
dormente.

Pisca ainda, saindo pelas pare-
des, que ameaçam eternizá-la, tudo
ficando no começo, as paredes mo-
vendo sendo quase futura, pas-
sada ou terrivelmente presente; pois
durar mais que o sóro de uma vela.

O dia.

Esbarra volada sem avião, sem
crescer. Voltada sem antes e tenta
apagar-se a gestos leves. Sente a
estraneza das coisas, quase mo-
vendo-se no seu próprio círculo fei-
to de lá.

Rodeada de lá, enquanto, sendo.
É que dançaria um minuetto por
um toque de mão sem dor.

Súbito, ela sabe, mataria o pró-
prio medo se recebesse um beijo
sem o momento que o precede.

Toma a caneca de chá à sua
frente, dedo mínimo levemente er-
gido, prendendo-se a esse detalhe,
rancha, rindo baixo, dedicando
como uma louca. A um sinal da
palavra louca traz-lhe força, nada
tendo havido antes, nada vivo, de
olhos abertos. Os sinais brilhantes
não sendo. Sabe agora precisá a pa-
lavra que ela usou sem preparo.

Agora. Agora que não houve antes
nem haverá depois. Uma louca lu-
vando-a a falar "impor-se ativa, na
sua rigidez feita, de cortes nos
cabelos, a lua tem um séquito e os
vulvulos ecoam nos dedos conti-
nando o mundo".

— A senhora foi minha escrava,
gosta de pescar?

Enquanto a outra abra-lhe a ca-
neca quente, cospe sobre no rosto
aluzado e levanta-se depressa. (Ri-
pido; afalar, afalar sempre).

— Alda, volte para o pai.

— Alda, não lute a porta.

A guerra move o molho de cha-
ves, cuspidor de lado:

— Alda, tua porca, por que re-
gou o vestido?
(Alda, Alda, Alda).

Um salão sem luz clareia-se da
eros "enquanto esta bola é nada
porque talvez eu esteja rodando nas
praias, tria".

— Peixes, gosta de pescar?

— Depressa, maluca. Pato.

A guarda empurra-a porta afora,
torcendo-lhe o braço.

— Depressa.

De-pres-sa

Marieta duro, uma palavra usa-
da há muito tempo, parte de sua
vida, sua vida mesma. Equilibra-se
um instante, sofrendo a certeza,
sofrendo rápido porque vai partir.

— Depressa, ainda vagabunda.

— I — Hom?

Lentamente formando uma sub-
stância vaga, sem contornos, para
crescer arredondada, enquanto lhe
sube à garganta quase sufocando.
Dura-se sobre o corpo, vergada, pá-
lida e sente a náusea. Sua voz faz
ou poros. Apresta os passos vendo
muito rápido enquanto o cérebro can-
ta uma canção destimada. Ergue o
peixeito andando de cor, e procura
juntar-se numa só cabeça quando
vence a estera.

Vai.

Ela salvaria o próprio corpo se
realmente fosse.

Bjrnica sentada na areia, mãos
dormentes, olhos rindo, rindo, a
boca inútil e o corpo. "O corpo leva
em flores, sobre pedras, bailando
bonito".

Comedias salpicadas de rios
enquanto o vestido serve, rasga-o
acompanhando a graça das mãos.
"Num abrir lento cortinas mostram
o sexo obliquo e o mesmo. E me-
mo".

Abre os braços dançando alegre,
mostrando suas espargindo rios nos
rostos próximos. "Um dia, um dia".

— Eu sou o dia das flores ven-
cidas de azul. E você?

Um vestido cresce em frente.
Ela vê antes da dor.

Prega pelos cabelos, batida a dis-
creta do muro entrando-lhe na mão
queleto do cérebro. Gira, como, a
paixar a cabeça, convenientemente
para fugir, numa consciência tor-
mada rápida. Sem falar, lutando
como deve ser feito, lutando como
bicho, lutando como gente. Sente-
se dura, sacudida e padece por
não poder sofrer.

Por não poder sofrer, garganta
apertada em fumo, um muser de
agônia que é sol e coça, braço le-
vando-a pelo peixeito, nauseado.

I — sou o dia das flores ven-
cidas de azul

Uma mulher mordendo-lhe o
braço, sem maldade, como deve ser
e defendendo-se enausita, sem razão,
sem motivo, um acontecimento na-
tural rasgando-lhe a carne.

— Alda está agitada, Agrediu a
doente. Quanto forte.

— Não. Ela é que está ferida.

— Mas esta peste não presta
mesmo. Isso fica no hospício até a
morte. E a gente tendo que aturar
estas teras, Alda, ela te machucou?

— Não. Só fez um exame nas
minhas veias. (Azul).

Olhos interiores, sem obstinação,
apenas. Os olhos desintencionados.
Entanto o dormitório mostra-se não
solicitado, brilhante de luz que é
noite. As câmaras, as mulheres pró-
ximas.

— Eu sempre roubei, sabe? Até
que tomei uma injeção contra roubo.

— Ah! Dona Alda deve-me per-
doar.

— Maluca, você dá confiança a
sua maluca?

— Dou, Dona Alda, deive-me.

Uma expressão remota ilumi-
nou-lhe o rosto. Ela, rápido como
fazem as crianças, abaixou-se perto
da cama ao lado, entregando a ca-
beça. O tempo num recuo de quin-
ze anos, deu-lhe mãos ardentes e um
beijo nos cabelos.

A face grave ergue-se afilhada
a moça. Kiran.

Aquela face era um passado.
— Quem é você?

E partiu levada, antes de ver que
a moça usava um vestido igual ao
seu, dormia na cama ao lado e olha-
va com ternura. Terna sem medo.

Quando voltava, ela sempre che-
gava de súbito sem anunciar, talvez
não passando de um instante, ou
podendo durar muito se o silêncio
permitisse.

Num clarão segurava esta certa-
za, andando para trás, as longas con-
dições do antes. Depressa, sentin-
do os puxões de cabelos, as gravas
tirando-lhe a respiração e a ne-
cessidade de defender-se, enquanto
lhe amarravam um pano branco no
rosto imobilizando-lhe os braços, jo-
gando-a num pontapé final no qua-
dro forte.

— Ah!

Virava-se na cama esperando o
médico abocanhá-la. Procurando lu-
gi, agarrar-se ao nada que não exis-
tia ainda, ela voltada no tempo.
Lembranças rolando numa retros-
pecção, mas e mais, ali que de re-
pente, como chegada de uma pe-
neta viagem, via claro num tela,
uma criança assustada, olhando-a.
(Filha, Minha filha).

— Filho

Traduzia aflição sabendo onde
chegara. Até onde voltaria. E via-de

Revista de Brasil, Suplemento Literário, 12419, Pág. 8

também: procurando ocultar difícil-
a expressão de quem enxerga um
caminho desdobrado e a multiplica-
ção dos instantes implicando no seu
próprio desdobramento. Não mais
havendo um instante seguinte, mul-
tos, cada qual chamando-a em lugar
diferente, ao mesmo tempo, numa
imposição como as estradas impos-
síveis que ela teria em frente se
vivesse ainda imediatamente depois.

— Oh, Deus.

"Ela sabia, ela sabia sentindo o
corpo em ruína enquanto íntima,
perdia-se não podendo. Dava as cos-
tas sofrendo o retorno, passando por
diferentes rostos, pessoas consultan-
do-se, consultando-a.

— Que pensa, como começou?

— A senhora houve vozes?

(— Vozes?)

Enão preta pelos braços atra-
vessava uma como primeira porta.
Ela sabia, ela sabia que andaria
de volta sofrendo repetido todas as
fares como num trabalho noturno
rotineiro. Para ela, ela que se sus-
tentava de variações, gastando-se
tanto quando depois de cantar até
o céu, ficava morta e fria, termi-
nadas as últimas contrações do ele-
trochoque.

Subia horripitada logo num de-
pois, as baratas passando sobre os
pés nus. Noite, portas. Porta. O ci-
mento frio entrando e atingindo os
ossos. Avançava enquanto as guar-
das lhe torciam o braço — um ho-
mem indiferente vestido de branco
movendo a cabeça, lhe virava as
costas.

As dentes queilas num deter-
minismo olhando nada: os olhos fi-
cavam.

Chegava aos poucos ao dormi-
tório frio, a moça ao lado ressonan-
do leve. — Como pode dormir de-
pois que lutei tanto? — "Mas o
que? Os restos rasgados do vestido
de lante deixavam de oscilar". Ape-
lavate ao momento, sendo limbo
vel, quase sorrindo.

Olha o rosto na cama ao lado
suportando o sono e num gesto de
amor foca-o, senhora.

A noite atenua-se (conquã, trá-
zendo um núcleo de presença quie-
ta. Apenas, sem quebra. Um pre-
sente constituído de fragmentos le-
ves — delicado momento de vida.

Depressa quase em sono, lados
nus e frio em contato com o cor-
po descoberto ainda. Cobri-se leiti-
za e ri.

Ri outra vez baixinho, como to-
mada de felicidade, agredindo pelo
muito que tem. Estança outro quase
rio ainda. — Obrigada pela minha
vida feliz. Não. Obrigada pela mi-
nha vida — (De onde vem tanta
ternura?)

O sono pica breve no escuro.
No escuro.

Agora e sempre porque as rosas
cagem. Lentas. Macias. Pálidas.

E o corpo deixa-se em branco.
Rosas, vermelho das rosas, gra-
ve depois e mais quando se movem
em sangue.

— ROSAS

Maura Lopes Cançado

[illegible][illegible]

Na penumbra a boate po-
deva custosa nos corpos e-
cava as mesas. A penumbra
deixava a noite mais funda.
Dava para dentro, muito
juntos mas olhando-os,
tive a sensação tranquiliza-
dora de que aquilo não era
um sonho. E a sensação de
coisas tocou-me o coração
com uma ponta fria e vi-
vível para o lado encandeado-
do. E a sensação de que preste-
mente um momento de sonho
implacável; aquele rosto to-
me sobreviveria sem remorsos
enquanto eu apodreceria
dentro da noite. E a sensação
se aborrece se lhe disser
que esqueci seu nome? per-
guntel amável, sorrindo, a
sua voz me fez lembrar de
cintilando perdido por um
meu rosto. Não. Ele sabia
que seu nome não era um
nome fácil, compreendia
que eu não sabia o nome
e vazia — a orquestra toca-
va. Observei-lhe o ternô
limpa, caro. O rosto perdi-
do na penumbra era uma
ameaça. E a sensação de
a cabeça pairava acima da
minha compreensão. A
homem parecia pesado, exi-
gido. E a sensação de que
vazou a noite com lenidão
cuidado; eu era um peda-
ço daquilo que ele encontrou
na penumbra e quisser erro
o considero. E a sensação
tava gravado naquela testa
de bronze. Mergulhando na
quase total escuridão, sen-
sível a cada coisa que me
do pávido. Olhou-me sem
esforço, levemente euan-
dado; até então nada con-
tinuava. E a sensação de
Dante e pelo não. Dante
va bem, o corpo lento, com-
passado seguindo a música.
Voltamos para a mesa. Se

Até que a voracidade das
guerras - Gilgas - não hou-
vesse e nada. Lá fora
o mar se debriçava na
praia um sópo refinado,
te capava a noite; o sol
imprimindo do rio em
um dos algarres casados
ocultando. Ku - Gilgas -
foi um março grande. Mo-
do

A grande revelação se deu hoje de manhã quando voltei para casa. Achava-me ainda por incerto de ter sido enganado, mas agora fiquei seguro de saber-me enganado diante de mim mesma. O dia de ontem fechara-se para sempre num círculo perfeito, já lá exposto, enquanto o tempo seguia a sua marcha silenciosa na manhã lovelite. E à noite talvez me repetisse, pensava trêmula de prazer (prazer, era isto?) que não poderia esquecer a certeza de que não luto para fugir à minha realidade. Que é clara, isolada, desconhecida e próxima, pronta para ser desvendada por um gesto de despreocupação e de potencialmente cruel: porque sou uma flor à espera de ser afilada desde meu nascimento, e não posso já mais escapar à tal realidade de que me cerco. Nunca sobrevivendo a um milímetro mais íntimo pois então me sinto enganada. E agora que eu descobri isso não poderia aliviar-me sem que o gesto de amor se transformasse em violência perniciosa. Porque sou eu quem não posso permanecer em mim mesma além de que compo me desfaço, tornando tranquila e serena uma sala, ou brilhando

[illegible]

Nas câmaras experimentais com-
pus que já chegou aborrecido,
vê-se caprichada enquanto
to tenta transpor a porta,
é empurrada e quase em-
burrada no atropelo de ven-
to também exausta tentan-
do emburear, var pelas
ruas, chegar em casa alfin-
do com vida para um banho
morno e logo cama, que de
resto é o único luxo já que
as pernas se recusam a ir
mesmo ao cinema mais pre-
zioso. Encontrar-se de pé,
circunda de gente por todos
os lados, a mão suarenta
prisa à barra de ferro do
ônibus enquanto este vai ao
solavanco; impulsionado para
a frente, numa paralisia
brusca, o corpo mole, es-
trapado abalado-se com o
homem de chapéu, e muito
magro: uma luta. Tenta
com esforço o jeito manter
o livro preso entre o braço
esquerdo e o corpo, mas ele
desliza rápido para o chão,
abala-se para apalpar o
embrulho e não o chapéu do
homem que faz o mesmo
movimento numa demons-
tração de cavalheirismo sa-
berado; recebe o livro de
pressa, prendendo-se à barra
com toda força — como
os outros passageiros que
parecem suspensos entre o
céu e a terra na ânsia da
sobrevivência. O livro que
carrega para a repartição
todos os dias não ler mais
que algumas páginas embe-
ra desejado devorá-lo. Nem
tempo para ler. Tempo para
sua, vive esgotada, exten-
são, quase magra. Olha
as horas na relógio de pul-
so do rapaz em frente com
aparência de estudante po-
bre, busca por fazer, punha
se pelo peito, tipo exa-
to do agitador comunista, sus-
tando com a mão direita
um jornal e tentando ler
além de manter dois livros
debalda do braço; dezoito
horas e trinta e cinco minu-
tos, exatamente. Espanto
meu, hora pela condução e
sua vida de pé. Agitado,
comunista, barba por fazer,
aparência familiar, obstina-
do tentando ler em meio
aquele caos. Apesar de
tudo tem um raiço de vi-
da. Devia se sentir grata.
Qual vontade é mesmo de
esperanças, vingar-se de
furores recebidos. **LIÃO**
O ônibus parado num em-
gargalo de trânsito: mu-
lheres de impaciência dos
passageiros. Deito de sa-
lar e sair andando entre as
carros que boziam insis-
tentes e assim chegar mais
rápido. Loucura. O jeito é
esperar, não há alternativa.
Vontade de sentar-se, as
pernas doentes, os sapatos
de salto alto cansan-
do se mostram cegueses
quando o fazem. Quanto a
serem amigas, convenço.
Não se vê que é um diplo-
mado? do a convidam a ir a
sua casa, se não tem o que
fazer, não tem visitas, sen-
tem-se estupidamente, blasé-
que palavra. Exato assun-
to com duplicidade mu-
lheres se exporram nas
ruas atirando fumaça no
ar e gritos por todos os lados,
boba e que tem jeito
copiado das atitudes do ci-
nema americano. E se di-
zem intelectualmente inu-
teis, aparecem bus-
cas, Miami do autor e
moda com familiaridade e
deceito como se os conhe-
cessem de fato; uma pal-
avra para cada assunto im-
portante — decoradas de
certo depois de ouvir as
voz dos rapazes; com seu
seu e tem ideias avan-
çadas, são bem informa-
das. As mães moradoras no pa-
reto do Leblon, fuma-
vontade de met-las naquela

Passagem-passaporte

Maura Lopes Caçando

Os outros, obrigados a lavar
as mãos no sabão para
usar durante a semana no
trabalho, lavar-lhes os olhos
platinados em excesso e levá-
las vestidas de pobre pelas
ruas mostrando-as a seus
admiradores sem a máscara
de grá-fino (mas apressa-
do), a mente inte-
lectual que se envolve, dar-
lhes alguns belos, em-
penha-las se se sentem in-
decisos diante da miséria im-
piedosa à nobreza dos ônibus.
Vingam-se da oportunidade
que tiveram de dar-lhes sa-
patos usados, vestidos às vés-
tes quase novas mas inde-
zíveis para elas. Criar-
lhes que são umas vaidosas
inúteis, berram-lhes seu des-
prezo, sua revolta em ser-
vir-lhes de objeto de pieda-
de, em tê-las apoiadas em
sua fatuidade, o orgulho ferido
no receber os vestidos e
os sapatos usados. Des-
marcam-se, confessam que
sempre as ações variam e
tôlas, odiou-as compre-
endendo tudo quando aparen-
tavam generosidade. Vou-
lendo de bater-lhes, logo-
lhes os vestidos e os sa-
patos, desmanchar-lhes os pen-
samentos, mandá-las se reco-
nhecem à sua ingratidão.
Bogues? Jamais faria
isso. Estaria sempre au-
ridente, agradecendo com
excesso, elogiando além dos
limites, alimentando-lhes a
vaidade, se isto era possível.
HIPOCRESIA. Que tra a
vida, elas mesmas não pa-
sando da grande hipocrisia
na vida. Mas como tra
ingratis, diriam se zumbis-
sem. Elas nunca desconfi-
ariam dos desejos de vingança
que lhe tem por dentro,
outros fazem mesmo boas
fizessem tudo com a melhor
intenção do mundo não sen-
do culpadas da rigidez do
pal da prodigalidade da vi-
da. Devia se sentir grata.
Qual vontade é mesmo de
esperanças, vingar-se de
furores recebidos. **LIÃO**
O ônibus parado num em-
gargalo de trânsito: mu-
lheres de impaciência dos
passageiros. Deito de sa-
lar e sair andando entre as
carros que boziam insis-
tentes e assim chegar mais
rápido. Loucura. O jeito é
esperar, não há alternativa.
Vontade de sentar-se, as
pernas doentes, os sapatos
de salto alto cansan-
do se mostram cegueses
quando o fazem. Quanto a
serem amigas, convenço.
Não se vê que é um diplo-
mado? do a convidam a ir a
sua casa, se não tem o que
fazer, não tem visitas, sen-
tem-se estupidamente, blasé-
que palavra. Exato assun-
to com duplicidade mu-
lheres se exporram nas
ruas atirando fumaça no
ar e gritos por todos os lados,
boba e que tem jeito
copiado das atitudes do ci-
nema americano. E se di-
zem intelectualmente inu-
teis, aparecem bus-
cas, Miami do autor e
moda com familiaridade e
deceito como se os conhe-
cessem de fato; uma pal-
avra para cada assunto im-
portante — decoradas de
certo depois de ouvir as
voz dos rapazes; com seu
seu e tem ideias avan-
çadas, são bem informa-
das. As mães moradoras no pa-
reto do Leblon, fuma-
vontade de met-las naquela

com encontrando suas tranqüiliza-
ções ocupando os bancos. É de-
mais. Que fizeram? Nada.
Talvez comprassem uma bo-
lacha para o último vestido.
DEIXA SER PROIBIDO. Ôni-
bus e lotações no reataram
passageiros com certidão
de saída do trabalho. Ou en-
tão que os outros fossem obri-
gados a ceder os assentos pa-
ra estes. Nem assim, a lei
não seria cumprida, alguns
subornariam os trocadores e
em pouco tempo a bagueta
estaria de volta. Terá de vi-
jar: crescerá a Fidel Castro.
O ônibus parado. Cansado
ameaçado dobrar-lhe as per-
nas, não se sentar-se mesmo
no chão do ônibus. Onde? E
espanto? Tudo exposto, o
hábito ativo do homem gordo
atingido-a, o alto-e-magro-
do-chapéu recusando-lhe a ca-
beça com a máscara do peleté,
enquanto o jornal do estu-
dante-agitador-comunista ir-
radia até o decapote. Só
assim o **PARADO.** Vontade
de abandonar a condução,
sair andando sobre
os automóveis, fugir no ca-
so, deixar-se na calçada, es-
tendendo o olhar pelas paredes
brancas e mudas, esquecer o
caso das ruas, as mulheres
desempenhadas, agitadoras-co-
munistas, homens magros e
homens gordos, bundas ir-
ritantes, ímpetus furiosos de
manifestar-se com violência.
E no ano um esculacho. Se é
tiro os sapatos, mantém os
pés sobre as mesmas alvian-
das. O agitador-comunista
depois o jornal voltando-se
para o mesmo, realmente
ocupado pensando em alvian-
das subversivas. Vontade
de quebrar-lhe os olhos bra-
dos, insultar os reacionários
de ambos, que devem ser
movidos a pé para fora dos
portões, quebra-lhe as
cabeças com o salto do sapato
quando procurasse apañar-
lhos em meio à confusão. Es-
taria fic apunhalando-lhe as
costas. Por que a olava
aquele? O agitador vol-
tava-se para a frente. Agra-
do o homem gordo passando
a mão pela testa exaustivo
de suor. Teria tomado banho,
poor? Olha-o com impet-
nidade como atendo-o de
ser zoro. Verdade: excesso.
Resultado de uma vida se-
dentária, ou não? Função
mento de glândulas? **SEJA O
QUE FOR, AO PARADO**
COM ELE

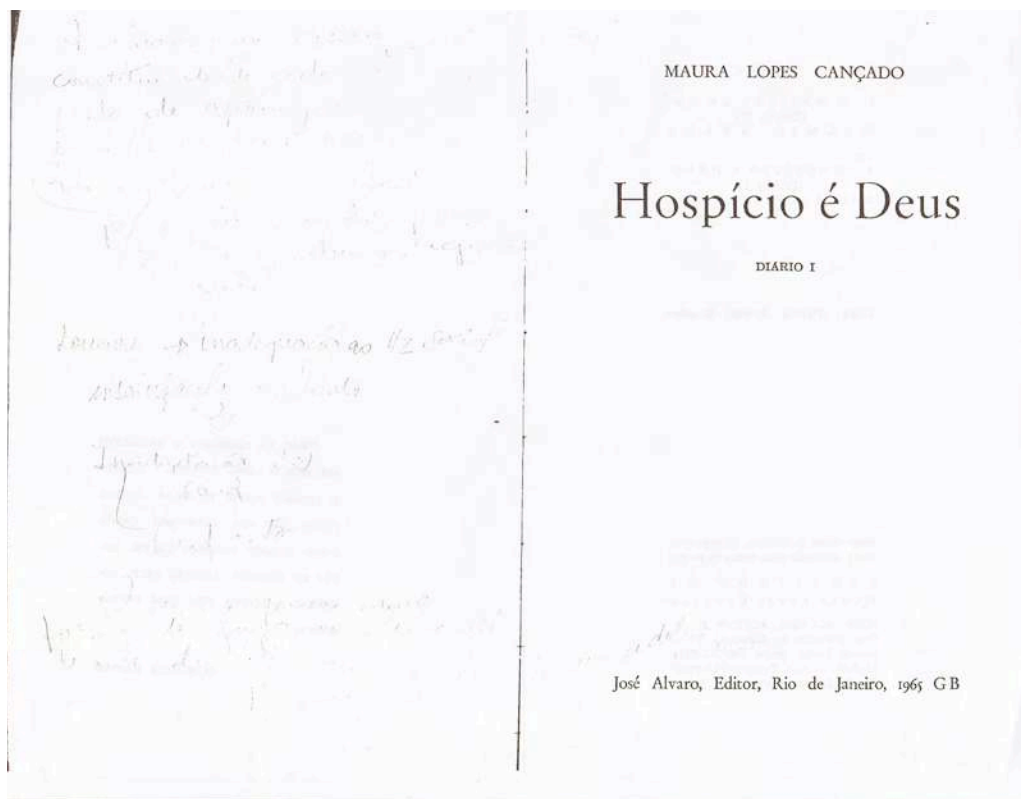
— Perdoe, senhorita.
O homem magro de chapéu
se desculpa ao abarbar-lhe,
preocupado alisar o braço da
passageira agora inútil, esticado
para cima apertado à barra
de ferro, a que o ônibus es-
te parado. Não desculpa
nem mesmo, por que não
vem mais perto para se mu-
ver? **INTERNO.** Cheiro de
suor quente exposto, ar vi-
cioso, corpo doente, noite
nas pernas doente de se re-
parar em um vício. **Como?**
Como? Nem espaço. **PRO-
VIDENCIAREI MEU PAS-
SAPORTE PARA CUBA.**
QUALQUER MOMENTO.
Carros começando a rodar.
Bastantes de outros, cada fun-
ção se alterna. Arrancan-
do com violência, o ônibus
sempre para o homem gordo
que em gesto generoso, im-
piedoso, se esquece do pró-
prio corpo e não se esbo-
rçar no chão por falta de
chão mesmo, mantido em pé
fatalmente de pé. Parado do
ônibus. Dificuldade no tran-
silo. Calça os sapatos, de-
cansa o corpo no pé esquer-
do alivando o pé direito. O
agitador-estudante-comunista
mantém-se do impedido. Nova
parada. Dormência na perna
esquerda. Transfere o peso
do corpo para a direita. Uma
eternidade. É demais — o
corpo pedindo repouso, vontade
de expulsar alguém de um
banco. Pelo menos houvesse
igualdade: que se levantas-
sem no meio do caminho es-
tendendo lugar para as que es-
tivessem de pé. Por que não?
O dia todo: miseráveis! O
livre refestelando nos ban-
cos, confortavelmente viaja-
do. Pensar que nada fizeram
o dia todo: miseráveis! O
mesmo **EL PARADO.** Gostaria
de insultá-las, arrancá-
las à força dos assentos. E
se desse um sêco na cara de
uma delas, que aconteceria?
Naquela de cabelos acru, saia
plissada e sapatos de blocos
quadrados que estão na últi-
ma moda. Como se presa vi-
tamente arruinada, nem
fim de cabelo fora do lugar.
Que terá ido fazer na ci-
dade, deixar-se na calçada, es-
tendendo o olhar pelas paredes
brancas e mudas, esquecer o
caso das ruas, as mulheres
desempenhadas, agitadoras-co-
munistas, homens magros e
homens gordos, bundas ir-
ritantes, ímpetus furiosos de
manifestar-se com violência.
E no ano um esculacho. Se é
tiro os sapatos, mantém os
pés sobre as mesmas alvian-
das. O agitador-comunista
depois o jornal voltando-se
para o mesmo, realmente
ocupado pensando em alvian-
das subversivas. Vontade
de quebrar-lhe os olhos bra-
dos, insultar os reacionários
de ambos, que devem ser
movidos a pé para fora dos
portões, quebra-lhe as
cabeças com o salto do sapato
quando procurasse apañar-
lhos em meio à confusão. Es-
taria fic apunhalando-lhe as
costas. Por que a olava
aquele? O agitador vol-
tava-se para a frente. Agra-
do o homem gordo passando
a mão pela testa exaustivo
de suor. Teria tomado banho,
poor? Olha-o com impet-
nidade como atendo-o de
ser zoro. Verdade: excesso.
Resultado de uma vida se-
dentária, ou não? Função
mento de glândulas? **SEJA O
QUE FOR, AO PARADO**
COM ELE

mentando no chão, a mu-
lher de preto no lado, zendo,
empurrada, muita gente se
levantando dos bancos, o ho-
mem gordo procurando segu-
rar-me, a frechada avançan-
do por entre os passageiros.
— Que foi? Que foi? O mo-
torista, saído da frente, inda-
gando e ninguém a bendo
responder, enquanto a cabele-
raça procuraria refúgio co-
locando-se à janela ou fugin-
do por cima da vestida preta,
eu tentando impedir. E se
resgatesse? Ótimo. Então não
atravessaria; passageiros gri-
lando de trás, tentando
apartar-me, o homem gordo
afילו, chamando-me minha
filha, o agitador-comunista
olhando com satisfação, pen-
sando coisas que só aconte-
cem mesmo em países sub-
desenvolvidos; o chapéu do
homem magro perdido em
meio à aglomeração, a mu-
lher de vestido preto enaga-
da sem ter tido tempo nem
para fugir, enquanto eu
soubos de coisas altas no seu
peito em meio a estratagemas
unidos se quebrando, baton
murchando o rosto da cabe-
leira acru, uma dentada im-
ensa de homem gordo tentan-
do segurar-me e insistindo
em chamar-me minha filha,
santo de sapato se enterrando
no chão da mulher de vestido
preto quando o esculacho, pon-
do-me ainda mais na ofensa.
Ponta-pé na cara do tro-
cador tentando salvar a mu-
lher do jeito agarrando-me
pelas pernas para obrigá-la
a descer. A mulher de preto
empunha no banco, o salto
do sapato penetrando
— the se carrega da coxa, ela, e
rosto branco se contraindo de
dor, a voz sumida de horror
e perseguição — uma amea-
ça de sangue. A mulher de
preto desmontando enquanto
em lumen do seu colo meu
campo de batalha **SEREI
PROVIDENCIAREI MEU PAS-
SAPORTE PARA CUBA.**
— **DEIXE E REPITO.** A dona
dos cabelos acru tiraria o
sapato de bloco quadrado do
pé tentando atirar-me
com rapidez. Uma mulher
sentada na frente do ônibus
sairia de tontas pela porta
carregando a criança de dois
anos nos braços. Deixo di-
se, gritaria a chatear meu di-
vidente e imaginando coisas.
— Mais acerte o queixo, gri-
taria, enquanto se destronava
do chão a mulher-de-preto
desmaldada.
O homem gordo respirando
rápido, puxado a mim pre-
sente e disposto a abandonar
o ônibus, indagando: — Ma-
por quê? Por tão de repente?
O homem magro buscando o
chapéu atirado sob os mui-
tos pés em movimento. O agi-
tador-comunista pensa o di-
vidente nos problemas so-
ciais que levantam aquela de-
monstração vergonhosa de in-
fidelidade conjugal. A mu-
lher de cabelos acru sentin-
do-se perdida, se desbravara
os sapatos, pondo a bota no
chão, pedindo socorro. Ca-
beças surgindo curvas das
automóveis próximos. Verga-
chas, diria a senhora ao la-
do, respirando com força
quer tirar o marido da outra
e atida a ardor, dando este
estudando todo.
— Afinal por que é a briga?
Perseguição a motorista do
lotação parado ao lado e vin-
do ter de perto muito exci-
tado.
Parece que a senhora dis-
tinta é chamada e a outra tem
uma ligação com seu marido.
— Qual é a distúrbio?
— Não anda não sei. Alguns
o é, por certo.
Não tem importância.
Ade sentar-me presa. Irei-me
diversamente presa. Depois
não sei mais. Estou cansada
poderei ainda fazer miséria
dessa coisa certa. A solução
é Cuba. **PROVIDENCIAREI**

Na rua, a saída do carro, a mancha por um momento e logo aperta com deslumbramento o popoteio que tinha na mão: "Departamento das Correções e Telefones" — "Serviço de Correções" — "Destino: China." Meu Deus — e eu corajosa batia-lhe leve e desordenado enquanto a rua parecia dançar de alegria — "China. Lei para a Lei. E a Lei para a Lei. Eu sou com dignidade e muito sereno, dobrei o papel em duas partes guardando-a na bolsa. Salve para a rua, a cabeça cantando raimado: "China — China."

[illegible][illegible][illegible]

**Maura
Lopes
Cançado**
(Contato na página 3)





- ANAMNESE -

ANTECEDENTES FAMILIARES: - Os pais são falecidos: o genitor de doença cardíaca e a genitora de "doença dos intestinos". Tem nove irmãos vivos e "todos são neuróticos". Nenhum membro de sua família esteve internado em hospital psiquiátrico, mas acha que "todos são loucos".

ANTECEDENTES PESSOAIS: - Condições normais de nascimento e de desenvolvimento psicomotor. Teve as viroses da infância. Informa que, dos sete aos 15 anos, sofreu de convulsões generalizadas com perda da consciência. Bronquite asmática. Amigdalectomia. Enfisema pulmonar na atualidade. Menarca aos 10 anos de idade, catamênios regulares, vários abortos provocados e duas gestações à termo. Fuma, e já chegou a fumar maconha por quatro vezes, mas não gostou. Não faz uso de alcoólicos.

ANTECEDENTES PSICOSSOCIAIS: - A paciente criou-se no interior de Minas Gerais, na fazenda paterna e onde passou toda a infância. O pai era fazendeiro, homem abastado, "podre de rico" e sua riqueza e poderio atingia a tal ponto, que chegava a julgá-lo "um Deus"; a mãe, era de prendas domésticas.

Segundo, suas próprias declarações, a paciente criou-se e desenvolveu-se, tanto física como psicologicamente, num "ambiente familiar horrível".

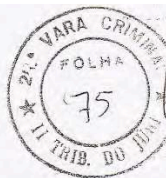
O pai, homem rude, não sabia orientar nem educar os filhos e ela ficava sozinha com suas perguntas e indagações. O pai, não mantinha nenhum diálogo com os filhos, eis que era dominador, àustero, violento e agressivo, e, apesar de sentir que o pai gostava dela, tinha medo dele.

O pai, como próspero fazendeiro do sertão mineiro, possuía àquelas características imperantes à época, onde a lei "era o revólver". e as adotava e as exercia amplamente. Assim.

(Dr. Jayne Bisker)

VISTO

DIRETOR



73
J. Jayme Bisker
AA

ouvira o pai gritar e ameaçar a todos o dia inteiro, dizendo que "fazia e acontecia", intimidando os seus competidores. Tinha "jagunços" e brigava por terras quando se via furtado ou enganado; era um homem valente, mas ingenuo.

Assistiu, não poucas vezes, o pai espancar e atirar em outras pessoas e teve conhecimento de mortes acontecidas na fazenda. Soube, certa vez, que seu pai matara um homem, embora em legítima defesa.

Tudo isso repugnava a examinada, que não aceitava os métodos violentos usados por seu pai, pois, estudando em Belo Horizonte, num colégio "sofisticado" como o "Sacre Coeur de Marie", chocava-se profundamente com as cenas degradantes que assistia quando vinha passar as férias na fazenda. Achava-se "supercivilizada" e, por isso, vivia numa grande luta íntima com a forma primitiva de vida adotada pela família.

Os pais não tinham a menor preocupação com os filhos, não cuidavam deles e permitiam que vivessem promiscuamente com os empregados da fazenda e, a tal ponto isso acontecia, que a paciente, por três vezes, sofreu atentados libidinosos por parte de empregados, coito "inter-femures".

Esses fatos traziam para a periciada grandes "sentimentos de culpa", e passava noites inteiras chorando por causa disso tinha dificuldade em dormir, precisava que a luz do quarto ficasse acêsa, achava-se culpada, pecadora e, por certo, iria para o inferno quando morresse.

Desde cedo, criança ainda e por ter sofrido o primeiro atentado sexual em torno dos 5/6 anos, teve despertada precocemente a sua curiosidade sexual e sentia nojo dos pais, por saber que eles praticavam o ato sexual.

Pagava a uma empregada da fazenda para que esta lhe contasse suas intimidades conjugais e suas perversões, sentia-se "muito sensual" e praticava atos libidinosos com outras meninas de sua idade.

(Dr. Jayme Bisker)

DIRETOR

VISTO



76

[Assinatura]

De outra parte, a paciente, na infância, sempre foi muito "adulada", por ter nascido sete anos depois do irmão que a antecederia. O pai "apaixonara-se" por ela e concedia-lhe todas as vontades, era muito "bonitinha" e todos tinham-na na conta de ser muito inteligente.

Quando no colégio, almejava ter um pai culto, que lhe ensinasse latim, línguas, "bacana". Em contato com as outras colegas, filhas de pessoas de cultura, mentia deliberadamente, afirmando ser filha de estrangeiros (russos) e ter um tio chinês, chegando ao ponto de "mentalizar" o tio de rabicho, como se chinês fosse.

Cursou o primário sob regimen de internato, em Patos de Minas; realizou o curso ginásial, também internada, no Colégio "Sacre Coeur de Marie", em Belo-Horizonte.

Teve uma adolescência e uma mocidade "super angustiada". Não se dava bem nos colégios, não se adaptava às normas exigidas e não sabia competir com as outras colegas, porque em sua casa ela sempre fôra a pessoa mais importante.

Com 13 anos de idade, durante a 2ª Grande Guerra Mundial, quiz estudar alemão, pois tinha em mente "ser espiã nazista".

Aos 14 anos decidiu tirar o "brevet" de aviador, na localidade de Bom Despacho, curso interrompido pelo namoro que iniciou com um dos seus colegas. Ambos sentiam grande atração sexual um pelo outro e acabaram por entreter relações sexuais.

Quando o pai da periciada soube dos acontecimentos tomou-se de desespero, opoz-se tenazmente ao casamento e mesmo sabendo que a paciente não era mais virgem, não consentiu no matrimônio, circunstância que a levou a casar-se apenas no religioso.

O sogro da periciada era coronel da Polícia Militar, "um homem lindo", "maravilhoso", "alto", "imponente e importante" e ela acabou apaixonando-se por ele e, mesmo depois de casa

(Dr. Jayme Bisker)

DIRETOR

VISTO



da; "pensava sexualmente no meu sogro", chegando até a declarar: "acho que casei com o meu sogro e não com o meu marido".

Ao casar-se, a examinada passou a residir na casa do sogro e lá permaneceu quatro meses, período no qual, não poucas vezes, o marido, "por ciúmes", espancou-a, seviciou-a, não a deixando sequer, sair de casa.

O pai da paciente, tendo tido conhecimento desses fatos, mandou buscá-la para a fazenda, tendo o marido também a acompanhado. O marido não fazia nada, não trabalhava, e passava os dias inteiros a brincar com um sobrinho de 10 anos de idade.

A essa altura dos acontecimentos, a periciada já estava muito arrependida com o casamento e, depois de nove meses de casada, dava à luz a um filho do sexo masculino.

Pouco depois do nascimento da criança a paciente separou-se do marido, época que coincidiu com o falecimento do pai.

Face o desaparecimento do chefe da família, a periciada, juntamente com a mãe, mudou-se para uma cidade próxima, onde passaram a residir. Alguns meses depois porém, Maura viajou para Belo-Horizonte, com o fito de concluir o curso de aviação, "tirar o "brevet"", indo morar em um hotel, tendo convencido a mãe, para comprar-lhe um avião, um Teco-Teco, um "Paulistinha".

Chegou a voar sozinha, mas não conseguiu tirar o "brevet", pois um amigo seu, aviador, voando em seu avião, ao praticar uma aterrissage de emergência, destruiu o aparelho.

Retornou à fazenda, onde ficou por "uns tempos", resolvendo, mais tarde, prosseguir nos estudos. Para isso, matriculou-se no Colégio Isabela Hendrex, em Belo-Horizonte, preparou todo o enxoval necessário, mas, não pode frequentar o colégio, pois a direção tomara conhecimento de que era casada. Procurou então um pensionato e lá permaneceu cerca de um ano e pouco, frequentando cursos de línguas, balé, piano e canto. Contudo, quando tomavam conhecimento do estado civil da periciada, via-se obrigada a mudar-se de pensionato, o que a levou, por fim, a mo-

(Dr. Jayme Bisker)

DIRETOR

VISTO



84

[Assinatura]

- EXAME PSÍQUICO -

A paciente vem ao exame trajando vestes próprias e atuais, com os cabelos penteados, discretamente maquilada, evidenciando alinhamento e cuidados bem femininos pela sua aparência pessoal. Apresenta-se em estado de clareza da consciência e está orientada auto e alopsiquicamente. Mostra, nas várias entrevistas mantidas com os peritos, um elevado grau de ansiedade, eis que não se mantém sentada tranquilamente à cadeira, de onde levanta-se a todo instante, movimentando-se angustiadamente pela sala, cruzando e descruzando as pernas, e fumando incessantemente. A atenção é vigilante e voluntariamente dirigida.

Nos processos mnêmicos encontram-se lacunas da memória que estão provavelmente, relacionadas com os episódios psicóticos, determinantes de suas muitas internações. A atitude externa fora a ansiedade manifesta, é respeitosa, de colaboração, mais salta a evidência, no relato de sua curva vital, a necessidade de teatralizar os acontecimentos, de chamar a atenção sobre si mesma, de tornar-se o centro das atenções e dos acontecimentos, tudo revestido de um colorido histeriforme. A linguagem verbal é expressada através uma atividade discursiva fácil, minuciosa, detalhista e prolixa. No conteúdo do pensamento, muito embora não se encontrem idéias delirantes sistematizadas, organizadas sob a forma de um delírio típico, sua temática está marcada pela fantasia, pela fabulação e pela tendência a autorreferência. Sobressaem de forma saliente, no contexto da personalidade da paciente, e elementos encontrados à saciedade na sua curva biográfica, as desordens da afetividade, dos instintos, do temperamento e do caráter. Estas desordens da personalidade da paciente estão muito bem caracterizadas e traduzidas na conduta assumida ao longo de sua vida, onde se encontra as mais variadas formas de reação psicopática e onde destaca-se a irresponsabilidade; a mentira e a insinceridade; a ausência de remorso ou de

(Dr. Jayme BISKER)

[Assinatura]

VISTO



vergonha; o comportamento antisocial sem constrangimento aparente; o senso crítico falho e a deficiência de aprender pela experiência; o egocentrismo patológico e incapacidade de amar; a pobreza geral das reações afetivas; a perda da capacidade de discernimento; a indiferença em relações interpessoais gerais; o comportamento extravagante e desagradável; as ameaças e tentativas de suicídio raramente levadas a efeito; à impulsividade; a agressividade; a violência; a sexualidade precoce e as perversões sexuais.

Verifica-se do estudo direto da paciente, do minucioso levantamento biográfico, da pesquisa a todas as fontes de informação, das provas psicológicas aplicadas, tratar-se de uma personalidade com características de onipotência, narcisista, exibicionista e egocêntrica. Incapaz de julgar sua própria conduta, e mesmo quando inadequada ou hostil ao meio social, está satisfeita com ela, carecendo de propositos, objetivos e de perspectivas; tendo um deficiente sentido de realidade; exigindo a satisfação imediata dos seus desejos; estabelecendo muito escassas relações emocionais ou laços afetivos estáveis; as suas necessidades instintivas não se adaptam as necessidades sociais, só se adaptando aos ambientes que pode dominar; com surpreendentes irregularidade em suas capacidades e inconseqüência na conduta, inclusive na infância, onde demonstrou já, àquela época, sinais de de adaptação emocional e traços nocivos da personalidade. Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto de excluir a conduta racional; sua resposta aos estímulos, é caracterizada pela imaturidade emocional pela resposta impulsiva e instantânea. A atuação da paciente, ao longo da sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime.

A personalidade da periciada possui àqueles elementos chamados de "múltipla reatividade psicopática", propícia a toda sorte de reações psicóticas, a episódios psicóticos, que foram

(Dr. Jayme Bister)

DIRETOR

VISTO



possivelmente os motivos de suas múltiplas internações e que pelas suas características guardam relação com traços esquizofrênicos, pelas suas qualidades inusitadas e extravagantes da conduta, onde se inclui uma atitude distante da realidade, a desconfiança, os períodos de destrutividade impulsivas e pela direção ambivalente das emoções.

Acrescente-se a tudo isto, as anomalias eletrográficas encontradas no traçado eletroencefalográfico da periciada, indicadores da Epilepsia Temporal, forma clínica da Epilepsia, onde são mais encontradas os sintomas psíquicos, principalmente a desorganização da consciência própria dos estados de automatismo psicomotor, quando o indivíduo pode cometer atos automáticos, crimes de mais alta violência em estado de privação da consciência, além de fenômenos alucinatórios e desordens da memória, estados que, sem dúvida, também revestiram as atitudes e o comportamento da paciente em algumas de suas internações.

A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas, amorais, extrapolam já de uma constituição psicopática tão somente, mas alteram o mundo dos valores divorciados da realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desvirtuar o valor ético ou moral, prenunciadoras de um processo Esquizofrênico larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na sua proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito.

- CONCLUSÕES -

CONSIDERAÇÕES PSIQUIÁTRICO-FORENSES: - Da avaliação procedida na indiciada MAURA LOPES CANÇADO, chegou-se a conclusão que externa fundamentalmente, uma fachada psicopática, sob a qual se desenvolve, surdamente, um processo Esquizofrênico larvado, enxertado com epilepsia, com distúrbios psicopáticos e epilépticos do carácter. É, assim, uma personalidade mórbida,

(Dr. Jayme Bisker)

DIRETOR

VISTO



FLS. - 20

so presente, referindo-se aos mecanismos do crime praticado pelo esquizofrênico, diz o seguinte: "Esses crimes, praticados com monstruosa crueldade, a sangue frio, sem a maior repercussão emocional, são incompreensíveis psicologicamente, dada a ausência de motivos acessíveis a uma explicação e a falta de um móvel que neles interesse o agente, são, via de regra, obra de um esquizofrênico e bastam por si para nos levar a presumir a existência de tal psicose."

A impulsividade, a agressividade a violência, também fazem parte dos caracteres psicopáticos epileptóides como os da indiciada, e os distúrbios da eletrogênese cerebral, expressivos da epilepsia que padece, devem ter dificultado os mecanismos nervosos inibitórios, formadores dos impulsos, contribuindo todos esses elementos, além dos já mencionados, para facilitar os incoercíveis impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa.

Por tudo que foi exposto, os peritos chegaram ao entendimento de que MAURA LOPES CANÇADO, não possui desde há muito, capacidade de entendimento e determinação, em virtude de doença mental.

- QUESITOS -

Da Curadoria (fls. 31 verso): -

"I - Estava a indiciada, ao tempo da ação descrita a fls. 2, nas condições do art. 22 ou seu parágrafo do C. Penal?"

RESPOSTA: - A indiciada ao tempo da ação descrita à fls. 2, estava, no entendimento dos peritos, nas condições do "caput" do artigo 22 do Código Penal."

"II - Sobreveio doença mental ou perturbação da saúde

(Dr. Jayme Bisker)

DIRETOR

VISTO



CÓPIA DA OBSERVAÇÃO PSIQUIÁTRICA DO HOSPITAL GUSTAVO

RIEDEL: - ... "Ato de Internação: A paciente foi internada à pedido do dr. Paulo Elejalde. Desfila-nos uma história longa eiva da de traumatismos emocionais os mais graves. Já esteve internada em várias casas de saúde desta Capital, tendo depredado algumas delas. Pelo relatado, constatamos que a paciente há longos anos faz uso de medicações anticonvulsivas. Tem vários EEG anormais.- ATENÇÃO: - paciente com idéias permanentes de caráter suicida.- Conta-nos mesmo que já simulara amnésia, a fim de que dela cuidassem. Informa ainda que já apresentou crises de perda de consciência, tendo feito EEG tempos atrás, não sabendo porem, ao certo, qual o resultado.- EVOLUÇÃO: - A paciente mostra-se extremamente revoltada e agressiva, criando casos na enfermaria, culminando por quebrar os vidros da janela, pulando para o lado de fora, descendo-nos e ameaçando de se jogar ao solo, caso alguém dela se aproximasse. Esta atitude ultimamente da paciente, baseia-se em revolta e queixas contra tudo e todos daqui. Suas queixas, se lógicas e justas de um lado mostram entretanto o patológico, pela intensidade de sua reação. Com as imensas dificuldades que todos aqui trabalhamos, não podendo assim dar assistência adequada aos doentes, é para a paciente vivenciada como um esforço do abandono, do sentimento de punição e do menosprezo, de que já é tão oprimida.- "...

(Dr. Jayme Bister)

ATOR

VISTO

- EXAME SOMÁTICO -

"Ex-interna de várias clínicas psiquiátricas.- Operada das amígdalas.- Facies atípica. Cabelos castanhos. Normotipo. Bom estado de nutrição.- Pais falecidos. Tem 2 filhos. Tem 9 irmãos.- O exame clínico nada revelou digno de registro.- Em 17/11/72."

- EXAMES COMPLEMENTARES -

ELETOENCEFALOGRAMA: - "DATA: 8/11/72 - EEG. nº 2.011